



Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

IMIGRANTES EM PORTUGAL

Economia, Sociedade Pessoas e Territórios

Relatório do Projecto de Investigação financiado pela FCT:
*A Imigração Qualificada:
Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa*

José Reis
(Coordenação)

João Tolda
Tiago Santos Pereira
Nuno Serra

Bolseiro de Investigação:
Eduardo Basto



Dezembro 2007

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Título do Projecto

A IMIGRAÇÃO QUALIFICADA:
Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa

Entidade Financiadora

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
(PIQS/SOC/50096/2003)

Equipa de Investigação

JOSE REIS (Coordenação)
Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

JOÃO TOLDA
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

TIAGO SANTOS PEREIRA
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

NUNO SERRA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

EDUARDO BASTO
Centro de Estudos Sociais

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS Laboratório Associado

Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

Colégio de São Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
Tel. +351 239 855 570/80
Fax. +351 239 855 589
ces@ces.uc.pt

Sumário	I
Índice de Quadros, Gráficos e Figuras	V
Introdução e Conclusões	
Imigrantes em Portugal: Economia, Sociedade, Pessoas e Territórios	1
Capítulo I	
O modelo económico português e os factores de competitividade	11
1. O crescimento económico recente em Portugal: um modelo extensivo e os seus ciclos	11
2. O crescimento económico e o factor trabalho	14
3. Conclusão	17
Capítulo II	
A estrutura regional da economia: sistemas produtivos e especializações territoriais	19
1. A terciarização da economia e o reordenamento subsectorial da indústria em Portugal	21
2. Região Norte: uma indústria concentrada em actividades de fraca intensidade tecnológica e um terciário polarizado numa área metropolitana	28
3. Região Centro: uma indústria de média intensidade tecnológica e uma distribuição espacial difusa do terciário	33
4. Região de Lisboa e Vale do Tejo: uma indústria de elevada intensidade tecnológica e um terciário polarizado numa área metropolitana	39
5. Região do Alentejo: uma indústria e um terciário com uma frágil empregabilidade	42
6. Região do Algarve: uma economia concentrada na exploração turística de potencialidades naturais sem uma base industrial significativa	46
7. Conclusão	47

Capítulo III

Portugal em mudança: demografia, urbanização e territórios	49
1. A relevância recente da imigração na demografia portuguesa	49
2. Demografia e urbanização: diferenciações regionais	53
3. Conclusão	62

Capítulo IV

A imigração em Portugal: novos imigrantes e uma nova geografia	63
1. Meio milhão de imigrantes: um “país de imigração” e uma alteração demográfica significativa	63
2. Os “novos” imigrantes: a “geografia das origens”	65
3. Imigração e território: a “geografia das chegadas”	69
4. Conclusão	78

Capítulo V

Perfis do trabalho nacional e do trabalho imigrante	81
1. O universo de referência: 152 mil imigrantes em 2,6 milhões de trabalhadores por conta de outrem.....	81
2. Perfis de habilitações, qualificações e competências	83
2.1- Habilitações escolares	83
2.2- Qualificações profissionais	89
2.3- Sectores de Actividade	95
2.4- Classes Tecnológicas	102
2.5- Profissões	105
3. Grau de correspondência entre qualificações e emprego	111
4. Conclusão	124

Capítulo VI

Imigração e Território	127
1. A distribuição e a intensidade territorial da mão-de-obra imigrante	127
2. Polarização territorial do trabalho imigrante segundo a nacionalidade	134
3. Calibragem dos mercados locais de trabalho: distribuição da mão-de-obra imigrante por ramos e sectores de actividade	139
3.1- A inserção do trabalho imigrante por ramos de actividade nos territórios do país	139
3.2- A inserção territorial do trabalho imigrante por ramos de actividade	144
3.3- A terciarização e a necessidade de trabalho na economia portuguesa	153
3.4- Análise territorial das classes tecnológicas da indústria e dos serviços	160
4. Imigração e capacitação dos espaços de acolhimento: as habilitações dos imigrantes e dos portugueses	166
5. As qualificações dos imigrantes: o uso desqualificado da mão-de-obra	170
6. Conclusão	176

Capítulo VII

A imigração enquanto mobilidade: Portugal numa plataforma global de 'circulação de investigadores'?

	179
1. Dimensão internacional do sistema de investigação	180
2. Distribuição da imigração científica em Portugal	182
3. Inquérito a investigadores estrangeiros em Portugal	187
3.1- Caracterização da amostra	189
3.2- Portugal nas trajectórias de mobilidade internacionais	192
3.3- Experiências e motivações de migração	195
3.4- Redes e Resultados	202
4. Conclusão	204

Bibliografia

207

Anexos

Anexo I - Integração de imigrantes e aproveitamento de potencialidades produtivas: Análise baseada em entrevistas e inquéritos	213
Anexo II - Inquérito a Investigadores Estrangeiros (Survey Console)	219

Capítulo I

O modelo económico português e os factores de competitividade

Gráfico 1 - Percentagem de Variação Anual do PIB (1975-2005)	12
Gráfico 2 - Evolução em volume do Crescimento anual do PIB (1996-2005)	12
Quadro 1 - Indicadores do Sistema de Emprego: População e Trabalho (1990-2005)	14
Quadro 2 - Taxas de Actividade e Desemprego, e níveis de Qualificação Escolar (1995-2005)	15
Quadro 3 - Taxa de Emprego: Comparações Internacionais	16

Capítulo II

A estrutura regional da economia: sistemas produtivos e especializações territoriais

Quadro 4 - Evolução da População Residente e do Emprego, nas regiões do continente (2002-2005)	22
Quadro 5 - A desagregação subsectorial do Emprego na Indústria, por regiões (2002-2005)	23
Gráfico 3 - Desagregação subsectorial do Emprego na Indústria, por regiões (2005)	25
Quadro 6 - A desagregação subsectorial do Emprego no Terciário, por regiões (2002-2005)	26
Gráfico 4 - Desagregação subsectorial do Emprego no Terciário, por regiões (2005)	27
Quadro 7 - Classes tecnológicas industriais da Região Norte (2002)	29
Quadro 8 - Subsectores industriais da Região Norte (2002)	29
Quadro 9 - Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região Norte (2002)	29
Quadro 10 - Subsectores dos Serviços da Região Norte (2002)	30
Quadro 11 - Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região Norte (2002)	31
Quadro 12 - Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região Norte (2002)	31
Quadro 13 - Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região Norte (2002)	32
Quadro 14 - Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região Norte (2002)	32

Quadro 15 - Classes tecnológicas industriais da Região Centro (2002)	34
Quadro 16 - Análise por subsectores industriais da Região Centro (2002)	34
Quadro 17 - Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região Centro (2002)	35
Quadro 18 - Análise por subsectores dos Serviços da Região Centro (2002)	35
Quadro 19 - Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região Centro (2002)	36
Quadro 20 - Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região Centro (2002)	37
Quadro 21 - Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região Centro (2002)	37
Quadro 22 - Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região Centro (2002)	38
Quadro 23 - Classes tecnológicas industriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	39
Quadro 24 - Análise por subsectores industriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	39
Quadro 25 - Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	40
Quadro 26 - Análise por subsectores dos Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	40
Quadro 27 - Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	41
Quadro 28 - Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	41
Quadro 29 - Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	41
Quadro 30 - Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)	41
Quadro 31 - Classes tecnológicas industriais da Região do Alentejo (2002)	43
Quadro 32 - Análise por subsectores industriais da Região do Alentejo (2002)	43
Quadro 33 - Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região do Alentejo (2002)	43
Quadro 34 - Análise por subsectores dos Serviços da Região do Alentejo (2002)	44
Quadro 35 - Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região do Alentejo (2002)	44
Quadro 36 - Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região do Alentejo (2002)	44
Quadro 37 - Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região do Alentejo (2002)	44
Quadro 38 - Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região do Alentejo (2002)	45
Quadro 39 - Classes tecnológicas industriais da Região do Algarve (2002)	46
Quadro 40 - Análise por subsectores industriais da Região do Algarve (2002)	46
Quadro 41 - Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região do Algarve (2002)	46
Quadro 42 - Análise por subsectores dos Serviços da Região do Algarve (2002)	46

Capítulo III

Portugal em mudança: demografia, urbanização e territórios

Gráfico 5 - Evolução da emigração portuguesa (1900-2003)	50
Gráfico 6 - Evolução dos Saldos Migratórios (1981-2005)	50
Gráfico 7 - Evolução do Saldo Natural, do Saldo Migratório e do Saldo Demográfico (1981-2005)	51
Figura 1 - Posicionamento dos países membros da União Europeia, em termos de Factores de Crescimento Demográfico (1995-2005)	52
Quadro 43 - Factores de crescimento demográfico: Comparações internacionais (1995-2005)	53
Quadro 44 - Distribuição percentual da população residente por NUTs III (1981-2004) e Densidade da população (2005)	54
Quadro 45 - Evolução da população residente (1981-2005)	56
Figura 2 - Indicadores de evolução da População Residente (1981-2005)	58
Quadro 46 - Indicadores de Urbanização: Dimensão dos Lugares e População Activa Urbana (2001)	59
Figura 3 - Indicadores de Urbanização (2001)	61

Capítulo IV

A imigração em Portugal: novos imigrantes e uma nova geografia

Gráfico 8 - Imigrantes residentes e autorizações de permanência (1980-2005)	64
Gráfico 9 - Comparação das Pirâmides Etárias da População Residente e da População Imigrante (2004)	65
Quadro 47 - População imigrante segundo as principais nacionalidades (1996-2004)	67
Gráfico 10 - Evolução do número de imigrantes segundo o continente de origem (1996-2004)	68
Gráfico 11 - Imigrantes residentes, segundo as principais nacionalidades (2001-2004)	68
Quadro 48 - População imigrante por distritos (1996-2004)	69
Quadro 49 - População imigrante residente, segundo as principais origens geográficas, por distritos (2001-2004)	71
Figura 4 - População imigrante residente, segundo os principais espaços de origem geográfica (2001-2004)	72
Quadro 50 - Evolução regional das Taxas (%) de Crescimento Demográfico, Natural e Migratório (2000-2005)	74
Gráfico 12 - Taxas (%) de Crescimento Natural e Migratório, por regiões (2000-2005)	75
Quadro 51 - Percentagem de imigrantes Residentes e Índice Territorial de Imigração (2004)	76
Figura 5 - Indicadores do peso da distribuição territorial dos imigrantes residentes (2004)	77

Capítulo V

Perfis do trabalho nacional e do trabalho imigrante

Quadro 52 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a nacionalidade (2002 e 2005)	82
---	----

Gráfico 13 - Evolução do número de trabalhadores imigrantes segundo o continente de origem (2002-2005)	83
Quadro 53 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo o Grau de Habilitações e a nacionalidade (2002-2005)	84
Quadro 54 - Distribuição dos Graus de Escolaridade (%) segundo a nacionalidade (2005)	85
Gráfico 14 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o Grau de Ensino (2005)	86
Gráfico 15 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e o Grau de Ensino (2005)	86
Gráfico 16 - Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, segundo o Grau de Ensino (2005)	87
Quadro 55 - Índice de Escolaridade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	88
Gráfico 17 - Índice de Escolaridade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	88
Quadro 56 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Qualificação Profissional e a nacionalidade (2002-2005)	90
Quadro 57 - Distribuição dos Níveis de Qualificação Profissional (%) segundo a nacionalidade (2005)	91
Gráfico 18 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo os Níveis de Qualificação (2005)	91
Gráfico 19 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e o Nível de Qualificação (2005)	92
Gráfico 20 - Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, segundo o Nível de Qualificações (2005)	93
Quadro 58 - Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	94
Gráfico 21 - Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	94
Quadro 59 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a CAE (2002-2005)	96
Quadro 60 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo os ramos de actividade (CAE) e a nacionalidade (2005)	97
Gráfico 22 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, por Ramos de Actividade CAE (2005)	98
Gráfico 23 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros), por Ramos de Actividade CAE (2005)	99
Gráfico 24 - Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, por Ramos de Actividade CAE (2005)	100
Quadro 61 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o seu peso percentual por Ramos de Actividade CAE (2005)	100
Gráfico 25 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o seu peso percentual por Ramos de Actividade CAE (2005)	101
Quadro 62 - Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros, por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços(2005)	103
Gráfico 26 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, por Classes	

Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)	104
Gráfico 27 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros), por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)	104
Gráfico 28 - Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)	104
Quadro 63 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Profissões e a nacionalidade (2002-2005)	106
Quadro 64 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Profissões (%) e a nacionalidade (2005)	107
Gráfico 29 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo as Profissões (2005)	107
Gráfico 30 - Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e as Profissões (2005)	108
Gráfico 31 - Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, segundo as Profissões (2005)	109
Quadro 65 - Índice de Qualificação Profissional dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	110
Gráfico 32 - Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)	110
Quadro 66 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)	112
Gráfico 33 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros com o Ensino Secundário e o Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)	113
Quadro 67 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)	114
Gráfico 34 - Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos com o Ensino Secundário e Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)	115
Quadro 68 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, da Europa de Leste e do Brasil, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)	116
Gráfico 35 - Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, da Europa de Leste e do Brasil com o Ensino Secundário e Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)	117
Quadro 69 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Qualificações Profissionais (2002)	118
Gráfico 36 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, a ocupar Categorias Profissionais Dirigentes, por Ramos de Actividade CAE (2002)	120
Quadro 70 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Qualificações Profissionais (2002)	121
Gráfico 37 - Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, Categorias Profissionais Dirigentes, por Ramos de Actividade CAE (2002)	122
Gráfico 38 - Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, que ocupam categorias de menor qualificação profissional, por Ramos de Actividade CAE (2002)	123

Capítulo VI
Imigração e Território

Quadro 71 - Distribuição territorial dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a nacionalidade, e Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante, por NUTS II e III (2005)	128
Gráfico 39 - Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante, por NUTS III (2005)	130
Quadro 72 - Concelhos da Região Norte e Centro com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)	131
Quadro 73 - Concelhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)	132
Quadro 74 - Concelhos das Regiões Autónomas com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)	133
Quadro 75 - Distribuição territorial dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, por NUTS II e III (2005)	135
Quadro 76 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, por NUTS II e III (2005)	137
Gráfico 40 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, nas NUTS II (2005)	138
Quadro 77 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Total) segundo os Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)	140
Quadro 78 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Imigrantes segundo Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)	141
Quadro 79 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem Imigrantes no Total, segundo os Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)	142
Quadro 80 - Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, por Ramos de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)	145
Quadro 81 - Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)	146
Gráfico 41 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Norte (2005)	147
Gráfico 42 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Centro (2005)	148
Gráfico 43 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região de Lisboa e Vale do Tejo (2005)	149
Gráfico 44 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região do Alentejo (2005)	150
Gráfico 45 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, no Algarve (2005)	151
Gráfico 46 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Autónoma dos Açores (2005)	152
Gráfico 47 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Autónoma da Madeira (2005)	152
Quadro 82 - Distribuição percentual dos Trabalhadores Imigrantes por Conta de Outrem por Sectores de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)	154
Quadro 83 - Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Total) por	

Sectores de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)	155
Gráfico 48 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Terciário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)	156
Quadro 84 - Distribuição percentual dos Trabalhadores Portugueses por Conta de Outrem por Sectores de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)	157
Gráfico 49 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Secundário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)	158
Gráfico 50 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector da Construção, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)	158
Gráfico 51 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Primário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)	159
Quadro 85 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade, por Sectores de Actividade Económica (2005)	159
Quadro 86 - Importância do Emprego no Sector do Turismo (Alojamento e Restauração), no volume de Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e Brasileiros, face a outros imigrantes estrangeiros (2005)	160
Quadro 87 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses segundo as Classes Tecnológicas, por NUTS II e III (2005)	161
Quadro 88 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Estrangeiros por Classes Tecnológicas, nas NUTS II e III (2005)	162
Gráfico 52 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Norte (2005)	163
Gráfico 53 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Centro (2005)	163
Gráfico 54 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, em Lisboa e Vale do Tejo (2005)	164
Gráfico 55 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região do Alentejo (2005)	164
Gráfico 56 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região do Algarve (2005)	164
Gráfico 57 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Autónoma dos Açores (2005)	165
Gráfico 58 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Autónoma da Madeira (2005)	165
Quadro 89 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes com o Ensino Superior e Índices de Habilitações (2005)	167
Gráfico 59 - Comparação do Índice de Habilitações, por NUTS III, dos Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e Estrangeiros (2005)	168
Quadro 90 - Índices de Habilitações, segundo a Nacionalidade, por NUTS II e III (2005)	169
Quadro 91 - Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Categorias Profissionais relativas a Quadros Dirigentes e Pessoal não Qualificado, segundo as NUTS II e III (2005)	172
Gráfico 60 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem integrados na categoria "Não qualificados, praticantes e aprendizes", por NUTS III (2005)	173
Gráfico 61 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem integrados na categoria "Quadros Médios e Superiores", por NUTS III (2005)	174

Quadro 92 - Índices de Qualificação, segundo a Nacionalidade, por NUTS II e III (2005)	175
--	-----

Capítulo VII

A imigração enquanto mobilidade: Portugal numa plataforma global de 'circulação de investigadores'?

Quadro 93 - Bolsas atribuídas em Portugal (QCA I, II e III - 1990-2005)	181
Quadro 94 - Investigadores Estrangeiros no Sistema de Investigação Português (2001-2003)	181
Quadro 95 - Distribuição de Investigadores (Estrangeiros e Nº Total) por Sector de Execução (2001-2003)	182
Quadro 96 - Carreira e situação profissional (2001-2003)	183
Quadro 97 - Distribuição geográfica dos Investigadores Estrangeiros (2001-2003)	184
Quadro 98 - Distribuição dos Investigadores Estrangeiros por Sexo (2001-2003)	185
Quadro 99 - Nacionalidade dos Investigadores Estrangeiros em Portugal	186
Quadro 100 - Distribuição do número de inquéritos enviados e respostas	189
Gráfico 62 - Distribuição etária e por sexo dos investigadores estrangeiros residentes (IPCTN) e inquiridos	189
Quadro 101 - Distribuição geográfica dos investigadores estrangeiros inquiridos, e da população de investigadores estrangeiros e total (2003)	191
Quadro 102 - Origem geográfica por via da nacionalidade dos investigadores inquiridos em comparação com a população de estrangeiros	191
Quadro 103 - Países de Formação e de Nacionalidade dos Investigadores Estrangeiros em Portugal	193
Quadro 104 - Mobilidade anterior dos imigrantes científicos (mínimo de 6 meses)	194
Quadro 105 - Razões para a migração	195
Quadro 106 - Satisfação dos investigadores estrangeiros com a situação profissional em Portugal	197
Quadro 107 - Comparação da satisfação dos investigadores estrangeiros com a situação profissional em Portugal e no estrangeiro	198
Quadro 108 - Factores de influência da inserção em Portugal	201
Quadro 109 - Ligações dos investigadores estrangeiros com o país de origem	202
Quadro 110 - Publicações e patentes resultantes do trabalho realizado em Portugal pelos investigadores estrangeiros	203
Quadro 111 - Participação dos investigadores estrangeiros em diversos tipos de redes	203

Introdução e Conclusões

Imigrantes em Portugal: Economia, Sociedade, Pessoas e Territórios

É sobretudo na década de noventa que a sociedade portuguesa se apercebe, colectivamente, da transformação do estatuto do país em relação aos fenómenos migratórios, ou seja, da passagem da sua condição de país de emigrantes para país de imigração, decorrente da circunstância de Portugal, não deixando de continuar a registar saídas da sua população para o estrangeiro, passar a ser - também - um destino com crescente relevância em relação aos fluxos migratórios, tal como outros países do contexto europeu.

Sendo certo que esta transformação assume um significado que é, em primeira instância, quantitativo, dada a inversão de sentido dos saldos migratórios observados até ao início dos anos 90, é igualmente um significado qualitativo que se associa a esta nova percepção e realidade, na qual Portugal passou a ser igualmente um ponto de chegada na rede das migrações à escala global. Com efeito, depois do regresso massivo de cidadãos das ex-colónias, na sequência da revolução de Abril de 1974, e do afluxo continuado de imigrantes provenientes dos novos países de Língua Oficial portuguesa, sobretudo africanos, é a entrada significativa de cidadãos brasileiros e de imigrantes de países de Leste que marca qualitativamente o novo estatuto de Portugal no quadro das migrações (Fonseca, 2003; Baganha *et al.*, 2004).

Este novo estatuto do país suscitou, em alguns sectores da sociedade portuguesa, e sobretudo até meados dos anos noventa, quando o fenómeno da imigração irrompeu nas suas novas formas, um conjunto de inquietações relativamente aos possíveis impactos das novas realidades migratórias, e que - à semelhança do ocorrido com a vaga de "retorno" do pós 25 de Abril -, se centraram essencialmente em duas questões consideradas problemáticas: por um lado, a dos impactos da imigração na estrutura de emprego e, por outro, a dos seus impactos na esfera da segurança e da própria coesão social.

A par das interrogações que um fenómeno desta natureza naturalmente comporta, alguns discursos de pendor discriminatório, e até, em muitos casos, mitigada ou explicitamente

xenófobos, tiveram o seu lugar (mas também o seu tempo), sugerindo a necessidade de um controlo muito restritivo das entradas de imigrantes no país, e sublinhando a insegurança pública e a criminalidade que lhes estariam associadas, bem como a circunstância de os imigrantes poderem vir a ser causa de desemprego entre os cidadãos nacionais.

Estes discursos sobre a imigração, hoje muitíssimo mais ténues e pontuais, foram em certa medida legitimados, perante o senso comum, pela carga semântica e simbólica associada às circunstâncias de “ilegalidade” e de “clandestinidade” de uma parte da imigração, decorrentes portanto da existência de contingentes significativos de entradas ilegais e de não documentados entre os imigrantes, quer no universo dos cidadãos provenientes das ex-colónias, quer no universo dos cidadãos que integram os novos fluxos migratórios.

No espaço de cerca de dez anos, todavia, estes discursos temerosos da imigração foram perdendo progressivamente lugar e adesão junto das opiniões públicas, sendo hoje relativamente consensual, por um lado, que os imigrantes se ocupam essencialmente em sectores de actividade e profissões pelas quais os portugueses revelam pouca apetência, ao mesmo tempo que a consciência do envelhecimento demográfico permitiu encarar a entrada de activos como um contributo para o rejuvenescimento da população em geral e para o reforço dos contingentes de população activa em particular.

Por outro lado, e muito graças ao notável empenho e ao trabalho desenvolvido pelo ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), criado em 1996 e que hoje assume o estatuto de Instituto Público, sob a designação de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), têm vindo a ser gradualmente desconstruídos alguns dos “mitos” e equívocos acerca da imigração e dos imigrantes, nomeadamente em matérias como a da relação entre imigração e criminalidade (Seabra e Santos, 2005 e 2006); ou do peso dos encargos que os imigrantes representariam para o orçamento de Estado (Almeida, 2003)¹; entre outras temáticas.

Simultaneamente, um conjunto de iniciativas, projectos e campanhas de informação e sensibilização, têm vindo a mobilizar conhecimento objectivo e fundamentado sobre o real significado e os reais impactos do fenómeno imigratório em Portugal, contribuindo desse modo para que - mesmo no contexto de recessão e crise social que emergiu sobretudo a partir de 2000 - , este fenómeno fosse cada vez mais encarado como uma oportunidade e um benefício, e não como uma ameaça (Vitorino, 2007), travando-se também desta forma uma luta junto das opiniões

¹ A 12 de Agosto do ano que agora termina, uma notícia do Diário de Notícias dava conta do facto de “um em cada dez trabalhadores por conta de outrem que descontaram para a Segurança Social durante 2006 [ser] de nacionalidade estrangeira”, bem como do facto de “18% dos patrões portugueses que entregaram declarações de remunerações nesse mesmo ano [terem pago] salários a estrangeiros”, confirmando assim “a importância da mão-de-obra estrangeira na produção da riqueza nacional.”

públicas, no campo do discurso e das imagens e representações acerca dos imigrantes na comunicação social (Cádima *et al.*, 2003; Ferin *et al.*, 2004; Silveirinha e Cristo, 2004; Ferin e Santos, 2006).

De facto, mais recentemente, e porque a própria realidade quotidiana foi deixando cada vez menos espaço para os discursos menos optimistas a até repressivos acerca da imigração, e não se querendo com isto dizer - todavia - que não existam interpelações muito importantes que os fenómenos imigratórios colocam, como é o caso das redes de tráfico que se lhes associam (Sassen, 2002; Peixoto *et al.*, 2005), ou em matéria de integração de cidadãos imigrantes (Silva, 2004; Fonseca e Malheiros, 2005; Silva, 2005), ou da nova divisão global do trabalho permitida pela imigração (Saxenian, 2006), ou ainda em questões como as relativas às políticas de regulação de entradas e de gestão dos processos de legalização (Rocha-Trindade, 2001; Santos, 2004; Baganha, 2005), têm todavia sido desenvolvidos estudos muito diferenciados que exploram as repercussões da imigração em distintas vertentes.

Exemplos destas abordagens à imigração portuguesa são alguns trabalhos que analisam os impactos demográficos da imigração e as questões da reunificação familiar (Fonseca, 2005 e Rosa *et al.* 2003); estudos sobre as relações entre a imigração, o emprego e a economia (Carvalho, 2004; Ferreira, 2004; Peixoto, 2004; Oliveira, 2004; Góis e Marques, 2007); ou sobre matérias associadas aos impactos sociais e culturais da imigração (Lajes e Policarpo, 2002; Marques, 2003; Marques, 2005; Bastos, 2006; Nico *et al.*, 2007), ou acerca das dimensões territoriais do fenómeno imigratório, que - nas suas novas feições - tem evidenciado uma geografia diferente daquela que se associava à prevalência da imigração lusófona até ao início da década de noventa (Rebelo, 2006; Fonseca, 2003 e 2007; Fonseca e Malheiros, 2005; Malheiros *et al.*, 2007).

Estamos assim perante um lado incontornável da sociedade e da economia portuguesas que os dados mais recentes confirmam e tornam até cada vez menos desconhecido ou estranho. A última estimativa do INE (Dezembro de 2007) confirma que em 2006 estavam legalmente em Portugal 434 887 cidadãos de nacionalidade estrangeira, distribuídos entre titulares de Autorizações de Residência (329 898), prorrogações de Autorizações de Permanência (32 661), prorrogações de Vistos de Longa Duração (55 391) e Vistos de Longa Duração concedidos (16 937). Do Brasil (73 384), de Cabo Verde (68 145) e da Ucrânia (41872) provêm as principais comunidades, representando 16,9%, 15,7% e 9,6% do total, respectivamente.

É perante este universo de cidadãos que renovam a nossa própria cidadania que vai sendo acumulado conhecimento e que subsiste um vasto campo de investigação em aberto, e que diz justamente respeito aos impactos concretos da imigração em múltiplas vertentes e escalas da

sociedade e do território português. Isto é, na esfera das transformações e contributos em que o aumento de cidadãos imigrantes entre nós se traduz, e que se reflectem numa multiplicidade de dimensões que é porventura tão ampla como o é hoje a própria realidade das proveniências geográficas destes cidadãos, e que - pela natureza qualitativa deste fenómeno -, nem sempre requer dimensão e escala para dar origem a impactos significativos na nossa estrutura social, económica e cultural.

É com estas questões e até com as que permanecem em aberto que o Projecto que aqui se apresenta se relaciona.

O Projecto e a sua execução

- 1- Com o Projecto de Investigação "A Imigração Qualificada: Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa"² (PIQS/SOC/50096/2003), financiado pela FCT - Fundação para Ciência e Tecnologia tinha-se como principal finalidade desenvolver uma análise de **impactos da imigração na economia e na sociedade**.³ O objectivo era privilegiar a dimensão económica das qualificações.
- 2- Procurava-se, em particular, identificar situações em que a imigração fosse um factor de qualificação dos meios de acolhimento. Isso implicou que se dedicasse uma atenção muito especial à **inserção pelo trabalho** e, desse modo, ao uso das habilitações dos imigrantes, designadamente quando elas se revelassem mais elevadas do que as dos portugueses.
- 3- Isso levou a que se desse particular atenção a uma fonte de informação, que se revelou profícua, e que permitiu analisar um grande volume de informação, ganhando a noção dos contornos mais estruturais e mais extensivos dos **mercados do trabalho assalariado** em Portugal e do lugar que hoje aí ocupam os imigrantes. Essa fonte corresponde aos Quadros de Pessoal das empresas, disponibilizados pelos serviços do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- 4- Com esta análise foi possível dar às questões da **inserção formal** no mercado do trabalho assalariado **um lugar mais central** do que se imaginava ser possível e isso permitiu ancorar solidamente as conclusões de que os imigrantes têm neste plano da economia um peso equivalente ao que se estima (através do seu peso demográfico) terem na sociedade em geral (cerca de 5%).

² Para além do lic. Eduardo Basto, bolseiro de investigação deste projecto desde Julho de 2005 até ao final, contou-se com a colaboração da Mestre Élia de Jesus (bolseira de investigação entre Janeiro a Abril de 2005) e de Stefano Baruffaldi (estudante ERASMUS na Universidade de Coimbra) que, no âmbito do trabalho final de licenciatura, participou na realização de um inquérito a investigadores estrangeiros em Portugal. Nuno Serra prestou trabalho especializado na preparação e redacção do Relatório Final. Manifesta-se a todos o reconhecimento dos investigadores do projecto.

³ Para isso desenvolveram-se três bases de dados. Numa, com a informação contextual mais relevante, privilegiaram-se os dados demográficos, com desagregação concelhia, distrital, por NUTS II e por NUTS III. A outra, com elaborações por concelhos, por NUTS II e por NUTS III, resultou do tratamento da informação dos Quadros de Pessoal adquiridas ao Ministério do Trabalho e da Segurança Social. A terceira é composta pela informação de base dos próprios Quadros de Pessoal.

- 5- Esta mesma linha de análise levou-nos a consolidar a ideia de que o **modelo de desenvolvimento económico português** tem como característica muito forte o facto de ser **muito “consumidor” de mão-de-obra**. A sua natureza extensiva implica que o lado da oferta do mercado do trabalho seja amplo. Este facto, que se relaciona também com especificidades da própria sociedade portuguesa, não pode deixar de ser associado ao peso que a imigração assumiu entre nós, numa fase concreta da nossa trajectória de crescimento.
- 6- O interesse que se dedicou à **informação quantitativa** sobre a inserção dos imigrantes no trabalho formal (e que permitiu estudar habilitações, qualificações, profissões, sectores e territórios) não impediu que se desse igualmente atenção a **dimensões mais específicas ou qualitativas**. Um dessas dimensões foi a que consistiu em acompanhar sempre aquela análise com o estudo e a observação de situações de terreno e com a recolha de informação qualitativa. A outra foi a que consistiu em abrir uma linha de pesquisa sobre os trabalhadores científicos.
- 7- Na primeira situação privilegiámos dois **sistemas locais**, por serem bem conhecidos dos investigadores e por permitirem apreciar de forma relevante se as situações mais dinâmicas em termos industriais são mais favoráveis a uma inserção do trabalho imigrante de acordo com as suas habilitações. Concluímos que não é que a imigração aparenta ter aqui um papel relativamente transitório, fugaz e pouco consolidado.
- 8- Quanto aos trabalhadores científicos foi igualmente procurada uma fonte privilegiada de informação para a análise da **inserção no sistema de investigação**, através do recurso aos dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional elaborado pelo actual Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A análise destes dados permite concluir que também neste sub-sistema os **imigrantes têm um peso equivalente ao da sua inserção formal na economia**, constituindo cerca de 5% dos investigadores, e com um crescimento significativo entre no curto período analisado (2001 e 2003).
- 9- Com vista a analisar mais aprofundadamente as trajectórias em que a inserção dos trabalhadores científicos se dá, optou-se por se desenvolver um **inquérito aos investigadores estrangeiros em Portugal**, o que permitiu concluir pela inserção do sistema de investigação nacional em dinâmicas globais de circulação de investigadores, tendo em conta a diversidade de origens dos investigadores que se inserem em Portugal
- 10- O trabalho desenvolvido permitiu chegar a **conclusões relevantes** e a **informação original**, aprofundando aspectos geralmente pouco tratados. Exactamente porque assim foi, não se hesitou em conceder um largo tempo de trabalho a aspectos que não se imaginava no início que pudessem ser tão profícuos. É certo que isso levou a que neste momento possamos dispor de material importante que pode ser agora objecto de **desenvolvimentos**

com maior detalhe, designadamente através de análises de nível local e de maior incidência quantitativa.

- 11- No desenvolvimento deste projecto tomaram-se em conta trabalhos que, em simultâneo, iam sendo divulgados⁴. Refira-se especialmente os que surgiram no quadro do Fórum Gulbenkian Imigração⁵. De resto, elementos da equipa deste projecto participaram nesses trabalhos.

Conclusões

- 12- As conclusões a que chegámos são as seguintes, em 11 domínios:

- a) **Economia portuguesa.** A natureza extensiva do ciclo de crescimento económico iniciado em 1994 aponta para o uso de grandes quantidades de trabalho pela economia, o que conduz a uma dependência forte relativamente ao lado da oferta do mercado de trabalho. A imigração foi, claramente, uma forma de assegurar uma oferta alargada de trabalho, necessária a uma economia pouco produtiva, assente na mão-de-obra, e deficitária relativamente aos outros factores de competitividade, como a inovação ou as economias de escala.
- b) **Evolução da estrutura sectorial do emprego em Portugal.** A economia tem seguido um intenso processo de terciarização, de tal forma que o trabalho assalariado na agricultura e na indústria, é inferior a 1/3 do total. Esse processo é, por natureza, intensivo em trabalho em muitas das actividades. Mostra-se neste projecto que a imigração é uma fonte principal de fornecimento de mão-de-obra para esta trajectória de evolução do conjunto da economia.
- c) **Sistemas produtivos regionais em Portugal.** A grande diferenciação territorial das estruturas produtivas do nosso país evidencia que há diferentes lógicas de inclusão no mercado de trabalho. Tanto a indústria de fraca intensidade tecnológica com as polarizações de actividades terciárias, como as actividades agrícolas mais ligadas ao mercado, como certas actividades industriais com especiais localizações regionais, como a construção civil, se revelam “captadoras” de mão-de-obra imigrante, o que é sinal de uma grande “adaptabilidade” à economia e às suas diferenciações regionais.
- d) **Evolução demográfica.** O baixo dinamismo demográfico da sociedade portuguesa tem tido na imigração uma fonte indispensável para a manutenção dos níveis populacionais actuais e as previsões para o futuro vão no mesmo sentido. O que é verdade no plano nacional tem ainda expressões mais fortes em certas regiões, onde os saldos demográficos naturais são baixos ou negativos e onde os saldos migratórios

⁴ Refira-se, em especial, os trabalhos de Rosa *et. al* (2003), Carvalho (2004), Góis e Marques (2007), Banco Mundial (2006) e OECD (2007).

⁵ Vitorino (2007).

compensam aquele défice.

- e) **Geografias da imigração**. A recente vaga de imigração em Portugal, de meados dos anos noventa para cá, trouxe como facto original uma difusão por todo o território, contrastante com a anterior tendência para a aglomeração na Grande Lisboa (chamámos a isto “geografia das chegadas”). Este dado está directamente associado à chegada de novas nacionalidades, especialmente a brasileira e as do Leste Europeu, e a forte alteração da “geografia das origens”.
- f) **Imigração e economias locais**. O impacto da imigração na sociedade portuguesa tem diferentes intensidades territoriais. Mostra-se neste projecto que há fortes **aglomerações** territoriais da imigração (Algarve, Grande Lisboa e Península de Setúbal perfazem 65% do total), visto que, na distribuição espacial do total nacional de imigrantes estas localizações constituem os maiores volumes. Mas, por outro lado, são muitas as situações em que o impacto se revela pelo **peso dos trabalhadores estrangeiros no território de acolhimento**. Fora daquelas três NUTS III, há 14 concelhos periféricos do Norte, Centro e Alentejo e Madeira em que o que designámos Índice de Distribuição Territorial do trabalho imigrante é igual ou superior a 1,5⁶.
- g) **Impacto das habilitações escolares e qualificações atribuídas na relação laboral**. Este é um dos domínios originais mais salientes deste projecto. Proporciona-se aqui informação muito detalhada sobre estas duas matérias, das quais resultam duas conclusões principais: os imigrantes, através das respectivas habilitações escolares, são um factor de qualificação de muitos territórios do país; contudo, existe generalizadamente um “fosso” muito significativo entre aquelas habilitações e os desempenhos profissionais correspondentes, o que conduz a um “desaproveitamento” das capacidades da mão-de-obra imigrante. Por isso, mais de metade dos trabalhadores estrangeiros são inseridos profissionalmente como não-qualificados ou operários e o Índice de Qualificações que construímos é, para eles 3,3, sendo 4,4 para os portugueses. Mas os correspondentes Índices de Escolaridade são 8,0 e 8,4.
- h) **A imigração como factor de qualificação de territórios periféricos**. A conclusão anterior tem um corolário específico: em 22 das 30 NUTS III do país os imigrantes são mais habilitados escolarmente do que os portugueses. Isto constitui um factor de qualificação desses territórios. Mesmo que aí se localize menos de 1/5 da imigração, a verdade é que se trata de espaços da economia nacional onde os outros factores de qualificação territorial são escassos.
- i) **Inserção laboral por sectores de actividade económica**. A natureza e o peso dos trabalhadores estrangeiros na economia portuguesa tornam simplista qualquer

⁶ Significando isso que o peso do concelho no volume nacional dos trabalhadores imigrantes é superior em 50% ou mais a idêntico peso no volume total nacional de trabalhadores.

associação desta mão-de-obra a um único sector de actividade. De facto, a “plasticidade” territorial da imigração tem igualmente paralelo numa **“plasticidade” sectorial**: o comércio, alojamento e restauração, as actividades que prestam serviço à economia⁷ e a construção são sectores principais de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Aliás, a terciarização da economia está claramente relacionada com o forte recurso à mão-de-obra imigrante, apesar de a própria indústria ter um significado não irrelevante. Por sua vez, a relação entre sectores e territórios mostra a conjugação destes dois tipos de “plasticidade”, como acontece com o maior acolhimento através da indústria no Norte e no Centro ou através da agricultura no Alentejo.

- j) **Trabalhadores científicos.** Verificou-se que os imigrantes científicos têm relevo nas dinâmicas de recursos humanos em C&T em Portugal, colocando assim o sistema de investigação nacional nas dinâmicas de mobilidade científica internacional. Apesar de a quantificação exacta da emigração científica não ser fácil, os valores existentes permitem estimar que a ordem de grandeza da imigração científica é semelhante à da emigração, pelo que do ponto de vista puramente quantitativo se deverá **falar em ‘circulação’ em vez ‘fuga de cérebros’**. Adicionalmente cabe referir que a migração científica também contribui para a qualificação do sistema no seu todo, apresentando padrões de qualificação, nomeadamente ao nível do doutoramento, superiores à média global do sistema.
- k) **Semi-periferia científica.** A análise de trajectórias e das experiências de inserção dos investigadores estrangeiros permite também concluir que o sistema de investigação nacional se insere nas **dinâmicas de mobilidade internacionais**. Atrai em especial investigadores da União Europeia, diferenciando-se neste aspecto dos padrões de origem dos restantes trabalhadores, mas faz também uma importante ligação com os países da África Lusófona e com o Brasil ou mesmo com os países emergentes, como a Índia. A procura de Portugal é comparável com a de outros sistemas de investigação. Com excepção de alguma hierarquia ainda existente, o sistema de investigação nacional revela assim capacidade de inserção em dinâmicas de circulação globais, mostrando que, não sendo o centro, faz também dele parte.

Recomendações

- 13- A natureza da investigação desenvolvida neste projecto e a delimitação que foi feita de certos problemas específicos justificam que se façam as seguintes recomendações, tendo em vista uma melhor inserção dos imigrantes e o desenvolvimento do país.

- a) **Imigrantes e territórios de acolhimento.** Os imigrantes inserem-se no país através de um

⁷ Na designação estatística “actividades imobiliárias e de serviços às empresas”.

quadro legislativo geral e políticas nacionais de imigração, é certo. Mas é em territórios de acolhimento concretos, de nível regional e local, que a essa inserção se define e concretiza. Aconselha-se vivamente a que as dimensões locais do acolhimento sejam elementos centrais da lógica e da atitude de inclusão dos imigrantes, com especial atenção aos factores de sociabilidade, de contextualização familiar e de envolvimento nas sociedades locais.

- b) **Imigrantes e desenvolvimento regional periférico.** Ficou demonstrado que, mesmo perante volumes pequenos de imigrantes, há um papel incontornável da imigração recente em meios mais periféricos, deficitários do ponto de vista demográfico e das qualificações. A imigração é, pois, uma variável importante do desenvolvimento regional descentralizado e deve ser vista como tal, incluindo-a em estratégias de coesão territorial e de fortalecimento de novas parcerias para a qualificação regional e local.
- c) **Imigrantes, trabalho e empresas.** A ênfase dada neste projecto à participação dos imigrantes no mercado formal de trabalho (e o significado elevado desta dimensão) faz das empresas e da relação laboral concreta um factor decisivo da sua inclusão na sociedade portuguesa e da valorização das capacidades que os qualificam. Os sindicatos, as associações empresariais, as empresas em concreto são, pois, participantes dos mais relevantes em estratégias específicas de desenvolvimento do mercado formal de trabalho.
- d) **Imigrantes e certificação de qualificações.** Um questão crítica, cuja importância não pode ser obscurecida, é a da impossibilidade de continuar a desbaratar as qualificações que os imigrantes possuem e a gerar formas de exploração insustentáveis. A necessidade de confrontar as empresas com um uso indevido de mão-de-obra qualificada parece imperiosa, dada a grandeza do problema. Assim como é um bom objectivo desenvolver acções tendo em vista demonstrar que muitas delas estão, implicitamente, a tomar decisões irracionais de “desaproveitamento” de condições para a melhoria da produtividade que possuem “dentro de portas”.
- e) **Imigrantes e mobilidade científica.** A circulação científica não é um episódio pontual em trajectórias estáveis, Frequentemente, intercalam-se estadias em períodos curtos com períodos mais longos. Assim sendo, para os trabalhadores científicos a celeridade do processo administrativo e o reconhecimento desta condição específica, adquire uma importância adicional, dado o tempo de mobilidade e a facilidade com que se permita a curta circulação. A nova Lei da Imigração já representa um importante avanço nesse sentido, garantindo processos específicos e diferenciados relativamente aos estudantes estrangeiros (com quem eram normalmente agrupados). Mas maior atenção poderá ser dada a estes processos, em particular ao nível das instituições. Cabe ainda assinalar a necessidade de reconhecimento, pelas instituições e pelas

políticas gerais de apoio à inserção local, da importância de factores pessoais, e não apenas científicos, na opção pela imigração.

Capítulo I

O modelo económico português e os factores de competitividade

1. O crescimento económico recente em Portugal: um modelo extensivo e os seus ciclos

A economia portuguesa do início do milénio é intensamente utilizadora de mão-de-obra, mais do que de outros factores produtivos. Por isso, o seu modelo de crescimento é o que se convencionou chamar um **modelo extensivo**. Nas décadas recentes, cerca de 3/4 da criação de riqueza na economia corresponde a actividades terciárias, a agricultura reduz-se a cerca de 4% e a indústria a 20%. Neste último sector, a mão-de-obra é o principal dos chamados “factores chave de competitividade”, em cerca de 1/3 do VAB industrial⁸.

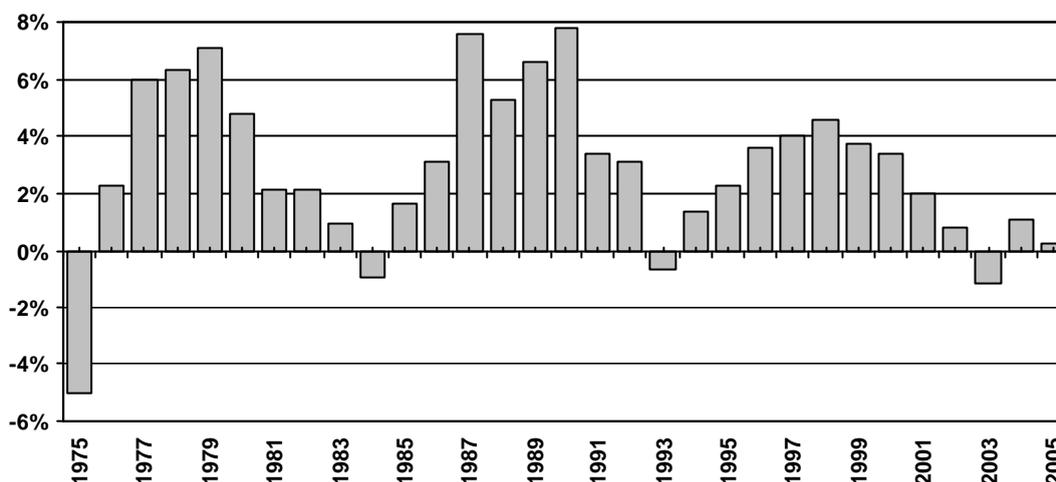
Esta característica extensiva tem estado por detrás dos três ciclos de crescimento económico, claramente definidos, que se “desenharam” ao longo dos últimos trinta anos. Podemos designar cada um destes ciclos pelo fenómeno sociopolítico que melhor o caracteriza: a *democracia*, que se segue à revolução democrática do 25 de Abril de 1974 (ciclo de 1976-1984), a *integração europeia* (ciclo de 1985-1993) e a criação da *moeda única*, no quadro da União Económica e Monetária (ciclo de 1994-2003). São ciclos relativamente semelhantes na sua duração (9-10 anos), na sua intensidade de crescimento (as taxas médias de variação anual do PIB são, respectivamente, 3,4%, 4,2% e 2,4%) e até no perfil das suas fases ascendentes e descendentes.

É notório que a economia conheceu fases de dinamismo apreciáveis, quer no ciclo económico “da democracia”, quer no “da integração europeia”, quer mesmo no da “preparação da moeda única”. Não é, contudo, uma conclusão corrente verificar que o ciclo da crise de transição para uma sociedade e uma economia democráticas seja tão intenso, prolongado e dinâmico como foi o da nossa europeização (que, convencionalmente, ocupa o lugar simbólico de fase “dourada” do crescimento recente). Mas já é uma ideia largamente partilhada a que aponta para o “esgotamento” do modelo português de crescimento do último quartel. De facto, é visível que o

⁸ A diferenciação do produto (28%) e os recursos naturais (22%) são os factores chave que se seguem à mão-de-obra, em ordem de importância. As economias de escala e a I&D representam, respectivamente, 15% e 4% do Valor Acrescentado Bruto industrial.

dinamismo tendeu a “desacelerar”, como fica bem ilustrado na análise do perfil do último ciclo, aquele que finaliza o Século XX e culmina na recessão de 2003. É igualmente claro que a recuperação não tem o mesmo perfil das que se sucederam aos dois ciclos anteriores.

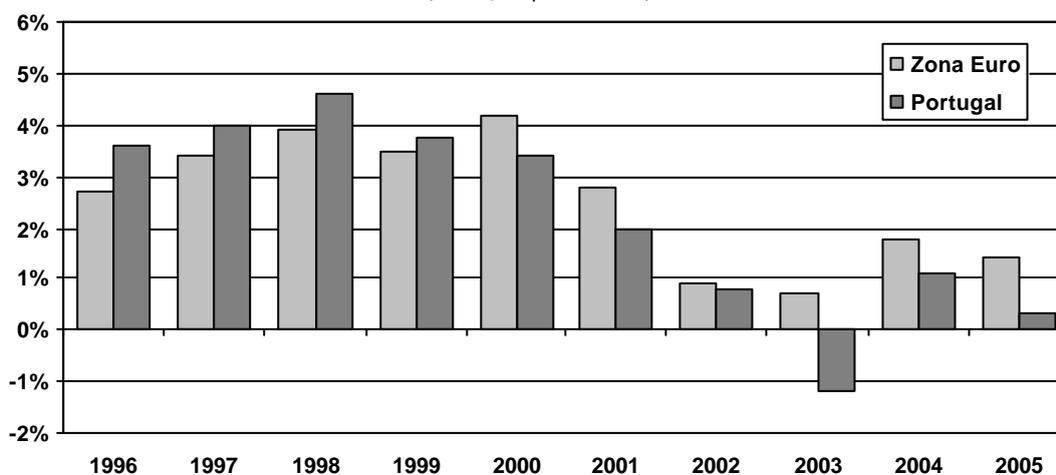
Gráfico 1
Percentagem de Variação Anual do PIB (1975-2005)
 (valores percentuais)



Fonte: Banco de Portugal

É, aliás, neste contexto, que emerge a interrupção do processo de convergência real com a União Europeia, de que o gráfico seguinte dá uma imagem. Quer isto dizer que as características da ausência de dinamismo da economia portuguesa têm vindo a acentuar-se, “desconectando-a” do quadro de crescimento europeu.

Gráfico 2
Evolução em volume do Crescimento anual do PIB (1996-2005)
 (variação percentual)



Fonte: Banco de Portugal

Com efeito, após um período em que a taxa de crescimento anual do PIB português tende a

acompanhar a tendência de crescimento na zona Euro, superando os valores percentuais de variação positiva registados a esta escala, a queda verificada a partir de 2001 é pronunciada, prosseguindo uma dinâmica de redução do PIB português, que atinge em 2003 valores negativos, apesar da ligeira recuperação observada a partir deste ano e que é inferior, contudo, à variação do PIB na zona Euro em 2004 e 2005.

As análises das componentes do crescimento podem orientar-se em várias direcções (avaliação dos contributos do consumo, do investimento, das exportações...). Não é aqui necessário seguir esses caminhos. Interessa-nos, isso sim, discutir a relação entre o crescimento e o uso do factor trabalho, observando de que modo a economia usa o volume de recursos humanos disponível. Para isso, considere-se que o PIB *per capita* do país (Y/D) depende da disponibilidade de força de trabalho (proporção da população activa na população total), do volume real de emprego (face à população activa) e da produtividade desse emprego. A fórmula seguinte sintetiza esta ideia.

$$(1) Y/D = L/D \times E/L \times Y/E$$

Nela, Y = PIB, D = população total, L = população em idade activa, E = Número de pessoas empregadas.

Ora, vistas as coisas deste modo, compreende-se que o grande papel da imigração está num aumento de L e de E que é independente de uma aumento prévio de D. Isto significa que não há lugar a um período de tempo em que um aumento de D não contribui para o crescimento do PIB.

Como a igualdade (1) ainda pode ser transformada em:

$$(1) Y/D = L/D \times E/L \times Y/E$$

Em que A = População Activa (empregados e desempregados) e H = número de horas de trabalho realizadas.

Acontece, assim, adicionalmente, que uma propensão maior para o trabalho (medida pelo número de horas) e uma menor inclusão no desemprego se traduz num maior contributo para o crescimento. E sabe-se que estas são características justificadamente associáveis ao trabalho imigrante, especialmente na fase de chegada a uma economia onde se procura realizar rendimentos.

De facto, o que a imigração veio significar na economia portuguesa foi uma alteração dos *ratios* que medem a disponibilidade de mão-de-obra activa face à população residente. À imigração está associada a busca de emprego e, portanto, a mobilidade entre países de pessoas em idade activa e em busca de inserção no mercado do trabalho. O país receptor é, portanto, aquele que faz variar

positivamente as relações quantitativas referidas. É nisto, obviamente, que consiste uma primeira aproximação aos impactos da entrada de imigrantes numa economia e, muito especialmente, na economia portuguesa que percorria o terceiro ciclo de crescimento que os gráficos anteriores simbolizam.

2. O crescimento económico e o factor trabalho

Curiosamente, quando o crescimento se apresenta mais modesto, como sucede durante o último ciclo, a economia torna-se altamente “faminta” de mão-de-obra. O que significa, por um lado, que o crescimento do produto assentou num mercado de trabalho capaz de incorporar crescentes volumes de mão-de-obra, e por outro que as reacções ao crescimento económico (às fases expansivas e àquelas em que a economia se contrai) tiveram tendência a revelar-se de natureza pró-cíclica. Quer dizer, o crescimento faz-se através do uso de mais força de trabalho (e não, por exemplo, do aumento da produtividade) a qual é sub-utilizada quando o ritmo da economia abranda.

De facto, entre 1995 e 2005, o volume de população activa aumentou 15%, passando de cerca de 4,8 milhões para quase 5,5 milhões de adultos activos (Quadro 1). Trata-se de um aumento superior ao da população residente no país (cujo crescimento, no mesmo período, apenas atingiu cerca de 5%). Consequentemente, a taxa de actividade elevou-se ao patamar dos 52% em 2005, enquanto a taxa de desemprego desceu para níveis relativamente baixos entre 1998 e 2002, para depois retomar valores elevados (Quadro 2). Esta natureza expansiva do mercado de trabalho reflecte-se tanto no acréscimo do trabalho por conta de outrem entre 1995 e 2005 (que acompanha assim o aumento da população activa), como no trabalho familiar e por conta própria (que corresponde a cerca de 1,3 milhões de empregados e que aumentou igualmente 15% no período que estamos a considerar).

Quadro 1
Indicadores do Sistema de Emprego: População e Trabalho (1990-2005)
(volume, em milhares, e variação percentual)

	1990	1995	2000	2005	Variação 1990-2005
População Total	9 877,5	10 043,2	10 256,7	10 563,1	6,9%
População Activa	4 991,0	4 839,6	5 226,4	5 544,9	11,1%
População Empregada	4 717,5	4 415,9	5 020,9	5 122,6	8,6%
População Desempregada	231,1	325,4	205,5	422,3	82,7%
Trabalhador por conta de outrem	3 311,6	3 156,0	3 651,8	3 813,8	15,2%
Trabalhador por conta própria como isolado	996,5	855,0	883,2	903,8	-9,3%
Trabalhador por conta de própria como empregador	217,6	283,0	301,0	300,2	38,0%
Trabalhador Familiar não remunerado	168,9	90,2	192,9	104,8	-38,0%

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*; ICS, *A Situação Social em Portugal (1960-1999)*.

O mercado de trabalho que se expande deste modo vê contudo crescer apenas ligeiramente a qualificação da força de trabalho utilizada, que permanece baixa. Com efeito, em 2003 só 23% dos trabalhadores detinham uma escolarização secundária ou superior (representando em 1998 cerca de 19%). É certo que a oscilação verificada nas necessidades de mão-de-obra, em função dos ciclos económicos, corresponde a um processo de natureza distinta da qualificação de recursos humanos, sobretudo em termos temporais. Isto é, a qualificação escolar da população, e considerando o atraso estrutural verificado no nosso país neste domínio, regista uma evolução por natureza mais lenta do que a variação da absorção de recursos humanos pela economia, por natureza mais flexível.

Todavia, não deixa de ser relevante constatar que nos períodos de maior cooptação de mão-de-obra, a economia parece não pretender beneficiar significativamente dos aumentos de qualificação entretanto registados, sobretudo ao nível do ensino secundário e superior. A contrário, e sobretudo em certos sectores de actividade, é a necessidade quantitativa - mais do que a necessidade qualitativa - que tende a fundamentar os níveis de absorção de mão-de-obra pela economia (Quadro 2).

Quadro 2
Taxas de Actividade e Desemprego, e níveis de Qualificação Escolar (1995-2005)
(valores percentuais)

	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Taxa de Actividade	50,5	48,6	48,9	49,5	50,3	50,5	51,1	51,7	52,2	52,3	52,2	52,5
Taxa de Desemprego	4,9	7,2	7,3	6,7	4,9	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6
Ens. Secundário e Superior												
- População Activa	20,4	21,4	21,4	22,4	22,4	26,0	27,1	28,3
- População Empregada	20,2	21,4	21,3	22,4	22,4	25,8	27,3	28,3
- População Desempregada	24,0	22,0	23,0	22,9	23,1	28,2	25,0	29,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego; Inquérito ao Emprego (1998-2005)

Estas características portuguesas de grande uso da mão-de-obra têm uma clara especificidade em termos europeus. Comparativamente, Portugal apresenta-se, de facto, como um país de alta utilização do trabalho na economia. Em 1994, a taxa de emprego⁹ portuguesa (Quadro 3), situava-se em 68,2%, e não nos revelava por conseguinte como um país do sul da Europa ou da “coesão” (da Itália à Grécia e à Espanha ou mesmo à Irlanda, este indicador oscila, neste ano, entre 56% e 65%), antes parecendo situar-nos na proximidade dos capitalismos escandinavos, onde se atingem os valores mais elevados (uma situação idêntica verifica-se em 2005, onze anos mais

⁹ A Taxa de Emprego estabelece o significado percentual da população empregada no total da população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade). Considerando apenas os empregados do sexo masculino, feminino, ou o grupo etário dos jovens, por exemplo, obtêm-se valores específicos da Taxa de Emprego. Por seu turno, a Taxa de Actividade permite definir o peso percentual da população activa (indivíduos com 15 ou mais anos de idade) no total da população residente.

tarde).

Quadro 3
Taxa de Emprego: Comparações Internacionais
(valores percentuais)

	1994	2002	2003
Itália	55,5	42	69,1
Grécia	56,7	42,5	71,4
Espanha	58,4	44,1	72,6
Irlanda	65	55,2	74,7
Portugal	68,2	60,8	75,9
Suécia	73,6	72,2	74,9
Dinamarca	75,9	71,7	80
Holanda	74,4	66,2	82,4
Média UE15	64,2	55,6	72,9
Média UE25	62,8	54,6	71,1

Fonte: Comissão Europeia, 3º Relatório da Coesão, 2004

Neste sentido, é particularmente significativo, enquanto manifestação da natureza extensiva do modelo de crescimento português, o que se passa com a taxa de emprego feminina (quase 50% mais elevada que a da Itália, a da Grécia ou a da Espanha). Sabendo-se, ao mesmo tempo, que uma participação feminina elevada no mercado de trabalho não tem, obviamente, o mesmo significado da que se verifica na Europa do Norte, pois aí não se observa o mesmo fenómeno de uso intensivo do trabalho feminino, nem os níveis salariais são sequer aproximados, prevalecendo as formas de trabalho a tempo parcial.

Esta imagem de dependência face a grandes volumes de trabalho tem um reverso conhecido. Portugal não foge à sua condição de economia do sul na percentagem de despesas em I&D (embora se destaque no crescimento que elas registam), nem no peso percentual que o emprego neste domínio assume relativamente à população activa ou, principalmente, nos gastos das empresas em inovação.

Taxas de actividade, de emprego e de feminização comparativamente elevadas revelam a dimensão do volume de trabalho mobilizado pela economia. A evolução destas taxas e o comportamento da taxa de desemprego e, especialmente, de taxas parciais de desemprego (como a das mulheres ou a dos jovens), indiciam, por sua vez, que o trabalho é uma variável de ajustamento face ao ciclo económico.

Poderia não ser assim, ou não ser assim de modo tão significativo, caso o trabalho fosse um recurso mais positivamente articulado com outras dimensões das estratégias produtivas, como a renovação do sistema empresarial e da especialização, o aumento do patamar das qualificações, ou o conhecimento e a I&D. Nesse caso, a relação entre crescimento económico e uso do

trabalho seria mediada por variáveis “endógenas” às empresas e ao processo tecnológico e aquela relação simplista de ajustamento através do volume de trabalho alterar-se-ia.

Num quadro temporal substancialmente distinto (e incomparável a vários títulos) vale a pena referir que o ciclo de crescimento anterior à democracia (anos sessenta e inícios de setenta) foi dramaticamente marcado pela emigração, isto é, por “exportação” de força de trabalho. A mão-de-obra foi, nesse contexto, um recurso menor do modelo de crescimento. Inversamente, foi o capital que foi intensivamente usado, sendo o próprio crescimento do PIB quase que inteiramente determinado pela “contribuição do capital” e pelos enormes impactos que resultavam de uma modernização súbita da economia.

3. Conclusão

Este capítulo tem uma finalidade clara: mostrar-nos em que quadro de crescimento surgiu a vaga recente de imigração e apontar uma característica da economia portuguesa relacionada com o uso do factor trabalho.

Assim sendo, são três as conclusões que importa sublinhar. A primeira é a que sublinha que é no contexto de um ciclo de crescimento muito específico, o do período 1996-2003, que Portugal se torna num país de imigração. O crescimento foi, então, especialmente utilizador de trabalho e a evolução da economia encaminhou-a para uma situação em que esta característica prevaleceu sobre quaisquer outras, reduzindo-lhe a capacidade para inovar e para ser articular positivamente com o contexto económico europeu. O resultado foi uma “divergência” prolongada e um período originalmente longo de incapacidade de retoma do crescimento, não sendo ainda claro quando tal situação se inverterá.

A segunda conclusão, já implícita na anterior, é que a economia portuguesa se tornou “faminta” de mão-de-obra, rodeando-se de contingentes volumosos de trabalho disponível. Isto tornou-se verdade com a democracia, quando, finalmente, a economia portuguesa se tornou criadora de emprego. Daí resultou capacidade para acolher o retorno das ex-colónias, para incorporar volumes crescentes de mulheres no mercado de trabalho e para aumentar significativamente a taxa geral de actividade, ao mesmo tempo que a especialização industrial e a inserção internacional, através das exportações, deu lugar central às indústrias tradicionais intensivas em mão-de-obra. Pode, pois, dizer-se que a imigração, ao atingir volumes que nunca antes se tinham registado, representou uma nova fronteira da procura de trabalho.

Finalmente, podemos tomar consciência do que estas características da economia portuguesa a distinguem de outras com que habitualmente a comparamos, anotando que esta nem é uma

condição da periferia geográfica da Europa nem das economias do Sul.

Quer isto dizer que podemos prosseguir a nossa análise aprofundando outras variáveis relevantes. Dedicar-nos-emos de seguida a apreciar as estruturas produtivas territoriais que vão servir de meios de acolhimento aos imigrantes.

Capítulo II

A estrutura regional da economia: sistemas produtivos e especializações territoriais

Um dos objectivos deste projecto é mostrar como a mão-de-obra imigrante se difundiu no território, articulando-se com a diversidade de estruturas produtivas que, nos planos regional e local, constituem o país. Procura-se saber se o processo imigratório recente, que - ao contrário do que era característico das fases anteriores -, não regista uma concentração espacial vincada, comporta um padrão uniforme de inserção dos estrangeiros no mercado do trabalho ou se, em alternativa, a imigração se “compatibiliza” com a oferta de emprego existente regionalmente.

Quer dizer, a marca global que nos é dada pelo uso do factor trabalho na economia portuguesa (e de que nos ocupámos no capítulo anterior) dá-nos um primeiro sentido para a compreensão do fenómeno imigratório recente. Mas importa aprofundá-la através de uma visão desagregada da “recepção” dos trabalhadores estrangeiros pelos territórios regionais. Para evidenciar devidamente estas características da inserção dos imigrantes nos sistemas regionais de emprego julgou-se adequado estabelecer como tarefa de investigação deste projecto uma análise da estrutura regional da economia, considerando os diversos sistemas produtivos e especializações regionais.

Os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social oferecem a possibilidade de proceder a uma análise e caracterização da estrutura regional da economia portuguesa, para além da análise da informação mais relevante relativa à caracterização do trabalho imigrante por conta de outrem e sua comparação com a mão-de-obra nacional.

Assim, procura-se neste capítulo desenvolver uma comparação dos vários espaços regionais, destacando por um lado o peso diferencial que neles assumem os diferentes sectores de actividade económica em termos de emprego, e - por outro lado - a prevalência relativa de determinados sectores relativamente ao seu grau de inovação, ou o potencial de empregabilidade que se associa a cada estrutura económica regional. Trata-se, essencialmente, de desenhar uma

geografia do emprego industrial e terciário através da qual se mostre quais as economias regionais e locais cujas características internas são marcadas por uma matriz mais industrial ou mais terciária, quer porque o emprego nacional nestes sectores se localiza preferencialmente em tais economias, quer porque tais sectores têm um peso na estrutura de emprego dessas regiões superior ao que a sua base demográfica indicaria. O que está em causa é, evidentemente, averiguar se a mão-de-obra imigrante tem uma lógica de emprego específica ou se, pelo contrário, tende a adaptar-se às realidades espaciais do país. Ao mesmo tempo, ensaia-se uma aproximação à qualidade do emprego existente.

São utilizados para este efeito alguns indicadores, visando assim a caracterização e comparação das estruturas económicas regionais, de modo a definir os seus sistemas produtivos e identificar padrões de especialização económica. Um destes indicadores corresponde ao *Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial (IRDES)*, que compara o peso de uma região relativamente ao número de trabalhadores de um dado sector, face ao total nacional de trabalhadores empregues nesse mesmo sector, ponderando este resultado com uma relação idêntica ao nível da população residente nessa região e no país. O que significa que quando, numa região, se atinge a unidade nesta relação, se está perante um peso de emprego sectorial que é correspondente ao peso que a população residente nesse espaço assume face ao total da população residente nacional. Logicamente, valores superiores à unidade significam que uma região detém, num sector, um Índice que supera o peso relativo da população que aí reside, e valores inferiores à unidade significam que a importância de um determinado sector de actividade é menor que a importância relativa da população residente nessa região face ao total do país.

Um segundo indicador, o *Índice Regional de Distribuição Intra-sectorial (IRDIS)*, procura analisar a distribuição do emprego por conta de outrem nos diferentes subsectores que integram um sector de actividade económica, visando justamente avaliar o grau de especialização económica regional. Este índice pode ser apurado por subsectores de actividade ou por agregações de vários subsectores de actividade em função do diferente grau com que mobilizam tecnologia ou informação¹⁰, consoante se trate de uma actividade da indústria ou dos serviços (e à semelhança das comparações que também se efectuam, neste sentido, relativamente ao *IRDES*).

¹⁰ No caso da Indústria, considera-se que os subsectores de Baixa Tecnologia correspondem às indústrias da alimentação, bebida e tabaco, têxtil vestuário e couro, madeira e cortiça e indústria do papel. Por sua vez, os subsectores que utilizam níveis de Média-baixa Tecnologia correspondem às indústrias de produtos químicos e minerais não metálicos e indústrias de base e de produtos metálicos. Os subsectores que agregam actividades industriais que utilizam níveis de Média-alta Tecnologia e de Alta Tecnologia correspondem à fabricação de máquinas, equipamentos e materiais de transporte.

No caso dos Serviços, distinguem-se três níveis de intensidade informacional. Um primeiro nível corresponde às infra-estruturas (produção e distribuição de electricidade e gás, captação e distribuição de água e construção); um segundo nível corresponde a subsectores do Terciário que mobilizam Baixa Intensidade Informacional (o comércio, o alojamento, a restauração, os transportes, a saúde, a acção social e o saneamento); e um terceiro nível, relativo à mobilização de Elevada Intensidade Informacional, engloba os subsectores dos correios e telecomunicações, intermediação financeira, actividades informáticas e I&D.

Um terceiro indicador corresponde ao *Quociente de Localização (QUOL)*, e procura relacionar o peso que assume, numa dada região, um subsector de actividade no contexto do sector de Actividade em que se insere (secundário ou terciário), com o peso que esse mesmo subsector assume face ao total do sector de actividade em que se insere, à escala nacional. Quando este indicador, que permite igualmente definir padrões de especialização económica regional, atinge a unidade, significa que o peso relativo do subsector numa dada região não se diferencia da sua importância relativa à escala do país, passando a ser comparativamente relevante em termos regionais para valores que superem a unidade, e menos relevante face ao total nacional quando os valores são inferiores à unidade.

1. A terciarização da economia e o reordenamento subsectorial da indústria em Portugal

A economia portuguesa é hoje fortemente terciarizada e esta condição tem vindo a reforçar-se, Também é claro que, dentro do sector industrial, há dinâmicas subsectoriais relativamente intensas, que reordenam a especialização e a própria matriz empresarial. Estes dados são visíveis no conjunto da economia e vamos procurar evidenciá-los aqui porque nos parece que eles não podem deixar de ser levados em conta para perceber o factor de novidade que a imigração vem trazer ao funcionamento e à organização dos mercados do trabalho nacionais, globalmente considerados. De facto, uma economia que acolhe imigrantes não soma apenas mais unidades ao lado da procura de emprego. Ela há-de estar, certamente, a reestruturar-se e a alterar alguns dos equilíbrios em que assentava.

Por isso, procede-se a uma análise dos grandes números do emprego por NUTS II, quer em termos totais, quer desagregados por sectores e subsectores, evidenciando os valores absolutos e relativos com que se está a trabalhar. Adicionalmente, apresentam-se quadros de síntese, para as NUTS II, com cada um dos indicadores usados neste capítulo. Depois, mostraremos também que isso corre com especial significado nalgumas das regiões do país.

O Quadro 4 evidencia, ao permitir avaliar as alterações verificadas nos diferentes sectores de emprego, que as actividades do terciário têm vindo a assumir um peso crescente na sociedade portuguesa. Esta asserção é válida para qualquer uma das NUTS II do continente consideradas, sendo particularmente significativos os aumentos observados na Região Centro (10,2%), e no Algarve (9,5%), entre 2002 e 2005. No caso do Algarve este crescimento é concomitante com um significativo decréscimo do emprego nas actividades do sector primário (mantendo-se o volume do emprego na indústria praticamente inalterado), e no caso da Região Centro, o crescimento das actividades terciárias decorre com reduções significativas de volume de emprego nas actividades primárias e nas actividades ligadas à indústria.

A Região Norte, que assinala igualmente um crescimento significativo das actividades terciárias (7,2%) e uma quebra do peso da indústria (em 8,0%), regista todavia um acréscimo assinalável (de 12,0%) nas actividades ligadas ao sector primário, e que contraria a evolução observada nas restantes NUTS II. O Alentejo regista um ligeiro decréscimo (2,1%) de emprego no sector primário, situando-se a quebra do emprego em actividades industriais em torno dos 9,0%. Globalmente, as actividades dos sectores primário e terciário sofrem quebras de cerca de 4 e 9%, situando-se o acréscimo do emprego nas actividades terciárias em cerca de 8%.

Quadro 4
Evolução da População Residente e do Emprego, nas regiões do continente (2002-2005)

	Regiões (NUTS II)										TOTAL (Continente)	
	Norte		Centro		Lisboa e Vale Tejo		Alentejo		Algarve			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2002^(*)												
População Residente	3 692	37,2	2 355	23,7	2 715	27,3	768	7,7	398	4,0	9 927	100
Emprego (Total)	1 793	36,7	1 287	26,4	1 276	26,1	337	6,9	189	3,9	4 881	100
Sector Primário	209	34,6	312	51,7	17	2,8	48	7,9	18	3,0	603	100
Sector Secundário	767	46,3	420	25,3	341	20,5	90	5,4	41	2,5	1 659	100
Sector Terciário	817	31,2	556	21,2	918	35,0	199	7,6	130	4,9	2 620	100
2005^(*)												
População Residente	3 738	37,1	2 382	23,6	2 779	27,6	766	7,6	417	4,1	10 082	100
Emprego (Total)	1 816	37,0	1 270	25,9	1 283	26,1	344	7,0	196	4,0	4 909	100
Sector Primário	234	40,3	277	47,7	10	1,8	47	8,0	12	2,1	580	100
Sector Secundário	706	46,8	381	25,3	298	19,7	82	5,4	41	2,7	1 508	100
Sector Terciário	876	31,1	613	21,7	975	34,6	216	7,7	142	5,0	2 822	100
Varição 2002/05^(*)												
População Residente	46	1,2	28	1,2	64	2,4	- 2	-0,3	18	4,6	155	1,6
Emprego (Total)	23	1,3	- 17	-1,3	7	0,6	7	2,2	7	3,4	28	0,6
Sector Primário	25	12,0	- 35	-11,1	- 7	-39,3	- 1	-2,1	- 6	-31,9	- 23	-3,8
Sector Secundário	- 61	-8,0	- 39	-9,3	- 43	-12,7	- 8	-9,0	0	0,0	- 151	-9,1
Sector Terciário	59	7,2	57	10,2	57	6,2	17	8,3	12	9,5	202	7,7

(*) Em milhares

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (4º Trimestre); INE, Estimativas Demográficas.

Considerando a evolução do emprego nas actividades subsectoriais da indústria, e tomando igualmente como referência o período entre 2002 e 2005, as quebras mais significativas - em termos globais -, verificam-se nos sectores têxtil, vestuário e couro (8,6%) e das máquinas, equipamentos e materiais de transporte (-5,4%). Quer isto dizer que é nos subsectores mais importantes da indústria transformadora (o "têxtil" e as "máquinas" significavam, em 2002, 48,2% do emprego industrial) que se têm registado as maiores reduções do emprego. Por seu turno, é nos subsectores das indústrias alimentares, bebidas e tabaco, e nas actividades industriais não especificadas que se observam os maiores aumentos percentuais de emprego, respectivamente

com 9,7 e 7,5% (Quadro 5). Estes subsectores, juntos, representavam em 2002 17,2% do emprego industrial. Parece, pois, que estamos perante um significativo reordenamento subsectorial da indústria, o que quer dizer que a mão-de-obra imigrante chega em momentos de transformação em matéria de especialização e de emprego. Não custa, assim, admitir que ela tenha sido um recurso dos processos de alteração e um factor interveniente nas novas lógicas adaptativas.

Quadro 5
A desagregação subsectorial do Emprego na Indústria, por regiões (2002-2005)

	Regiões (NUTS II)										TOTAL (Continente)	
	Norte		Centro		Lisboa e Vale Tejo		Alentejo		Algarve		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
2002												
Alimentares, bebidas e tabaco	27 066	33,1	23 330	28,6	19 057	23,3	9 756	11,9	2 485	3,0	81 694	100
Têxtil, vestuário e couro	193 518	82,3	33 626	14,3	5 693	2,4	2 115	0,9	101	0,0	235 053	100
Madeira e cortiça	20 563	54,2	10 565	27,8	3 588	9,5	2 452	6,5	789	2,1	37 957	100
Papel	12 306	30,2	8 852	21,7	17 902	43,9	1 204	3,0	517	1,3	40 781	100
Prod. quím. e min. ñ metálicos	24 552	24,8	46 176	46,7	21 095	21,3	5 461	5,5	1 524	1,5	98 808	100
Metalurgia e prod. metálicos	33 825	44,1	23 839	31,1	14 506	18,9	3 465	4,5	1 005	1,3	76 640	100
Máq., equip. e mat. transporte	45 425	38,1	30 940	26,0	34 691	29,1	7 422	6,2	610	0,5	119 088	100
Não especificadas	26 845	59,8	11 682	26,0	4 481	10,0	1 638	3,6	234	0,5	44 880	100
TOTAL	384 100	52,3	189 010	25,7	121 013	16,5	33 513	4,6	7 265	1,0	734 901	100
2005												
Alimentares, bebidas e tabaco	29 816	33,3	26 133	29,2	19 427	21,7	11 991	13,4	2 255	2,5	89 622	100
Têxtil, vestuário e couro	180 486	84,0	29 033	13,5	3 778	1,8	1 519	0,7	99	0,0	214 915	100
Madeira e cortiça	20 417	54,9	11 019	29,6	2 609	7,0	2 422	6,5	722	1,9	37 189	100
Papel	13 362	32,5	8 433	20,5	17 543	42,7	1 266	3,1	463	1,1	41 067	100
Prod. quím. e min. ñ metálicos	28 599	27,9	45 161	44,1	21 512	21,0	5 808	5,7	1 291	1,3	102 371	100
Metalurgia e prod. metálicos	34 575	44,7	23 763	30,8	14 074	18,2	3 780	4,9	1 086	1,4	77 278	100
Máq., equip. e mat. transporte	43 473	38,6	31 887	28,3	29 351	26,1	7 210	6,4	684	0,6	112 605	100
Não especificadas	29 843	61,8	11 936	24,7	4 377	9,1	1 838	3,8	262	0,5	48 256	100
TOTAL	380 571	52,6	187 365	25,9	112 671	15,6	35 834	5,0	6 862	0,9	723 303	100
Varição 2002/05												
Alimentares, bebidas e tabaco	2 750	10,2	2 803	12,0	370	1,9	2 235	22,9	- 230	-9,3	7 928	9,7
Têxtil, vestuário e couro	- 13 032	-6,7	- 4 593	-13,7	- 1 915	-33,6	- 596	-28,2	- 2	-2,0	- 20 138	-8,6
Madeira e cortiça	- 146	-0,7	454	4,3	- 979	-27,3	- 30	-1,2	- 67	-8,5	- 768	-2,0
Papel	1 056	8,6	- 419	-4,7	- 359	-2,0	62	5,1	- 54	-10,4	286	0,7
Prod. quím. e min. ñ metálicos	4 047	16,5	- 1 015	-2,2	417	2,0	347	6,4	- 233	-15,3	3 563	3,6
Metalurgia e prod. metálicos	750	2,2	- 76	-0,3	- 432	-3,0	315	9,1	81	8,1	638	0,8
Máq., equip. e mat. transporte	- 1 952	-4,3	947	3,1	- 5 340	-15,4	- 212	-2,9	74	12,1	- 6 483	-5,4
Não especificadas	2 998	11,2	254	2,2	- 104	-2,3	200	12,2	28	12,0	3 376	7,5
TOTAL	- 3 529	30,4	- 1 645	14,2	- 8 342	71,9	2 321	-20,0	- 403	3,5	- 11 598	100

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002/2005.

Por regiões, a redução observada no sector do têxtil, vestuário e couro é particularmente pronunciada nos casos de Lisboa e Vale do Tejo, Região Centro e Alentejo (com quebras superiores a 10%, que no caso de Lisboa quase atingem os 34%), sendo igualmente relevante a perda de emprego verificado em Lisboa e Vale do Tejo no sector da Madeira e Cortiça (-27,3%). Por último, refira-se que os subsectores do papel e dos produtos químicos e minerais não metálicos registam, entre 2002 e 2005, perdas percentuais superiores a 10% no Algarve.

Relativamente aos sectores em que se observa crescimento do emprego no período considerado, as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco crescem significativamente em termos de emprego na Região Norte e Centro (10,2 e 12,0%, respectivamente) e, sobretudo, no Alentejo (22,9%). No caso das indústrias químicas e de produtos não metálicos, e do subsector das máquinas, equipamentos e transporte, o aumento de emprego verificado é significativo no primeiro caso na Região Norte (16,5%) e, no segundo caso, na Região do Algarve (12,0%).

Os quadros anteriores permitem ver que, em Portugal, a geografia do emprego é bastante vincada, diferenciando localizações preferenciais em algumas das grandes regiões do Continente. De facto, em 2005, a análise das actividades económicas dominantes em termos de emprego por regiões, permite destacar claramente o caso do sector têxtil, do vestuário e do couro na Região Norte (com cerca de 47% do emprego total), e o significado da indústria de produtos químicos e de minerais não metálicos na Região Centro (com cerca de 24% de emprego), sendo também relevantes nesta região os subsectores das máquinas, equipamentos e transportes e do têxtil, vestuário e couro. Em relação à Centro, a estrutura do emprego industrial revela-se todavia mais equilibrada do que no caso da Região Norte (Gráfico 3).

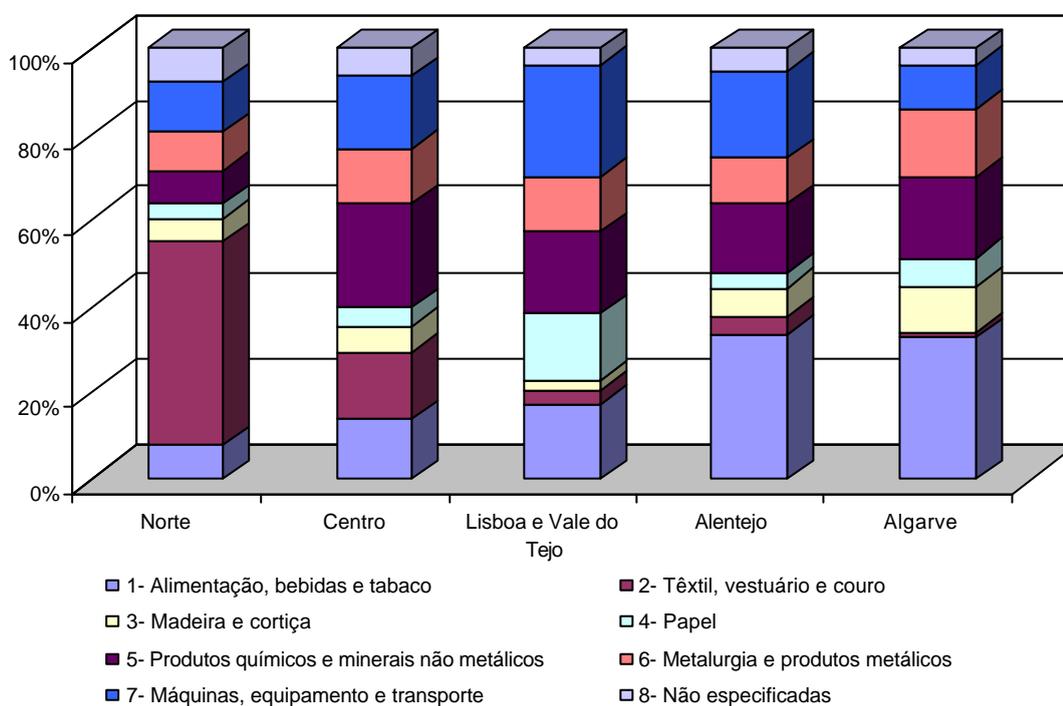
Na região de Lisboa e Vale do Tejo o emprego industrial distribui-se de modo relativamente equilibrado por um conjunto diverso de subsectores, destacando-se todavia o caso das máquinas, equipamentos e transportes (com cerca de 26% do emprego no sector industrial), do subsector da alimentação, bebidas e tabaco e dos produtos químicos e minerais não metálicos.

No Alentejo e no Algarve, cujo peso conjunto no Continente não ultrapassa em 2005 os cerca de 6%, o emprego no subsector industrial da alimentação, bebidas e tabaco é relevante, com valores ligeiramente superiores a 30%, sendo igualmente de assinalar o peso percentual da indústria de máquinas, equipamentos e transporte no Alentejo (em cerca de 20%), e dos subsectores dos produtos químicos e de minerais não metálicos, a par da metalurgia e produtos metálicos, no Algarve (que representam cerca de 18 e 16%, respectivamente, do total do emprego no sector secundário).

A análise da distribuição do emprego nos subsectores do terciário (Quadro 6), ao longo do período

considerado, permite por seu turno identificar dois grandes domínios onde o crescimento foi assinalável. Trata-se por um lado do subsector das finanças, serviços imobiliários e dos serviços às empresas (onde globalmente, isto é, à escala do continente, o crescimento entre 2002 e 2005 se situa em cerca de 34%), e o sector dos serviços sociais (que evidencia um acréscimo de cerca de 40% entre 2002 e 2005). De todos os subsectores de actividade em que se decompõe o sector terciário, apenas os serviços relacionados com o abastecimento de electricidade, água e gás registam uma ligeira descida em termos de emprego, na ordem dos -2,2%.

Gráfico 3
Desagregação subsectorial do Emprego na Indústria, por regiões (2005)



Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2005.

Do ponto de vista nacional, observa-se que a terciarização da economia portuguesa se alargou através do aumento da importância no emprego de dois subconjuntos de actividades: o comércio e restauração, por um lado, e as actividades de serviços às empresa e os serviços sociais, por outro. Há, pois, uma lógica "de serviço" (às pessoas e aos outros sectores da economia) que constitui uma das formas principais de criar emprego e para a qual a disponibilidade de força de trabalho é importante.

Por regiões, o aumento do subsector dos serviços sociais é expressivo no caso da Região Norte (cerca de 65%) e Algarve (cerca de 56%), sendo inferior (um acréscimo na ordem dos 19%) na Região de Lisboa e Vale do Tejo. O aumento do emprego no subsector das finanças, actividades imobiliárias e serviços às empresas é significativo em qualquer das regiões do continente, em

valores em torno dos 30% e nunca inferiores a 25%. Com taxas de crescimento comparativamente mais moderadas, em qualquer das regiões, vamos encontrar os subsectores da construção e do comércio, alojamento e restauração, verificando-se uma tendência para uma redução ligeira do emprego no subsector da electricidade, gás e água em todas as regiões (inferior a 10%), com excepção para o caso do Algarve, onde o emprego aumenta cerca de 66% entre 2002 e 2005 (valor que todavia deve ser relativizado, pois representa um aumento, em termos absolutos, de apenas 276 trabalhadores).

Quadro 6
A desagregação subsectorial do Emprego no Terciário, por regiões (2002-2005)

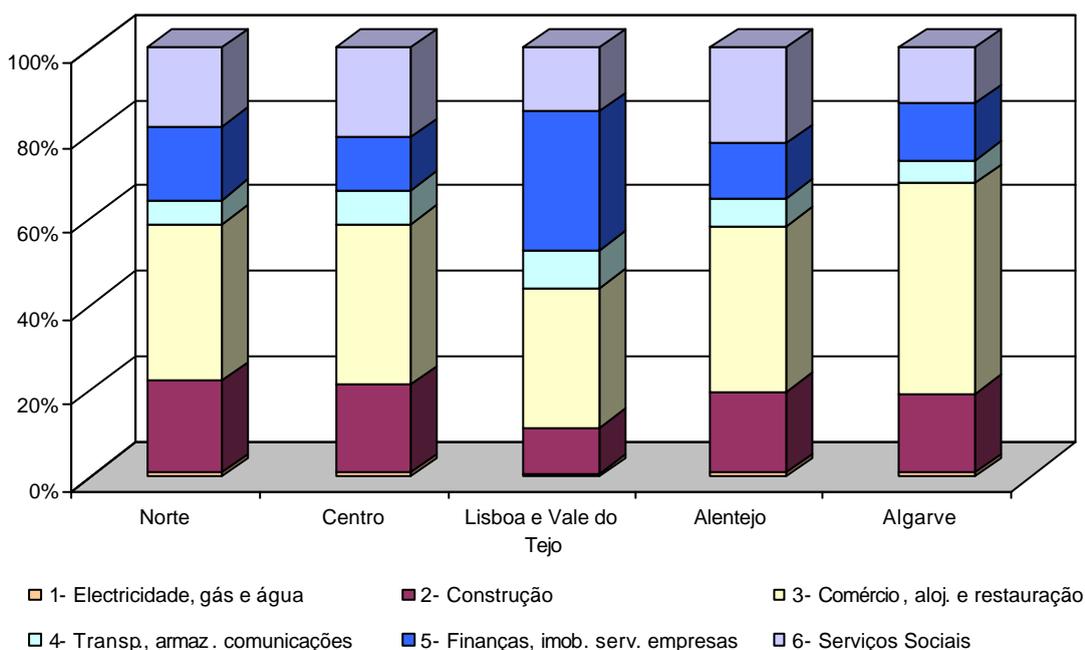
	Regiões (NUTS II)										TOTAL (Continente)	
	Norte		Centro		Lisboa e Vale Tejo		Alentejo		Algarve		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
2002												
Electricidade, gás e água	4 252	35,0	2 639	21,7	3 865	31,8	979	8,1	419	3,4	12 154	100
Construção	119 475	37,7	75 909	24,0	81 649	25,8	20 430	6,5	19 046	6,0	316 509	100
Comércio, aloj. e restauração	191 256	29,9	123 737	19,3	235 822	36,8	40 097	6,3	49 387	7,7	640 299	100
Transp., armaz. comunicações	35 088	24,6	26 337	18,5	69 824	48,9	5 869	4,1	5 559	3,9	142 677	100
Finanças, imob. serv. empresas	77 123	24,8	34 335	11,0	176 965	56,9	10 767	3,5	11 777	3,8	310 967	100
Serviços Sociais	66 151	27,5	52 929	22,0	93 674	39,0	17 923	7,5	9 717	4,0	240 394	100
TOTAL	493 345	29,7	315 886	19,0	661 799	39,8	96 065	5,8	95 905	5,8	1 663 000	100
2005												
Electricidade, gás e água	3 862	32,5	2 508	21,1	3 874	32,6	942	7,9	695	5,8	11 881	100
Construção	128 232	38,9	77 887	23,6	81 349	24,7	20 586	6,2	21 401	6,5	329 455	100
Comércio, aloj. e restauração	215 516	30,8	140 243	20,1	244 126	34,9	42 526	6,1	56 584	8,1	698 995	100
Transp., armaz. comunicações	35 682	24,5	28 699	19,7	68 142	46,8	7 119	4,9	6 046	4,1	145 688	100
Finanças, imob. serv. empresas	99 279	23,8	46 899	11,2	242 595	58,1	13 933	3,3	15 072	3,6	417 778	100
Serviços Sociais	109 426	32,3	78 206	23,1	111 173	32,8	24 605	7,3	15 106	4,5	338 516	100
TOTAL	591 997	30,5	374 442	19,3	751 259	38,7	109 711	5,6	114 904	5,8	1 942 313	100
Varição 2002/05												
Electricidade, gás e água	- 390	-9,2	- 131	-5,0	9	0,2	- 37	-3,8	276	65,9	- 273	-2,2
Construção	8 757	7,3	1 978	2,6	- 300	-0,4	156	0,8	2 355	12,4	12 946	4,1
Comércio, aloj. e restauração	24 260	12,7	16 506	13,3	8 304	3,5	2 429	6,1	7 197	14,6	58 696	9,2
Transp., armaz. comunicações	594	1,7	2 362	9,0	- 1 682	-2,4	1 250	21,3	487	8,8	3 011	2,1
Finanças, imob. serv. empresas	22 156	28,7	12 564	36,6	65 630	37,1	3 166	29,4	3 295	28,0	106 811	34,3
Serviços Sociais	43 275	65,4	25 277	47,8	17 499	18,7	6 682	37,3	5 389	55,5	98 122	40,8
TOTAL	98 652	35,3	58 556	21,0	89 460	32,0	13 646	4,9	18 999	6,8	279 313	100

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002/2005.

Como é compreensível, a incidência territorial dos diferentes subsectores das actividades terciárias por região, isto é, a tendência para que um subsector seja predominante em termos de emprego numa dada região, não se afigura tão pronunciada como no caso dos subsectores das

actividades industriais (Gráfico 4). De facto, ao contrário do que se passa com os subsectores industriais, não estamos perante actividades que revelem generalizadamente “comportamentos territoriais” diferenciados, consolidando localizações específicas. Inversamente, elas tendem a acompanhar de forma semelhante os vários espaços do país (nos valores que estamos a usar, as excepções são as que resultam do peso do turismo no Algarve e das actividades financeiras em Lisboa). Ainda assim, justifica-se sublinhar o peso comparativamente mais relevante do subsector das finanças, serviços imobiliários e serviços às empresas na Região de Lisboa e Vale do Tejo (que representa, em 2005, cerca de 32% do emprego total no terciário), a que se segue - também nesta região - o peso percentual significativo que é obtido pelo subsector do comércio, alojamento e restauração (também com cerca de 32%, mas que não se diferencia positivamente dos valores percentuais obtidos nas restantes regiões do continente).

Gráfico 4
Desagregação subsectorial do Emprego no Terciário, por regiões (2005)



Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2005.

Na Região do Algarve, e como aliás sucede na Região Norte, Centro e Alentejo, mas nestes casos de modo menos pronunciado, o subsector das actividades de comércio, alojamento e restauração é dominante (representando praticamente 50% do total do emprego no sector terciário algarvio). Tendencialmente, e com a excepção de Lisboa e Vale do Tejo, o peso do subsector da construção, por um lado, e dos serviços sociais, por outro, tende também a destacar-se em todas as regiões, atingindo valores que oscilam em torno de uma representatividade próxima dos 20%.

Face a estes dados, relativos à composição sectorial e subsectorial do emprego por regiões, importa que nos detenhamos, seguidamente e de modo mais detalhado, sobre as características dos diferentes tecidos produtivos regionais. A análise que se segue procura assim, neste sentido, não só aprofundar os factores que estruturam os diferentes espaços económicos à escala da região, designadamente evidenciando a sua especialização sectorial, mas também aferir algumas relações de força que se estabelecem entre elas, recorrendo-se para tal à análise dos indicadores a que fizemos referência no início deste capítulo.

2. Região Norte: uma indústria concentrada em actividades de fraca intensidade tecnológica e um terciário polarizado numa área metropolitana

Uma característica muito marcante da estrutura produtiva da Região Norte é a expressiva concentração do emprego industrial neste espaço. Com efeito, cerca de 52% dos trabalhadores ocupados, em Portugal Continental, na indústria transformadora, localizam-se nesta região. Considerando a importância relativa deste espaço na distribuição da população, encontramos, para esta região, um Índice Regional de Distribuição do Emprego Industrial de 1,4, superior aos índices obtidos, para este sector, em qualquer uma das outras quatro regiões do Continente.

Como ilustram os Quadros 7 e 8, a significativa concentração espacial do emprego industrial é acompanhada por uma elevada concentração em determinados subsectores. As indústrias de baixa tecnologia, por exemplo, detêm cerca de 72% do emprego industrial da região, o que, comparativamente a outros grupos subsectoriais da indústria, evidencia os seus mais elevados valores ao nível do IRDES industrial (1,7) e do quociente de localização (1,2). Esta relevância das indústrias de baixa tecnologia decorre da importância regional de que se revestem, sobretudo, as indústrias do têxtil, vestuário e do couro, mas também a indústria da madeira. A reduzida intensidade tecnológica da estrutura industrial regional expressa-se igualmente no valor dos QUOLs encontrados para as indústrias de alta tecnologia (0,4) e, mais concretamente, para a fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte (0,8).

Por outro lado, e como consequência das conclusões anteriores, o IRDES relativo ao sector terciário é, na Região Norte, inferior à unidade (0,8). O grupo das actividades relacionadas com a infra-estruturação básica (produção e distribuição de electricidade e gás, captação e distribuição de água e construção) - que concentra cerca de um quarto dos trabalhadores do sector terciário deste espaço - é, entre os três grupos do sector terciário considerados, o único que apresenta um QUOL superior à unidade e um IRDES não inferior a este valor. A sobre-representação regional deste grupo está presente quer nas actividades relacionadas com a obtenção e distribuição de electricidade, gás e água, como na construção (Quadros 9 e 10).

Quadro 7
Classes tecnológicas industriais da Região Norte (2002)

	Indústria			
	Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Distribuição Sectorial (a)	1,7	1,0	1,1	0,6
Distribuição Intra-Sectorial (b)	71,6	15,7	11,0	1,7
Quociente de Localização (c)	1,2	0,7	0,8	0,4

(a) IRDES - Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial;

(b) IRDIS - Índice Regional de Distribuição do Emprego Intra-sectorial;

(c) QUOL - Quociente de Localização.

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 8
Subsectores industriais da Região Norte (2002)

	Indicadores - Indústria		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Alimentares, bebidas e tabaco	7,0	0,9	0,6
Têxtil, vestuário e couro	50,4	2,2	1,6
Madeira e cortiça	5,4	1,5	1,0
Papel	3,2	0,8	0,6
Produtos químicos e minerais não metálicos	6,4	0,7	0,5
Metalurgia e produtos metálicos	8,8	1,2	0,8
Máquinas, equipamentos e materiais de transporte	11,8	1,0	0,7
Não especificados	7,0	1,6	1,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 9
Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região Norte (2002)

	Infra-estruturas	Serviços	
		Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Distribuição Sectorial	1,0	0,8	0,7
Distribuição Intra-Sectorial	25,1	60,7	14,3
Quociente de Localização	1,3	1,0	0,9

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Embora os serviços de baixa intensidade informacional concentrem cerca de 60% dos trabalhadores do sector terciário, a importância relativa destes serviços na distribuição do emprego deste sector acompanha a verificada no continente português, de tal modo que o QUOL correspondente é igual à unidade, tal como acontece ao nível mais específico do comércio, alojamento e restauração. Uma sub-representação regional observa-se sobretudo nos serviços de alta intensidade informacional e, em termos mais desagregados, no domínio dos transportes, da armazenagem e das comunicações, no domínio das actividades financeiras, imobiliárias e dos serviços prestados às empresas, e ainda no domínio dos serviços sociais.

Quadro 10
Subsectores dos Serviços da Região Norte (2002)

	Indicadores - Serviços		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Electricidade, gás e água	0,9	0,9	1,2
Construção	24,2	1,0	1,3
Comércio, alojamento e restauração	38,8	0,8	1,0
Transportes, armazenagem e comunicações	7,1	0,7	0,8
Finanças, imobiliário e serviços a empresas	15,6	0,7	0,8
Serviços Sociais	13,4	0,7	0,9

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Em síntese, os elementos que têm vindo a ser referidos permitem identificar duas características marcantes do sistema produtivo da Região Norte. Por um lado, uma indústria dotada de um índice de empregabilidade elevado, mas muito concentrado em domínios produtivos de fraca intensidade tecnológica. Por outro, um sector terciário com menores níveis de empregabilidade e carenciado de serviços de alta intensidade informacional. A conjugação destas duas características pode conduzir a frágeis densidades intra e inter-sectoriais, limitando a circulação de fluxos produtivos ou cognitivos e gerando dependências tecnológicas e vulnerabilidades estruturais. De seguida, procuraremos ver até que ponto estas características se manifestam nas oito NUTS III da Região Norte.

Tendo por base a importância relativa de cada uma destas NUTS III na distribuição do emprego industrial desta região, e considerando o valor de 12,5%¹¹ dessa importância como referência para agregarmos essas NUTs, podemos definir dois espaços distintos. O primeiro é constituído pelas quatro NUT III que possuem, individualmente, mais de 12,5% do emprego industrial da região (incluindo assim o Grande Porto, o Ave, o Tâmega e o Entre Douro e Vouga); e o segundo é constituído pelas restantes quatro NUTS III, que possuem, individualmente, menos de 12,5% do emprego industrial da Região, abrangendo assim os casos do Cávado, Alto Trás-os-Montes, Douro e do Minho-Lima (Quadros 11 e 12).

Embora as primeiras quatro NUTS III tenham entre si uma natureza muito distinta, podem-se contudo considerar dois subgrupos (ou subsistemas) principais. Um é constituído pelo Ave, pelo Tâmega e pelo Entre Douro e Vouga, e o outro corresponde ao Grande Porto.

No primeiro destes subgrupos, reencontramos as características principais identificadas para o conjunto da Região Norte, embora constatando uma fragilidade relativamente maior no sector

¹¹ Este valor de 12,5% corresponderia a uma distribuição espacial "óptima" do emprego industrial da Região Norte pelas respectivas oito NUTS III, de tal modo que todas elas teriam, neste aspecto, uma importância relativa idêntica. Por conseguinte, as NUTS III com uma importância relativa superior àquele valor têm, neste domínio, um potencial diferenciador, o mesmo não acontecendo com as que têm uma importância relativa inferior.

terciário, na medida em que o emprego industrial é mais elevado e muito concentrado nas actividades de fraca intensidade tecnológica, sendo o emprego no sector terciário bastante baixo, e observando-se, em qualquer destas três NUTS III, valores do IRDES inferiores aos verificados na Região Norte, quer nos serviços de alta intensidade, quer nos restantes dois subsectores de actividades do sector terciário, quando considerados em termos agregados. Contudo, o significado expressivo deste último aspecto não é tão forte se passarmos a uma análise mais desagregada, onde encontramos QUOLs superiores aos da Região Norte, como no caso do Ave (e sobretudo para os sectores da construção, comércio, alojamento e restauração, bem como no caso dos serviços sociais), Entre Douro e Vouga (para a construção e para o comércio, alojamento e restauração) e Tâmega (na construção).

Quadro 11
Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região Norte (2002)

	Distribuição Espacial da Indústria (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial				
		Sector Industrial	Indústrias			
			Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Minho-Lima	4,2	0,9	0,8	1,0	0,5	1,8
Cávado	12,1	1,6	2,0	0,9	0,6	2,3
Ave	26,0	2,6	3,7	1,1	1,4	0,5
Grande Porto	25,2	1,0	1,0	1,0	1,5	0,3
Tâmega	15,8	1,5	2,2	0,5	0,4	0,3
Entre Douro e Vouga	14,9	2,8	3,2	2,2	2,6	0,1
Douro	1,0	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0
Alto Trás-os-Montes	0,9	0,2	0,2	0,3	0,0	0,0

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 12
Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região Norte (2002)

	Aliment. bebidas e tabaco	Têxtil, vestuário e couro	Madeira e cortiça	Papel	Prod. quím. e min. não metálicos	Metalúrg. e produtos metálicos	Máq., equip. e material transporte	Não especificadas
Minho-Lima	0,9	1,0	1,5	0,7	0,6	0,9	1,5	0,6
Cávado	0,4	2,0	0,5	0,3	0,5	0,7	0,7	0,4
Ave	0,4	2,3	0,2	0,3	0,3	0,6	0,5	0,3
Grande Porto	0,9	0,9	0,7	1,4	0,7	1,2	1,2	1,3
Tâmega	0,5	1,7	0,8	0,1	0,3	0,4	0,2	3,6
Entre Douro e Vouga	0,4	1,2	3,4	0,5	0,5	1,1	0,8	0,6
Douro	4,7	0,1	1,7	0,5	0,9	0,9	0,7	0,2
Alto Trás-os-Montes	3,5	0,4	1,2	0,4	1,3	1,5	0,2	0,4

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

As características encontradas para a Região Norte, anteriormente referidas, têm uma expressão menos vincada na zona do Grande Porto, podendo esta área metropolitana desempenhar um papel nuclear no desenvolvimento da região em que se insere. Com efeito, trata-se de um espaço

com uma actividade industrial significativa (ocupando um quarto dos trabalhadores industriais da Região Norte em diversos domínios produtivos, que incluem também actividades de elevada intensidade tecnológica), e trata-se de um pólo da economia terciária particularmente importante (não só por empregar quase metade dos trabalhadores afectos, na Região Norte, a este sector, mas também por ser a única NUT III desta região a apresentar valores do IRDES superiores à unidade nos serviços de baixa intensidade informacional e, sobretudo, nos serviços de alta intensidade informacional).

Quadro 13
Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região Norte (2002)

	Distribuição Espacial do Terciário (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial			
		Sector Terciário	Infra-estruturas	Serviços	
				Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Minho-Lima	5,7	0,7	1,2	0,6	0,5
Cávado	10,6	0,8	1,4	0,7	0,5
Ave	10,5	0,6	0,9	0,6	0,4
Grande Porto	48,3	1,1	0,9	1,2	1,2
Tâmega	11,0	0,6	1,4	0,4	0,3
Entre Douro e Vouga	5,7	0,6	0,8	0,6	0,5
Douro	4,4	0,6	0,9	0,5	0,6
Alto Trás-os-Montes	3,7	0,5	0,6	0,5	0,4

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 14
Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região Norte (2002)

	Electricidade, gás e água	Construção	Comércio, alojamento e restauração	Transportes, armazen. e comunicações	Finanças, imobil. e serv. a empresas	Serviços Sociais
Minho-Lima	1,2	1,8	1,0	0,7	0,5	0,9
Cávado	1,9	1,7	1,0	0,5	0,6	0,9
Ave	1,0	1,5	1,1	0,6	0,6	1,0
Grande Porto	1,0	0,8	1,0	1,1	1,1	1,0
Tâmega	1,1	2,5	0,8	0,5	0,4	0,6
Entre Douro e Vouga	0,9	1,4	1,1	0,8	0,7	0,9
Douro	1,9	1,4	0,9	0,7	0,9	1,1
Alto Trás-os-Montes	1,6	1,3	1,1	0,6	0,5	1,3

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

As quatro NUTS III que possuem, individualmente, menos de 12,5% do emprego industrial da Região podem agrupar-se também em dois subgrupos (ou subsistemas) principais: um é formado pelo Minho-Lima, Douro e Alto Trás-os-Montes, o outro corresponde ao Cávado.

Os três espaços do primeiro subgrupo são, entre as oito NUTS III da Região Norte, os que apresentam (ao nível dos sectores industrial e terciário), uma actividade globalmente menos expressiva. Esta dupla fragilidade global transparece não só na reduzida importância relativa de

qualquer uma destas três NUTS III na distribuição espacial do emprego nestes sectores, mas também nos correspondentes índices de distribuição sectorial. Uma diferente estrutura produtiva observa-se no Cávado, cujas características se aproximam das encontradas nas três NUTS III do primeiro subsistema produtivo e, de um modo mais geral, do perfil produtivo global da Região Norte. O emprego industrial é neste caso elevado e está muito concentrado em actividades de fraca intensidade tecnológica. E no sector terciário é ligeiramente superior à das três NUTS III daquele primeiro subsistema e igual à da Região Norte (o que significa que o Cávado é, depois do Grande Porto, o espaço desta região com maior índice de distribuição sectorial no terciário), embora essa representatividade apresente, tal como naquelas três NUTS III, uma fraca intensidade informacional.

Os elementos que têm vindo a ser referidos permitem-nos, portanto, distribuir as oito NUTS III da Região Norte em três subsistemas produtivos principais. As zonas do Ave, do Tâmega, de Entre Douro e Vouga e do Cavado são representativas de um subsistema produtivo com características muito próximas das encontradas, a nível global, para a Região Norte. Ou seja, um elevado emprego industrial, muito concentrado em actividades de baixa tecnologia, e um emprego no sector terciário assente em serviços de baixa intensidade informacional e centrado no domínio das infra-estruturas básicas.

As zonas do Minho-Lima, do Douro e de Alto Trás-os-Montes revelam uma maior fragilidade nesses dois sectores, sendo por isso espaços onde é maior o risco de surgirem densidades precárias, intra ou inter-sectoriais, com as consequentes dificuldades na circulação de fluxos produtivos ou cognitivos, podendo-se por isso gerar ou agravar dependências tecnológicas e outras vulnerabilidades estruturais. A área metropolitana do Grande Porto é o espaço onde estas fragilidades sectoriais são menores, de tal modo que esta zona surge como um pólo nuclear essencial, a partir do qual poderão ser geradas as complementaridades produtivas e cognitivas necessárias ao fortalecimento do sistema produtivo regional.

3. Região Centro: uma indústria de média intensidade tecnológica e uma distribuição espacial difusa do terciário

Cerca de 26% dos trabalhadores da indústria portuguesa localizam-se na Região Centro, que apresenta, neste sector, um IRDES de 1,1, sendo o segundo valor mais elevado (depois do da Região Norte), dos índices encontrados para as cinco regiões do Continente.

Para além do diferente nível de emprego de trabalhadores, o processo de industrialização da Região Centro distingue-se do da Região Norte por apresentar uma maior diversidade intra-sectorial e uma menor concentração nas actividades de baixa tecnologia. Com efeito, as

indústrias de média-baixa e de média-alta tecnologia ocupam mais de 50% dos trabalhadores industriais e apresentam valores superiores à unidade para os correspondentes quocientes de localização e índices regionais de distribuição do emprego sectorial. A representatividade destas indústrias de nível tecnológico médio decorre da expressão que têm, na Região Centro, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos e, sobretudo, as indústrias de produtos químicos e minerais não metálicos.

Quadro 15
Classes tecnológicas industriais da Região Centro (2002)

	Indústria			
	Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Distribuição Sectorial (a)	0,8	1,7	1,1	0,6
Distribuição Intra-Sectorial (b)	45,6	37,0	14,9	2,5
Quociente de Localização (c)	0,8	1,6	1,1	0,6

(a) IRDES - Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial;

(b) IRDIS - Índice Regional de Distribuição do Emprego Intra-sectorial;

(c) QUOL - Quociente de Localização.

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 16
Análise por subsectores industriais da Região Centro (2002)

	Indicadores - Indústria		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Alimentares, bebidas e tabaco	12,3	1,2	1,1
Têxtil, vestuário e couro	17,8	0,6	0,6
Madeira e cortiça	5,6	1,1	1,1
Papel	4,7	0,9	0,8
Produtos químicos e minerais não metálicos	24,4	1,9	1,8
Metalúrgia e produtos metálicos	12,6	1,3	1,2
Máquinas, equipamentos e materiais de transporte	16,4	1,1	1,0
Não especificados	6,2	1,1	1,0

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Uma aproximação entre os indicadores globais da Região Centro e da Região Norte observa-se no sector terciário. Em ambas as regiões encontramos um IRDES de 0,8, bem como a sub-representação dos serviços de alta intensidade informacional, a par de uma relevância idêntica no sector das infra-estruturas e serviços de baixa intensidade informacional.

Relativamente a estes dois últimos domínios, constatamos, em qualquer destas regiões, valores iguais para os QUOLs (1,3 para as infra-estruturas e 1,0 para os serviços de baixa intensidade informacional) e para os índices regionais de distribuição do emprego sectorial (1,0 para as infra-estruturas e 0,8 para os serviços de baixa intensidade informacional). Também à semelhança do

observado na Região Norte, a sobre-representação das actividades relacionadas com a infra-estruturação básica está presente, quer nas actividades relacionadas com a obtenção e distribuição de electricidade, gás e água, quer na construção.

Quadro 17
Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região Centro (2002)

	Infra-estruturas	Serviços	
		Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Distribuição Sectorial	1,0	0,8	0,5
Distribuição Intra-Sectorial	24,9	63,7	11,5
Quociente de Localização	1,3	1,0	0,7

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 18
Análise por subsectores dos Serviços da Região Centro (2002)

	Indicadores - Serviços		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Electricidade, gás e água	0,8	0,9	1,1
Construção	24,0	1,0	1,3
Comércio, alojamento e restauração	39,2	0,8	1,0
Transportes, armazenagem e comunicações	8,3	0,8	1,0
Finanças, imobiliário e serviços a empresas	10,9	0,5	0,6
Serviços Sociais	16,8	0,9	1,2

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

As actividades relacionadas com o comércio, o alojamento e a restauração, bem como as dos transportes, armazenagem e comunicações assumem, na Região Centro, uma importância intra-sectorial relativa idêntica à registada no Continente, de tal modo que o QUOL destas actividades é igual à unidade. Já no caso das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços a empresas, e dos serviços sociais, não se verifica uma igualdade entre a importância relativa naquelas duas escalas espaciais: há uma clara sub-representação regional do primeiro destes grupos, acontecendo o contrário com o segundo.

Os aspectos que temos vindo a analisar conduzem à caracterização do sistema produtivo da Região Centro a partir de duas dimensões principais. Por um lado, uma actividade industrial com níveis médios de empregabilidade, intensidade tecnológica e diversidade intra-sectorial, e por outro um sector terciário que, embora relativamente diversificado, revela carências no que se refere a serviços de alta intensidade informacional e de actividades de apoio ao tecido empresarial. A conjugação destes dois aspectos leva-nos a admitir que, embora a Região Centro possua, no domínio industrial, condições favoráveis à circulação de diversos fluxos produtivos

(mais especificamente, entre diversos ramos industriais), as carências ao nível cognitivo-informacional, e no que concerne aos serviços de suporte da actividade empresarial, podem limitar as potencialidades inerentes à diversidade produtiva existente. Procuraremos, de seguida, ver o modo como estas características se expressam nas doze NUTS III da Região Centro.

Tendo por base a importância relativa de cada uma destas NUTS III na distribuição do emprego industrial desta região, vemos que a indústria se localiza predominantemente no Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Oeste, Dão-Lafões, Baixo Mondego e Médio Tejo. Quase 2/3 do emprego industrial regional está nestes territórios.

Quadro 19
Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região Centro (2002)

	Distribuição Espacial da Indústria (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial				
		Sector Industrial	Indústrias			
			Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Baixo Vouga	27,5	1,8	0,9	3,6	2,8	1,0
Baixo Mondego	8,6	0,7	0,6	0,9	0,6	0,4
Pinhal Litoral	16,1	1,6	0,8	3,6	2,2	0,0
Pinhal Interior Norte	4,7	0,9	1,1	0,8	0,3	0,0
Dão-Lafões	9,0	0,8	0,7	1,0	1,0	0,4
Pinhal Interior Sul	1,0	0,6	0,8	0,5	0,2	0,0
Serra da Estrela	1,3	0,7	1,0	0,4	0,2	0,0
Beira Interior Norte	3,4	0,8	0,7	0,4	0,4	4,7
Beira Interior Sul	2,7	0,9	1,0	0,3	0,6	3,9
Cova da Beira	4,3	1,2	1,8	0,4	0,1	0,0
Oeste	13,0	0,8	0,6	1,7	0,7	0,1
Médio Tejo	8,4	0,9	1,0	1,2	0,6	0,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Na heterogeneidade das seis unidades territoriais que constituem o primeiro destes grupos, destacam-se o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, por serem aqueles onde as características encontradas para a indústria e para o sector terciário na Região Centro são mais expressivas e potencialmente mais dinâmicas. Com um IRDES bastante superior ao do conjunto regional, a indústria destes dois espaços assenta em actividades de intensidade tecnológica média-baixa e média-alta. No Pinhal Litoral destacam-se os produtos químicos e os minerais não metálicos e, em certa medida, o fabrico de máquinas, equipamentos e material de transporte. Estes dois sectores, bem como as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos adquirem por seu turno uma relevância muito significativa no Baixo Vouga. O sector terciário tem, nestes dois espaços, uma intensidade informacional e uma grau de distribuição do emprego sectorial próximos dos encontrados para a Região Centro, registando-se no Pinhal Litoral um envolvimento mais significativo ao nível das infra-estruturas (mais concretamente, na construção), que explica o valor

mais elevado do emprego terciário neste espaço.

Quadro 20
Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região Centro (2002)

	Aliment. bebidas e tabaco	Têxtil, vestuário e couro	Madeira e cortiça	Papel	Prod. quím. e min. não metálicos	Metalúrg. e produtos metálicos	Máq., equip. e material transporte	Não especificadas
Baixo Vouga	0,7	0,3	0,7	0,7	1,9	2,1	1,4	1,0
Baixo Mondego	1,5	0,4	1,2	2,3	1,9	0,7	0,9	0,7
Pinhal Litoral	0,6	0,3	1,1	0,7	3,3	0,8	1,1	0,9
Pinhal Interior Norte	0,9	1,4	2,2	0,5	1,0	0,6	0,3	1,0
Dão-Lafões	1,2	0,6	1,7	0,5	1,1	1,3	1,0	1,7
Pinhal Interior Sul	2,0	0,2	7,4	0,2	0,5	0,8	0,2	2,3
Serra da Estrela	2,2	1,6	0,8	0,2	0,3	0,8	0,2	0,4
Beira Interior Norte	1,5	1,0	0,6	0,3	0,5	0,5	2,0	0,3
Beira Interior Sul	1,4	1,1	0,7	1,4	0,5	0,3	1,7	0,2
Cova da Beira	0,7	2,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,1	0,4
Oeste	2,0	0,2	0,6	0,5	2,5	1,1	0,7	1,5
Médio Tejo	1,4	0,6	1,8	1,9	1,0	1,2	0,8	1,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Quadro 21
Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região Centro (2002)

	Distribuição Espacial do Terciário (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial			
		Sector Terciário	Infra-estruturas	Serviços	
				Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Baixo Vouga	15,4	0,7	0,8	0,8	0,5
Baixo Mondego	16,4	0,9	0,8	1,0	0,8
Pinhal Litoral	13,6	1,0	1,5	0,9	0,7
Pinhal Interior Norte	4,6	0,6	1,2	0,5	0,4
Dão-Lafões	11,1	0,7	1,0	0,7	0,5
Pinhal Interior Sul	1,3	0,6	0,9	0,5	0,3
Serra da Estrela	1,5	0,6	0,9	0,5	0,4
Beira Interior Norte	4,0	0,7	0,9	0,7	0,4
Beira Interior Sul	3,0	0,7	0,9	0,7	0,5
Cova da Beira	3,1	0,6	0,8	0,6	0,4
Oeste	15,7	0,7	0,9	0,8	0,4
Médio Tejo	10,3	0,8	1,1	0,8	0,6

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Os restantes quatro espaços deste primeiro grupo (Baixo Mondego, Dão-Lafões, Oeste e Médio Tejo) apresentam processos de industrialização menos expressivos e assentes em bases produtivas relativamente diversificadas, nas quais se destaca, no Baixo Mondego a indústria do papel e de minerais não metálicos e, no Dão-Lafões, a indústria da madeira e de produtos metálicos. No Oeste, destaca-se a indústria de minerais não metálicos e da alimentação e, no Médio Tejo, as indústrias do papel e da madeira e cortiça. No que se refere aos níveis de distribuição regional do emprego sectorial e de intensidade informacional do sector terciário, o

Médio Tejo, e sobretudo o Baixo Mondego, assumem-se como espaços onde estes aspectos adquirem uma relevância ligeiramente superior à encontrada para o conjunto da Região Centro, verificando-se, para as restantes unidades territoriais, valores ligeiramente inferiores aos deste conjunto. No essencial, estes elementos referentes às seis NUT III da Região Centro, com níveis de industrialização e terciarização mais elevados, revelam que as funções terciárias desta região se encontram disseminadas por diversas cidades de média dimensão. Nesta estrutura urbana difusa, a cidade de Coimbra ocupa uma posição central, sem que exista uma área metropolitana com a dimensão e a multifuncionalidade sectorial que caracterizam, na Região Norte, a zona do Grande Porto.

Quadro 22
Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região Centro (2002)

	Electricidade, gás e água	Construção	Comércio, alojamento e restauração	Transportes, armazen. e comunicações	Finanças, imobil. e serv. a empresas	Serviços Sociais
Baixo Vouga	0,6	1,1	1,1	0,9	0,6	1,1
Baixo Mondego	1,4	0,9	0,9	1,1	0,9	1,4
Pinhal Litoral	0,6	1,5	1,0	0,9	0,6	0,8
Pinhal Interior Norte	1,5	1,8	0,7	0,8	0,4	1,5
Dão-Lafões	0,6	1,4	1,0	0,9	0,5	1,2
Pinhal Interior Sul	0,9	1,6	0,7	1,1	0,4	1,6
Serra da Estrela	2,9	1,6	0,8	0,8	0,4	1,6
Beira Interior Norte	1,9	1,3	0,9	1,0	0,4	1,6
Beira Interior Sul	1,4	1,2	1,0	0,7	0,4	1,5
Cova da Beira	0,9	1,3	1,1	0,6	0,5	1,3
Oeste	1,3	1,2	1,2	1,0	0,5	0,9
Médio Tejo	2,0	1,3	1,0	1,1	0,5	1,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Níveis mais baixos de industrialização e terciarização observam-se nos dois Pinhais Interiores (Norte e Sul), nas Beiras Interiores (Norte e Sul), na Serra da Estrela e na Cova da Beira. Confrontando a importância relativa de cada uma destas unidades em termos da distribuição espacial da população e do emprego industrial, encontramos na Cova da Beira um dos mais elevados valores do IRDES industrial das NUTS III da Região Centro (1,2), que se associa à elevada especialização deste espaço na indústria têxtil e do vestuário. As indústrias de baixa intensidade tecnológica são também as predominantes nas frágeis dinâmicas industriais das restantes cinco NUTS deste grupo. A precária terciarização é outro aspecto comum a todos estes espaços, a maioria dos quais regista índices regionais de distribuição do emprego neste sector inferiores aos da Região Centro, não só em termos globais, mas também nos seus três principais grupos de classes tecnológicas.

4. Região de Lisboa e Vale do Tejo: uma indústria de elevada intensidade tecnológica e

um terciário polarizado numa área metropolitana

Cerca de 17% dos trabalhadores da indústria e 40% dos empregos do sector terciário localizam-se na Região de Lisboa. Ao contrário das duas regiões anteriores, esta apresenta um IRDES industrial inferior à unidade (mais concretamente, um valor de apenas 0,6) e um valor no terciário que supera a unidade (1,5). Estamos, portanto, perante uma região onde a principal fonte criadora de emprego é, em termos relativos, o sector terciário, e não a indústria, como sucede nas regiões Norte e Centro.

Quadro 23
Classes tecnológicas industriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Indústria			
	Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Distribuição Sectorial (a)	0,4	0,6	0,9	2,1
Distribuição Intra-Sectorial (b)	40,8	23,5	21,2	14,5
Quociente de Localização (c)	0,7	1,0	1,5	3,4

(a) IRDES - Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial;

(b) IRDIS - Índice Regional de Distribuição do Emprego Intra-sectorial;

(c) QUOL - Quociente de Localização.

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 24
Análise por subsectores industriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Indicadores - Indústria		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Alimentares, bebidas e tabaco	15,7	0,9	1,4
Têxtil, vestuário e couro	4,7	0,1	0,1
Madeira e cortiça	3,0	0,4	0,6
Papel	14,8	1,6	2,7
Produtos químicos e minerais não metálicos	17,4	0,8	1,3
Metalurgia e produtos metálicos	12,0	0,7	1,1
Máquinas, equipamentos e materiais de transporte	28,7	1,1	1,8
Não especificados	3,7	0,4	0,6

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Como é evidente, o que fica dito não retira, de modo algum, a importância estratégica da indústria na Região de Lisboa e, em termos mais gerais, desta na economia nacional. Trata-se de um sector que tem aqui uma tradição relativamente longa, nomeadamente pelo facto de se localizarem, nesta região, algumas das principais bases do processo de industrialização português, dinamizado nos anos quarenta e cinquenta do século passado.

De facto, ao longo do tempo, o sector industrial tem-se renovado e continua muito presente nesta região. E a sua importância expressa-se, desde logo, na já referida elevada percentagem de

trabalhadores afectos ao sector industrial, apesar do valor obtido pelas actividades terciárias. Por outro lado, a importância estratégica da indústria em Lisboa decorre ainda do correspondente grau de diversidade intra-sectorial, que é relativamente significativo, bem como do elevado nível de intensidade tecnológica que lhe subjaz. Este último aspecto transparece na relevância que assumem não só as indústrias de média-alta intensidade tecnológica, mas sobretudo as indústrias de alta intensidade tecnológica. Note-se aliás que, este último grupo apresenta, na Região Norte e na Região Centro, QUOLs e índices regionais de distribuição do emprego sectorial bastante inferiores à unidade, enquanto que tais indicadores atingem, na Região de Lisboa, valores que ultrapassam as duas unidades (no caso do IRDES), e as três unidades (no caso do QUOL). A relevância desta classe tecnológica superior expressa, por conseguinte, o significado que tem a fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte na Região de Lisboa, onde aqueles dois indicadores se situam em valores superiores à unidade.

Quadro 25
Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Infra-estruturas	Serviços	
		Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Distribuição Sectorial	1,0	1,5	2,1
Distribuição Intra-Sectorial	12,9	64,0	23,1
Quociente de Localização	0,7	1,0	1,4

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 26
Análise por subsectores dos Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Indicadores - Serviços		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Electricidade, gás e água	0,6	1,2	0,8
Construção	12,3	1,0	0,6
Comércio, alojamento e restauração	35,6	1,4	0,9
Transportes, armazenagem e comunicações	10,6	1,8	1,2
Finanças, imobiliário e serviços a empresas	26,7	2,1	1,4
Serviços Sociais	14,2	1,5	1,0

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

As características do sector industrial que têm vindo a ser identificadas estão presentes em qualquer das NUTS III desta região (Grande Lisboa e Península de Setúbal), e apesar da desigual distribuição dos trabalhadores industriais nestes dois espaços (a zona da Grande Lisboa concentra cerca de 72% dos trabalhadores industriais da região), encontramos valores de IRDES iguais e uma estrutura produtiva relativamente diversificada e com um elevado nível tecnológico, associado à relevância local da fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte.

Quadro 27
Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Distribuição Espacial da Indústria (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial				
		Sector Industrial	Indústrias			
			Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Grande Lisboa	72,4	0,6	0,5	0,6	0,9	2,0
Península de Setúbal	27,6	0,6	0,3	0,8	1,1	2,3

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 28
Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Aliment. bebidas e tabaco	Têxtil, vestuário e couro	Madeira e cortiça	Papel	Prod. quím. e min. não metálicos	Metalúrg. e produtos metálicos	Máq., equip. e material transporte	Não especificadas
Grande Lisboa	1,5	0,2	0,3	3,3	1,5	1,0	1,4	0,7
Península de Setúbal	1,2	0,1	1,2	1,0	0,7	1,6	2,6	0,5

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002

Ao contrário do observado no domínio industrial, as características encontradas para o sector terciário na Região de Lisboa assumem expressões diferentes nas duas unidades territoriais que a integram. Assim, apenas a zona da Grande Lisboa (onde se concentram cerca de 85% dos trabalhadores do sector terciário) apresenta um IRDES não inferior à unidade, quer em termos do conjunto do sector, quer no que concerne a cada uma das suas três classes tecnológicas.

Quadro 29
Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Distribuição Espacial do Terciário (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial			
		Sector Terciário	Infra-estruturas	Serviços	
				Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Grande Lisboa	84,7	1,7	1,0	1,7	2,6
Península de Setúbal	15,3	0,8	0,8	0,8	0,7

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 30
Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002)

	Electricidade, gás e água	Construção	Comércio, alojamento e restauração	Transportes, armazen. e comunicações	Finanças, imobil. e serv. a empresas	Serviços Sociais
Grande Lisboa	0,8	0,6	0,9	1,3	1,5	1,0
Península de Setúbal	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	1,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002

Nos serviços de alta intensidade informacional, este indicador atinge o valor de 2,6 (para o qual

contribui a elevada importância relativa que assumem, nesta zona, os serviços de apoio às empresas). Para a Península de Setúbal, encontram-se valores do IRDES inferiores à unidade, quer no conjunto do sector, quer em cada uma das suas três classes tecnológicas.

Dados os diferentes perfis do sector terciário na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, podemos agora precisar que a maior capacidade relativa encontrada, sobretudo na criação de emprego neste sector, na região em que os dois espaços se inserem, está apenas presente no primeiro daqueles espaços, onde é também mais elevada a intensidade informacional associada a este domínio de actividades.

5. Região do Alentejo: uma indústria e um terciário com uma frágil empregabilidade

Das cinco regiões do território continental, o Alentejo é a única onde se registam índices regionais de distribuição do emprego sectorial inferiores à unidade, simultaneamente na indústria transformadora (cujo valor se situa em 0,6) e no sector terciário (com um resultado de 0,7). O valor deste indicador é também inferior à unidade em qualquer das classes tecnológicas consideradas nestes dois sectores.

No âmbito desta frágil capacidade regional de criação de emprego nestes domínios, as indústrias de baixa intensidade tecnológica concentram cerca de 51% dos trabalhadores deste sector e, numa escala mais desagregada, são as indústrias alimentares que ocupam o número mais significativo de trabalhadores, sendo também este o único dos oito subsectores industriais a apresentar um valor do IRDES superior à unidade e um QUOL superior a duas unidades. Ao nível das actividades terciárias, os serviços de baixa intensidade informacional concentram dois terços dos trabalhadores entre os seis subsectores do terciário, e as actividades relacionadas com o comércio, alojamento e restauração destacam-se por nelas se concentrarem cerca de 42% dos trabalhadores deste sector.

A frágil empregabilidade da indústria e do sector terciário observa-se assim não só ao nível regional, mas também à escala de cada uma das cinco NUTS III desta região. Com efeito, para qualquer destes espaços subregionais encontramos, na indústria e no sector terciário, índices regionais de distribuição do emprego sectorial inferiores à unidade. Esta reduzida capacidade de criação de emprego é relativamente menor nas NUTS III, onde se localizam os dois principais centros urbanos desta região, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central.

Ao nível das quatro classes tecnológicas da indústria destes dois espaços, a capacidade para criar emprego é relativamente mais expressiva nos grupos de média-alta e de alta tecnologia, o que reflecte a relevância local das actividades relacionadas com a fabricação de máquinas,

equipamentos e material de transporte. E o facto de as NUTS relativas à Lezíria do Tejo e ao Alentejo Central apresentarem valores de IRDES no sector terciário superiores aos encontrados para o respectivo conjunto regional, isso deve-se essencialmente à maior capacidade relativa para criar emprego que denotam as actividades de infra-estruturação básica dessas duas NUTS III, bem como da influência dos serviços de baixa intensidade informacional (nomeadamente o comércio, alojamento e restauração) na Lezíria do Tejo.

Quadro 31
Classes tecnológicas industriais da Região do Alentejo (2002)

	Indústria			
	Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Distribuição Sectorial (a)	0,5	0,6	0,8	0,9
Distribuição Intra-Sectorial (b)	50,7	22,7	20,1	6,5
Quociente de Localização (c)	0,9	1,0	1,4	1,5

(a) IRDES - Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial;

(b) IRDIS - Índice Regional de Distribuição do Emprego Intra-sectorial;

(c) QUOL - Quociente de Localização.

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 32
Análise por subsectores industriais da Região do Alentejo (2002)

	Indicadores - Indústria		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Alimentares, bebidas e tabaco	29,1	1,5	2,6
Têxtil, vestuário e couro	6,3	0,1	0,2
Madeira e cortiça	7,3	0,8	1,4
Papel	3,6	0,4	0,6
Produtos químicos e minerais não metálicos	16,3	0,7	1,2
Metalurgia e produtos metálicos	10,3	0,6	1,0
Máquinas, equipamentos e materiais de transporte	22,1	0,8	1,4
Não especificados	4,9	0,5	0,8

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 33
Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região do Alentejo (2002)

	Infra-estruturas	Serviços	
		Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Distribuição Sectorial	0,8	0,8	0,5
Distribuição Intra-Sectorial	22,3	67,1	10,6
Quociente de Localização	1,1	1,1	0,6

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 34
Análise por subsectores dos Serviços da Região do Alentejo (2002)

	Indicadores - Serviços		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Electricidade, gás e água	1,0	1,0	1,4
Construção	21,3	0,8	1,1
Comércio, alojamento e restauração	41,7	0,8	1,1
Transportes, armazenagem e comunicações	6,1	0,5	0,7
Finanças, imobiliário e serviços a empresas	11,2	0,4	0,6
Serviços Sociais	18,7	1,0	1,3

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 35
Importância relativa e empregabilidade industrial dos espaços da Região do Alentejo (2002)

	Distribuição Espacial da Indústria (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial				
		Sector Industrial	Indústrias			
			Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Alentejo Litoral	7,1	0,3	0,2	0,4	0,7	0,0
Alto Alentejo	16,9	0,6	0,6	0,5	1,2	0,0
Alentejo Central	25,5	0,7	0,4	0,8	0,5	4,0
Baixo Alentejo	4,6	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0
Lezíria do Tejo	45,9	0,9	0,8	0,8	1,4	0,1

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 36
Quocientes de localização dos subsectores industriais dos espaços da Região do Alentejo (2002)

	Aliment. bebidas e tabaco	Têxtil, vestuário e couro	Madeira e cortiça	Papel	Prod. quím. e min. não metálicos	Metalúrg. e produtos metálicos	Máq., equip. e material transporte	Não especificadas
Alentejo Litoral	2,4	0,0	1,8	0,6	2,1	2,0	0,5	0,3
Alto Alentejo	2,9	0,3	2,3	0,2	1,7	0,4	1,0	0,1
Alentejo Central	1,9	0,3	0,9	0,4	1,2	1,1	2,1	0,3
Baixo Alentejo	5,5	0,0	1,1	0,5	0,8	1,2	0,3	0,3
Lezíria do Tejo	2,7	0,2	1,3	0,9	0,9	0,9	1,3	1,5

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002

Quadro 37
Importância relativa e empregabilidade do Sector Terciário dos espaços da Região do Alentejo (2002)

	Distribuição Espacial do Terciário (%)	Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial			
		Sector Terciário	Infra-estruturas	Serviços	
				Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Alentejo Litoral	12,8	0,7	1,0	0,7	0,5
Alto Alentejo	14,7	0,7	0,8	0,7	0,5
Alentejo Central	23,7	0,8	0,9	0,8	0,5
Baixo Alentejo	14,0	0,6	0,6	0,7	0,4
Lezíria do Tejo	34,7	0,8	0,9	0,9	0,5

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 38

Quocientes de localização das actividades do Sector Terciário dos espaços da Região do Alentejo (2002)

	Electricidade, gás e água	Construção	Comércio, alojamento e restauração	Transportes, armazen. e comunicações	Finanças, imobil. e serv. a empresas	Serviços Sociais
Alentejo Litoral	3,8	1,2	1,0	0,7	0,6	1,3
Alto Alentejo	1,1	1,1	1,0	0,6	0,6	1,6
Alentejo Central	0,9	1,2	1,1	0,5	0,6	1,5
Baixo Alentejo	1,5	1,0	1,1	0,5	0,6	1,5
Lezíria do Tejo	0,9	1,1	1,2	1,0	0,6	1,0

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002.

A capacidade para a criação de emprego é particularmente débil no Alentejo Litoral e, sobretudo, no Baixo Alentejo. No primeiro destes espaços, a distribuição do emprego sectorial é inferior ao valor regional na indústria, quer considerada em termos agregados, quer nas suas respectivas quatro classes tecnológicas. No caso do Baixo Alentejo, por seu turno, registam-se em qualquer daqueles dois sectores, e em qualquer das correspondentes classes tecnológicas, valores do IRDES inferiores aos encontrados para a região. Por último, índices gerais próximos dos encontrados para os sectores regionais industrial e terciário, observam-se no Alto Alentejo.

6. Região do Algarve: uma economia concentrada na exploração turística de potencialidades naturais sem uma base industrial significativa

Na Região do Algarve encontramos Índices Regionais de Distribuição do Emprego Sectorial superiores à unidade no terciário (1,4) e, mais concretamente, nos serviços de baixa intensidade informacional (1,6) e nas actividades de infra-estruturação básica (1,5), sendo inferior à unidade o valor encontrado, para este indicador, nos serviços de alta intensidade informacional (0,8). A significativa relevância dos dois primeiros destes três domínios do sector terciário está relacionada com a enorme importância que o turismo assume na actividade económica desta região.

Ou seja, trata-se assim de considerar que a elevada capacidade relativa de criação de emprego nos serviços de baixa intensidade informacional decorre da muito significativa concentração dos trabalhadores nas actividades de comércio, alojamento e restauração. Efectivamente, este conjunto de actividades concentra mais de metade do emprego no sector terciário desta região, sendo, dos seis grupos de actividades deste sector, aquele que apresenta o IRDES mais elevado (1,9), e o único com um quociente de localização superior à unidade (1,3).

Complementarmente, o valor encontrado para a capacidade de criação de emprego nas actividades de infra-estruturação básica tende a reflectir a forte concentração dos trabalhadores no sector da construção, onde se regista um valor do IRDES superior à unidade (1,5), ao contrário do que acontece com a produção e distribuição de electricidade, gás e água. Sublinhe-se, como aliás é bem sabido, que muita da actividade de construção está directamente relacionada com a

exploração turística das potencialidades naturais desta região, pelo que a estrutura económica regional tende a reflectir uma elevada convergência, directa ou indirecta, em relação a este sector.

Quadro 39
Classes tecnológicas industriais da Região do Algarve (2002)

	Indústria			
	Baixa Tecnologia	Média-Baixa Tecnologia	Média-Alta Tecnologia	Alta Tecnologia
Distribuição Sectorial (a)	0,2	0,4	0,1	0,0
Distribuição Intra-Sectorial (b)	56,3	35,6	8,1	0,1
Quociente de Localização (c)	1,0	1,5	0,6	0,0

(a) IRDES - Índice Regional de Distribuição do Emprego Sectorial;

(c) QUOL - Quociente de Localização.

(b) IRDIS - Índice Regional de Distribuição do Emprego Intra-sectorial;

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 40
Análise por subsectores industriais da Região do Algarve (2002)

	Indicadores - Indústria		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Alimentares, bebidas e tabaco	34,2	0,8	3,1
Têxtil, vestuário e couro	1,4	0,0	0,0
Madeira e cortiça	10,9	0,5	2,1
Papel	7,1	0,3	1,3
Produtos químicos e minerais não metálicos	21,0	0,4	1,6
Metalurgia e produtos metálicos	13,8	0,3	1,3
Máquinas, equipamentos e materiais de transporte	8,4	0,1	0,5
Não especificados	3,2	0,1	0,5

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 41
Classes tecnológicas do Sector Terciário da Região do Algarve (2002)

	Infra-estruturas	Serviços	
		Baixa Intensidade Informacional	Alta Intensidade Informacional
Distribuição Sectorial	20,3	70,9	8,8
Distribuição Intra-Sectorial	1,5	1,6	0,8
Quociente de Localização	1,0	1,1	0,5

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 42
Análise por subsectores dos Serviços da Região do Algarve (2002)

	Indicadores - Serviços		
	Distribuição Intra-sectorial	Distribuição Sectorial	Quociente de Localização
Electricidade, gás e água	0,4	0,9	0,6
Construção	19,9	1,5	1,0
Comércio, alojamento e restauração	51,5	1,9	1,3
Transportes, armazenagem e comunicações	5,8	1,0	0,7
Finanças, imobiliário e serviços a empresas	12,3	0,9	0,7
Serviços Sociais	10,1	1,0	0,7

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal 2002; INE, Estatísticas Demográficas

Uma diferente capacidade empregadora das actividades relacionadas com a exploração turística observa-se no sector industrial. Com efeito, o Algarve é, das cinco regiões de Portugal Continental, a que apresenta uma menor capacidade relativa para a criação de emprego na indústria transformadora. O valor do IRDES neste sector é inferior à unidade, quer ao nível do conjunto (0,2)¹², como ao nível de cada uma das suas quatro classes tecnológicas, quer ainda ao nível de cada um dos oito ramos de actividade. Para além de débil, o emprego industrial desta região está muito concentrado nas indústrias alimentares e de bebidas, que ocupam mais de um terço dos trabalhadores deste sector.

7. Conclusão

Em qualquer das cinco regiões do território continental, o emprego no sector terciário é superior ao emprego na indústria transformadora. A terciarização do emprego aparece, assim, como uma característica muito marcante quer da economia portuguesa, considerada no seu conjunto, quer de cada um dos contextos regionais que a constituem. No entanto, é muito assimétrica a distribuição espacial do emprego, sendo também muito diferentes as intensidades informacionais e tecnológicas inerentes ao sector terciário das diversas regiões e às relações existentes, em cada uma dessas regiões, entre esse sector e a actividade industrial. Ora, no actual contexto tecnológico, o crescimento económico de um espaço depende, em grande medida, da expressão que têm, localmente, essas intensidades e relacionamentos sectoriais.

As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa surgem como principais núcleos da terciarização da economia portuguesa: a importância de que se reveste, nestes espaços, o sector terciário decorre, não só, do elevado número e da significativa intensidade informacional do emprego neste sector, mas também, da presença, nas respectivas regiões, de uma actividade industrial relevante e, conseqüentemente, da existência de condições que poderão sustentar relacionamentos intersectoriais virtuosos. Porém, o baixo nível tecnológico da indústria da região Norte e uma excessiva concentração demográfica e produtiva no Grande Porto podem condicionar o aproveitamento efectivo do potencial dinâmico desta área metropolitana. No caso do potencial dinâmico da área metropolitana de Lisboa, os principais constrangimentos poderão decorrer de uma concentração da população e dos serviços administrativos (nomeadamente, do sector público) de tal forma excessiva que dificulte o aproveitamento das externalidades inerentes à coexistência, neste espaço, de um emprego, na indústria e no terciário, com elevadas intensidades informacionais e tecnológicas.

¹² A maioria das NUTS III apresenta também valores de IRDES industrial mais elevados que o do Algarve, o que só não acontece em três espaços (Douro, Alto Trás-os-Montes e Baixo Alentejo), onde o valor deste indicador é igual ao do encontrado no Algarve.

Situação muito diferente caracteriza o Alentejo e o Algarve, onde o emprego do sector terciário está muito concentrado nas actividades relacionadas com a infra-estruturação inerente à satisfação das necessidades básicas, no caso do Alentejo, e à exploração turística de potencialidades naturais, no caso do Algarve. Por conseguinte, o relacionamento entre o sector terciário e a indústria revela um menor potencial dinâmico nestas regiões, onde a fraca densidade de tal relacionamento está também associada a baixos níveis de intensidade informacional e tecnológica desses sectores; a estes constrangimentos acrescenta-se ainda, no caso do Alentejo, uma fraca expressão quantitativa do emprego.

Na região Centro, o emprego do sector terciário apresenta, à semelhança do que se passa com o emprego industrial desta região, um padrão de distribuição espacial difuso e uma diversidade de actividades intra-sectoriais muito expressiva, sendo médio o nível de intensidade informacional e tecnológica dessas actividades. Encontramo-nos, portanto, perante um espaço onde existe uma diversidade produtiva que pode proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento de relações intersectoriais virtuosas e à redução das desigualdades intra e inter-regionais; no entanto, para a efectiva concretização dessa potencialidade, é importante verificar-se uma melhoria significativa do nível de intensidade informacional e tecnológica das actividades produtivas desta região.

O generalizado aproveitamento do potencial dinâmico da terciarização do emprego das cinco regiões depara, assim, com condicionalismos que assumem expressões diferentes em cada um desses espaços. Apesar das suas diferentes expressões, esses condicionalismos decorrem, em qualquer das regiões, de frágeis complementaridades entre o sector terciário e os restantes domínios da actividade produtiva. Consequentemente, a adopção de medidas favoráveis ao reforço de tais complementaridades deverá ser uma preocupação prioritária das políticas de desenvolvimento da economia nacional. Outro objectivo fundamental deste tipo de políticas deverá ser o de reduzir as assimetrias da distribuição espacial do emprego, contrariando processos de desertificação de espaços, com acontece no Alentejo ou no Norte Interior, e dinâmicas de excessiva concentração demográfica e do mercado de trabalho, como se verifica nas duas grandes áreas metropolitanas.

As economias regionais que compõem o país são, como se viu, muito diversas. Quer isto dizer que os espaços que acolhem a imigração oferecem "condições de chegada" também muito diversas. É isto que nos leva a colocar a hipótese de, na forma como se vão inserir nos mercados do trabalho, os trabalhadores estrangeiros virem a revelar uma grande "plasticidade" face à estruturas da economia, nas várias regiões do país. É isto que observaremos mais adiante, quando tratarmos dos perfis de inserção profissional.

Capítulo III

Portugal em mudança: demografia, urbanização e territórios

1. A relevância recente da imigração na demografia portuguesa

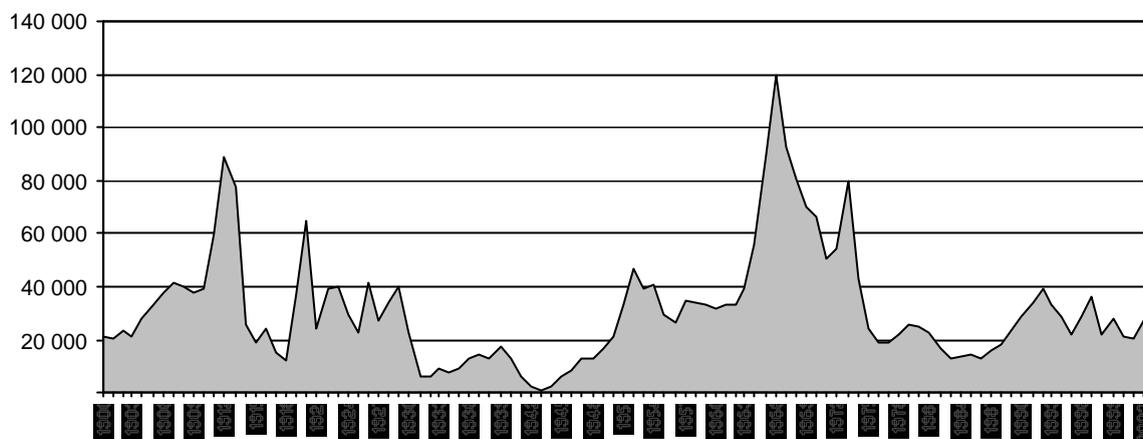
A imigração em Portugal apresenta, a partir de meados da década de noventa, três originalidades relevantes: tornou-se massiva, dispersou-se no território e é mais qualificada. Por isso, um dos argumentos centrais da presente investigação reside em considerar que o forte movimento imigratório que Portugal tem conhecido nas últimas décadas produziu impactos na estrutura demográfica, mas igualmente nas diversas regiões e na estrutura dos mercados de trabalho, sendo de destacar neste domínio os impactos de natureza qualitativa, para além das mais imediatamente legíveis consequências quantitativas deste fenómeno.

Como é sabido, esta dinâmica demográfica acontece num país que foi tradicionalmente “emigrante” ao longo de décadas: o Século XX português mostra-nos isso com clareza (Gráfico 5). De facto, entre o início do século e os anos trinta ocorre um primeiro ciclo emigratório (que significou a saída, em média, de 35 mil habitantes por ano), sucedendo-lhe uma fase de diminuição do fluxo emigratório nas décadas de trinta e quarenta (em que o número médio anual de emigrantes passa para cerca de 9 mil). A maior vaga de emigração registar-se-ia, contudo, no período que compreende os anos entre 1950 e 1975, em que o número médio de emigrantes atinge o valor de cerca de 50 mil por ano, voltando a conhecer um ciclo de diminuição a partir desta data (entre 1976 e 1990, os valores médios anuais de emigrantes rondam os 20 mil). Já durante a década de noventa e até ao início do Século XXI, observa-se um certo recrudescimento da emigração, situado na saída de cerca de 28 mil emigrantes - em média - por ano, durante este período.

Naturalmente, a transição da condição de Portugal enquanto país de emigração para a recente condição de país de imigração prevalecente, não significa que tenham deixado de verificar-se saídas de cidadãos nacionais para o estrangeiro (pese embora a mudança de natureza dessa emigração), mas sim uma alteração de sinal dos saldos migratórios observados no nosso país, isto é, a alteração de resultado do balanço entre a saída de cidadãos nacionais e a entrada de

cidadãos estrangeiros (Gráfico 6).

Gráfico 5
Evolução da emigração portuguesa (1900-2003)

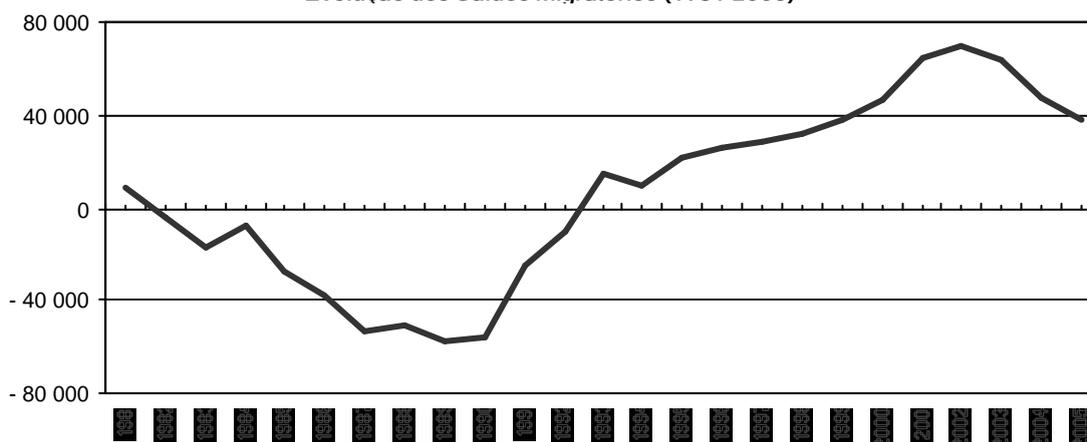


Nota: Os dados relativos aos anos de 1989 a 1991 foram estimados a partir dos valores observados em 1988 e 1992.

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Com efeito, se observarmos a evolução dos saldos migratórios nas últimas décadas, fica patente a transição - sobretudo a partir de 1990 -, de uma tendência para a obtenção de valores positivos, que indiciam o facto de as entradas no país começarem a superar, progressivamente, o número de saídas. Esta alteração é particularmente acentuada a partir do ano 2000, por razões a que adiante se fará referência, em que o *superavit* migratório se eleva para valores superiores a 40 mil cidadãos por ano.

Gráfico 6
Evolução dos Saldos Migratórios (1981-2005)



Nota: Após 1995, os dados reportam às estatísticas do Eurostat. Até essa data, a fonte utilizada foi o Instituto Nacional de Estatística.

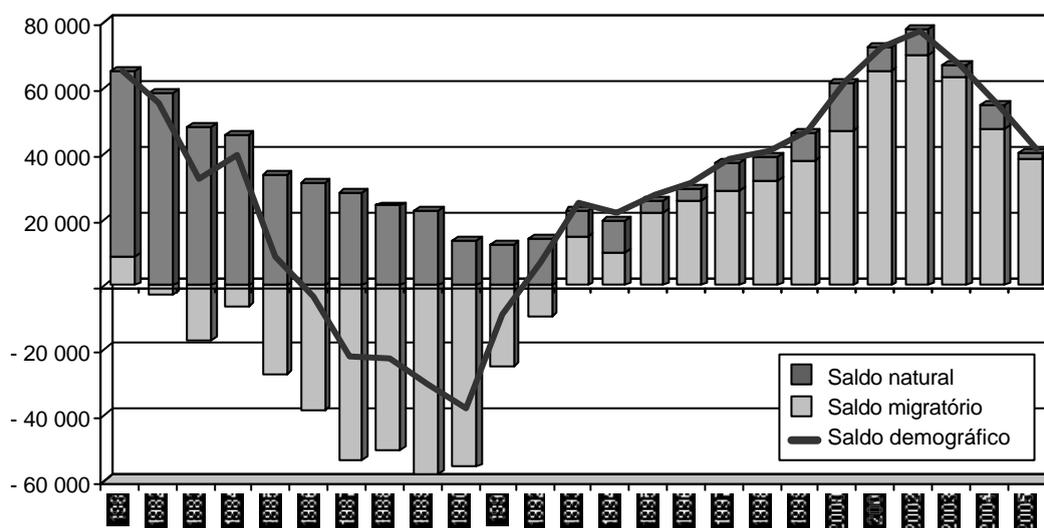
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; EUROSTAT, (<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>).

Por outro lado, a imigração é um fenómeno que, em Portugal, coexiste com o esbatimento das

dinâmicas demográficas verificadas ao longo das últimas décadas. Neste sentido, cabe particularmente sublinhar o impacto da progressiva queda das taxas de crescimento natural, decorrentes da redução da natalidade e da diminuição progressiva do número médio de filhos por casal, que ultrapassaram o efeito do aumento progressivo da esperança de vida na evolução dos acréscimos de população. Estes factores, em associação com a inversão dos saldos migratórios - determinam em larga medida os traços da evolução demográfica recente do nosso país, que se traduz por um crescimento apesar de tudo moderado da população residente.

Mas importa por isso analisar, neste sentido, em que medida o crescimento natural e os saldos migratórios contribuem para os valores de acréscimo populacional verificados nas últimas décadas (Gráfico 7).

Gráfico 7
Evolução do Saldo Natural, do Saldo Migratório e do Saldo Demográfico (1981-2005)



Nota: Após 1995, os dados reportam às estatísticas do Eurostat. Até essa data, a fonte utilizada foi o Instituto Nacional de Estatística.

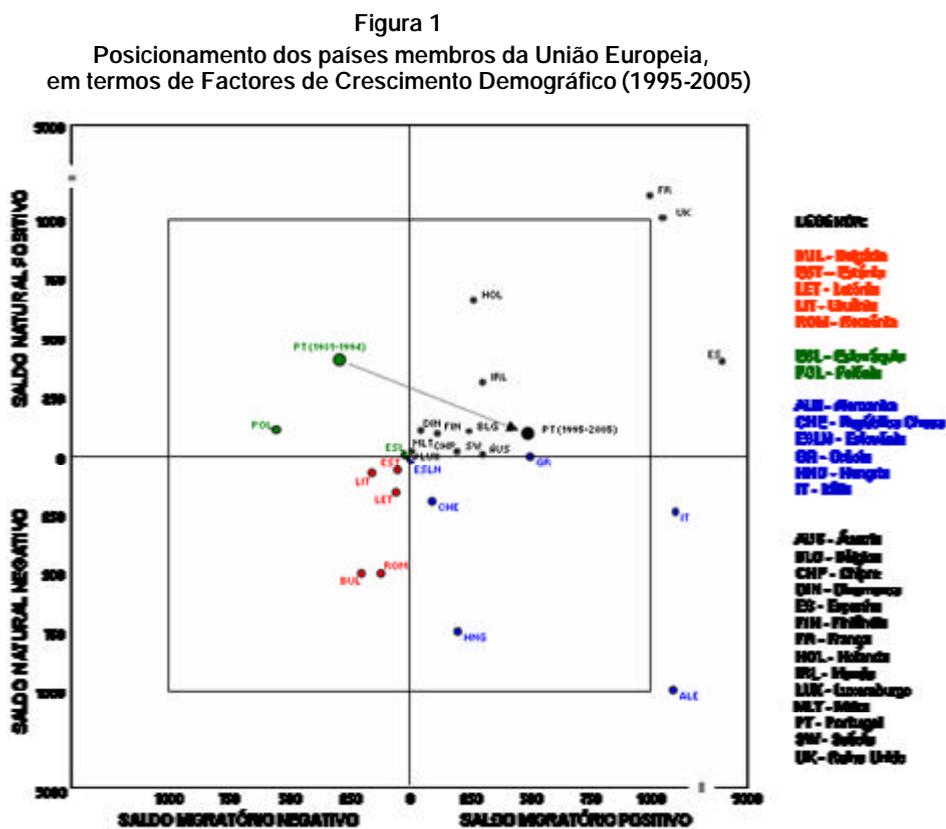
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; EUROSTAT, (<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>).

Se considerarmos a evolução da população residente, constatamos uma recente mas assinalável inversão dos factores de que depende o seu crescimento (saldo natural e saldo migratório). Com efeito, após um período (sensivelmente até ao início da década de 90), em que o impacto negativo dos saldos migratórios na variação da população residente não só impediu a plena expressão quantitativa dos elevados saldos de crescimento natural verificados (e que variaram entre o acréscimo de quase 60 mil habitantes por ano verificado em 1981 e os cerca de 2 mil em 2005), mas implicou a perda líquida de população, segue-se um período em que o contributo positivo dos saldos migratórios (decorrentes da prevalência dos fluxos de imigração sobre os fluxos de emigração) começou a compensar progressivamente a quebra paulatina dos saldos de

crescimento natural.

Para se ter uma ideia da importância desta inversão dos factores de crescimento demográfico, e do peso que a imigração assume enquanto mecanismo de compensação das quebras observadas no crescimento natural, refira-se que deve ser atribuído aos saldos migratórios positivos, observados entre 1990 e 2005, cerca de 3/4 do aumento de população residente verificado neste período. Sem este contributo, e mesmo admitindo por abstracção um estancamento total da emigração, a variação da população residente continuaria a pautar-se pelos níveis reduzidos observados nos anos anteriores (o acréscimo na população residente que nesse caso se verificaria, com saldos migratórios nulos, entre 1990 e 2005, situar-se-ia apenas em cerca de 130 mil habitantes, um valor muito diferente do crescimento líquido em cerca de 540 mil habitantes, que se regista neste período entre o início da década de 90 e a actualidade).

Convertendo-se deste modo num país com saldos migratórios elevados, que superam largamente o saldo natural, Portugal colocou-se progressivamente a par de países cujo crescimento demográfico é, nos últimos anos, essencialmente impulsionado pela imigração, como é o caso da Alemanha, da Áustria, da Espanha, da Grécia, da Itália ou da Suécia (Figura 1 e Quadro 43).



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; EUROSTAT (<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>).

Quadro 43
Factores de crescimento demográfico: Comparações internacionais (1995-2005)

	Saldo Natural		Saldo Migratório		Crescimento Demográfico	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alemanha	-1 089 953	-121,2%	1 989 345	221,2%	899 392	100%
Áustria	34 821	10,8%	287 615	89,2%	322 436	100%
Bélgica	114 314	30,0%	266 494	70,0%	380 808	100%
Bulgária	- 496 437	70,1%	- 212 231	29,9%	- 708 668	100%
Chipre	38 540	31,8%	82 475	68,2%	121 015	100%
Dinamarca	82 762	39,1%	128 979	60,9%	211 741	100%
Eslováquia	36 087	109,4%	- 3 114	-9,4%	32 973	100%
Eslovénia	- 9 117	-65,7%	22 998	165,7%	13 881	100%
Espanha	414 087	9,4%	4 001 063	90,6%	4 415 150	100%
Estónia	- 60 741	58,7%	- 42 650	41,3%	- 103 391	100%
Finlândia	100 427	64,0%	56 399	36,0%	156 826	100%
França	2 019 920	65,9%	1 043 969	34,1%	3 063 889	100%
Grécia	- 1 337	-0,3%	531 442	100,3%	530 105	100%
Holanda	640 711	70,4%	269 377	29,6%	910 088	100%
Hungria	- 428 389	164,7%	168 270	-64,7%	- 260 119	100%
Irlanda	282 666	46,2%	328 736	53,8%	611 402	100%
Itália	- 257 315	-13,5%	2 164 618	113,5%	1 907 303	100%
Letónia	- 147 954	71,8%	- 58 036	28,2%	- 205 990	100%
Lituânia	- 77 850	32,5%	- 161 857	67,5%	- 239 707	100%
Luxemburgo	18 452	34,3%	35 398	65,7%	53 850	100%
Malta	15 070	43,2%	19 825	56,8%	34 895	100%
Polónia	127 151	-30,0%	- 550 693	130,0%	- 423 542	100%
Portugal	74 299	13,5%	477 722	86,5%	552 021	100%
Reino Unido	992 702	40,5%	1 456 926	59,5%	2 449 628	100%
República Checa	- 188 959	230,2%	106 877	-130,2%	- 82 082	100%
Roménia	- 452 226	77,4%	- 131 822	22,6%	- 584 048	100%
Suécia	18 739	8,1%	212 632	91,9%	231 371	100%

Fonte: EUROSTAT (<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>).

Por outro lado, Portugal distingue-se de países onde as dinâmicas de natalidade são mais significativas do que as da imigração, como acontece em França, na Holanda e na Finlândia, não se verificando contudo uma situação de crise demográfica (com saldos de crescimento natural e saldos migratórios negativos) como a que atravessam neste período (1995-2005) países como a Bulgária, a Estónia, a Letónia ou a Roménia. Em termos de mobilidades migratórias à escala dos países membros da União, é de resto evidente a forma como estas nações do Leste europeu, a que se junta neste sentido, e de forma muito particular a Polónia, registam elevadas quebras de crescimento demográfico em resultado dos significativos fluxos de imigração.

2. Demografia e urbanização: diferenciações regionais

A distribuição dos cerca de 10 milhões e 500 mil habitantes estimados em Portugal, no ano de 2005, evidencia um desequilíbrio na sua repartição territorial que reflecte uma concentração no

Norte Litoral, no Centro Litoral, na Área Metropolitana de Lisboa e na Região do Algarve (Quadro 44). Nestes espaços, reside quase 75% da população nacional, destacando-se os valores registados na Grande Lisboa (19%), no Grande Porto (12%) e na Península de Setúbal (7%). A desigual distribuição da população é ainda expressivamente marcada pelo facto de dez unidades territoriais (NUTS III)¹³ perfazerem cerca de 67% da população residente em Portugal em 2005. Em 1981, nestas mesmas NUTS residia cerca de 63% da população.

Quadro 44

Distribuição percentual da população residente por NUTs III (1981-2004) e Densidade da população (2005)
(valores absolutos em milhares e percentagens)

	1981		1991		2001		2005		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Hab/Km ²
Norte	3 410,1	34,7	3 472,7	35,2	3 687,3	35,6	3 737,8	35,4	175,6
Minho-Lima	256,8	2,6	250,1	2,5	250,3	2,4	252,3	2,4	113,7
Cávado	328,9	3,3	353,3	3,6	393,1	3,8	407,6	3,9	327,2
Ave	431,8	4,4	466,1	4,7	510,0	4,9	521,7	4,9	418,7
Grande Porto	1 117,9	11,4	1 167,8	11,8	1 260,7	12,2	1 276,6	12,1	1 567,4
Tâmega	503,7	5,1	509,2	5,2	551,3	5,3	559,4	5,3	213,5
Entre Douro e Vouga	236,9	2,4	252,4	2,6	276,8	2,7	285,5	2,7	331,1
Douro	261,6	2,7	238,7	2,4	221,9	2,1	215,5	2,0	52,5
Alto Trás-os-Montes	272,5	2,8	235,2	2,4	223,3	2,2	219,2	2,1	26,8
Centro	2 301,5	23,4	2 258,8	22,9	2 348,4	22,7	2 382,4	22,5	84,5
Baixo Vouga	336,6	3,4	350,4	3,6	385,7	3,7	396,7	3,8	220,1
Baixo Mondego	330,0	3,4	328,9	3,3	340,3	3,3	335,5	3,2	162,7
Pinhal Litoral	215,8	2,2	224,3	2,3	251,0	2,4	263,8	2,5	151,3
Pinhal Interior Norte	152,1	1,5	139,4	1,4	138,5	1,3	137,8	1,3	52,7
Dão-Lafões	295,1	3,0	282,5	2,9	286,3	2,8	291,0	2,8	83,4
Pinhal Interior Sul	60,5	0,6	50,8	0,5	44,8	0,4	42,1	0,4	22,1
Serra da Estrela	57,0	0,6	54,0	0,5	49,9	0,5	48,5	0,5	55,9
Beira Interior Norte	130,1	1,3	118,5	1,2	115,3	1,1	112,1	1,1	27,6
Beira Interior Sul	86,1	0,9	81,0	0,8	78,1	0,8	75,3	0,7	20,1
Cova da Beira	99,8	1,0	93,1	0,9	93,6	0,9	92,2	0,9	67,1
Oeste	310,8	3,2	314,4	3,2	338,7	3,3	356,3	3,4	160,5
Médio Tejo	227,6	2,3	221,4	2,2	226,1	2,2	231,0	2,2	100,2
Lisboa e Vale do Tejo	2 482,3	25,2	2 520,7	25,5	2 661,9	25,7	2 779,1	26,3	946,9
Grande Lisboa	1 897,6	19,3	1 880,2	19,1	1 947,3	18,8	2 012,9	19,0	1 463,0
Península de Setúbal	584,6	5,9	640,5	6,5	714,6	6,9	766,2	7,2	491,5
Alentejo	819,3	8,3	782,3	7,9	776,6	7,5	766,0	7,2	24,3
Alentejo Litoral	103,1	1,0	98,5	1,0	100,0	1,0	97,2	0,9	18,5
Alto Alentejo	142,7	1,5	134,6	1,4	127,0	1,2	120,5	1,1	19,3
Alentejo Central	180,5	1,8	173,2	1,8	173,6	1,7	170,9	1,6	23,6
Baixo Alentejo	159,0	1,6	143,0	1,4	135,1	1,3	129,6	1,2	15,2
Lezíria do Tejo	234,1	2,4	233,0	2,4	240,8	2,3	247,8	2,3	58,0
Algarve	323,5	3,3	341,4	3,5	395,2	3,8	416,8	3,9	83,4
Reg. Autónoma Açores	243,4	2,5	237,8	2,4	241,8	2,3	242,2	2,3	104,3
Reg. Autónoma Madeira	252,8	2,6	253,4	2,6	245,0	2,4	245,2	2,3	306,1
TOTAL	9 833,0	100	9 867,1	100	10 356,1	100	10 569,6	100	114,8

Fonte: INE, Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas.

¹³ Estas dez NUTS (Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal, Tâmega, Ave, Algarve, Cávado, Baixo Vouga, Oeste e Baixo Mondego), são as que assumem percentagens superiores a 3% (a média nacional é de 3,3%).

A distribuição percentual da população pelas diferentes unidades territoriais denotava, já em 1981, traços idênticos de concentração. Neste ano, as NUTS que assumiam valores superiores à média nacional (3,3%) correspondiam aos casos da Grande Lisboa (19%), do Grande Porto (11%), da Península de Setúbal (6%), do Ave e do Tâmega (com 4 e 5%, respectivamente) e do Baixo Vouga e Baixo Mondego (3,4%), que concentravam, no seu conjunto, 53% da população total residente no país. Em 1991, o Cávado e o Oeste juntam-se a estas NUTS com valores de distribuição percentual da população acima da média nacional (também de 3,3%), ascendendo aos 64% o somatório de população residente nestas unidades territoriais.

O que se regista, portanto, numa primeira observação, é um reforço gradual da concentração demográfica num conjunto relativamente pequeno e estável de unidades territoriais (de 53% em 1981 para 64% em 2005). Por regiões (NUTS II), é interessante constatar que o Norte e o Centro mantêm em 2005 o peso percentual observado em 1981 (35 e 23% respectivamente), sendo ligeira a subida de Lisboa e do Algarve (de 25 para 26%, e de 3 para 4% respectivamente), e igualmente reduzida a descida do valor percentual do Alentejo (de 8 para 7%). Nas regiões autónomas os valores de repartição percentual da população residente ao longo deste período oscilam entre os 2 e os 3%, com tendência para uma ligeira descida em ambos os casos.

Se é este o quadro da simples distribuição percentual da população residente, importa contudo dar igualmente conta das variações da população por NUTS III ao longo deste período (Quadro 45 e Figura 2). Com efeito, mesmo que não se tenham alterado substancialmente os padrões de concentração da população no território nacional, há dinâmicas regionais que importa considerar em termos de declínio ou revitalização demográfica, nos quais os factores migratórios assumem significados e importâncias diferenciadas, como veremos adiante.

Entre 1981 e 2005, a população residente em Portugal registou um aumento de cerca de 7,5%, sendo que este crescimento acelerou sobretudo a partir do início da década de 90, o que ilustra, de modo muito claro e significativo, o impacto - a que nos referimos anteriormente -, dos valores positivos e relevantes que os saldos migratórios tiveram no aumento líquido de população durante este período.

Este crescimento da população residente não se inscreve contudo de modo uniforme no território nacional, acentuando de resto, em regra, as tendências para a concentração da população em determinadas áreas do país, designadamente em muitas das NUTS III anteriormente referidas pelo facto de nelas ser significativo o peso percentual de população residente face ao total nacional. É o caso da Península de Setúbal e do Algarve (a Sul); do Cávado, de Entre Douro e Vouga e do Ave (na Região Norte), bem como do Pinhal Litoral, no Centro. Qualquer uma destas unidades territoriais assume taxas de crescimento da população superiores a 20% entre 1981 e

2005, seguindo-se-lhes os casos do Grande Porto e do Tâmega, a Norte, e do Baixo Vouga e Oeste, na Região Centro, com valores de variação da população entre 10 e 20%.

Quadro 45
Evolução da população residente (1981-2005)

	1981	1991	2001	2005	Variação da População			
					81/91	91/01	01/05	81/05
Norte	3 410,1	3 472,7	3 687,3	3 737,8	1,8	6,2	1,4	9,6
Minho-Lima	256,8	250,1	250,3	252,3	-2,6	0,1	0,8	-1,8
Cávado	328,9	353,3	393,1	407,6	7,4	11,3	3,7	23,9
Ave	431,8	466,1	510,0	521,7	7,9	9,4	2,3	20,8
Grande Porto	1 117,9	1 167,8	1 260,7	1 276,6	4,5	8,0	1,3	14,2
Tâmega	503,7	509,2	551,3	559,4	1,1	8,3	1,5	11,1
Entre Douro e Vouga	236,9	252,4	276,8	285,5	6,5	9,7	3,1	20,5
Douro	261,6	238,7	221,9	215,5	-8,8	-7,0	-2,9	-17,6
Alto Trás-os-Montes	272,5	235,2	223,3	219,2	-13,7	-5,1	-1,8	-19,5
Centro	2 301,5	2 258,8	2 348,4	2 382,4	-1,9	4,0	1,4	3,5
Baixo Vouga	336,6	350,4	385,7	396,7	4,1	10,1	2,9	17,9
Baixo Mondego	330,0	328,9	340,3	335,5	-0,3	3,5	-1,4	1,7
Pinhal Litoral	215,8	224,3	251,0	263,8	3,9	11,9	5,1	22,3
Pinhal Interior Norte	152,1	139,4	138,5	137,8	-8,3	-0,6	-0,5	-9,4
Dão-Lafões	295,1	282,5	286,3	291,0	-4,3	1,3	1,6	-1,4
Pinhal Interior Sul	60,5	50,8	44,8	42,1	-16,0	-11,8	-6,0	-30,4
Serra da Estrela	57,0	54,0	49,9	48,5	-5,3	-7,6	-2,7	-14,8
Beira Interior Norte	130,1	118,5	115,3	112,1	-8,9	-2,7	-2,8	-13,8
Beira Interior Sul	86,1	81,0	78,1	75,3	-5,9	-3,6	-3,6	-12,6
Cova da Beira	99,8	93,1	93,6	92,2	-6,7	0,5	-1,5	-7,7
Oeste	310,8	314,4	338,7	356,3	1,2	7,7	5,2	14,6
Médio Tejo	227,6	221,4	226,1	231,0	-2,7	2,1	2,2	1,5
Lisboa e Vale do Tejo	2 482,3	2 520,7	2 661,9	2 779,1	1,5	5,6	4,4	12,0
Grande Lisboa	1 897,6	1 880,2	1 947,3	2 012,9	-0,9	3,6	3,4	6,1
Península de Setúbal	584,6	640,5	714,6	766,2	9,6	11,6	7,2	31,1
Alentejo	819,3	782,3	776,6	766,0	-4,5	-0,7	-1,4	-6,5
Alentejo Litoral	103,1	98,5	100,0	97,2	-4,5	1,5	-2,8	-5,7
Alto Alentejo	142,7	134,6	127,0	120,5	-5,7	-5,6	-5,1	-15,6
Alentejo Central	180,5	173,2	173,6	170,9	-4,0	0,2	-1,6	-5,3
Baixo Alentejo	159,0	143,0	135,1	129,6	-10,1	-5,5	-4,1	-18,5
Lezíria do Tejo	234,1	233,0	240,8	247,8	-0,5	3,3	2,9	5,9
Algarve	323,5	341,4	395,2	416,8	5,5	15,8	5,5	28,8
Reg. Autónoma Açores	243,4	237,8	241,8	242,2	-2,3	1,7	0,2	-0,5
Reg. Autónoma Madeira	252,8	253,4	245,0	245,2	0,2	-3,3	0,1	-3,0
TOTAL	9 833,0	9 867,1	10 356,1	10 569,6	0,3	5,0	2,1	7,5

Fonte: INE, Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas.

As quebras demográficas mais acentuadas, por seu turno, verificam-se sobretudo em diversas unidades territoriais do interior Norte e Centro (casos de Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, para citar os exemplos mais relevantes pela sua extensão territorial), bem como unidades territoriais como a do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo. Em qualquer um destes casos, as perdas de população residente foram superiores a 7,5%, sendo de destacar os casos do

Pinhal Interior Sul (com uma quebra de cerca de 30%) e de Alto Trás-os-Montes e Douro (com perdas a rondar os 20%, à semelhança do que sucede no Baixo Alentejo).

Entre estes dois grandes grupos de NUTS III, com os valores simultaneamente mais elevados de crescimento e quebra da população residente, encontramos as restantes unidades territoriais, que assumem valores comparativamente mais moderados de ganho e perda demográfica. De um modo geral, como ilustra a Figura 1, pode ainda falar-se numa tendência para a existência de uma dicotomia entre um litoral com elevadas percentagens de população residente e de crescimento demográfico, e um interior em declínio, pela perda de expressão da população que aí reside. Todavia, este retrato não só já não é cristalino, na medida em que ambos os lados dessa dicotomia integram unidades territoriais que desobedecem ao perfil demográfico esperado, como tenderá porventura a esbater-se cada vez mais, na medida em que certas dinâmicas de desenvolvimento local se alteraram, designadamente ao nível do concelho (veja-se Lisboa, por exemplo, que já não regista os níveis de crescimento populacional de outrora).

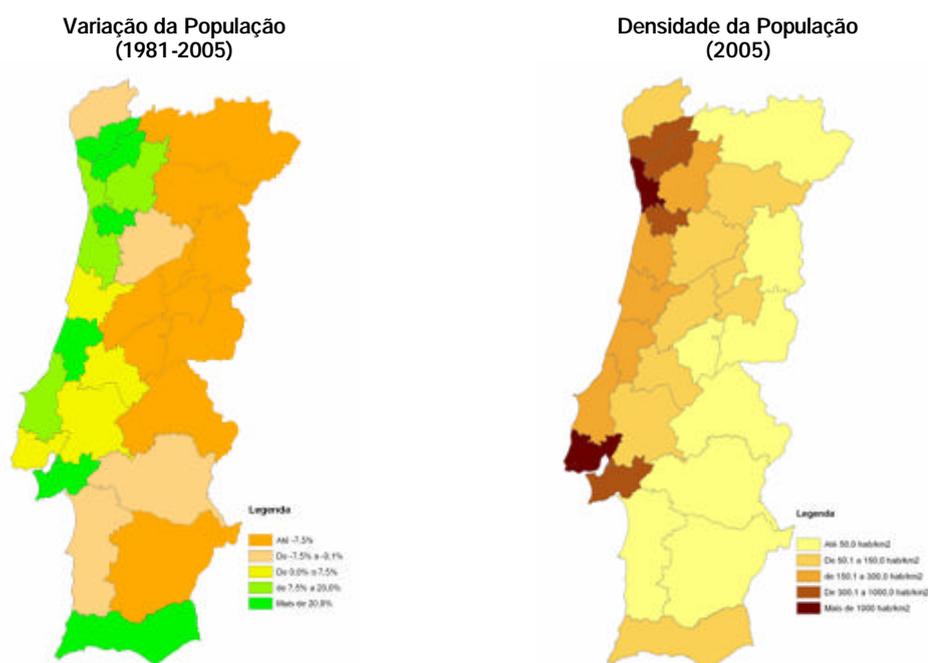
Mas um retrato da demografia actual da população portuguesa é-nos ainda dado pela análise da densidade populacional, que confirma as tendências acabadas de assinalar em matéria de distribuição percentual da população residente (Quadro 4 e Figura 2). Deste ponto de vista, no conjunto das NUTS III, a Grande Lisboa e o Grande Porto continuam a sobressair, com densidades de população na ordem dos 1500 e 1400 habitantes por Km², respectivamente, seguindo-se-lhes a Península de Setúbal (com um valor próximo dos 500 habitantes por Km²), bem como algumas das unidades territoriais do Norte Litoral como Ave, Cávado e Entre Douro e Vouga, cujos valores de densidade populacional oscilam entre 300 e 400 habitantes por Km².

Com valores comparativamente intermédios de densidade populacional (entre 150 e cerca de 300 habitantes por Km²), encontramos as unidades territoriais que compõem a faixa litoral do Norte e Centro, às quais se encontra adjacente um conjunto de NUTS III com densidades na ordem dos 50 a 150 habitantes por Km², algumas das quais já situadas em Regiões do Norte e Centro Interior (para além do caso do Algarve), sem que contudo a sua localização alcance as zonas de fronteira. O retrato da densidade de ocupação do território continental é todavia igualmente marcado por um numeroso conjunto de NUTS III com densidades populacionais inferiores a 50 habitantes por Km², e que ocupam toda a Região do Alentejo e as áreas mais periféricas, no sentido da fronteira, do Interior Norte e Centro.

A expressão da densidade populacional, e as tendências de concentração espacial observadas são tributárias, pelo menos em parte, das dinâmicas territoriais recentes de urbanização da sociedade portuguesa. Com efeito, e mesmo considerando que o fenómeno urbano se associa crescentemente a processos de natureza económica, social e cultural, e por isso cada vez menos

dependentes da aglomeração da população em lugares de elevada dimensão, é contudo pertinente considerar que a rede urbana, e as dinâmicas de desenvolvimento e afirmação das cidades em termos económicos, são ainda factores relevantes para o crescimento demográfico e para a capacidade de atracção diferencial de concelhos e de regiões.

Figura 2
Indicadores de evolução da População Residente (1981-2005)



Fonte: INE, Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas.

Se considerarmos, na perspectiva da dimensão dos lugares, a percentagem de população que em 2001 residia em aglomerações com mais de 5 mil habitantes, encontramos níveis de urbanização em que se destacam os casos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com valores de concentração da população acima de 60% (Quadro 46 e Figura 3). Segue-se-lhes um conjunto de NUTS III com valores entre 30 e 50%, situadas essencialmente no Litoral do país, incluindo o Alentejo Litoral e o Algarve, mas com alguma expressão também em zonas do interior como o Alto Alentejo e Alentejo Central, ou a Beira Interior Sul. Por último, com percentagens de aglomeração da população inferiores à média nacional (situada em 32%), vamos encontrar sobretudo unidades territoriais do Interior Norte e Centro.

Em certos casos, um elevado índice de aglomeração da população associa-se de modo significativo a lógicas territoriais de povoamento que não traduzem, necessariamente, uma forte urbanização. É por exemplo comum obter percentagens elevadas de população a residir em lugares com mais de 5 mil habitantes em regiões a sul do país, sem que tal signifique a presença de contextos marcadamente urbanos, como menores índices de aglomeração a Norte também

não significam uma menor expressão do fenómeno urbano, mas sim um regime de povoamento tendencialmente mais disperso.

Por conseguinte, esta análise da diferenciação territorial da urbanização deve ser complementada com uma leitura da distribuição da população activa urbana, isto é, empregue nos sectores secundário e terciário (Quadro 46), que se associa de modo mais significativo a estes espaços.

Quadro 46
Indicadores de Urbanização: Dimensão dos Lugares e População Activa Urbana (2001)

	Dimensão dos Lugares (2001)			População Activa Urbana (2001)				
	Total Pop. Residente	Lugares > 5 mil hab.		Total Pop. Empregada	Sectores Secundário e Terciário			
		Nº	%		Total	%	Secund.	Terc.
Norte	3 687 293	1 587 589	43,1	1 656 103	1 577 377	95,2	45,2	50,1
Minho-Lima	250 275	36 523	14,6	96 973	87 743	90,5	40,1	50,4
Cávado	393 063	147 094	37,4	182 190	174 856	96,0	49,2	46,8
Ave	509 968	179 756	35,2	249 447	244 368	98,0	62,9	35,1
Grande Porto	1 260 680	930 418	73,8	595 529	585 687	98,3	34,5	63,9
Tâmega	551 309	76 995	14,0	240 343	228 330	95,0	58,3	36,7
Entre Douro e Vouga	276 812	122 105	44,1	134 971	131 475	97,4	60,6	36,8
Douro	221 853	34 865	15,7	80 294	63 542	79,1	22,5	56,6
Alto Trás-os-Montes	223 333	59 833	26,8	76 356	61 376	80,4	22,4	58,0
Centro	2 348 397	546 999	23,3	1 006 373	937 894	93,2	37,4	55,8
Baixo Vouga	385 724	84 832	22,0	179 619	171 294	95,4	46,1	49,2
Baixo Mondego	340 309	123 445	36,3	149 108	142 160	95,3	27,7	67,7
Pinhal Litoral	250 990	70 942	28,3	117 166	112 773	96,3	45,5	50,7
Pinhal Interior Norte	138 535	6 941	5,0	54 707	50 748	92,8	39,9	52,9
Dão-Lafões	286 313	25 921	9,1	112 136	99 591	88,8	34,3	54,5
Pinhal Interior Sul	44 803	0	0,0	15 744	12 978	82,4	33,7	48,8
Serra da Estrela	49 895	5 561	11,1	18 354	17 070	93,0	41,2	51,8
Beira Interior Norte	115 325	23 696	20,5	44 175	38 806	87,8	31,6	56,2
Beira Interior Sul	78 123	30 449	39,0	30 440	27 644	90,8	31,1	59,8
Cova da Beira	93 579	26 518	28,3	38 852	36 175	93,1	40,2	52,9
Oeste	338 711	72 036	21,3	152 348	138 330	90,8	36,1	54,7
Médio Tejo	226 090	76 658	33,9	93 724	90 325	96,4	34,1	62,3
Lisboa e Vale do Tejo	2 661 850	1 969 247	74,0	1 284 673	1 270 009	98,9	23,2	75,7
Grande Lisboa	1 947 261	1 486 283	76,3	951 067	943 896	99,2	21,7	77,6
Península de Setúbal	714 589	482 964	67,6	333 606	326 113	97,8	27,6	70,2
Alentejo	776 585	285 159	36,7	323 167	284 467	88,0	27,2	60,9
Alentejo Litoral	99 976	37 916	37,9	40 960	34 956	85,3	26,5	58,9
Alto Alentejo	127 026	45 159	35,6	49 291	43 889	89,0	24,6	64,4
Alentejo Central	173 646	77 878	44,8	75 723	66 619	88,0	27,4	60,6
Baixo Alentejo	135 105	35 318	26,1	50 818	43 247	85,1	22,0	63,1
Lezíria do Tejo	240 832	88 888	36,9	106 375	95 756	90,0	30,9	59,1
Algarve	395 218	154 743	39,2	180 395	169 361	93,9	21,7	72,1
Reg. Autónoma Açores	241 763	56 750	23,5	94 728	83 573	88,2	24,4	63,8
Reg. Autónoma Madeira	245 011	103 932	42,4	105 508	96 620	91,6	24,2	67,3
TOTAL	10 356 117	4 704 419	45,4	4 650 947	4 419 301	95,0	34,4	60,7

Fonte: INE, Recenseamento da População (2001)

O emprego no sector primário (que integra a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e

pescas) assume hoje um significado que pode ser considerado residual no conjunto dos sectores de actividade económica (em 2001, apenas 5,0% da população empregada exercia actividade no sector primário, tendo representado 10,8% em 1991 e 19,6% em 1981).

Ainda assim, é possível estabelecer uma diferenciação territorial em função da percentagem de população empregue nos sectores secundário e terciário, enquanto expressão dos diferentes graus de urbanização por regiões. Deste ponto de vista, voltamos a encontrar as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto com os mais elevados valores obtidos no conjunto das NUTS III (com 99,2 e 98,3%, respectivamente), juntando-se-lhes a Península de Setúbal (97,8%) e duas unidades territoriais adjacentes à Área Metropolitana do Porto: Ave e Entre Douro e Vouga, com respectivamente 98,0 e 97,4% (Figura 3).

Com valores entre 97% e a média nacional de percentagem de população activa empregue nos sectores secundário e terciário (91%), vamos encontrar essencialmente unidades territoriais do Litoral Norte e Centro (Tâmega, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Cavado, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo), o Algarve, ainda algumas NUTS que pontuam no Interior Centro, como é o caso da Cova da Beira e da Serra da Estrela, e ainda a Região Autónoma da Madeira.

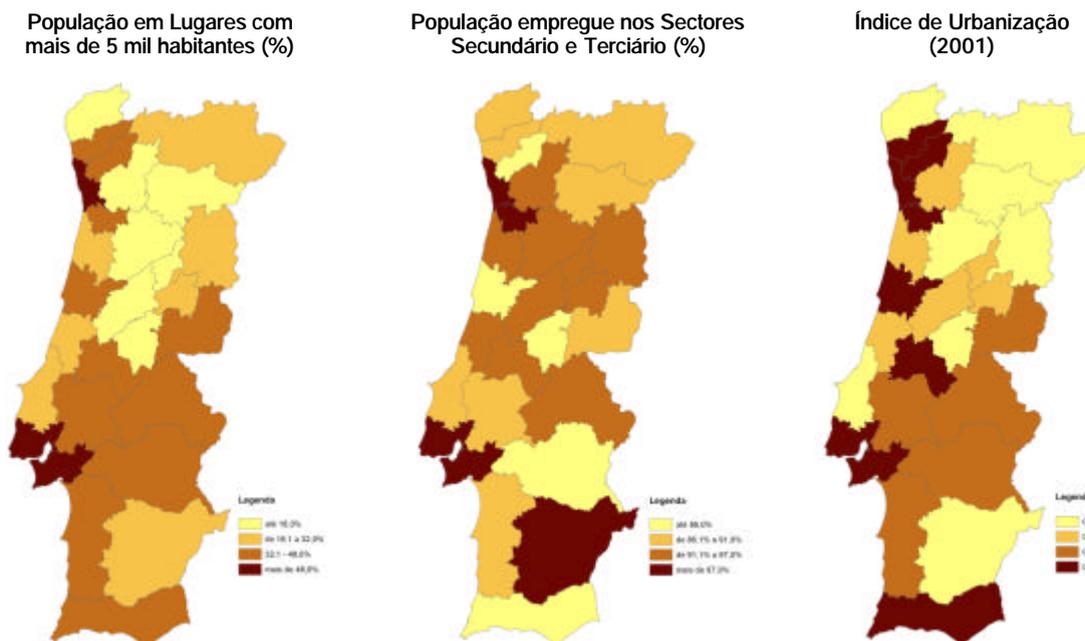
Com valores comparativamente mais reduzidos de população empregue nos sectores secundário e terciário, e por conseguinte com maior expressão de população activa empregue no sector primário, distinguem-se unidades territoriais localizadas no Interior Norte (Douro e Alto Trás-os-Montes), no Alentejo (Baixo Alentejo e Alentejo Litoral), e o Pinhal Interior Sul. Qualquer uma destas unidades territoriais assume valores inferiores à média nacional menos o desvio padrão, seguindo-se-lhes - já num patamar intermédio, mas igualmente inferior à média, unidades territoriais do Interior Centro e da Estremadura, para além da Região Autónoma dos Açores.

Se procurarmos conciliar a análise da urbanização decorrente da dimensão dos lugares (com mais de 5 mil habitantes) e da população activa urbana (população empregue nos sectores secundário e terciário), obtemos quatro graus diferenciados de urbanização por regiões (Figura 3), em que sobressaem os casos de NUTS em que ambos os indicadores superam a média (com destaque para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto), e NUTS que assumem valores inferiores à média tanto no caso da dimensão dos lugares como da população activa urbana. Trata-se essencialmente unidades territoriais do Interior Norte e do Alentejo, a que se juntam algumas NUTS do Litoral Centro (Oeste e Pinhal Interior Sul).

Em dois níveis intermédios encontramos as restantes NUTS III, distinguindo-se um grupo em que os valores de aglomeração da população em lugares com mais de 5 mil habitantes é superior à média nacional, mas a população activa urbana assume valores percentuais inferiores à média

(caso das unidades territoriais que integram a Região do Alentejo), e um segundo grupo em que - apesar de a percentagem de população activa urbana assumir valores superiores à média, os índices de aglomeração são inferiores ao valor médio encontrado para o país (como é o caso de unidades territoriais da Região Centro, como a Serra da Estrela e a Cova da Beira - no interior - e o Pinhal Litoral e o Pinhal Interior Norte, já na faixa litoral).

Figura 3
Indicadores de Urbanização (2001)



Fonte: INE, Recenseamento da População (2001)

Do ponto de vista dos contextos sociais e espaciais, Portugal continua a ser um país marcado por certas assimetrias, tanto a nível demográfico como ao nível das características territoriais, embora surjam situações que atenuam muitas destas dicotomias que ao longo do tempo se atribuíram ao nosso país e que tiveram outrora uma expressão muito mais evidente. Se é certo que o litoral português e o Algarve continuam a exercer uma forte atracção demográfica, como é igualmente certo que no interior Norte e Centro (sobretudo na área de Trás-os-Montes, na zona da Beira Interior Norte e do Alentejo) prevalece a perda populacional, não deixa de ser igualmente verdade que um conjunto concelhos e de cidades de pequena e média dimensão têm conseguido sustentar parte da desertificação humana e da estagnação económica que se lhes antevira.

Com efeito, a melhoria generalizada do sistema de comunicações, particularmente da rede viária, traduziu-se num maior dinamismo territorial, em que a intensificação das mobilidades assume um papel de relevo em certos processos de desenvolvimento local, evidenciando potencialidades e recursos. É assim para um território mais acessível e diversificado, para um país que inverteu as

suas lógicas demográficas e migratórias, que os cidadãos imigrantes se dirigem, em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida.

3. Conclusão

Para além do que já tínhamos observado em matéria de crescimento económico, de estruturas regionais da economia e de especialização produtiva, podemos agora verificar a mudança registada em Portugal no que diz respeito às lógicas de mobilidade internacional de pessoas, às dinâmicas demográficas e à consolidação dos processos de urbanização internos ao território continental.

Um dos dados mais salientes é o que aponta para o papel desempenhado pela imigração enquanto "revigoradora" da demografia. Trata-se de uma alteração significativa da relação entre crescimento natural da população e saldos migratórios (matéria em que as comparações internacionais são esclarecedoras). Assim como se trata de uma "intervenção" da imigração nas dinâmicas demográficas regionais.

De facto, o Portugal crescentemente urbano em que se inscrevem as tendências de terciarização da economia já comentadas é também o quadro em que se constata evoluções das estruturas económicas locais que tendem a ser mais abertas à recepção económica de novas pessoas, em ambientes de mudança.

Capítulo IV

A imigração em Portugal: novos imigrantes e uma nova geografia

Como temos vindo a assinalar nos capítulos anteriores, a imigração no Portugal contemporâneo é um fenómeno directamente relacionado com duas características estruturais da nossa economia e da nossa sociedade: a natureza extensiva do modelo de crescimento económico (isto é, a utilização pelos sectores produtivos de volumes elevados de força de trabalho) e a fraca dinâmica demográfica. Por isso, as necessidades de trabalho detectadas na economia não têm tradução numa oferta correspondente gerada localmente. Como vimos, de acordo com a informação intercensitária, entre 1991 e 2001 Portugal só aumenta a sua população em 5% e são vários os espaços regionais e sub-regionais em que há uma regressão demográfica. O PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, assinala justamente que “a ocorrência de saldo migratórios externos positivos” são essenciais para assegurar “a manutenção ou o crescimento da população residente em Portugal”, e que uma população de 10,5 milhões de habitantes em 2020 pressupõe “um aumento gradual dos níveis de fecundidade e uma imigração da ordem dos 10 mil indivíduos por ano” (Relatório: 53-54).

É, pois, neste quadro de desenvolvimento que o fenómeno sociológico mais significativo dos anos 2000, a imigração massiva, inverte não só os factores de crescimento demográfico (com a perda de influência do crescimento natural nesse processo), mas também os termos da posição portuguesa nos fluxos internacionais de pessoas. As pessoas, os cidadãos que habitam o país tornam-se um conjunto marcadamente mais plural, diferenciado e culturalmente complexo. As nacionalidades de origem alteram-se. Os territórios regionais, já de si diferenciados, ganham novas características. E as formas de regulação jurídica modificam-se, face à relevância que as realidades da imigração começam a assumir de forma incontornável.

1. Meio milhão de imigrantes: um “país de imigração” e uma alteração demográfica significativa

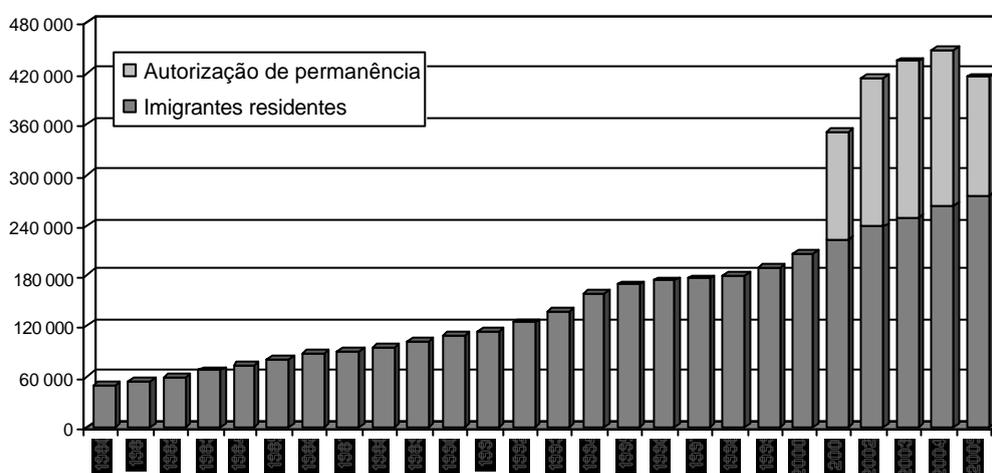
Os imigrantes registados, residentes em Portugal¹⁴, que em 1980 eram cerca de 50 mil, são cerca

¹⁴ De acordo com o INE, a População Estrangeira com estatuto legal de Residente corresponde ao conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de

de 100 mil em 1989 e atingem quase os 450 mil em 2004 (perfazendo mais de 4% da população total). Estamos, portanto, perante um volume significativo, original, massivo e claramente determinante de uma nova “calibragem” da sociedade portuguesa. Trata-se de uma multiplicação por nove em pouco mais de duas décadas.

Esta face da sociedade portuguesa é-nos revelada por duas lógicas distintas de regulação das entradas através das quais a realidade se “oficializa”: as autorizações de residência e as autorizações de permanência¹⁵. O gráfico seguinte, ao assinalar, a partir de 2000, uma alteração radical da “visibilidade” da imigração, mostra o papel desempenhado por esta última figura jurídica, que contribui para quase duplicar o número de imigrantes reconhecidos como tal.

Gráfico 8
Imigrantes residentes e autorizações de permanência (1980-2005)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Este peso significativo em volume comporta, obviamente, elementos qualitativos igualmente relevantes. Iremos de seguida observar com detalhe a questão importante da distribuição regional do conjunto dos imigrantes. Mas antes queremos apontar o dado novo representado pelo papel da imigração no rejuvenescimento da pirâmide etária e, sobretudo, na faixa etária que entra directamente no mercado de trabalho, com o significado que já apontámos no Capítulo 1. De facto, a população imigrante apresenta uma vitalidade na sua estrutura demográfica que contrasta, de modo impressionante, com a estrutura etária da população total residente em Portugal (Gráfico 9).

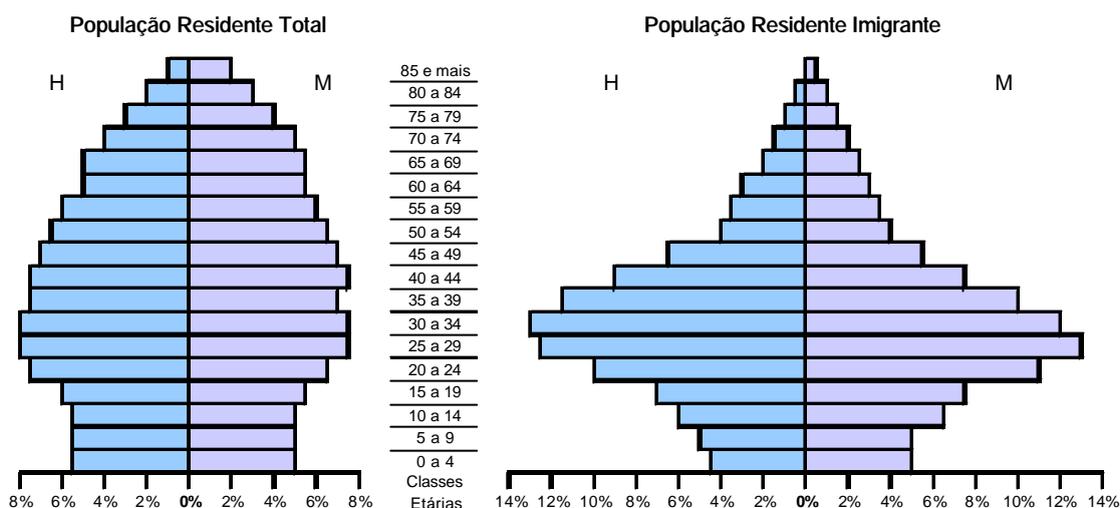
A população em idade activa (ou seja entre os 15 e os 64 anos) representa cerca de 67% do total

estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com a situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudos, de trabalho ou estada temporária, bem como os estrangeiros com a situação irregular.

¹⁵ O INE considera a População Estrangeira com autorização de Permanência, o conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Sobre as principais etapas e diplomas do processo legislativo consultar Baganha (2005).

da população residente em Portugal em 2004, valor que ascende a 78% no caso da população residente imigrante. Mas é sobretudo nas classes etárias que compreendem idades entre os 20 e os 50 anos - idades em que o potencial de empregabilidade efectiva é mais elevado - que se verifica um maior desfasamento entre as estruturas etárias da população residente total e da população imigrante. No primeiro caso, este segmento demográfico representa 44% e no segundo cerca de 60%, ou seja, quase quinze valores percentuais de diferença.

Gráfico 9
Comparação das Pirâmides Etárias da População Residente e da População Imigrante (2004)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; SEF

Importa por isso, na perspectiva dos mercados de trabalho, analisar em que medida os perfis da mão-de-obra traduzem importantes contributos para as dinâmicas de desenvolvimento económico nacional e local, bem como avaliar os impactos associados aos seus níveis de escolaridade qualificação e experiência profissional.

2. Os “novos” imigrantes: a “geografia das origens”

O volume total de imigrantes em Portugal pode ser melhor apreciado do ponto de vista de dois tipos de “geografias”: a geografia das origens e geografia das chegadas. Vamos ver que ambas estão intimamente relacionadas. De facto, são os “novos imigrantes”, aqueles que provêm de países até há alguns anos menos relevantes na imigração portuguesa (quando ela era essencialmente constituída pelos cidadãos dos PALOP), que vão marcar significativamente a alteração das relações da imigração com o território nacional. São eles, efectivamente, que vão modificar os impactos regionais dos novos residentes.

No espaço de quase uma década, verifica-se de facto a tendência para uma reorientação das

origens predominantes da imigração, com uma importância cada vez mais expressiva dos cidadãos provenientes da Europa, a que não é estranha a intensificação das mobilidades neste espaço, nomeadamente de países do leste europeu (Quadro 47 e Gráfico 10).

Se em 1996 a África Lusófona e o Brasil representavam cerca de 56% do total de imigrantes com residência legalizada, em 2004 este valor decresce ligeiramente (54%) ao serem apenas consideradas as autorizações de residência, mas passa a cerca de 40% no total de Autorizações de Residência e Permanência. Já os imigrantes europeus registam no mesmo período um aumento de 27 para 55%, que se deve essencialmente aos imigrantes provenientes de países do Leste (sobretudo ucranianos) cuja representatividade passa de 2 para 55% no total de Autorizações de Residência e Permanência.

De facto, é fundamentalmente quando analisamos a distribuição, segundo a nacionalidade, das Autorizações de Permanência, que constatamos a importância crescente (e recente), das proveniências de alguns países do Leste Europeu. No total de Autorizações de Permanência atribuídas entre 2001 e 2004, e considerando que esta figura jurídica não se aplica - naturalmente - aos cidadãos de países membros da União Europeia, os imigrantes provenientes do leste perfazem 55% do total, superando assim a soma dos valores alcançados pelo Brasil (21%) e pelos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (13%).

Tal não significa, todavia, que a importância da imigração de países da África Lusófona, e particularmente do Brasil, tenha diminuído ao longo do período considerado. Se é verdade que o número de residentes destes países não deixou de aumentar (Angola passa de 16 para 26 mil cidadãos residentes, entre 1996 e 2004; Cabo Verde de 39 para 55 mil; e a Guiné Bissau de cerca de 12 para 20 mil imigrantes residentes), é sobretudo assinalável o crescimento recente do afluxo de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e provenientes de países como a Ucrânia, a Moldávia ou a Roménia.

Assim, considerando a soma das Autorizações de Residência registadas em 2004 e das Autorizações de Permanência emitidas entre 2001 e aquele ano, a Ucrânia apresenta valores praticamente iguais aos do Brasil (na ordem dos 15% do total de imigrantes a residir em Portugal em 2004), sendo igualmente relevantes - pela sua expressão recente - os valores alcançados pela Moldávia ou pela Roménia, que juntamente com a Ucrânia e outros países do Leste Europeu perfazem cerca de 1/4 dos estrangeiros a residir em Portugal em 2004. No caso deste dois últimos países, a sua importância relativa encontra-se praticamente ao nível alcançado por países como o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha, que desde 1996 assumem uma representatividade na ordem dos 5 a 10% do total de cidadãos estrangeiros a residir em Portugal (Gráfico 11).

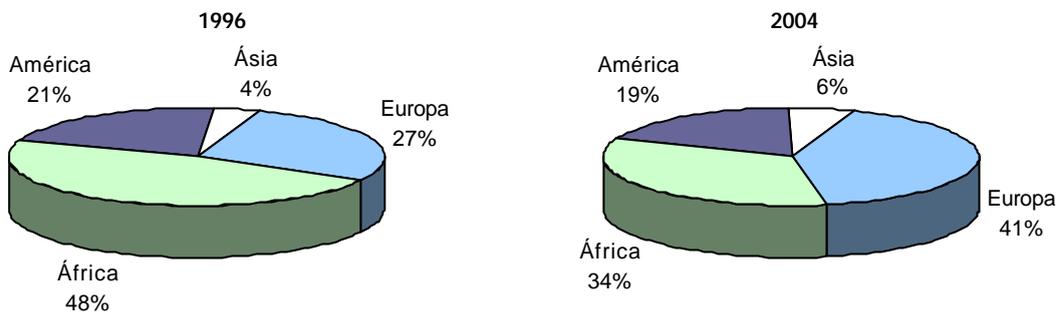
Quadro 47
População imigrante segundo as principais nacionalidades (1996-2004)¹⁶

	Autorizações de Residência (AR)						Autorizações Permanência 2001/04 (AP)		TOTAL (AR + AP) (2004)	
	1996		2000		2004		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Europa	47 315	27	61 678	30	83 656	32	101 106	55	184 762	41
União Europeia	43 732	25	56 850	27	74 337	28	0	0	74 337	17
Alemanha	7 887	5	10 385	5	13 098	5	0	0	13 098	3
Bélgica	1 562	1	2 115	1	2 656	1	0	0	2 656	1
Espanha	9 314	5	12 229	6	15 874	6	0	0	15 874	4
França	5 102	3	7 193	3	9 249	4	0	0	9 249	2
Itália	2 029	1	3 030	1	4 569	2	0	0	4 569	1
Países Baixos	2 927	2	4 075	2	5 349	2	0	0	5 349	1
Reino Unido	11 939	7	14 096	7	17 977	7	0	0	17 977	4
Suécia	1 043	1	1 235	1	1 457	1	0	0	1 457	0
Outros	1 929	1	2 492	1	4 108	2	0	0	4 108	1
Outros Europa	3 583	2	4 828	2	9 319	4	101 106	55	110 425	25
Bielorrússia	34	0	91	0	1 101	1	1 192	0
Bulgária	376	0	767	0	2 849	2	3 616	1
Moldávia	15	0	1 047	0	12 647	7	13 694	3
Roménia	369	0	1 212	0	10 944	6	12 156	3
Rússia	519	0	1 151	0	7 053	4	8 204	2
Suíça	1 363	1	1 616	1	11	0	1 627	0
Ucrânia	163	0	1 523	1	64 730	35	66 253	15
Outros	1 989	1	1 912	1	1 771	1	3 683	1
África	81 176	47	98 769	48	121 638	46	29 808	16	151 446	34
África Lusófona	77 114	45	93 506	45	114 693	44	24 475	13	139 168	31
Angola	16 282	9	20 416	10	26 520	10	8 562	5	35 082	8
Cabo Verde	39 546	23	47 093	23	54 806	21	8 574	5	63 380	14
Guiné-Bissau	12 639	7	15 941	8	20 583	8	4 323	2	24 906	6
Moçambique	4 413	3	4 619	2	4 955	2	461	0	5 416	1
São Tomé e Príncipe	4 234	2	5 437	3	7 829	3	2 555	1	10 384	2
Outros África	4 062	2	5 263	3	6 945	3	5 333	3	12 278	3
África do Sul	1 871	1	2 020	1	58	0	2 078	0
Guiné Conacri	583	0	821	0	1 304	1	2 125	0
Marrocos	439	0	879	0	1 395	1	2 274	1
Outros	2 370	1	3 225	1	2 576	1	5 801	1
América	36 516	21	37 590	18	44 892	17	39 054	21	83 946	19
Canadá	2 280	1	1 975	1	1 857	1	30	0	1 887	0
EUA	8 503	5	8 022	4	7 992	3	63	0	8 055	2
Brasil	20 082	12	22 202	11	28 732	11	37 951	21	66 683	15
Venezuela	4 186	2	3 494	2	3 459	1	126	0	3 585	1
Outros	1 465	1	1 897	1	2 852	1	884	0	3 736	1
Ásia	7 140	4	8 746	4	12 331	5	13 724	7	26 055	6
China	3 282	2	5 273	2	3 909	2	9 182	2
Índia	1 290	1	1 687	1	3 389	2	5 076	1
Paquistão	956	0	1 345	1	2 854	2	4 199	1
Outros	3 218	2	4 026	2	3 572	2	7 598	2
Oceânia	487	0	526	0	554	0	19	0	573	0
Apátridas/Desc.	278	0	278	0	282	0	122	0	404	0
TOTAL	172 912	100	207 587	100	263 353	100	183 833	100	447 186	100

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, SEF.

¹⁶ Tanto no caso das Autorizações de Residência como no caso das Autorizações de Permanência, considerando o período de 2001 a 2004, identificaram-se como principais nacionalidades apenas os países que atingiam, pelo menos numa das duas situações, valores superiores a mil.

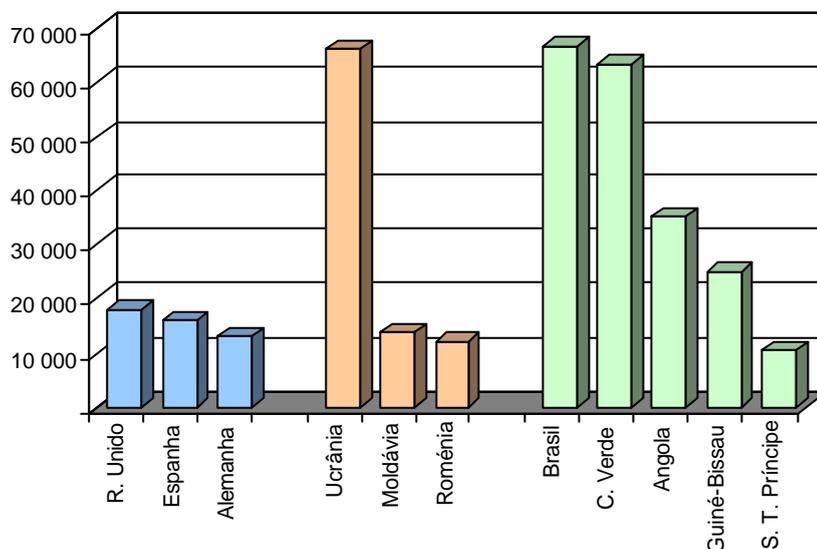
Gráfico 10
Evolução do número de imigrantes segundo o continente de origem (1996-2004)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, SEF.

Mantendo, deste ponto de vista, uma representatividade significativa, importa ainda referir o caso de Cabo Verde, país a que cabe um peso de 13% do total de residentes estrangeiros em Portugal em 2004 (embora a sua importância relativa tenha sido bem superior em 1996, ano em que significava 42% do total de residentes estrangeiros em Portugal), ou de Angola e Guiné Bissau, com valores, respectivamente, de 8 e 6% de cidadãos a residir em Portugal no ano de 2004.

Gráfico 11
Imigrantes residentes, segundo as principais nacionalidades (2001-2004)



Fonte: SEF, INE.

O principal aspecto a reter, neste olhar sobre a geografia das origens, é a emergência recente e relevante da imigração de países do Leste Europeu, que passam a ombrear, em números, com comunidades nacionais de imigrantes tradicionalmente importantes, como no caso dos países da África Lusófona e, sobretudo, do Brasil (o país a perder - apesar de tudo - menos peso percentual, neste conjunto de países, face à emergência recente da imigração de Leste). Estas alterações, como veremos de seguida, repercutem-se no modo como a imigração se distribui hoje pelo

território português, respondendo de modo diferenciado a necessidades demográficas e aos contextos das economias locais.

3. Imigração e território: a “geografia das chegadas”

A distribuição no território dos imigrantes residentes em Portugal ilustra uma tendência recente para uma maior dispersão geográfica, expressa num ligeiro esbatimento da importância de espaços desde há muito associados à imigração, como Lisboa (Quadro 48). Com efeito, entre 1996 e 2004, a percentagem de cidadãos estrangeiros a residir na capital do país passa de 55% para 52%, devendo-se esta variação a ligeiros aumentos percentuais noutros distritos, superiores à unidade, como é o caso de Coimbra (de 2 para 3% no mesmo período) ou de Setúbal (de 9 para 11%).

Quadro 48
População imigrante por distritos (1996-2004)¹⁷

	Autorizações de Residência (AR)						Autorizações Permanência 2001/04 (AP)		TOTAL (AR + AP) (2004)	
	1996		2000		2004		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Norte	15 621	9	18 246	9	22 925	9	25 256	14	48 181	11
Braga	2 742	2	3 449	2	4 419	2	5 652	3	10 071	2
Bragança	259	0	379	0	580	0	722	0	1 302	0
Porto	10 690	6	12 299	6	14 938	6	17 058	9	31 996	7
Viana do Castelo	1 237	1	1 472	1	2 099	1	852	0	2 951	1
Vila Real	693	0	647	0	889	0	972	1	1 861	0
Centro	17 009	10	20 392	10	27 411	10	43 362	24	70 773	16
Aveiro	6 903	4	7 810	4	9 238	4	7 234	4	16 472	4
Castelo Branco	565	0	635	0	979	0	1 736	1	2 715	1
Coimbra	4 169	2	5 327	3	7 998	3	6 087	3	14 085	3
Guarda	662	0	789	0	1 093	0	1 291	1	2 384	1
Leiria	2 268	1	2 753	1	3 741	1	8 883	5	12 624	3
Santarém	1 196	1	1 647	1	2 441	1	14 727	8	17 168	4
Viseu	1 246	1	1 431	1	1 921	1	3 404	2	5 325	1
Grande Lisboa	111 333	64	134 010	65	166 539	63	76 168	41	242 707	54
Lisboa	95 348	55	113 800	55	138 078	52	62 992	34	201 070	45
Setúbal	15 985	9	20 210	10	28 461	11	13 176	7	41 637	9
Alentejo	1 970	1	2 705	1	3 907	1	9 345	5	13 252	3
Beja	725	0	1 045	1	1 495	1	2 965	2	4 460	1
Évora	766	0	974	0	1 343	1	3 957	2	5 300	1
Portalegre	479	0	686	0	1 069	0	2 423	1	3 492	1
Algarve	21 660	13	27 123	13	35 851	14	23 840	13	59 691	13
Faro	21 660	13	27 123	13	35 851	14	23 840	13	59 691	13
Continente	167 593	97	202 476	98	256 633	97	177 971	97	434 604	97
Açores	2 809	2	2 579	1	2 936	1	2 049	1	4 985	1
Madeira	2 510	1	2 532	1	3 784	1	3 813	2	7 597	2
TOTAL	172 912	100	207 587	100	263 353	100	183 833	100	447 186	100

Fonte: SEF

¹⁷ Sendo os dados do SEF agregados territorialmente por distritos, e não por NUTS, procede-se a uma aproximação por Regiões (Norte, Centro, Grande Lisboa, Alentejo e Algarve), através da soma dos distritos que as compõem.

Se nos detivermos contudo na distribuição territorial das Autorizações de Permanência emitidas entre 2001 e 2004, a perda de importância de Lisboa é ainda mais acentuada (representando apenas 34% do total de Autorizações de Permanência), e verificando-se igualmente, em termos comparativos, decréscimos no peso relativo obtido por distritos como Setúbal (7%) e, com menor expressão, Faro (13%). Estas diferenças constituem-se essencialmente a expensas de distritos como o Porto (que detém 9% do total de Autorizações de Permanência, situando-se em 6% o valor relativo de Autorizações de Residência), Leiria (com 4 unidades percentuais de diferença, a favor das Autorizações de Permanência) e Santarém (com 8% do total de Autorizações de Permanência e 1% do total de Autorizações de Residência registadas em 2004).

Globalmente, isto é considerando simultaneamente as Autorizações de Residência (2004) e as Autorizações de Permanência (emitidas entre 2001 e 2004), a distribuição no território dos imigrantes residentes em Portugal evidencia a importância de Lisboa (que acolhe, com 45%, quase metade do universo de imigrantes considerado), de Setúbal (9%), de Faro (13%) e do Porto, com 7%. Sendo valores expressivos, eles não escondem todavia o facto de o retrato territorial da imigração em 2004 ser bastante diferente daquele que se obtém em 1996 (em que se podem considerar apenas os dados relativos às Autorizações de Residência), designadamente pela circunstância de a centralidade destes distritos, enquanto espaços preferenciais de destino dos cidadãos estrangeiros, ter diminuído. Se em 1996, Lisboa, Setúbal, Porto e Faro acolhiam 83% dos imigrantes residentes reconhecidos em Portugal, em 2004 - ao adicionarmos os dados relativos às Autorizações de Permanência aos valores das Autorizações de Residência -, estes distritos passam a representar 70%, isto é, menos 13% que em 1996.

Sabemos já, como ficou claro na análise da geografia das origens da imigração, que tem vindo aumentar recentemente a percentagem de imigrantes provenientes de países do Leste Europeu. E sabemos também que a sua representatividade percentual é sobretudo evidente no caso das Autorizações de Permanência emitidas entre 2001 e 2004. Em conjunto, estes dois dados permitem estabelecer que a maior dispersão geográfica da imigração se associa às alterações recentes deste fenómeno relativamente ao quadro actual dos países de origem dos cidadãos imigrantes, sendo igualmente de sublinhar o facto de o controle do registo da imigração ter sido exercido aparentemente, até ao ano 2001, de forma menos ampla no caso da imigração do Leste Europeu, por razões que as diferentes portas de entrada permitem compreender, e que se tornou mais visível estatisticamente a partir de 2001, com o apuramento da informação relativa à emissão de Autorizações de Residência.

Assim, não só o crescimento da imigração, mas também a sua expressão territorial resultam em grande parte, do "reconhecimento" legal e estatístico de cidadãos extra-comunitários que - até

2001 - estavam ilegalmente no país. O acréscimo e a distribuição territorial de cerca de 240 mil imigrantes registado entre 2000 e 2004 é pois fortemente influenciado pela legalização de cidadãos de países exteriores à União Europeia.

Se analisarmos a distribuição territorial dos imigrantes segundo os principais espaços geográficos de origem - e para esse efeito consideramos a União Europeia, a Europa de Leste e os Países Lusófonos (espaços que representam 86% do total face ao conjunto de Autorizações de Residência e de Permanência referentes a 2004) -, percebemos de facto que foi exactamente a nova vaga de imigrantes, onde avultam os naturais do Leste Europeu e também os brasileiros, que mais se distribuiu no território (Quadro 49 e Figura 4).

Quadro 49
População imigrante residente, segundo as principais origens geográficas, por distritos (2001-2004)

	União Europeia		Europa de Leste (a)		Países Lusófonos (b)		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	8 616	12	16 126	15	15 176	7	39 918	10
Braga	1 455	2	4 382	4	2 929	1	8 766	2
Bragança	225	0	414	0	393	0	1 032	0
Porto	5 498	7	9 841	9	10 666	5	26 005	7
Viana do Castelo	1 166	2	679	1	635	0	2 480	1
Vila Real	272	0	810	1	553	0	1 635	0
Centro	9 364	13	31 506	30	18 386	9	59 256	15
Aveiro	1 845	2	6 079	6	4 714	2	12 638	3
Castelo Branco	339	0	1 402	1	621	0	2 362	1
Coimbra	4 010	5	2 895	3	3 747	2	10 652	3
Guarda	403	1	808	1	583	0	1 794	0
Leiria	1 409	2	7 390	7	2 606	1	11 405	3
Santarém	857	1	10 392	10	4 437	2	15 686	4
Viseu	501	1	2 540	2	1 678	1	4 719	1
Grande Lisboa	30 741	41	29 716	28	152 030	74	212 487	55
Lisboa	27 581	37	23 542	22	123 992	60	175 115	45
Setúbal	3 160	4	6 174	6	28 038	14	37 372	10
Alentejo	2 409	3	5 559	5	3 228	2	11 196	3
Beja	1 102	1	1 930	2	988	0	4 020	1
Évora	733	1	2 412	2	1 358	1	4 503	1
Portalegre	574	1	1 217	1	882	0	2 673	1
Algarve	20 596	28	18 511	18	13 561	7	52 668	14
Faro	20 596	28	18 511	18	13 561	7	52 668	14
Continente	71 726	96	101 418	96	202 381	98	375 525	98
Açores	729	1	975	1	1 733	1	3 437	1
Madeira	1 882	3	2 741	3	1 488	1	6 111	2
TOTAL	74 337	100	105 134	100	205 602	100	385 073	100

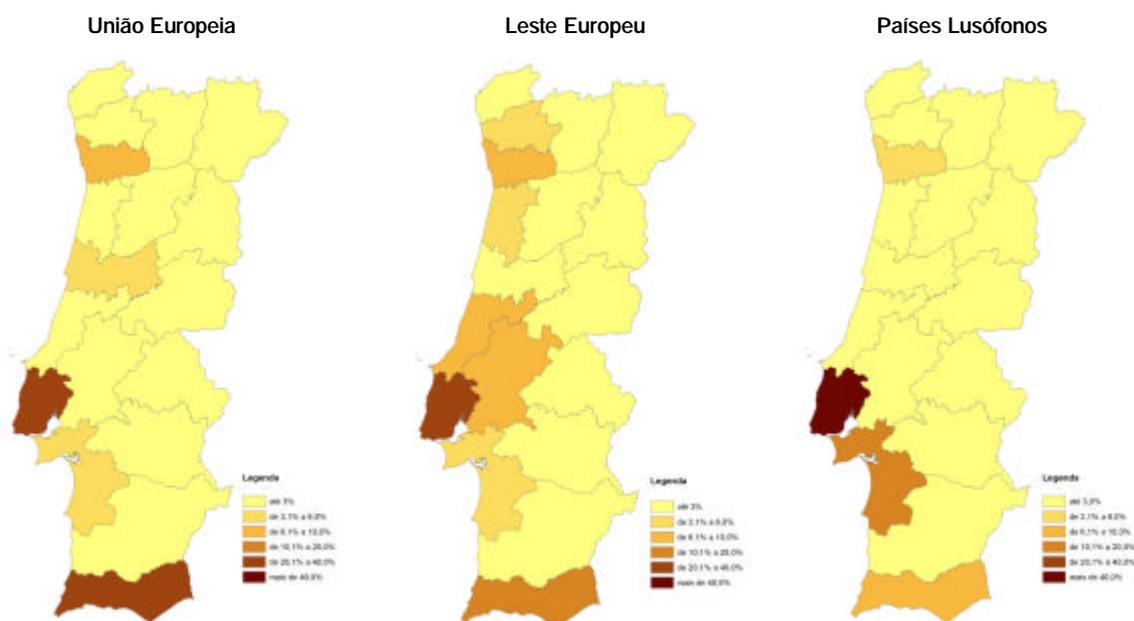
(a): Inclui, de acordo com as designações adoptadas pelo SEF: a Albânia, Bielorrússia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Ex-Checoslováquia, Ex-Jugoslávia, Ex-URSS, Federação Russa, Hungria, Macedónia, Moldávia, Roménia, Rússia, Sérvia e a Ucrânia.

(b) Inclui os dados relativos a Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil.

Fonte: SEF

No caso dos imigrantes provenientes de países da União Europeia, que representam quase 20% do universo considerado (de aproximadamente 385 mil cidadãos imigrantes), regista-se uma elevada concentração em áreas como a Grande Lisboa e o Algarve, que perfazem 69% do total de imigrantes provenientes deste espaço geográfico. Pelo facto de se tratar de uma imigração mais qualificada, e porventura associada em parte a dinâmicas turísticas (sobretudo no caso do Algarve), não surpreendem os valores obtidos nestas regiões, sendo contudo de realçar que também o Norte e o Centro assumem, conjuntamente, um valor relevante, em torno dos 25%.

Figura 4
População imigrante residente, segundo os principais espaços de origem geográfica (2001- 2004)



Fonte: SEF

Mas um retrato territorial muito diferente é-nos dado pela análise da distribuição regional dos imigrantes provenientes de países do Leste Europeu (que representam 27% do universo considerado), e que espelha - como nenhum outro dos grandes espaços geográficos de origem da imigração -, níveis de distribuição regional comparativamente assinaláveis. Neste caso, a Região Centro (30%) sobressai com o valor mais elevado no conjunto das 5 regiões do continente, seguida pela Grande Lisboa, onde residem, nestes termos, apenas 28% dos imigrantes do Leste Europeu.

É também no âmbito da imigração de Leste que o Alentejo se destaca face ao conjunto de espaços geográficos de origem, alcançando o valor de 5% (no caso da imigração da União Europeia o Alentejo fica-se pela quota de 3% e perante o conjunto de imigrantes provenientes dos países lusófonos considerados, não ultrapassa um peso percentual de 2%). O mesmo sucede, aliás, com a Região Norte, onde reside 15% do total de imigrantes de Leste com Autorização de

Residência e de Permanência referentes ao período considerado, sendo que no caso da imigração da União Europeia e dos países lusófonos os pesos percentuais alcançados pelo conjunto de distritos desta região são respectivamente de 12 e 7%. No caso do Algarve, com 18%, a imigração do Leste Europeu assume um peso percentual intermédio face à União Europeia e à imigração dos países lusófonos, que atingem cifras de 28% no primeiro caso e 7% no segundo.

Os imigrantes provenientes dos países de língua oficial portuguesa considerados nesta análise evidenciam - do ponto de vista da sua distribuição territorial -, os mais elevados padrões de concentração, com um claro destaque para a Grande Lisboa, onde residem 3 em cada 4 dos imigrantes com estas origens geográficas. Por conseguinte, é neste caso que se verificam, comparativamente com os outros grandes espaços de origem da imigração portuguesa, os mais baixos índices de peso percentual regional, como atestam os valores obtidos pelo Algarve (7%), a Região Norte (7%), a Região Centro (9%) e o Alentejo (com apenas 2%). As distribuições percentuais registadas nos Açores e na Madeira não diferem substancialmente nos três principais espaços de origem considerados, exceptuando o facto de a imigração dos países lusófonos ser comparativamente mais baixa na Madeira (1%), do que a imigração dos países da União Europeia e da Europa de Leste, que atingem nesta região uma representatividade de 3%.

No conjunto, assinala-se portanto a diferente adaptabilidade no modo os imigrantes residentes como se distribuem regionalmente, considerando os diferentes - e mais relevantes -, conjuntos geográficos de origem da imigração. Nestes termos, a imigração da Europa de Leste é nitidamente a que apresenta maior flexibilidade e capacidade de disseminação territorial, contrastando sobretudo com a imigração de países que foram no passado colónias portuguesas, nitidamente mais rígida e concentrada no modo como realiza a ocupação do território nacional. Circunstâncias específicas de natureza histórica, e factores de natureza social, política e cultural, permitem em larga medida explicar este contraste.

Esta plasticidade de inscrição territorial da imigração da Europa de Leste torna-se ainda mais visível quando analisamos os dados de alguns distritos. Representando a nível nacional, como se viu, cerca de 27% do total de imigrantes residentes considerado no conjunto dos três principais espaços de origem geográfica, a imigração de Leste atinge contudo valores dominantes (iguais ou superiores a 50%) em casos como o de Braga (50%), na Região Norte; Castelo Branco (59%), Leiria (65%), Santarém (66%) e Viseu (54%), na Região Centro; e Évora (com 54%), no Alentejo. Por oposição, o significado percentual da imigração de Leste no total atinge os seus valores mais reduzidos nos distritos de Lisboa (13%) e Setúbal (17%), justamente aqueles que - quer em termos globais, quer em termos de expressão do peso dos imigrantes da União Europeia e dos países lusófonos -, assumem os valores mais elevados.

O significado profundo da imigração perante as estruturas demográficas do país ganha assim particular expressão quando analisado do ponto de vista regional. Uma região com baixas densidades demográficas e socioeconómicas como o Alentejo, por exemplo, passa de uma regressão populacional forte (em vários anos da década de noventa a população diminui anualmente em valores próximos de 10%) para um crescimento conseguido à custa de saldos migratórios significativos no contexto local, e apesar da manutenção de saldos naturais negativos. E territórios como a Região Centro, marcada por dinamismos reconhecidos, especialmente influenciados por sistemas produtivos locais relevantes, mas com saldos naturais igualmente negativos, retoma - sobretudo a partir de 2000 - uma trajectória de expansão demográfica igualmente graças aos saldos migratórios elevados.

Mas também regiões demograficamente "maduras" e com forte capacidade de criação de riqueza - precisamente as duas regiões portuguesas que deixaram de pertencer ao objectivo da política europeia de coesão destinado às regiões em atraso, Lisboa e o Algarve - são igualmente lugares significativos de imigração. Apesar das suas diferenças (a primeira é uma grande região metropolitana, a outra é uma região assente na economia do turismo de praia), elas têm em comum o facto de registarem os mais elevados saldos migratórios, combinados, aliás, com diferentes saldos naturais (Quadro 50 e Gráfico 12).

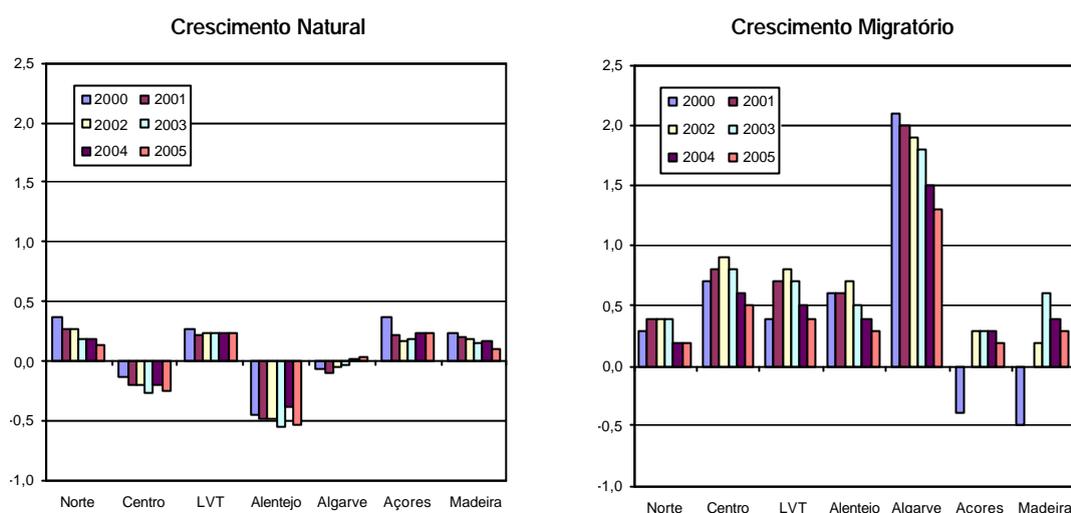
Quadro 50
Evolução regional das Taxas (%) de Crescimento Demográfico, Natural e Migratório (2000-2005)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento demográfico	0,6	0,7	0,8	0,6	0,5	0,4
Norte	0,6	0,7	0,7	0,5	0,4	0,3
Centro	0,6	0,6	0,6	0,5	0,4	0,3
Lisboa e Vale do Tejo	0,7	0,9	1,0	0,9	0,7	0,6
Alentejo	0,1	0,1	0,2	-0,1	0,0	-0,2
Algarve	2,0	2,0	1,9	1,7	1,5	1,3
Açores	-0,1	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5
Madeira	-0,3	0,2	0,4	0,7	0,5	0,4
Saldo Natural	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Norte	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Centro	-0,1	-0,2	-0,2	-0,3	-0,2	-0,3
Lisboa e Vale do Tejo	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Alentejo	-0,4	-0,5	-0,5	-0,6	-0,4	-0,5
Algarve	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0
Açores	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Madeira	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Saldo Migratório	0,5	0,6	0,7	0,6	0,4	0,4
Norte	0,3	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2
Centro	0,7	0,8	0,9	0,8	0,6	0,5
Lisboa e Vale do Tejo	0,4	0,7	0,8	0,7	0,5	0,4
Alentejo	0,6	0,6	0,7	0,5	0,4	0,3
Algarve	2,1	2,0	1,9	1,8	1,5	1,3
Açores	-0,4	-	0,3	0,3	0,3	0,2
Madeira	-0,5	-	0,2	0,6	0,4	0,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (2000-2005)

Ou seja, ainda que a imigração portuguesa assuma traços de assinalável concentração, e apesar do impacto territorial distinto que neste sentido assumem as novas vagas de imigração, é inegável que - em termos regionais -, os resultados do fenómeno migratório podem ser muito relevantes, contribuindo para inverter trajectórias de declínio que de outro modo tenderiam provavelmente a manter-se, mesmo em casos onde - em termos absolutos -, a imigração não é apreciável do ponto de vista quantitativo global.

Gráfico 12
Taxas (%) de Crescimento Natural e Migratório, por regiões (2000-2005)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (2000-2005).

O quadro e figura seguintes (Quadro 51 e Figura 5) procuram justamente dar conta da expressão territorial do peso percentual dos imigrantes na população residente total nas NUTS III em 2004, recorrendo novamente aos dados que resultam da soma das Autorizações de Residência com as Autorizações de Permanência.

No conjunto, são seis os distritos do continente onde, em 2004, os imigrantes assumem - na população distrital - um peso superior a 3% (quer dizer, a 3/4 da média nacional de 4,2%, uma média que é muito desequilibrada pelo peso de dois desses distritos, Lisboa e Faro). O distrito de Faro destaca-se particularmente, com uma percentagem de 15% de imigrantes no total da população residente, seguindo-se-lhe o distrito de Lisboa, com 9%. Os restantes quatro distritos, com valores superiores a 3%, correspondem aos casos de Setúbal, Coimbra, Santarém e Évora, registando a Madeira uma situação idêntica.

Nestes termos, pode dizer-se que os territórios do país cujas estruturas económicas e sociais são diferentes do espaço metropolitano de Lisboa e da economia do turismo algarvia (onde se concentravam os primeiros fluxos de imigração), aumentam os seus pesos no total nacional devido aos últimos fluxos migratórios, como os dados posteriores a 2000 passam a revelar. É

assim quando se trata dos espaços de urbanização e industrialização difusa, com forte especialização industrial, como Aveiro, Braga, Leiria e mesmo Viseu (que, no conjunto, significam 10% da imigração em 2004; quando em 1996 o valor equivalente rondava os 8%). E é assim também quando olhamos o Alentejo (que passa de 1% para 3% no mesmo período), onde a primeira associação a fazer é entre imigração e agricultura de maior dimensão e maior ligação ao mercado. Nesta mesma linha, Santarém (que passa de 1 para 4%) pode ser associado a uma tendência idêntica, embora a sua condição de prolongamento da área metropolitana de Lisboa também possa ser invocada. Os territórios continentais onde se conjuga menor industrialização, com menor urbanização, menos população e maior afastamento face aos centros mais dinâmicos (Viana do Castelo, Guarda, Castelo Branco) alinham pela mesma tendência, embora com uma intensidade mais reduzida.

Quadro 51
Percentagem de imigrantes Residentes e Índice Territorial de Imigração (2004)

	População Residente Total		Imigrantes Residentes		Imigrantes / Pop. Residente	Índice Territorial de Imigração
	Nº	%	Nº	%	%	
Norte	3 292 187	31	48 181	11	1,5%	0,3
Braga	859 918	8	10 071	2	1,2%	0,3
Bragança	143 337	1	1 302	0	0,9%	0,2
Porto	1 817 986	17	31 996	7	1,8%	0,4
Viana do Castelo	252 011	2	2 951	1	1,2%	0,3
Vila Real	218 935	2	1 861	0	0,9%	0,2
Centro	2 875 693	27	70 773	16	2,5%	0,6
Aveiro	728 793	7	16 472	4	2,3%	0,5
Castelo Branco	203 314	2	2 715	1	1,3%	0,3
Coimbra	437 642	4	14 085	3	3,2%	0,8
Guarda	175 943	2	2 384	1	1,4%	0,3
Leiria	472 895	4	12 624	3	2,7%	0,6
Santarém	463 676	4	17 168	4	3,7%	0,9
Viseu	393 430	4	5 325	1	1,4%	0,3
Grande Lisboa	3 032 510	29	242 707	54	8,0%	1,9
Lisboa	2 203 503	21	201 070	45	9,1%	2,2
Setúbal	829 007	8	41 637	9	5,0%	1,2
Alentejo	448 936	4	13 252	3	3,0%	0,7
Beja	156 153	1	4 460	1	2,9%	0,7
Évora	171 130	2	5 300	1	3,1%	0,7
Portalegre	121 653	1	3 492	1	2,9%	0,7
Algarve	411 468	4	59 691	13	14,5%	3,4
Faro	411 468	4	59 691	13	14,5%	3,4
Continente	10 060 794	95	434 604	97	4,3%	1,0
Açores	241 206	2	4 985	1	2,1%	0,5
Madeira	244 286	2	7 597	2	3,1%	0,7
TOTAL	10 546 286	100	447 186	100	4,2%	1,0

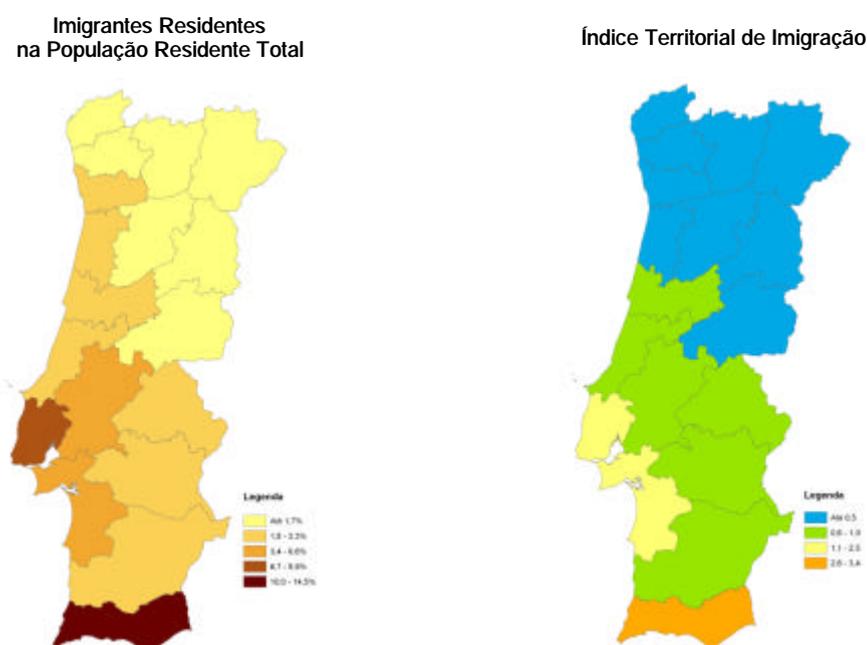
NOTA: Os valores da população imigrante residente englobam as Autorizações de Residência (2004) e as Autorizações de Permanência (2001-2004).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; SEF

A inscrição territorial da imigração, quando equacionada simultaneamente pelo modo como ela própria se distribui, bem como pelo seu significado no total da população residente, pode ser ilustrada através de um índice, o *Índice Territorial de Imigração*, que procura aferir a relação entre o peso de um dado espaço infra-nacional no volume nacional de imigrantes e o peso demográfico desse espaço na população nacional. Ou seja, quando esta relação traduz valores abaixo da unidade, significa que o peso dos imigrantes num dado espaço é inferior ao peso que esse espaço assume em termos demográficos face ao total nacional - e estamos assim perante um território onde a relevância da imigração se situa, nestes termos, abaixo do valor de referência do país. Consequentemente, valores superiores à unidade expressam dinâmicas espaciais de imigração significativas, acima do padrão nacional.

O cálculo do Índice Territorial de Imigração para o ano de 2004 evidencia o modo como se destaca, de acordo com esta perspectiva, a Grande Lisboa (com um valor de 1,9) e o Algarve (3,4), as únicas regiões com valores acima da unidade (Quadro 51 e Figura 5) e que permitem dizer que no primeiro caso a incidência da relevância territorial da imigração quase duplica face ao valor de referência nacional e, no segundo caso, mais do que triplica face a esse mesmo valor.

Figura 5
Indicadores do peso da distribuição territorial dos imigrantes residentes (2004)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; SEF

Aliás, é a circunstância de este índice assumir valores tão elevados nestas duas regiões que faz com que as restantes acabem por assumir valores inferiores à unidade. O Alentejo e a Região Centro alcançam, respectivamente, os valores de 0,7 e 0,6, cabendo à Região Norte o valor

menos expressivo, situado em 0,3. Acima deste, de facto, vamos encontrar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores com, respectivamente, índices na ordem dos 0,7 e 0,5.

Por distritos, a análise dos valores obtidos tende a reflectir o panorama observado ao nível das regiões. Lisboa, Faro e Setúbal são os únicos distritos que assumem valores superiores à unidade (respectivamente 2,2; 3,4 e 1,2), seguindo-se-lhes - com valores mais próximos, os casos de Coimbra e Santarém na Região Centro (com 0,8 e 0,9) e os distritos do Alentejo (Beja, Évora e Portalegre) que, à semelhança do valor obtido pela Região Autónoma da Madeira, atingem Índices Territoriais de Imigração de 0,7. Todos os restantes distritos assumem valores iguais ou inferiores a 0,6, cabendo a Bragança e Vila Real o mais baixo índice verificado no conjunto, na ordem de 0,2.

4. Conclusão

Os dados e a discussão anterior mostram-nos que a imigração em Portugal se caracterizou sempre, e continua a caracterizar-se, por uma elevada tendência de aglomeração geográfica. Trata-se, em primeiro lugar, de uma aglomeração metropolitana, pois é efectivamente para a Grande Lisboa que converge mais de metade dos imigrantes. O outro pólo significativo é uma região de atracção turística, o Algarve. Mas a distribuição da imigração com o território combina, no entanto, uma certa dose de estabilidade estrutural (relacionada com as características anteriores), com alguma mudança. Trata-se, neste último caso, da difusão de imigrantes por todo o país, com uma alteração original da paisagem humana.

Esta mudança da relação da imigração com o território é, como vimos, particularmente notória se distinguirmos duas fases da imigração recente, as quais têm tradução na informação estatística disponível. Deste ponto de vista, é o ano 2000 que marca os limites. Até 2000, os imigrantes legalizavam a sua situação no país através da concessão de uma *autorização de residência*. A partir de 2001, inclusive, a superação da condição ilegal de largos e sucessivos contingentes de imigrantes passou a fazer-se através da figura de *autorização de permanência*. Por isso, os cerca de 200 mil cidadãos estrangeiros legalizados (Autorizações de Residência) e referenciados pelas estatísticas oficiais em 2000, mais do que duplicaram em 2004 (para cerca de 450 mil).

Ou seja, e pese embora o facto de Lisboa e do Algarve se continuarem a evidenciar, a grande vaga de imigração registada em Portugal integrou-se em diferentes realidades socioeconómicas - das periferias frágeis, às dinâmicas metropolitanas - difundindo-se no território. Esta é, aliás, uma das grandes características da vaga de imigração recente no nosso país, juntamente como seu carácter massivo e repentino. Antes de meados dos anos noventa, os trabalhadores estrangeiros localizavam-se predominantemente em Lisboa e a imigração africana era a mais significativa. A outra

característica dos novos contingentes de estrangeiros residentes em Portugal é que eles passam a ter origens geográficas diversas.

A relevância dos traços desta nova geografia da imigração portuguesa para os mercados de trabalho nacional e locais e para as dinâmicas de desenvolvimento económico é-nos dada, antes de mais, pelo seu volume. Mas é-nos dada também, para além dos novos contornos da inscrição territorial da imigração, pela sua natureza demográfica. O facto, que sublinhámos neste capítulo, de a população imigrante, pela própria natureza do processo imigratório, se repartir por faixas etárias diferentes das do conjunto da população residente mostra como as questões demográficas e as do “fornecimento” do mercado do trabalho se conjugam de modo intenso.

Importa por isso, na perspectiva dos mercados de trabalho, analisar em que medida os perfis da mão-de-obra traduzem importantes contributos para as dinâmicas de desenvolvimento económico nacional e local, bem como avaliar os impactos associados aos seus níveis de escolaridade qualificação e experiência profissional.

Capítulo V

Perfis do trabalho nacional e do trabalho imigrante

Este Capítulo concentra-se numa das finalidades mais específicas do projecto. Trata-se de observar a inserção dos imigrantes no mercado do trabalho e, concretamente, no mercado do trabalho formal. A análise diferencia-se da que foi feita até aqui porque se centra em informação primária, reunida para o projecto, e não em informação disponibilizada pelas autoridades estatísticas. Ela resulta da aquisição de informação junto do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, relacionada com os Quadros de Pessoal das empresas.

O objectivo substantivo é apreciar as características da mão-de-obra imigrante inserida numa relação salarial e verificar o que é que a distingue da mão-de-obra portuguesa, por um lado, e, por outro, como é que o trabalho estrangeiro vai influenciar os contextos de acolhimento: territórios e sectores.

1. O universo de referência: 152 mil imigrantes em 2,6 milhões de trabalhadores por conta de outrem

A informação que usamos neste capítulo refere-se a um número total de cerca de 2.560 mil trabalhadores por conta de outrem registados em 2002 e de cerca de 2.850 mil contabilizados em 2005, o que traduz portanto um aumento de cerca de 11% em três anos. Este aumento reflecte um valor idêntico quando analisamos a variação percentual do número de trabalhadores com nacionalidade portuguesa por conta de outrem (11%), situando-se porém em 29% o aumento verificado no número de trabalhadores estrangeiros. Assim, face ao volume de mão-de-obra considerado em 2002, assinala-se que 118.202 trabalhadores são estrangeiros, valor que - em 2005 - passa a atingir os 152.335. Ou seja, em três anos o número de trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira passa de uma representatividade no total de trabalhadores por conta de outrem de 4,6% (2002), para 5,3% (2005).

A mão-de-obra estrangeira por conta de outrem é proveniente de cerca de 60 nacionalidades¹⁸, que se agregam em conjuntos relevantes para o presente estudo¹⁹, de acordo com os dados apresentados no Quadro 49. Face à informação disponível, constata-se portanto que os trabalhadores estrangeiros representam cerca de 5% da força de trabalho registada nos Quadros de Pessoal, sendo interessante observar uma similitude desta representatividade em termos demográficos, ou seja quanto ao peso dos imigrantes na população residente (como assinalado no Capítulo III).

Em segundo lugar, constata-se igualmente que os trabalhadores do Leste europeu constituem uma das fracções mais importantes no conjunto de trabalhadores imigrantes por conta de outrem, representando quase 36% do total em 2005, seguindo-se os imigrantes oriundos da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), designadamente os imigrantes provenientes dos países africanos de língua portuguesa, que representam, no mesmo ano, cerca de 29% do total de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem.

Quadro 52
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a nacionalidade (2002 e 2005)

	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM					
	2002			2005		
	Nº	% (Total)	% (Estrangeiros)	Nº	% (Total)	% (Estrangeiros)
PORTUGUESES	2 446 246	95,4%		2 701 962	94,7%	
ESTRANGEIROS	118 202	4,6%	100,0%	152 335	5,3%	100,0%
Europeus	61 367	2,4%	51,9%	66 206	2,3%	43,5%
União Europeia (UE 25)	8 195	0,3%	6,9%	11 536	0,4%	7,6%
Leste Europeu (sem UE25)	53 002	2,1%	44,8%	54 635	1,9%	35,9%
Outros	170	0,0%	0,1%	35	0,0%	0,0%
Países Lusófonos	48 972	1,9%	41,4%	74 980	2,6%	49,2%
Brasil	19 233	0,7%	16,3%	31 248	1,1%	20,5%
Países Africanos	29 702	1,2%	25,1%	43 695	1,5%	28,7%
Outros	37	0,0%	0,0%	37	0,0%	0,0%
Outros	7 863	0,3%	6,7%	11 149	0,4%	7,3%
TOTAL	2 564 448	100%	100%	2 854 297	100%	100%

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002/05

Quer dizer, esta fonte de informação já reflecte bem a emergência da nova realidade do mercado

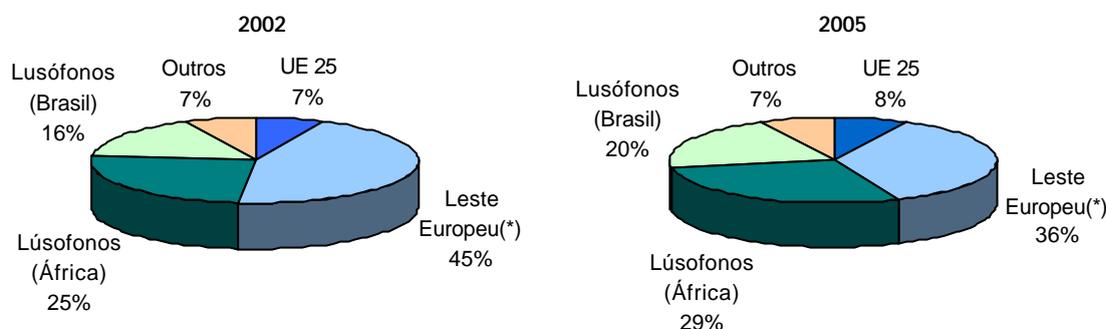
¹⁸ De acordo com as possibilidades previstas no preenchimento do instrumento de notação em vigor no ano em questão.

¹⁹ A agregação das nacionalidades obedeceu a critérios relacionados com as principais proveniências da imigração para Portugal, sendo neste sentido considerados:

- Europeus: os trabalhadores de nacionalidade de algum país do continente Europeu, com excepção para Portugal;
- Europeus (UE 25): os trabalhadores estrangeiros provenientes dos países que integravam, em 2002, a União Europeia;
- Europeus de Leste: os trabalhadores com nacionalidade de algum dos países vulgarmente colocados na categoria "Leste Europeu", e que inclui as antigas repúblicas soviéticas, os antigos países do Pacto de Varsóvia, a antiga Jugoslávia e a Albânia, que não entraram na União Europeia;
- Lusófonos: os trabalhadores nacionais dos Países Africanos de Língua Portuguesa, Brasil e Timor-Lorosaé;
- Outras nacionalidades.

de trabalho que resultou da recente vaga de imigração europeia (e mesmo que o peso da mão-de-obra imigrante proveniente dos países Lusófonos tenha aumentado em 2005, face aos valores observados em 2002, de 41 para 49%).

Gráfico 13
Evolução do número de trabalhadores imigrantes segundo o continente de origem (2002-2005)



(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002/05

No seu conjunto, os trabalhadores provenientes dos países do Leste Europeu e os trabalhadores provenientes dos países lusófonos africanos, perfazem cerca de 70% da mão-de-obra por conta de outrem imigrante em 2002 e cerca de 65% em 2005. Os imigrantes brasileiros por conta de outrem representam o terceiro segmento de mão-de-obra mais relevante, tendo aumentado o seu peso percentual em 4% entre 2002 e 2005 (ano em que representam cerca de 20% do total de trabalhadores imigrantes nesta situação perante o trabalho).

2. Perfis de habilitações, qualificações e competências

Antes de se proceder à análise dos impactos sociais e económicos que decorrem da distribuição dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem em diferentes espaços do país, procuramos de seguida traçar os seus perfis relativamente a algumas dimensões importantes, e que traduzem, de resto, o significado que esses mesmos impactos podem assumir no que concerne à qualificação e competitividade dos tecidos económicos locais.

2.1- Habilitações Escolares

É um pressuposto corrente, ilustrado por muitas histórias singulares, que os imigrantes recentes chegam ao nosso país com capacidades escolares significativas. Esta é, evidentemente, uma questão central para apreciarmos o impacto da do processo imigratório na economia e na sociedade. O exercício que se segue é o da de comparação entre os níveis de habilitações escolares dos trabalhadores por conta de outrem, nacionais e estrangeiros, através da informação do MTSS (Quadros 53 e 54). Trata-se de um exercício fortemente condicionado pela circunstância de ser significativo o número de trabalhadores estrangeiros cujo grau de habilitações é

desconhecido (9% em 2002 e 13% em 2005, sendo que, no caso dos trabalhadores por conta de outrem portugueses, estes valores se restringem a, respectivamente, 3% em 2002 e 0,2% em 2005). Este dado merece ser sublinhado, porque ele é ilustrativo da "opacidade" das habilitações dos imigrantes, à chegada.

Feita esta importante ressalva, pode contudo constatar-se (se contabilizarmos por conseguinte apenas os trabalhadores estrangeiros e nacionais cujo nível de habilitações é conhecido), uma certa similitude de perfis. Com efeito, cerca de 70% dos trabalhadores por conta de outrem possuem ou frequentaram o Ensino Básico (70% no caso da mão-de-obra nacional e 73% no caso da mão-de-obra estrangeira), situando-se em cerca de 20% o número de trabalhadores com o Ensino Secundário (tanto num como noutro caso) e em cerca de 10% os trabalhadores por conta de outrem com formação superior (11% no caso da mão-de-obra nacional e cerca de 8% no caso da mão-de-obra estrangeira, quando considerada globalmente).

Quadro 53
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo o Grau de Habilitações e a nacionalidade (2002-2005)

	Ignor.	Ensino Básico				Ensino Secund.	Ensino Superior			TOTAL	
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		Indef.	Total	Bacharelato		Licenciatura
2002											
PORTUGUESES	75 070	1 739 121	710 307	534 377	445 694	48 743	418 707	213 348	53 501	159 847	2 446 246
ESTRANGEIROS	10 523	81 593	34 303	17 802	21 187	8 301	18 971	7 115	2 206	4 909	118 202
Europeus	6 658	39 731	15 166	9 100	11 247	4 218	10 288	4 690	1 523	3 167	61 367
União Europeia (UE 25)	547	3 071	666	822	1 452	141	2 053	2 524	891	1 633	8 195
Leste Europeu (*)	6 101	36 580	14 483	8 257	9 770	4 070	8 197	2 124	619	1 505	53 002
Outros	10	80	27	21	25	7	38	42	13	29	170
Países Lusófonos	3 175	36 312	16 577	7 702	8 725	3 308	7 659	1 826	504	1 322	48 972
Brasil	1 482	12 359	4 134	3 480	4 140	605	4 492	900	240	660	19 233
Países Africanos	1 692	23 927	12 431	4 215	4 579	2 702	3 162	921	263	658	29 702
Outros	1	26	12	7	6	1	5	5	1	4	37
Outros	690	5 550	2 560	1 000	1 215	775	1 024	599	179	420	7 863
TOTAL	85 593	1 820 714	744 610	552 179	466 881	57 044	437 678	220 463	55 707	164 756	2 564 448
2005											
PORTUGUESES	5 218	1 874 609	670 449	592 177	569 009	42 974	516 646	305 489	68 039	237 450	2 701 962
ESTRANGEIROS	19 142	97 690	37 064	22 555	29 922	8 149	25 567	9 936	2 767	7 169	152 335
Europeus	9 401	38 357	11 572	9 785	13 637	3 363	12 163	6 215	1 915	4 300	66 136
União Europeia (UE 25)	1 044	4 120	852	1 015	2 127	126	2 683	3 689	1 184	2 505	11 536
Leste Europeu (*)	8 333	34 146	10 703	8 744	11 469	3 230	9 425	2 461	715	1 746	54 365
Outros	24	91	17	26	41	7	55	65	16	49	235
Países Lusófonos	9 738	52 376	22 839	11 261	14 452	3 824	11 884	2 863	633	2 230	76 861
Brasil	3 617	19 247	5 504	5 518	7 579	646	7 004	1 380	326	1 054	31 248
Países Africanos	4 237	33 111	17 331	5 741	6 861	3 178	4 871	1 476	305	1 171	43 695
Outros	1 884	18	4	2	12	0	9	7	2	5	1 918
Outros	3	6 957	2 653	1 509	1 833	962	1 520	858	219	639	9 338
TOTAL	24 360	1 972 299	707 513	614 732	598 931	51 123	542 213	315 425	70 806	244 619	2 854 297
VARIAÇÃO 2002/05											
Portugueses	-93,0%	7,8%	-5,6%	10,8%	27,7%	-11,8%	23,4%	43,2%	27,2%	48,5%	10,5%
Estrangeiros	81,9%	19,7%	8,0%	26,7%	41,2%	-1,8%	34,8%	39,6%	25,4%	46,0%	28,9%
TOTAL	-71,5%	8,3%	-5,0%	11,3%	28,3%	-10,4%	23,9%	43,1%	27,1%	48,5%	11,3%

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002/05

De acordo com os dados disponíveis, entre 2002 e 2005 verificou-se todavia uma qualificação generalizada do trabalho por conta de outrem (Quadro 53). O contingente de mão-de-obra com formação superior aumenta cerca de 48% (46% no caso dos trabalhadores estrangeiros e 49% no caso da mão-de-obra nacional), e os trabalhadores por conta de outrem com o ensino secundário aumentam cerca de 24% (sendo neste caso relevante o acréscimo verificado no número de trabalhadores estrangeiros com o ensino secundário, em 35%, enquanto que no caso dos trabalhadores por conta de outrem nacionais esse aumento se situa em 23%). No caso do Ensino Básico, o contingente de mão-de-obra aumenta apenas 8% (inferior portanto ao aumento global de trabalhadores por conta de outrem neste período, em 11%), sendo mais relevante no caso da mão-de-obra estrangeira (cerca de 20%), do que no caso da mão-de-obra nacional (8%).

Quadro 54
Distribuição dos Graus de Escolaridade (%) segundo a nacionalidade (2005)

	Ignor.	Ensino Básico					Ensino Secund.	Ensino Superior			TOTAL
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Indef.		Total	Bacharelato	Licenciatura	
PORTUGUESES	0,2	69,4	24,8	21,9	21,1	1,6	19,1	11,3	2,5	8,8	100
ESTRANGEIROS	12,6	64,1	24,3	14,8	19,6	5,3	16,8	6,5	1,8	4,7	100
Europeus	14,2	58,0	17,5	14,8	20,6	5,1	18,4	9,4	2,9	6,5	100
União Europeia (UE 25)	9,0	35,7	7,4	8,8	18,4	1,1	23,3	32,0	10,3	21,7	100
Leste Europeu (*)	15,3	62,8	19,7	16,1	21,1	5,9	17,3	4,5	1,3	3,2	100
Outros	10,2	38,7	7,2	11,1	17,4	3,0	23,4	27,7	6,8	20,9	100
Países Lusófonos	12,7	68,1	29,7	14,7	18,8	5,0	15,5	3,7	0,8	2,9	100
Brasil	11,6	61,6	17,6	17,7	24,3	2,1	22,4	4,4	1,0	3,4	100
Países Africanos	9,7	75,8	39,7	13,1	15,7	7,3	11,1	3,4	0,7	2,7	100
Outros	98,2	0,9	0,2	0,1	0,6	0,0	0,5	0,4	0,1	0,3	100
Outros	0,0	74,5	28,4	16,2	19,6	10,3	16,3	9,2	2,3	6,8	100
TOTAL	0,9	69,1	24,8	21,5	21,0	1,8	19,0	11,1	2,5	8,6	100

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

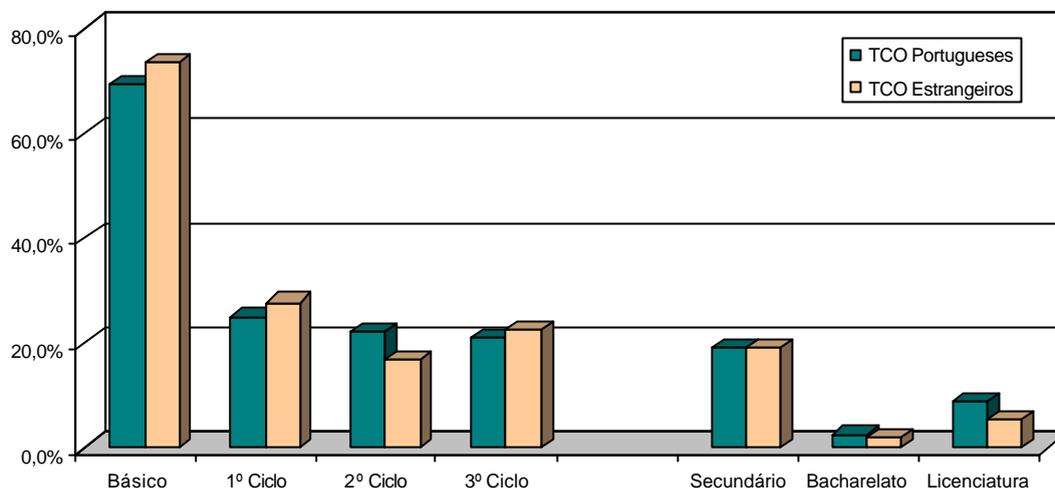
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

O primeiro dado a reter é assim o da semelhança relativa entre os perfis de habilitações escolares dos trabalhadores nacionais e estrangeiros, quando consideramos este último conjunto na sua globalidade. No 1º e 3º ciclos do Ensino Básico a percentagem de trabalhadores estrangeiros tende a ser ligeiramente superior à verificada no caso da mão-de-obra nacional. No Ensino Secundário a proporção apresenta-se idêntica e, no tocante à formação superior (Bacharelato e Licenciatura), o peso dos trabalhadores por conta de outrem portugueses é ligeiramente superior, sobretudo no caso da Licenciatura (Gráfico 14)

Todavia, se considerarmos os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros segundo a sua proveniência geográfica (e excluindo os casos de habilitação escolar ignorada), começamos a constatar algumas diferenciações, como mostra o Gráfico 15. Os trabalhadores europeus (União Europeia a 25) destacam-se pelo peso comparativo de mão-de-obra com o 3º ciclo do Ensino

Básico e com o Ensino Secundário (24 e 21% respectivamente), níveis em que os trabalhadores nacionais representam também, respectivamente, 21 e 19% do total.

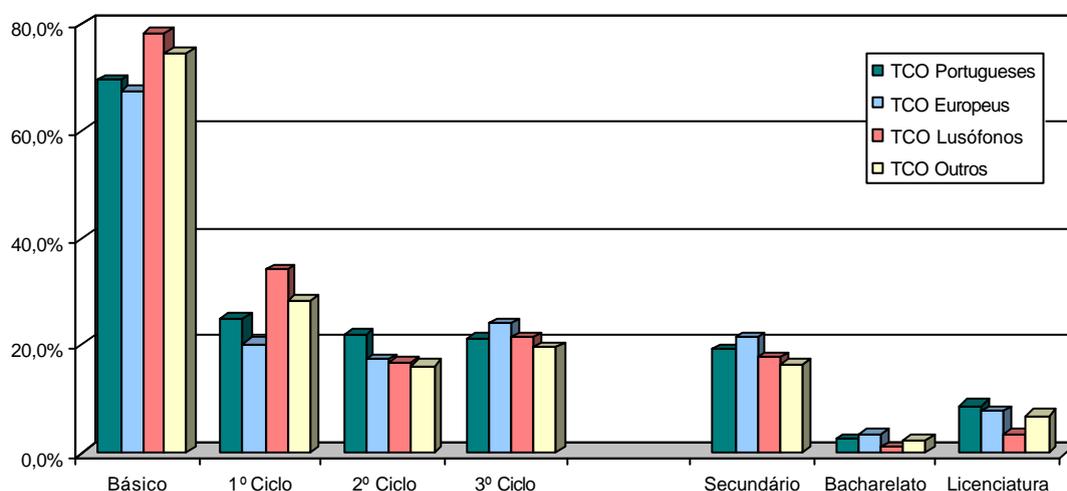
Gráfico 14
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o Grau de Ensino (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 15
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e o Grau de Ensino (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

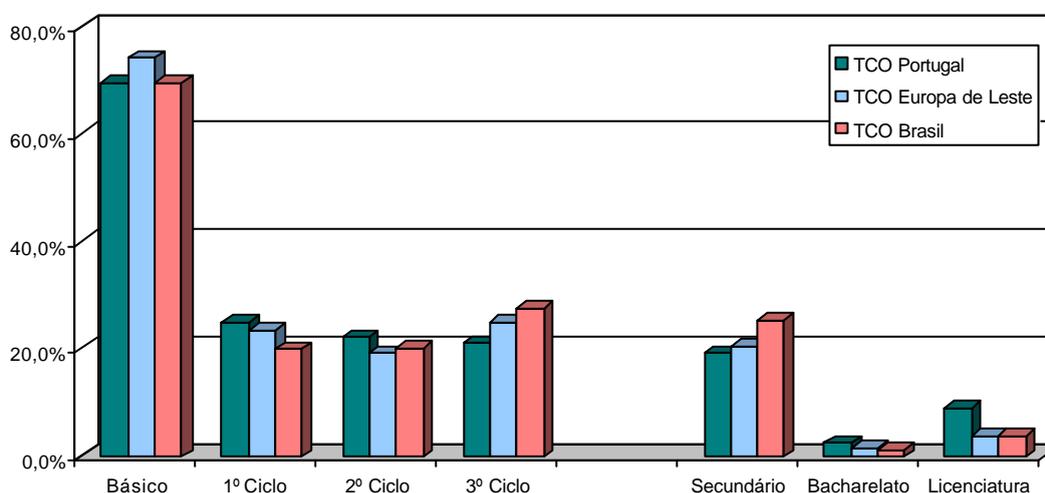
Com menores graus de qualificação, pelo peso que assumem ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico e ao nível da formação superior, surgem os trabalhadores por conta de outrem de países lusófonos, com uma forte expressão no primeiro caso: 34% da mão-de-obra proveniente destes países tem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico (enquanto que no caso da mão-de-obra nacional

este valor é de 25%); e com valores comparativamente baixos ao nível da formação superior (cerca de 4%, valor que para os trabalhadores por conta de outrem portugueses ascende a 11%).

Considerando os dois subconjuntos geográficos mais relevantes da imigração portuguesa, ou seja, os países da Europa de Leste e o Brasil, verificamos que em 2005 (tanto num como noutro caso), o peso percentual de trabalhadores com o 3º ciclo de Ensino Básico e com o Ensino Secundário é superior ao que se observa em relação aos trabalhadores portugueses (25% no caso da Europa de Leste e 27% no caso do Brasil, contra os 21% registados pelos trabalhadores nacionais). Em compensação, no que se refere à formação superior os trabalhadores portugueses apresentam uma vantagem comparativa, expressa no peso percentual de 11%, superior aos valores registados pelos trabalhadores por conta de outrem da Europa de Leste e do Brasil, que rondam os 5% (Gráfico 16).

Uma análise global e ponderada da distribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo os diferentes graus de ensino é-nos dada pelo Índice de Escolaridade²⁰. Este índice, medido em anos, permite-nos considerar - desde logo -, que em 2005 a média global de escolaridade ronda os 8,4 anos (valor que é comum ao registado no caso dos trabalhadores nacionais, e que se situa em 8,0 no caso dos trabalhadores estrangeiros).

Gráfico 16
Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil,
segundo o Grau de Ensino (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

²⁰ No cálculo deste índice não foram considerados os Trabalhadores por Conta de Outrem incluídos na categoria "Ignorados". Relativamente aos Trabalhadores por Conta de Outrem em que não é possível identificar o ciclo de Ensino Básico concluído ou frequentado (coluna "Indefinido" nos Quadros 50 e 51), optou-se pela sua distribuição ponderada de acordo com a proporção encontrada para os três ciclos de ensino, em cada nacionalidade. Por níveis de ensino, os valores de ponderação foram os seguintes: 1º Ciclo Ensino Básico - 4 anos; 2º Ciclo Ensino Básico - 6 anos; 3º Ciclo Ensino Básico - 9 anos; Ensino Secundário - 12 anos; Bacharelato - 15 anos, e; Licenciatura - 16,5 anos.

No caso dos imigrantes provenientes da Europa, o Índice de Escolaridade assume um valor superior à média (e portanto superior também ao índice obtido pelos trabalhadores por conta de outrem portugueses), de 8,7, e que se eleva a quase 12 anos no caso dos imigrantes da União Europeia (UE 25), a 8,1 anos no caso dos imigrantes do Leste Europeu e a cerca de 11 anos no caso de outros países europeus (Quadro 55 e Gráfico 17).

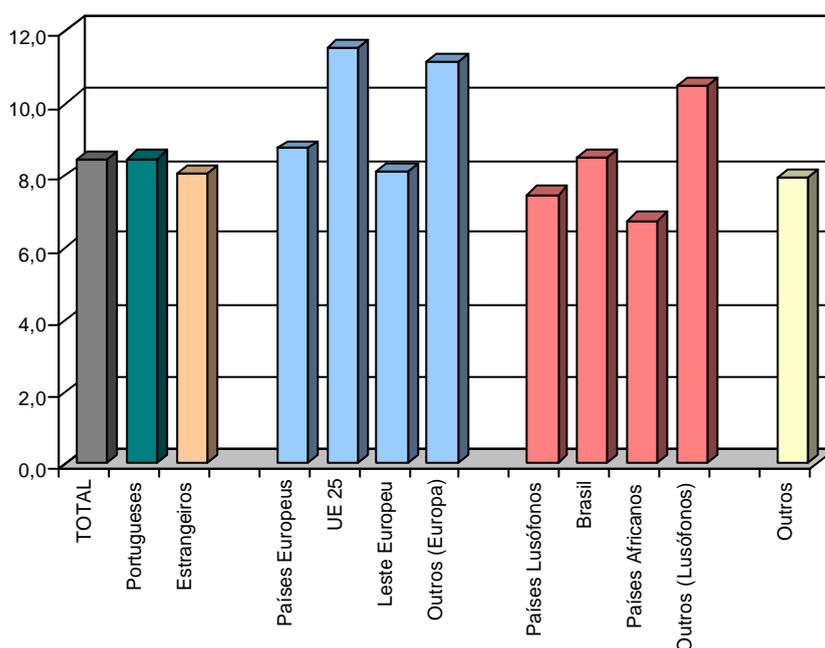
Quadro 55
Índice de Escolaridade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)

	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM												
	TOTAL	Portu- gueses	Estrangeiros										Outros
			Total	Países Europeus			Países Lusófonos						
				Total	UE 25	Leste Europeu	Outros	Total	Brasil	Países Africanos	Outros		
Total	2 804 423	2 696 744	107 679	54 709	7 648	46 901	160	45 797	17 751	28 010	36	7 173	
Índice Escolaridade	8,4	8,4	8,0	8,7	11,5	8,1	11,1	7,5	8,5	6,7	10,5	7,9	

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 17
Índice de Escolaridade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Os imigrantes dos países lusófonos, no seu conjunto, apresentam um Índice de Escolaridade de 7,5 anos (ou seja, cerca de menos um ano de escolaridade, em média, relativamente ao valor global e nacional observado), sendo que o valor dos trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade brasileira (8,5 anos) se equipara ao que é obtido pelos trabalhadores portugueses.

Já no caso dos países africanos da CPLP, o Índice de Escolaridade queda-se em 6,7, revelando assim uma escolaridade média que é inferior em dois anos à que se observa globalmente, tal como em relação à que se regista quando consideramos os trabalhadores por conta de outrem portugueses.

Verificando-se uma tendência para que os trabalhadores por conta de outrem nacionais expressem um perfil de distribuição segundo as habilitações escolares mais favorável que os perfis observados quando consideramos os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros, ao estabelecermos os Índices de Escolaridade, para o ano de 2005, verificamos contudo que apenas os imigrantes dos países lusófonos africanos se encontram numa situação claramente mais desfavorável, ao mesmo tempo que os imigrantes europeus (sobretudo da UE 25 e de países da Europa que não do Leste Europeu) superam - em termos de número médio de anos de escolaridade -, o valor registado pelos efectivos da mão-de-obra nacional. Sendo este o quadro geral das habilitações escolares, analisaremos - no Capítulo V - os contextos territoriais em que estas diferenças adquirem maior relevância, nomeadamente no que concerne ao seu potencial contributo na qualificação dos mercados locais de emprego.

2.2- Qualificações profissionais

A relação entre habilitações escolares e qualificações profissionais está no centro da questão do aproveitamento, ou não, das capacidades pessoais dos imigrantes pela economia. A existência de uma grande discrepância entre os dois níveis aponta para o facto conhecido de estes trabalhadores serem sujeitos a um processo de não reconhecimento e valorização das suas qualidades, originando uma óbvia situação de exploração. À semelhança dos dados relativos às habilitações escolares, também no caso da informação sobre as qualificações profissionais é de assinalar o volume de casos ignorados (cerca de 5% do total de trabalhadores por conta de outrem nacionais e cerca de 9% do total de trabalhadores estrangeiros, em 2005). Aliás, o peso percentual no total dos trabalhadores em que não é possível conhecer o nível de qualificação profissional cresceu significativamente em relação a 2002.

Considerando a evolução observada entre 2002 e 2005 constata-se a tendência para um aumento significativo dos níveis de qualificação, decorrente quer do acréscimo percentual de trabalhadores que ocupam cargos dirigentes mais relevantes (quadros superiores e quadros médios), quer do aumento de trabalhadores com os mais altos níveis de qualificação (profissionais altamente qualificados e profissionais qualificados). De facto, os quadros superiores e os quadros médios registam um aumento global de quase 30% (rondando esta variação aproximadamente os 40% no caso dos trabalhadores estrangeiros e os 30% no caso dos trabalhadores nacionais). Por seu

turno, os acréscimos verificados ao nível dos profissionais qualificados e altamente qualificados é de cerca de 6% entre 2002 e 2005, sendo contudo muito mais elevado no caso dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros (acréscimo de quase 36% neste período) do que no caso dos trabalhadores nacionais por conta de outrem (aumento de cerca de 5%).

Quadro 56
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Qualificação Profissional e a nacionalidade (2002-2005)

	Ignorado	Quadros Superiores	Quadros Médios	Encarregados	Prof. Alt. Qualific.	Prof. Qualif.	Prof. Semi-Qualif.	Prof. Não Qualif.	Pratic. e Aprendiz.	TOTAL
2002										
PORTUGUESES	71 381	125 842	91 361	93 104	160 263	1 062 914	389 868	295 459	156 054	2 446 246
ESTRANGEIROS	6 803	2 794	2 170	1 283	2 452	37 783	15 549	40 216	9 152	118 202
Europeus	2 832	1 719	1 449	648	1 207	18 443	8 298	21 396	5 375	61 367
União Europeia (UE 25)	298	1 380	1 196	377	777	2 412	709	569	477	8 195
Leste Europeu ^(*)	2 528	305	238	263	416	15 986	7 572	20 810	4 884	53 002
Outros	6	34	15	8	14	45	17	17	14	170
Países Lusófonos	3 401	812	528	548	957	16 725	6 039	16 752	3 210	48 972
Brasil	1 531	389	231	216	481	7 184	2 953	4 377	1 871	19 233
Países Africanos	1 867	418	297	332	476	9 530	3 081	12 365	1 336	29 702
Outros	3	5	0	0	0	11	5	10	3	37
Outros	570	263	193	87	288	2 615	1 212	2 068	567	7 863
TOTAL	78 184	128 636	93 531	94 387	162 715	1 100 697	405 417	335 675	165 206	2 564 448
2005										
PORTUGUESES	134 545	153 955	126 645	105 572	194 639	1 083 688	428 689	341 371	132 858	2 701 962
ESTRANGEIROS	13 424	3 991	2 937	1 981	3 495	51 089	22 330	44 230	8 858	152 335
Europeus	4 300	2 532	1 905	1 020	1 554	23 037	10 048	17 705	4 035	66 136
União Europeia (UE 25)	717	2 096	1 446	509	962	3 538	961	825	482	11 536
Leste Europeu ^(*)	3 561	396	437	498	575	19 425	9 074	16 858	3 541	54 365
Outros	22	40	22	13	17	74	13	22	12	235
Países Lusófonos	8 023	1 062	746	829	1 545	24 183	10 528	24 130	3 934	74 980
Brasil	2 977	547	333	375	878	11 576	5 286	6 733	2 543	31 248
Países Africanos	5 042	512	409	453	665	12 597	5 236	17 391	1 390	43 695
Outros	4	3	4	1	2	10	6	6	1	37
Outros	1 101	397	286	132	396	3 869	1 754	2 395	889	11 219
TOTAL	147 969	157 946	129 582	107 553	198 134	1 134 777	451 019	385 601	141 716	2 854 297
VARIAÇÃO 2002/05										
Portugueses	88,5%	22,3%	38,6%	13,4%	21,4%	2,0%	10,0%	15,5%	-14,9%	10,5%
Estrangeiros	97,3%	42,8%	35,3%	54,4%	42,5%	35,2%	43,6%	10,0%	-3,2%	28,9%
TOTAL	89,3%	22,8%	38,5%	13,9%	21,8%	3,1%	11,2%	14,9%	-14,2%	11,3%

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002/05

As categorias associadas a uma menor qualificação (profissionais não qualificados e praticantes e aprendizes), e pese embora a diminuição dos valores absolutos na última destas categorias entre 2002 e 2005, denotam todavia globalmente um aumento percentual (que é de cerca de 7,7% no caso dos trabalhadores estrangeiros e de aproximadamente 5% no caso dos portugueses).

Como evidencia o Quadro 57 e o Gráfico 18, os profissionais qualificados representam em 2005 o segmento mais relevante (cerca de 40% no total, tal como no caso dos trabalhadores nacionais, e cerca de 34% no caso dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem). Seguem-se-lhes os profissionais semi-qualificados no caso da mão-de-obra nacional por conta de outrem (16%) e os profissionais não qualificados no caso da mão-de-obra estrangeira (29%). Comprova-se assim uma significativa diferença entre habilitações e qualificações.

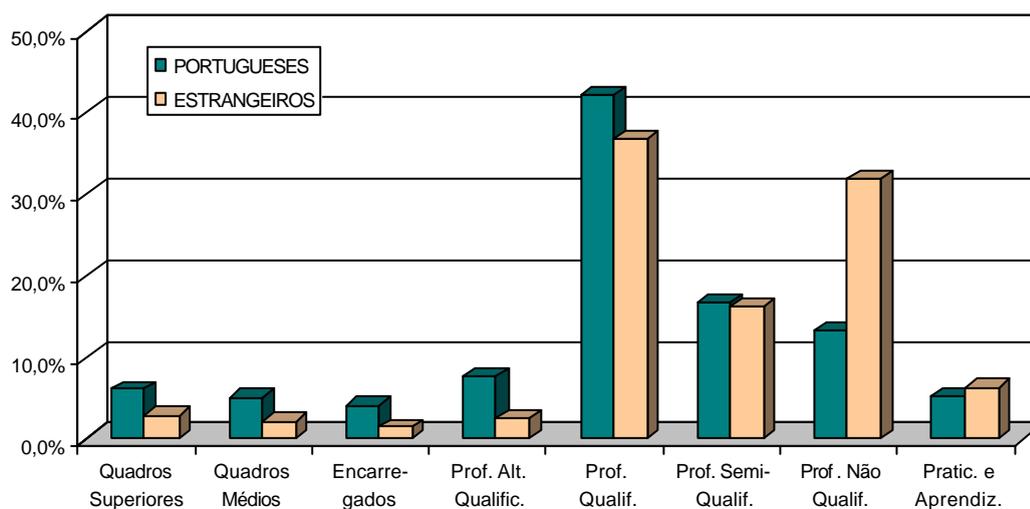
Quadro 57
Distribuição dos Níveis de Qualificação Profissional (%) segundo a nacionalidade (2005)

	Ignorado	Quadros Superiores	Quadros Médios	Encarregados	Prof. Alt. Qualific.	Prof. Qualif.	Prof. Semi-Qualif.	Prof. Não Qualif.	Pratic. e Aprendiz.	TOTAL
PORTUGUESES	5,0	5,7	4,7	3,9	7,2	40,1	15,9	12,6	4,9	100
ESTRANGEIROS	8,8	2,6	1,9	1,3	2,3	33,5	14,7	29,0	5,8	100
Europeus	6,5	3,8	2,9	1,5	2,3	34,8	15,2	26,8	6,1	100
União Europeia (UE 25)	6,2	18,2	12,5	4,4	8,3	30,7	8,3	7,2	4,2	100
Leste Europeu (*)	6,6	0,7	0,8	0,9	1,1	35,7	16,7	31,0	6,5	100
Outros	9,4	17,0	9,4	5,5	7,2	31,5	5,5	9,4	5,1	100
Países Lusófonos	10,7	1,4	1,0	1,1	2,1	32,3	14,0	32,2	5,2	100
Brasil	9,5	1,8	1,1	1,2	2,8	37,0	16,9	21,5	8,1	100
Países Africanos	11,5	1,2	0,9	1,0	1,5	28,8	12,0	39,8	3,2	100
Outros	10,8	8,1	10,8	2,7	5,4	27,0	16,2	16,2	2,7	100
Outros	9,8	3,5	2,5	1,2	3,5	34,5	15,6	21,3	7,9	100
TOTAL	5,2	5,5	4,5	3,8	6,9	39,8	15,8	13,5	5,0	100

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 18
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo os Níveis de Qualificação (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

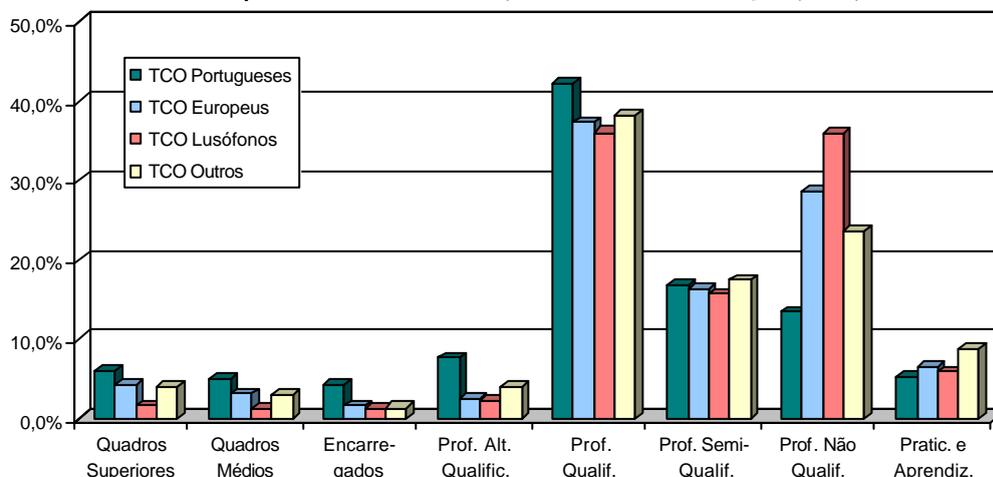
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Comparativamente, por grupos de nacionalidades (Gráfico 19), os trabalhadores portugueses destacam-se nas categorias relativas aos quadros superiores e quadros médios (cerca de 5% do total dos trabalhadores nacionais), tal como nas categorias relativas aos encarregados (4%), profissionais altamente qualificados (7%) e qualificados (cerca de 40%). Com um perfil de qualificação relativamente semelhante a este, vamos encontrar os trabalhadores europeus, sendo contudo muito discrepante o seu peso relativo na categoria dos profissionais não qualificados (cerca de 27%), superior ao valor observado no caso da mão-de-obra nacional (13%).

No caso dos trabalhadores lusófonos, considerados globalmente, é sobretudo nas categorias relativas aos profissionais qualificados e profissionais não qualificados que vamos encontrar os segmentos principais da sua distribuição (no seu conjunto, estas duas categorias representam cerca de 65% do total de trabalhadores dos países lusófonos), sendo os valores percentuais registados ao nível dos quadros superiores, quadros médios e encarregados os mais baixos no total dos grupos de nacionalidade considerados.

No conjunto de nacionalidades que não integram a categoria europeus e a categoria relativa aos países lusófonos, tende a observar-se uma distribuição que valoriza, comparativamente, as situações extremas. Ou seja, se por um lado o peso percentual deste grupo de nacionalidades não se distingue das médias no segmento dos profissionais altamente qualificados, qualificados e semi-qualificados, encontramos todavia valores percentuais expressivos nos quadros superiores e quadros médios (3,5 e 2,5%, respectivamente), mas também no segmento relativo aos praticantes e aprendizes, onde se situam cerca de 8% (o valor mais elevado por grupos de nacionalidades) dos trabalhadores estrangeiros não europeus e não lusófonos.

Gráfico 19
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e o Nível de Qualificação (2005)

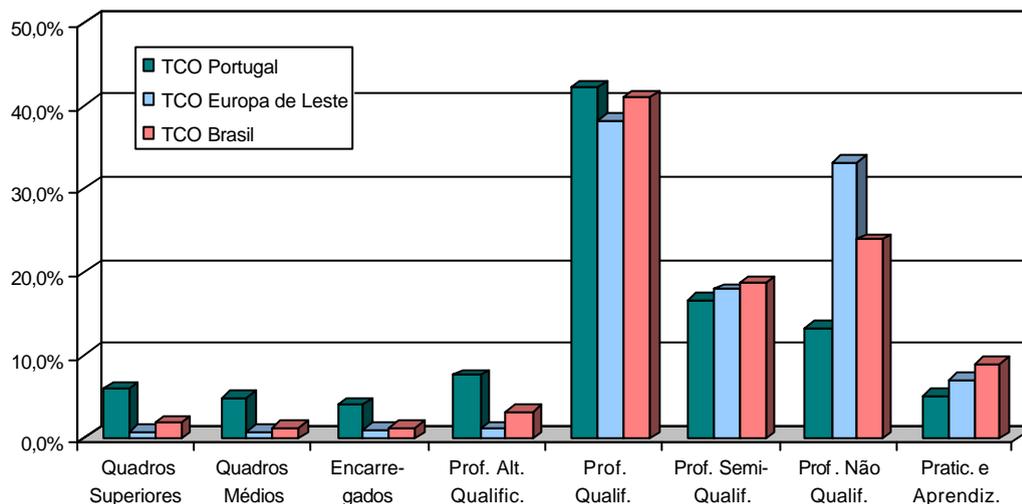


NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Por países, e procedendo a uma comparação entre a distribuição segundo o nível de qualificações dos trabalhadores nacionais e dos trabalhadores brasileiros e do leste europeu, sublinhem-se por um lado os valores percentuais mais elevados na mão-de-obra nacional ao nível dos quadros dirigentes (Gráfico 20), e por outro a tendência para que os trabalhadores estrangeiros do leste europeu e do Brasil prevaleçam percentualmente no nível inferior de qualificação (cerca de 8 e 7%, respectivamente, situando-se o valor percentual dos trabalhadores nacionais em cerca de 5%). Os trabalhadores do leste europeu distinguem-se ainda no segmento dos profissionais não qualificados, com um peso percentual próximo dos 40% (enquanto que os valores relativos da mão-de-obra nacional e dos trabalhadores brasileiros ronda, respectivamente, os 12,6 e os 21,5%).

Gráfico 20
Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil,
segundo o Nível de Qualificações (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

À semelhança do procedimento adoptado no caso das habilitações escolares, definiu-se um Índice de Qualificação²¹, que procura traduzir o posicionamento comparativo dos trabalhadores por conta de outrem segundo a sua origem geográfica, através de um valor médio capaz de reflectir a sua distribuição quantitativa por cada nível de qualificação (Quadro 58 e Gráfico 21).

A primeira observação a assinalar é a de que o nível médio de qualificação dos trabalhadores portugueses (3,8, numa escala de 1 a 8) é superior à dos trabalhadores estrangeiros no seu conjunto (3,0). A segunda observação reside em constatar que os trabalhadores da União

²¹ O cálculo deste índice não considera a categoria "ignorados". A ponderação que o Índice de Qualificação expressa foi calculada através da atribuição de valores crescentes, entre 1 (praticantes e aprendizes) e 8 (quadros superiores), reflectindo assim a progressão do nível de qualificação.

Europeia (valor médio de qualificação de 4,7) e os trabalhadores europeus de países que não se integram nem na Europa de Leste, nem na União Europeia (índice de 4,4), são as únicas situações de origem geográfica de trabalhadores por conta de outrem que assumem índices superiores aos observados no caso dos trabalhadores nacionais (Gráfico 21).

Quadro 58
Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)

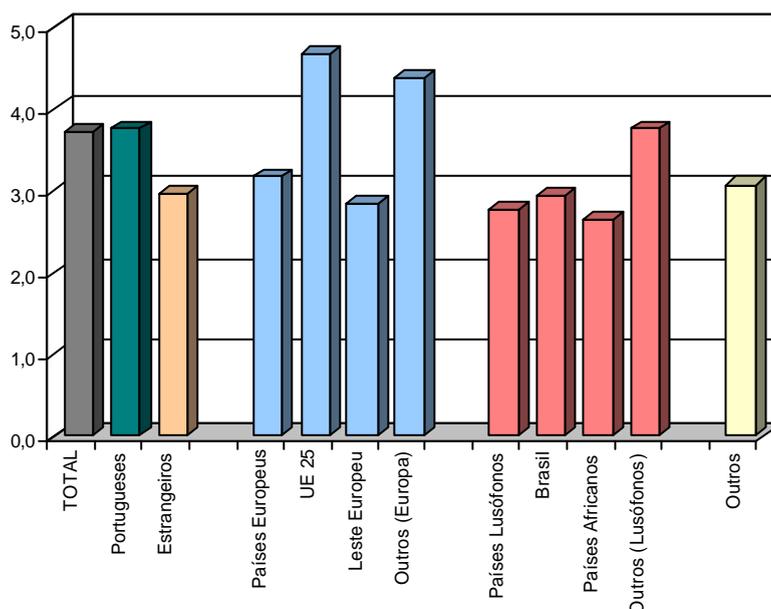
	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM											
	TOTAL	Portu- gueses	Estrangeiros									Outros
			Total	Países Europeus			Países Lusófonos					
				Total	UE 25	Leste Europeu	Outros	Total	Brasil	Países Africanos	Outros	
Total	2 854 297	2 701 962	152 335	66 136	11 536	54 365	235	74 980	31 248	43 695	37	11 219
Índice Qualificações	3,7	3,8	3,0	3,2	4,7	2,8	4,4	2,8	2,9	2,6	3,8	3,1

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Com os mais baixos índices de qualificação em 2005, encontramos por um lado o grupo de trabalhadores por conta de outrem provenientes do leste europeu (2,8, na escala de 1 a 8), e dos países lusófonos do continente africano (2,6). Aliás, por grandes conjuntos de proveniência geográfica, os trabalhadores dos países lusófonos assumem o valor percentual comparativamente mais baixo, que se situa em 2,8, inferior portanto ao valor observado em relação à mão-de-obra proveniente da Europa (3,2) e das nacionalidades que integram a categoria outros (3,1).

Gráfico 21
Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

A distribuição dos trabalhadores por conta de outrem, em 2005, segundo a nacionalidade e o nível de qualificação, sugere que o fenómeno imigratório assume uma natureza dual. De facto, se no caso da mão-de-obra proveniente da União Europeia e de países europeus que não integram a Europa de Leste, parece estar-se em presença de formas claras de inserção qualificada no mercado de trabalho em termos globais, já no caso da imigração proveniente de países lusófonos parece prevalecer - à escala nacional - uma situação de uso de mão-de-obra em actividades menos qualificadas, encontrando-se estes trabalhadores em de actividades menos exigentes, do ponto de vista dos níveis de qualificação. Todavia, deve sublinhar-se, tal como fizemos no caso das habilitações escolares, que esta tendência pode encontrar situações de excepção quando se analisar, no capítulo seguinte, a forma como se distribuem territorialmente as qualificações profissionais segundo as diferentes nacionalidades.

2.3- Sectores de Actividade

A terciarização da economia portuguesa é uma dado central, já devidamente apontado, da evolução da nossa estrutura produtiva. É relevante observar que esta tendência se associa intensamente ao próprio processo de imigração, quer dizer, os trabalhadores estrangeiros são um recurso específico do reordenamento sectorial da economia. De facto, a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem nacionais e estrangeiros por sectores de actividade (calculados através da agregação da informação por CAE, que consta do Quadro 59), evidencia - tanto num como noutro caso - o predomínio do emprego no sector terciário, mas esse predomínio que atinge, em 2005, cerca de 59% no caso dos trabalhadores portugueses e cerca de 61% no caso dos trabalhadores estrangeiros.

Já no sector secundário, que é menos ilustrativo da lógica de mudança da economia, temos um valor percentual de emprego que ronda, em 2005, os 39% no total de mão-de-obra nacional e cerca de 37% no caso da mão-de-obra imigrante. Quanto ao sector primário, assume valores mais reduzidos, que se situam entre 2,2% (mão-de-obra nacional) e 2,7% (mão-de-obra estrangeira).

Entre 2002 e 2005, verifica-se um aumento de emprego significativo na agricultura, silvicultura e pescas (em cerca de 25%), nos serviços sociais (46%), e nas actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (34%). O acréscimo de emprego de mão-de-obra imigrante é particularmente expressivo nos transportes armazenagem e comunicações (71%), serviços sociais (80%) e no alojamento e restauração (cerca de 46%), sendo igualmente relevante o aumento do emprego dos estrangeiros em actividades do sector primário (37%). Já os ramos de actividade da indústria e da electricidade, água e gás registam globalmente ligeiros decréscimos. Estes valores podem ser interpretados como indicadores do reforço da "plasticidade" dos

imigrantes perante a estrutura da economia, visto que eles indicam que os trabalhadores estrangeiros tendem a inserir-se "normalmente" no conjunto das actividades, não sendo a sua presença uma particularidade de sectores específicos.

Quadro 59
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a CAE (2002-2005)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	Je K	L, M e N	O, P e Q	
2002											
PORTUGUESES	47 429	742 255	14 020	300 877	492 472	158 929	147 168	297 748	172 029	73 319	2 446 246
ESTRANGEIROS	3 039	19 040	24	35 988	12 186	15 461	3 262	22 747	3 716	2 739	118 202
Europeus	2 579	14 352	11	20 576	5 537	5 641	1 966	7 571	1 908	1 226	61 367
União Europeia (UE 25)	228	1 752	6	660	1 435	1 076	392	1 075	1 142	429	8 195
Leste Europeu (*)	2349	12 561	5	19 903	4 055	4 530	1 571	6 483	756	789	53 002
Outros	2	39	0	13	47	35	3	13	10	8	170
Países Lusófonos	331	3 892	11	13 763	5 485	7 782	1 191	13 713	1 587	1 217	48 972
Brasil	165	1 901	1	4 373	2 973	4 487	589	3 586	505	653	19 233
Países Africanos	164	1 988	10	9 385	2 509	3 292	599	10 117	1 075	563	29 702
Outros	2	3	0	5	3	3	3	10	7	1	37
Outros	129	796	2	1 649	1 164	2 038	105	1 463	221	296	7 863
TOTAL	50 468	761 295	14 044	336 865	504 658	174 390	150 430	320 495	175 745	76 058	2 564 448
2005											
PORTUGUESES	58 877	729 540	13 502	315 555	529 736	172 276	148 356	392 774	249 815	91 531	2 701 962
ESTRANGEIROS	4 157	19 456	153	36 044	16 755	22 629	5 584	36 613	6 688	4 256	152 335
Europeus	3 194	13 674	82	17 409	6 765	7 715	3 424	8 702	3 331	1 840	66 136
União Europeia (UE 25)	280	2 202	15	905	1 755	1 616	684	1 727	1 812	540	11 536
Leste Europeu (*)	2 913	11 425	67	16 487	4 957	6 053	2 735	6 945	1 503	1 280	54 365
Outros	1	47	0	17	53	46	5	30	16	20	235
Países Lusófonos	685	4 747	61	17 003	7 391	12 427	1 879	25 804	2 924	2 059	74 980
Brasil	484	2 593	19	6 065	4 314	7 565	1 228	6 470	1 211	1 299	31 248
Países Africanos	199	2 148	42	10 935	3 070	4 859	650	19 327	1 705	760	43 695
Outros	2	6	0	3	7	3	1	7	8	0	37
Outros	278	1 035	10	1 632	2 599	2 487	281	2 107	433	357	11 219
TOTAL	63 034	748 996	13 655	351 599	546 491	194 905	153 940	429 387	256 503	95 787	2 854 297
VARIAÇÃO 2002/05											
Portugueses	24,1%	-1,7%	-3,7%	4,9%	7,6%	8,4%	0,8%	31,9%	45,2%	24,8%	10,5%
Estrangeiros	36,8%	2,2%	537,5%	0,2%	37,5%	46,4%	71,2%	61,0%	80,0%	55,4%	28,9%
TOTAL	24,9%	-1,6%	-2,8%	4,4%	8,3%	11,8%	2,3%	34,0%	46,0%	25,9%	11,3%

(A e B) - Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca

(C e D) - Indústrias Extractivas e Indústrias Transformadoras

(E) - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água

(F) - Construção

(G) - Pessoal dos Serviços e Vendedores

(H) - Alojamento e Restauração (Restaurantes e similares)

(I) - Transporte, Armazenagem e Comunicações

(J e K) - Actividades Financeiras, Actividades Imobiliárias e Serviços prestados às Empresas

(L, M e N) - Defesa, Segurança Social, Educação, Saúde e Acção Social

(O, P e Q) - Outras Actividades dos Serviços e Organismos Internacionais

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002/05

Do ponto de vista do conjunto da economia, a indústria extractiva e transformadora (26%), a construção (12%), o comércio a grosso e a retalho (19%) e as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (15%), constituem os principais ramos de actividade em termos de emprego por conta de outrem, em 2005, perfazendo cerca de 70% do emprego total global (Quadro 60).

Quadro 60
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo os ramos de actividade (CAE) e a nacionalidade (2005)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
PORTUGUESES	2,2	27,0	0,5	11,7	19,6	6,4	5,5	14,5	9,2	3,4	100
ESTRANGEIROS	2,7	12,8	0,1	23,7	11,0	14,9	3,7	24,0	4,4	2,8	100
Europeus	4,8	20,7	0,1	26,3	10,2	11,7	5,2	13,2	5,0	2,8	100
União Europeia (UE 25)	2,4	19,1	0,1	7,8	15,2	14,0	5,9	15,0	15,7	4,7	100
Leste Europeu (*)	5,4	21,0	0,1	30,3	9,1	11,1	5,0	12,8	2,8	2,4	100
Outros	0,4	20,0	0,0	7,2	22,6	19,6	2,1	12,8	6,8	8,5	100
Países Lusófonos	0,9	6,3	0,1	22,7	9,9	16,6	2,5	34,4	3,9	2,7	100
Brasil	1,5	8,3	0,1	19,4	13,8	24,2	3,9	20,7	3,9	4,2	100
Países Africanos	0,5	4,9	0,1	25,0	7,0	11,1	1,5	44,2	3,9	1,7	100
Outros	5,4	16,2	0,0	8,1	18,9	8,1	2,7	18,9	21,6	0,0	100
Outros	2,5	9,2	0,1	14,5	23,2	22,2	2,5	18,8	3,9	3,2	100
TOTAL	2,2	26,2	0,5	12,3	19,1	6,8	5,4	15,0	9,0	3,4	100

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

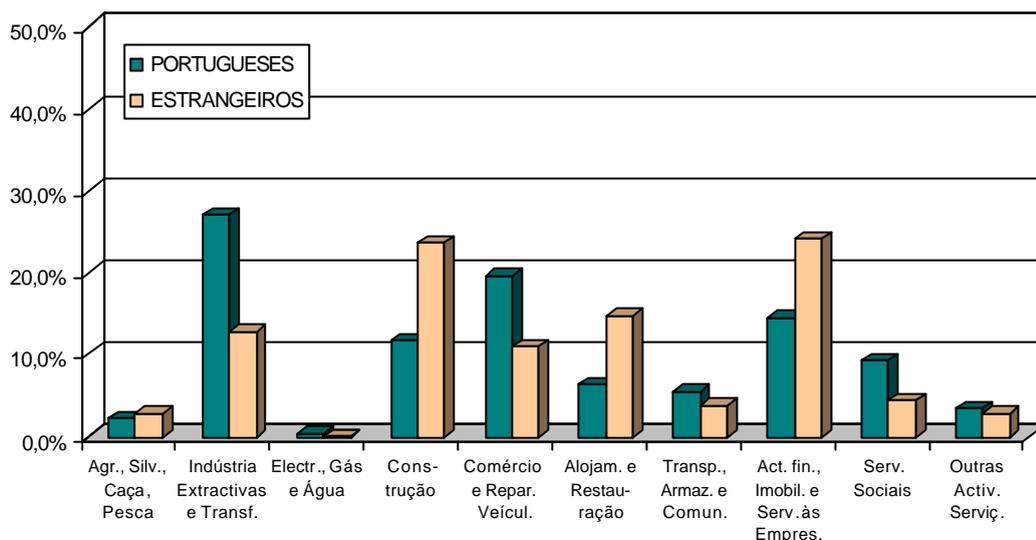
Todavia, o trabalho por conta de outrem nacional diferencia-se positivamente em relação à mão-de-obra imigrante essencialmente nos ramos da indústria extractiva e transformadora (cerca de 27% contra 13% do total do emprego nacional e imigrante, respectivamente), do comércio por grosso e a retalho (com cerca de 20% contra o peso de 11% alcançado neste sector pela mão-de-obra imigrante), sendo ainda de assinalar uma diferença positiva relevante no caso do emprego por conta de outrem nos serviços sociais, que emprega cerca de 9% do trabalho por conta de outrem nacional, reduzindo-se para 4% o valor relativo ao trabalho imigrante (Gráfico 22).

O trabalho por conta de outrem imigrante, em 2005, destaca-se em termos percentuais do trabalho nacional em três sectores: a construção (que emprega 24% da mão de obra por conta de outrem contra 12% no caso da mão-de-obra nacional); o alojamento e restauração (numa diferença de 15 para 6%); e as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, onde o peso percentual no total de mão-de-obra imigrante ronda os 24%, situando-se o respectivo valor, para a mão-de-obra nacional, em 15%.

Quer isto dizer que, apesar da tendência que acima apontámos, para o reforça da “plasticidade”

da imigração perante a estrutura sectorial da economia, há sectores que são mais “portugueses” e sectores que são mais “imigrantes”, quando se considera a distribuição dos dois volumes de trabalhadores pelos diferentes sectores. A construção e a restauração confirma, neste contexto, a sua propensão para sectores apoiados na imigração.

Gráfico 22
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, por Ramos de Actividade CAE (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

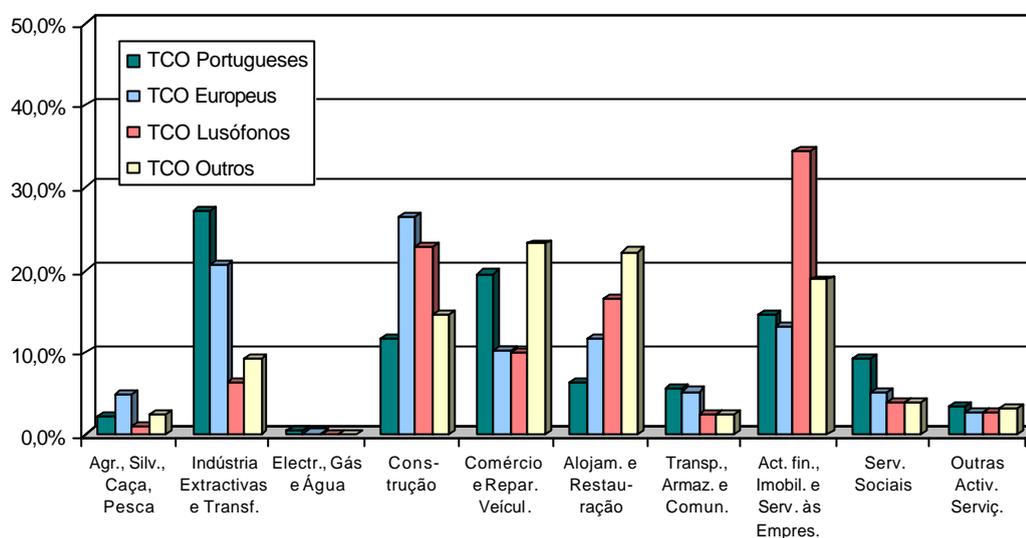
Por grupos de nacionalidades, observa-se a tendência para que os trabalhadores por conta de outrem, se distribuam em ramos de actividade específicos. A mão-de-obra imigrante proveniente da Europa, por exemplo, destaca-se em 2005 nos sectores da indústria (cerca de 20% do trabalho por conta de outrem europeu trabalha neste sector) e sobretudo na construção (26%). O trabalho por conta de outrem proveniente da Europa regista, aliás, a mais elevada taxa de afectação ao sector da construção (Gráfico 23).

No caso dos trabalhadores lusófonos, o emprego tende a concentrar-se também na construção (23%), no alojamento e restauração (17%) e nas actividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas (34%). Neste último caso, trata-se do valor mais expressivo de afectação de mão-de-obra, por grandes grupos de nacionalidades. No seu conjunto, estes sectores empregam cerca de 74% do trabalho por conta de outrem proveniente de países lusófonos.

Os imigrantes provenientes de países não europeus e de países não lusófonos, concentram-se sobretudo nos sectores do comércio (23%), do alojamento e restauração (22%), das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (19%) e na construção (cerca de 15%). No

total, estes sectores representam 78% do emprego de imigrantes deste grupo de nacionalidades.

Gráfico 23
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros), por Ramos de Actividade CAE (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados".

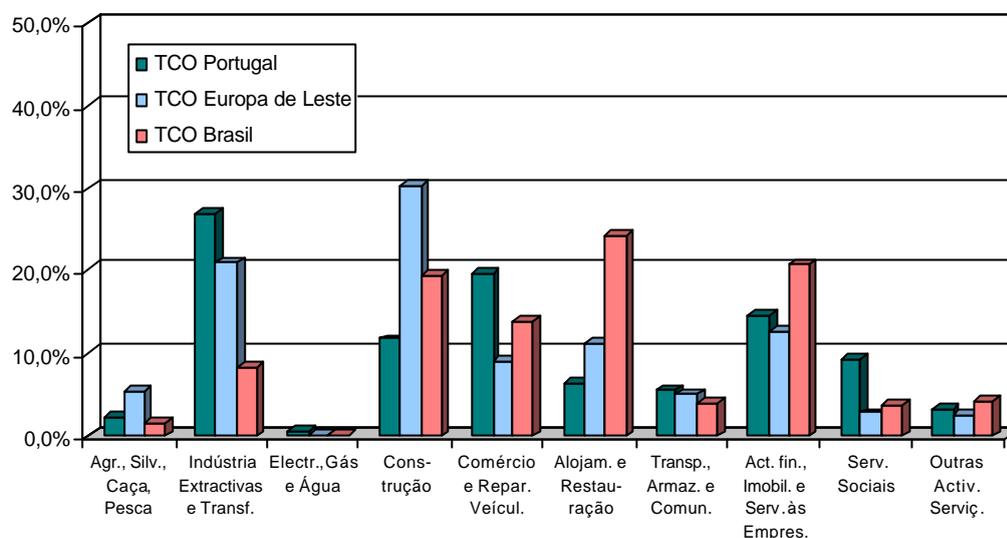
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Se analisarmos os perfis de distribuição da mão-de-obra por conta de outrem proveniente dos principais países de origem, ou seja, da Europa de Leste e do Brasil (Gráfico 24), constatamos que no primeiro caso emerge claramente a importância do emprego no sector da construção (30%) e da indústria (21%) e no segundo dos sectores do alojamento e restauração (24%), das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (21%) e construção (19%).

Como referido anteriormente, o peso da mão-de-obra estrangeira no volume total de trabalho por conta de outrem, em 2005, situa-se em cerca de 5%. Todavia, este peso percentual de trabalho imigrante atinge em alguns ramos de actividade valores bem mais expressivos. É o caso do sector da construção, onde a mão-de-obra imigrante representa cerca de 10% do total de trabalho por conta de outrem afecto a este sector, e do alojamento e restauração, em que cerca de 12% da mão-de-obra empregue é imigrante. Acima do valor médio de 5,3%, assinalem-se ainda os casos da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas (em que 6% da mão-de-obra total é imigrante) e das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (com um valor percentual de mão-de-obra imigrante a quase atingir os 9%).

Por seu turno, os sectores que menos empregam trabalho por conta de outrem imigrante são os da produção e distribuição de electricidade, gás e água (1,1%); da indústria (2,6%) e do comércio por grosso e a retalho, sector onde apenas 3,6% da mão-de-obra é imigrante (Quadro 61).

Gráfico 24
Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil,
por Ramos de Actividade CAE (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Quadro 61
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o seu peso
percentual por Ramos de Actividade CAE (2005)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comércio e Repar. veícul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
PORTUGUESES	93,4	97,4	98,9	89,7	96,9	88,4	96,4	91,5	97,4	95,6	94,7
ESTRANGEIROS	6,6	2,6	1,1	10,3	3,1	11,6	3,6	8,5	2,6	4,4	5,3
Europeus	5,1	1,8	0,6	5,0	1,2	4,0	2,2	2,0	1,3	1,9	2,3
União Europeia (UE 25)	0,4	0,3	0,1	0,3	0,3	0,8	0,4	0,4	0,7	0,6	0,4
Leste Europeu (*)	4,6	1,5	0,5	4,7	0,9	3,1	1,8	1,6	0,6	1,3	1,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países Lusófonos	1,1	0,6	0,4	4,8	1,4	6,4	1,2	6,0	1,1	2,1	2,6
Brasil	0,8	0,3	0,1	1,7	0,8	3,9	0,8	1,5	0,5	1,4	1,1
Países Africanos	0,3	0,3	0,3	3,1	0,6	2,5	0,4	4,5	0,7	0,8	1,5
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,4	0,1	0,1	0,5	0,5	1,3	0,2	0,5	0,2	0,4	0,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

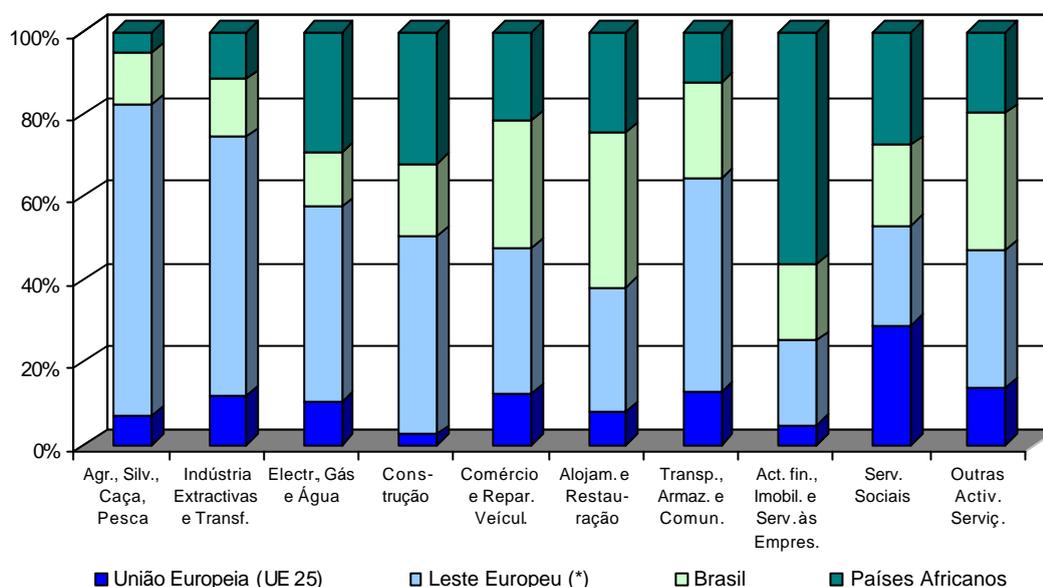
(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Considerando apenas o universo do trabalho por conta de outrem imigrante segundo os ramos de actividade CAE, nas categorias mais desagregadas de proveniência geográfica que temos vindo a utilizar (designadamente a União Europeia e a Europa de Leste, por um lado, e o Brasil e países lusófonos por outro), podemos constatar uma distribuição bastante heterogénea, que demonstra que a nacionalidade é um factor relevante em termos de distribuição do emprego.

Assim, como mostra o Gráfico 25, os trabalhadores provenientes da União Europeia assumem percentagens de emprego mais significativas nos serviços sociais e na categoria referente a outras actividades do sector dos serviços (respectivamente, cerca de 29 e 14% do total de emprego da mão-de-obra estrangeira considerada nestes ramos de actividade), sendo reduzido o seu peso percentual em domínios como a construção (2,6%), das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (5%) e da agricultura, silvicultura, caça e pesca (7,2%).

Gráfico 25
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo o seu peso percentual por Ramos de Actividade CAE (2005)



NOTA: Não inclui a categoria "Ignorados". No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Já os trabalhadores imigrantes por conta de outrem provenientes de países da Europa de Leste tendem a concentrar-se em domínios de actividade como a agricultura, silvicultura, caça e pesca (cerca de 3 em cada quatro imigrantes empregues neste sector são provenientes de países da Europa de Leste); indústria extractiva e transformadora (onde representam 62% do trabalho imigrante considerado); transportes, armazenagem e comunicações (52%); construção (48%); e electricidade, água e gás (47%). Aliás, os imigrantes da Europa de Leste constituem a mão-de-obra imigrante que indicia claramente uma maior plasticidade e capacidade de obter emprego em diferentes ramos de actividade (nunca o seu peso percentual sendo inferior, por sectores, a 20% do universo considerado).

Os trabalhadores brasileiros, por seu turno, assumem um peso particularmente significativo em domínios como o do alojamento e restauração (onde representam 37% da mão-de-obra imigrante considerada neste sector); das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas

(31%); e das actividades relativas a outros serviços (onde assumem um peso de 34% do total de mão-de-obra imigrante, tendo em conta o universo de origens considerado). Por último, os trabalhadores dos países africanos lusófonos apresentam uma representatividade significativa no ramo das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (56% do total de imigrantes considerado), bem como em sectores como a construção e a produção e distribuição de electricidade, água e gás (32%).

2.4- Classes Tecnológicas

Ainda no âmbito dos sectores de actividade, mas procedendo agora a uma análise dos perfis do trabalho por conta de outrem, nacional e estrangeiro, na perspectiva das Classes Tecnológicas (igualmente utilizadas no Capítulo II), constatamos desde logo a inequívoca importância relativa dos sectores de Baixa Intensidade Informacional, no terciário, que representam quase 50% do total, tanto no caso da mão-de-obra nacional como da mão-de-obra imigrante, que assumem de resto valores muito idênticos (Quadro 62 e Gráfico 26).

Os trabalhadores estrangeiros, nesta análise segundo as classes tecnológicas da indústria e dos serviços, apenas superam os trabalhadores nacionais - relativamente ao peso percentual comparado das diferentes categorias -, no caso das infra-estruturas (onde representam quase 25% do total, ou seja sensivelmente o dobro dos 12% registados no caso da mão-de-obra nacional), no caso do sector primário e, curiosamente, na classe tecnológica de Alta Intensidade Informacional, no sector dos serviços.

Na comparação entre o perfil de distribuição da mão-de-obra nacional e os perfis dos grandes grupos de proveniência geográfica dos imigrantes (europeus, lusófonos e outros), constatamos também, nesta perspectiva, que os trabalhadores lusófonos revelam a tendência para uma maior concentração nas classes tecnológicas dos serviços, sendo particularmente expressivo o seu peso comparativo tanto no caso dos sectores de baixa intensidade informacional como de alta (Gráfico 27). Já no caso dos imigrantes europeus, que assumem efectivamente uma distribuição mais repartida pelas diferentes classes tecnológicas, isto é, tanto pelos sectores da indústria como dos serviços, e até nas actividades que neste contexto consideradas como primárias, revelam posições comparativas de relativa vantagem nas infra-estruturas, nas indústrias de média baixa tecnologia e no sector primário. Quanto aos trabalhadores nacionais, prevalecem em qualquer dos casos nos sectores de baixa intensidade tecnológica da indústria.

No caso das duas nacionalidades de proveniência de mão-de-obra estrangeira mais significativas no conjunto de origens geográficas (brasileiros e europeus de leste), de algum modo reproduz-se a tendência de perfis comparativos anteriores. A concentração dos trabalhadores por conta de

outrem brasileiros nos sectores do terciário (baixa e alta intensidade informacional), o destaque dos imigrantes do Leste Europeu no sector das infra-estruturas e o maior peso relativo da mão-de-obra nacional na classe tecnológica da indústria que reúne as actividades com menor intensidade tecnológica (Gráfico 28).

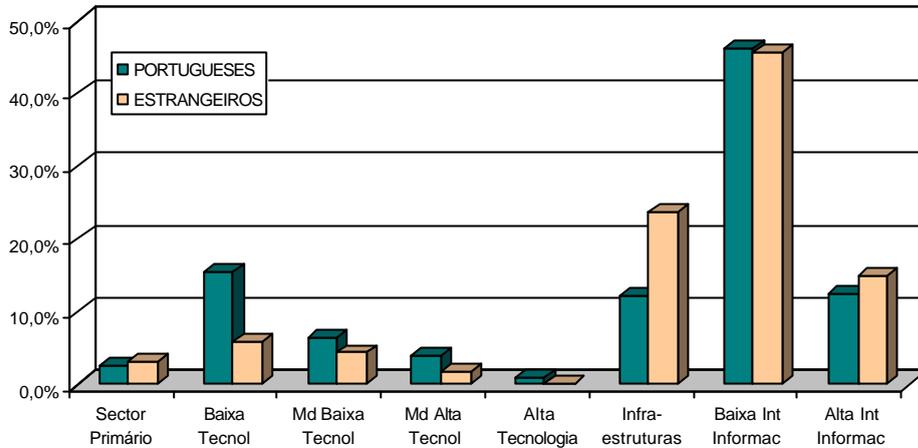
Quadro 62
Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros, por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços(2005)

	Sector Primário	Baixa Tecnologia	Média Baixa Tecnol.	Média Alta Tecnol.	Alta Tecnologia	Infra-estruturas	Baixa Intens. Inform.	Alta Intens. Informac.	TOTAL
Valores Absolutos									
PORTUGUESES	71 551	420 859	168 970	105 200	21 837	329 057	1 249 290	335 168	2 701 932
ESTRANGEIROS	4 739	9 054	6 701	2 776	343	36 197	69 815	22 703	152 328
Europeus	3 664	6 530	4 868	1 633	173	17 491	25 306	6 470	66 135
União Europeia (UE 25)	327	963	629	420	143	920	6 355	1 778	11 535
Leste Europeu (*)	3 336	5 548	4 223	1 202	29	16 554	18 814	4 659	54 365
Outros	1	19	16	11	1	17	137	33	235
Países Lusófonos	773	2 087	1 518	915	139	17 064	38 213	14 270	74 979
Brasil	521	1 215	779	478	84	6 084	17 096	4 991	31 248
Países Africanos	250	869	736	437	55	10 977	21 098	9 272	43 694
Outros	2	3	3	0	0	3	19	7	37
Outros	302	437	315	228	31	1 642	6 296	1 963	11 214
TOTAL	76 290	429 913	175 671	107 976	22 180	365 254	1 319 105	357 871	2 854 260
Percentagens									
PORTUGUESES	2,6	15,6	6,3	3,9	0,8	12,2	46,2	12,4	100
ESTRANGEIROS	3,1	5,9	4,4	1,8	0,2	23,8	45,8	14,9	100
Europeus	5,5	9,9	7,4	2,5	0,3	26,4	38,3	9,8	100
União Europeia (UE 25)	2,8	8,3	5,5	3,6	1,2	8,0	55,1	15,4	100
Leste Europeu (*)	6,1	10,2	7,8	2,2	0,1	30,4	34,6	8,6	100
Outros	0,4	8,1	6,8	4,7	0,4	7,2	58,3	14,0	100
Países Lusófonos	1,0	2,8	2,0	1,2	0,2	22,8	51,0	19,0	100
Brasil	1,7	3,9	2,5	1,5	0,3	19,5	54,7	16,0	100
Países Africanos	0,6	2,0	1,7	1,0	0,1	25,1	48,3	21,2	100
Outros	5,4	8,1	8,1	0,0	0,0	8,1	51,4	18,9	100
Outros	2,7	3,9	2,8	2,0	0,3	14,6	56,1	17,5	100
TOTAL	2,7	15,1	6,2	3,8	0,8	12,8	46,2	12,5	100

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

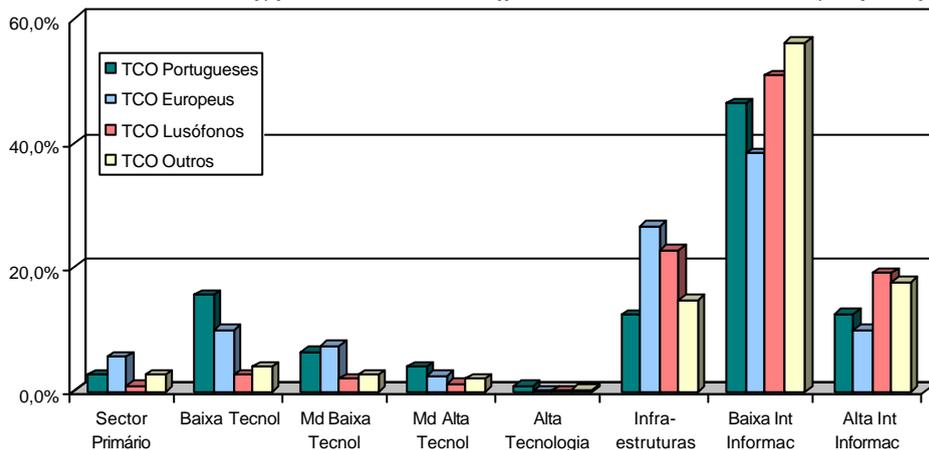
Fonte: DGEOP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 26
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)



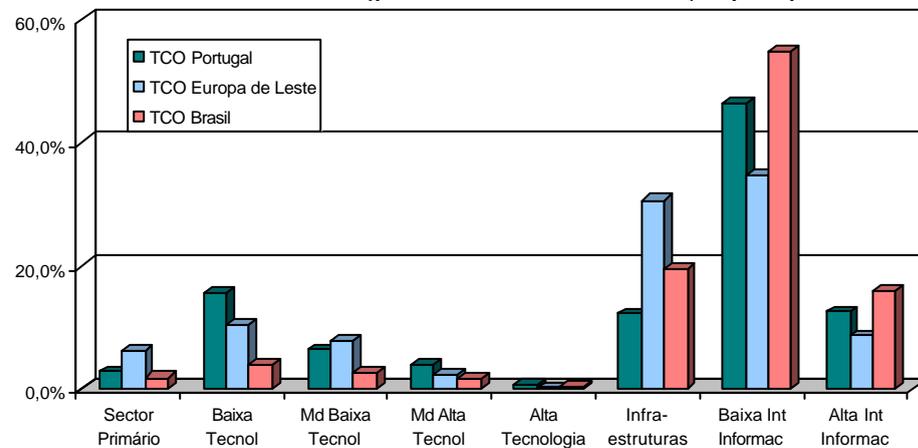
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 27
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros), por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 28
Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil, por Classes Tecnológicas da Indústria e dos Serviços (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

2.5- Profissões

Em termos de perfis profissionais, observam-se por um lado diferenças assinaláveis entre os trabalhadores por conta de outrem nacionais e os trabalhadores imigrantes, sendo igualmente de sublinhar as diferenças quando, no universo destes últimos, consideramos as diferenças ao nível das suas origens geográficas.

Tomando como referência os dados de 2005 (Quadro 63 e 64 e Gráfico 29), e no que se refere às categorias relativas a quadros dirigentes ou profissões altamente especializadas (isto é, aos quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, bem como especialistas das profissões intelectuais e científicas), o peso de trabalhadores nacionais é de quase 10% face ao total de trabalhadores nacionais, ao passo que no trabalho imigrante esse valor se reduz para cerca de metade (4,7%). A diferença assume valores mais expressivos quando consideramos as categorias referentes aos técnicos e profissionais de nível intermédio e ao pessoal administrativo e similares que, considerados globalmente, afectam cerca de 26% da mão-de-obra nacional e apenas cerca de 10% da mão-de-obra imigrante.

Porém, esta relação inverte-se quando analisamos categorias profissionais de base, sobretudo as que se referem a trabalho não qualificado, onde o peso desta categoria na mão-de-obra imigrante representa quase o triplo (30,4%) da mão-de-obra nacional (13,4% do total de trabalhadores por conta de outrem portugueses em 2005). Sendo a relação ligeiramente superior no caso da mão-de-obra nacional, nas profissões de operador de instalações e máquinas e de montagem, o trabalho imigrante tende a assumir pesos percentuais ligeiramente mais elevados no pessoal dos serviços e vendedores (20 contra cerca de 17%); na categoria dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; e no caso dos operários, artífices e trabalhadores similares (onde o peso percentual de mão-de-obra imigrante se situa em cerca de 24%, numa pouco expressiva diferença face aos cerca de 22% alcançados pela mão-de-obra nacional).

Entre 2002 e 2005 verifica-se um aumento percentual muito significativo (cerca de 54%) ao nível dos quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, sendo ligeiramente mais relevante no caso dos trabalhadores por conta de outrem imigrantes (58%) do que no caso da mão-de-obra nacional (Quadro 63).

O aumento percentual da categoria correspondente aos especialistas das profissões intelectuais e científicas, entre 2002 e 2005, é também de assinalar em ambos os casos (rondando um aumento de cerca de 30%), sendo igualmente de registar - no âmbito dos trabalhadores nacionais -, o acréscimo verificado na categoria do pessoal dos serviços e vendedores (em cerca de 23%). Já os trabalhadores por conta de outrem imigrantes, considerados na sua globalidade, denotam

acréscimos muito relevantes na categoria do pessoal dos serviços e vendedores (numa variação que, situando-se em cerca de 82%, reflecte uma quase duplicação entre 2002 e 2005), bem como ao nível do pessoal administrativo e similares (aumento próximo dos 60%), e ao nível dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (acréscimo de quase 40%).

Quadro 63
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Profissões e a nacionalidade (2002-2005)

	QS AP/E (1)	E PIC (2)	TP NI (3)	PAS (4)	PSV (5)	A TQAP (6)	OATS (7)	OIM TM (8)	TNQ (9)	TOTAL
2002										
PORTUGUESES	70 445	117 027	249 820	372 516	366 468	41 237	596 069	276 929	355 735	2 446 246
ESTRANGEIROS	1 973	3 113	4 254	6 116	16 757	3 023	30 399	8 701	43 866	118 202
Europeus	1 307	1 952	2 360	2 796	4 519	2 559	17 327	5 396	23 151	61 367
União Europeia (UE 25)	950	1 353	1 348	1 037	1 180	156	930	443	798	8 195
Leste Europeu (*)	330	589	987	1 746	3 307	2 402	16 366	4 945	22 330	53 002
Outros	27	10	25	13	32	1	31	8	23	170
Países Lusófonos	470	894	1 494	2 727	9 953	354	11 765	2 991	18 324	48 972
Brasil	262	421	751	1 357	5 630	187	4 027	1 515	5 083	19 233
Países Africanos	207	470	742	1 365	4 313	165	7 734	1 475	13 231	29 702
Outros	1	3	1	5	10	2	4	1	10	37
Outros	196	267	400	593	2 285	110	1 307	314	2 391	7 863
TOTAL	72 418	120 140	254 074	378 632	383 225	44 260	626 468	285 630	399 601	2 564 448
2005										
PORTUGUESES	108 117	154 570	280 231	406 952	449 499	47 029	605 363	287 885	362 316	2 701 962
ESTRANGEIROS	3 118	4 127	5 726	9 711	30 515	3 884	36 965	11 967	46 322	152 335
Europeus	2 082	2 501	2 892	3 709	7 536	2 969	19 346	7 353	17 748	66 136
União Europeia (UE 25)	1 619	1 914	1 780	1 442	1 801	168	1 288	668	856	11 536
Leste Europeu (*)	421	560	1 084	2 243	5 691	2 801	18 022	6 672	16 871	54 365
Outros	42	27	28	24	44	0	36	13	21	235
Países Lusófonos	676	1 238	2 307	4 831	19 347	645	15 863	4 051	26 022	74 980
Brasil	365	604	1 320	2 515	10 009	434	6 198	2 451	7 352	31 248
Países Africanos	309	630	983	2 310	9 330	209	9 660	1 599	18 665	43 695
Outros	2	4	4	6	8	2	5	1	5	37
Outros	360	388	527	1 171	3 632	270	1 756	563	2 552	11 219
TOTAL	111 235	158 697	285 957	416 663	480 014	50 913	642 328	299 852	408 638	2 854 297
VARIAÇÃO 2002/05										
Portugueses	53,5%	32,1%	12,2%	9,2%	22,7%	14,0%	1,6%	4,0%	1,8%	10,5%
Estrangeiros	58,0%	32,6%	34,6%	58,8%	82,1%	28,5%	21,6%	37,5%	5,6%	28,9%
TOTAL	53,6%	32,1%	12,5%	10,0%	25,3%	15,0%	2,5%	5,0%	2,3%	11,3%

(1) - Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa

(2) - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas

(3) - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio

(4) - Pessoal Administrativo e Similares

(5) - Pessoal dos Serviços e Vendedores

(6) - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas

(7) - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares

(8) - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem

(9) - Trabalhadores Não Qualificados

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

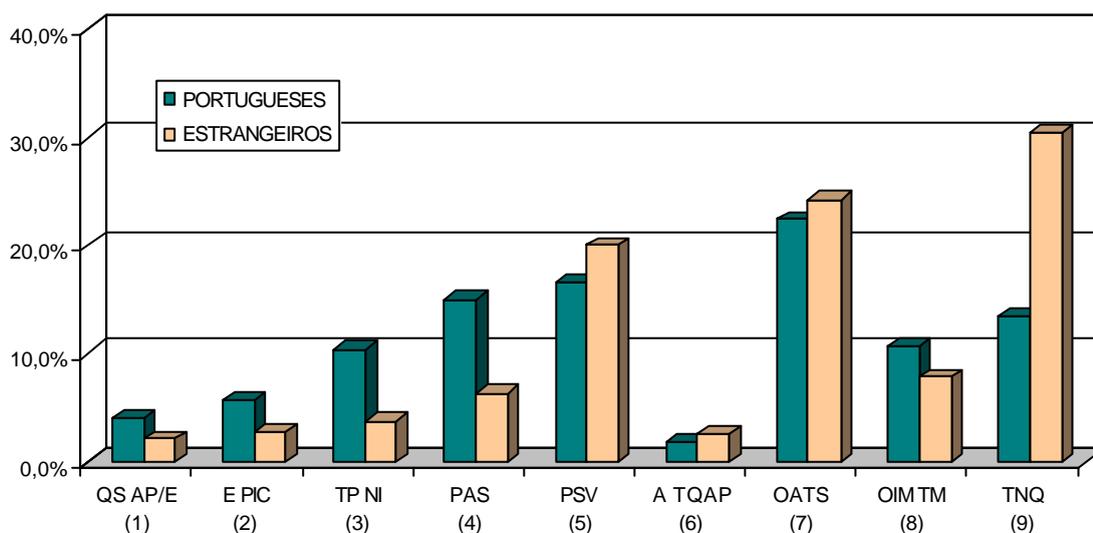
Quadro 64
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Profissões (%) e a nacionalidade (2005)

	QS AP/E (1)	E PIC (2)	TP NI (3)	PAS (4)	PSV (5)	A TQAP (6)	OATS (7)	OIM TM (8)	TNQ (9)	TOTAL
PORTUGUESES	4,0	5,7	10,4	15,1	16,6	1,7	22,4	10,7	13,4	100
ESTRANGEIROS	2,0	2,7	3,8	6,4	20,0	2,5	24,3	7,9	30,4	100
Europeus	3,1	3,8	4,4	5,6	11,4	4,5	29,3	11,1	26,8	100
União Europeia (UE 25)	14,0	16,6	15,4	12,5	15,6	1,5	11,2	5,8	7,4	100
Leste Europeu ^(*)	0,8	1,0	2,0	4,1	10,5	5,2	33,2	12,3	31,0	100
Outros	17,9	11,5	11,9	10,2	18,7	0,0	15,3	5,5	8,9	100
Países Lusófonos	0,9	1,7	3,1	6,4	25,8	0,9	21,2	5,4	34,7	100
Brasil	1,2	1,9	4,2	8,0	32,0	1,4	19,8	7,8	23,5	100
Países Africanos	0,7	1,4	2,2	5,3	21,4	0,5	22,1	3,7	42,7	100
Outros	5,4	10,8	10,8	16,2	21,6	5,4	13,5	2,7	13,5	100
Outros	3,2	3,5	4,7	10,4	32,4	2,4	15,7	5,0	22,7	100
TOTAL	3,9	5,6	10,0	14,6	16,8	1,8	22,5	10,5	14,3	100

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 29
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo as Profissões (2005)



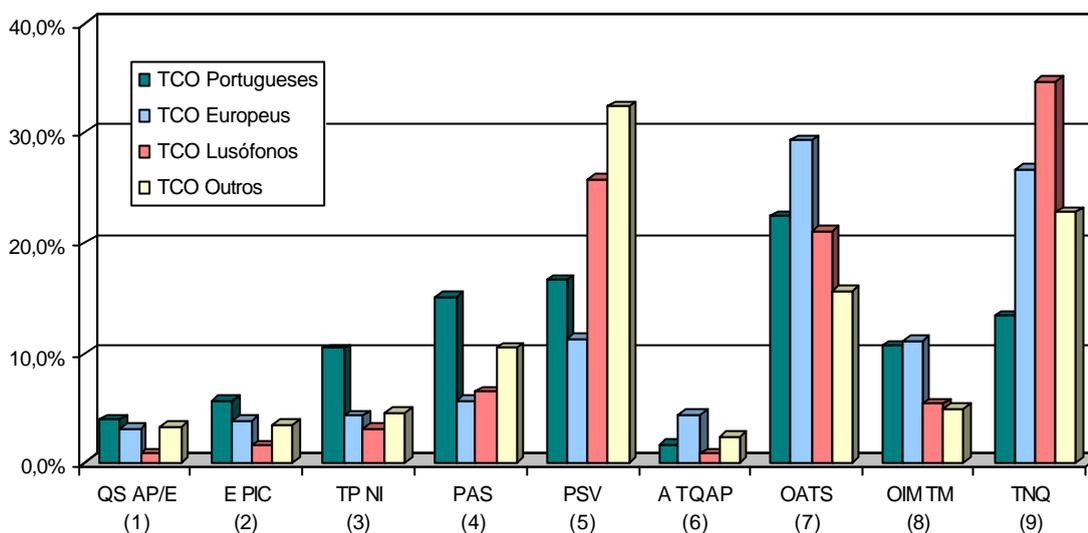
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Comparando a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem portugueses, segundo as profissões, com os trabalhadores imigrantes provenientes dos grandes grupos de origem da imigração portuguesa (Europa, países lusófonos e outros), começamos a ter uma imagem mais clara da segmentação dos perfis profissionais segundo a nacionalidade de origem (Gráfico 30). Assim, é nas quatro primeiras categorias²² da classificação de profissões que os trabalhadores

²² Ou seja, Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (1); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2); Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (3); e Pessoal Administrativo e Similares (4).

nacionais se destacam perante qualquer um dos restantes grupos de origem da imigração, sendo que os valores percentuais apesar de tudo mais próximos respeitam aos imigrantes europeus e aos imigrantes que se enquadram na categoria “outros”.

Gráfico 30
Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade (portugueses, europeus, lusófonos e outros) e as Profissões (2005)



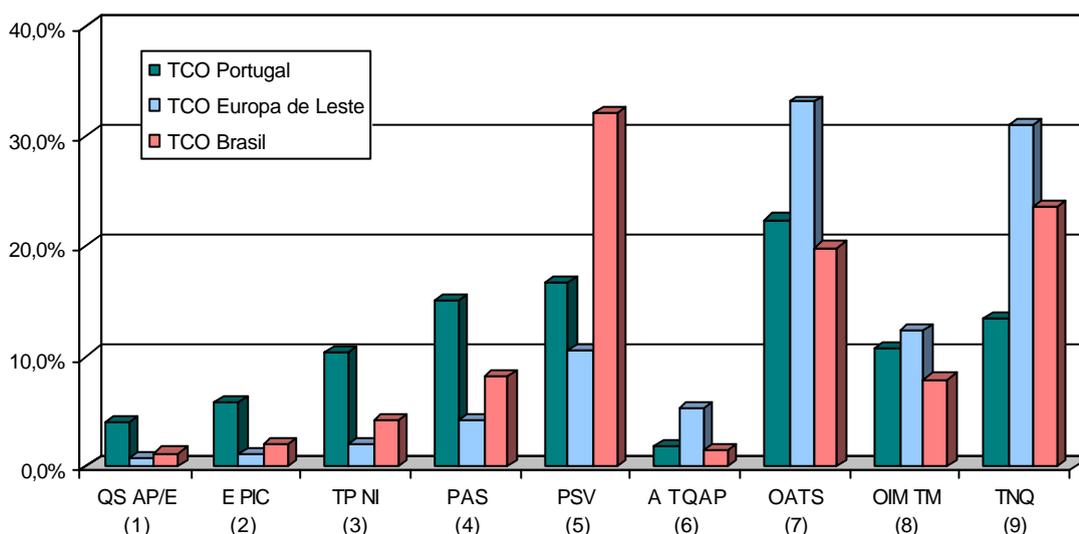
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Os trabalhadores europeus, por seu turno, assumem uma clara preponderância na categoria relativa aos operários, artífices e trabalhadores similares (em que se inserem cerca de 29% do total de imigrantes europeus), sendo igualmente de assinalar o valor comparativo alcançado ao nível do trabalho não qualificado (a que estão afectos cerca de 27% da mão-de-obra imigrante proveniente da Europa). Ou seja, a imigração europeia tende a evidenciar uma natureza dual, na medida em que alcança valores comparativamente não despreciantes ao nível das categorias profissionais mais qualificadas, mas igualmente ao nível das categorias profissionais menos qualificadas.

Por sua vez, os imigrantes provenientes de países lusófonos atingem o maior peso percentual comparativo na categoria relativa aos trabalhadores não qualificados (cerca de 35% da mão-de-obra proveniente de países lusófonos enquadra-se nesta categoria), sendo igualmente significativos os valores comparativos atingidos na categoria relativa ao pessoal dos serviços e vendedores (26%), onde apenas são superados pela percentagem dos imigrantes enquadrados na origem geográfica “outros países”. Concomitantemente, os imigrantes provenientes de países lusófonos, são os que evidenciam valores percentuais mais reduzidos nas categorias profissionais de maior qualificação (Gráfico 30).

Procedendo a uma comparação entre o perfil profissional dos trabalhadores por conta de outrem portugueses e os perfis dos trabalhadores imigrantes provenientes da Europa de Leste e do Brasil, torna-se ainda mais evidente o maior peso relativo de imigrantes da Europa de Leste na categoria dos operários, artífices e trabalhadores similares (onde trabalha cerca de 1 em cada 3 imigrantes com esta origem geográfica), bem como na categoria relativa aos trabalhadores não qualificados (onde estão afectos cerca de 30% dos imigrantes do leste europeu), e na categoria dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (cujas taxas mais elevadas de afectação de mão-de-obra é justamente a de mão-de-obra proveniente da Europa de Leste). Os reduzidos valores de emprego destes imigrantes nas categorias profissionais mais qualificadas, permitem por sua vez constatar que se deve aos imigrantes da União Europeia a aproximação percentual relativa, nestas categorias, aos valores verificados para os trabalhadores portugueses.

Gráfico 31
Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e da Europa de Leste e do Brasil,
segundo as Profissões (2005)



NOTA: Na "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)
 Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Quanto aos trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade brasileira, torna-se evidente uma elevada taxa de afectação às categorias profissionais do pessoal dos serviços e similares (quase um em cada três brasileiros por conta de outrem enquadra-se nesta categoria), sendo igualmente relevante - ainda que não dominante -, a repartição desta nacionalidade pelos trabalhadores não qualificados (24%), e na categoria dos operários, artífices e trabalhadores similares (cerca de 20% do total de mão-de-obra proveniente do Brasil).

À semelhança de exercícios feitos em sub-capítulos anteriores, e considerando que a sequência das categorias de profissões com que estamos a trabalhar não deixa de reflectir uma transição

progressiva de funções onde o estatuto hierárquico, o papel dirigente e a qualificação vão perdendo importância, procurámos estabelecer um *Índice de Qualificação Profissional*²³, que permite identificar um valor de posicionamento comparativo face à proveniência geográfica do trabalho por conta de outrem (Quadro 65 e Gráfico 32).

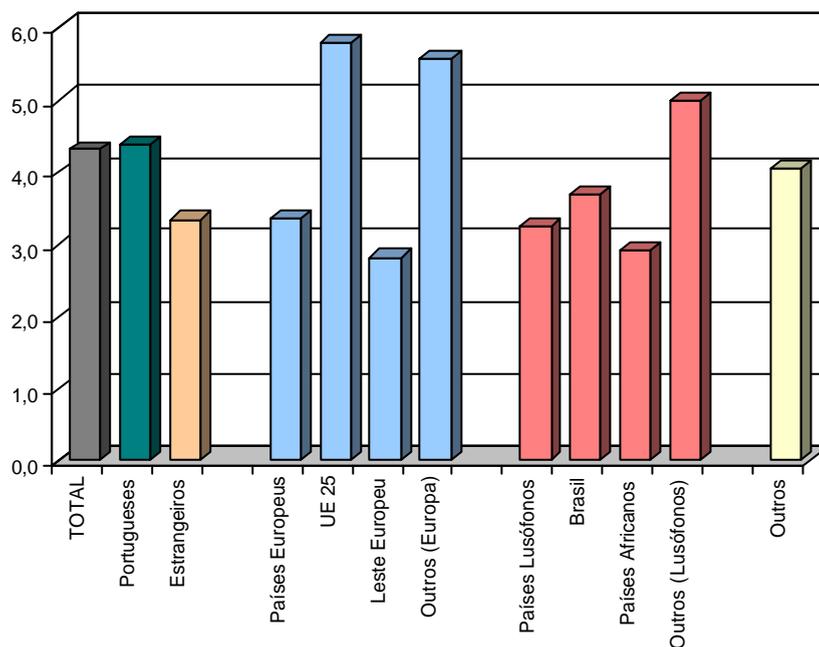
Quadro 65
Índice de Qualificação Profissional dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)

	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM											
	TOTAL	Portu- gueses	Estrangeiros									
			Total	Países Europeus			Países Lusófonos			Outros		
				Total	UE 25	Leste Europeu	Outros	Total	Brasil		Países Africanos	Outros
Total	2 854 297	2 701 962	152 335	66 136	11 536	54 365	235	74 980	31 248	43 695	37	11 219
Índice Qual. Profiss.	4,3	4,4	3,3	3,3	5,8	2,8	5,6	3,2	3,7	2,9	5,0	4,0

(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 32
Índice de Qualificações dos Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo a Nacionalidade (2005)



NOTA: No caso da "Europa de Leste" não se incluem os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25)

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Assim, o valor médio de qualificação profissional (deduzido através da distribuição da mão-de-

²³ O Índice de Qualificação Profissional é calculado através da atribuição de notações decrescentes (de 9 a 1) às categorias profissionais utilizadas, segundo a ordem definida. A um valor médio mais elevado corresponde naturalmente um estatuto profissional de maior relevância funcional, ao pressupor um mais elevado grau de responsabilidade directiva e de qualificação.

obra segundo o emprego nas categorias profissionais utilizadas) é de 4,3, ou seja sensivelmente situado num valor intermédio (de 1 a 9), situando-se em 4,4 para o conjunto de trabalhadores por conta de outrem portugueses e em 3,3 para os trabalhadores imigrantes.

Porém, os trabalhadores da União Europeia atingem um valor de 5,8, sendo igualmente significativo o valor do índice referente a trabalhadores europeus não provenientes de países da União Europeia nem de países de Leste (5,6). Estes últimos detêm, de resto, o mais baixo valor encontrado (2,8), muito próximo do observado no caso dos imigrantes de países lusófonos do continente africano (2,9), sendo ambos inferiores aos índices alcançados pelos imigrantes brasileiros (3,7), e mais ainda pelos imigrantes europeus e lusófonos enquadrados nas categorias “outros” (com índices de 5,6 e 5,0, respectivamente).

Quanto aos trabalhadores por conta de outrem imigrantes cuja origem geográfica não é nem europeia nem de um país da lusofonia, o Índice de Qualificação Profissional situa-se num valor significativo, de 4,0.

3. Grau de correspondência entre qualificações e emprego

Os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social permitem, no que se refere às bases de dados de 2002, efectuar alguns cruzamentos de informação, nomeadamente no que concerne aos Ramos de Actividade CAE, categorias profissionais e habilitações. Estes cruzamentos (que a organização das bases de dados em 2005 não torna possíveis), permitem-nos comparar os perfis do trabalho por conta de outrem nacional e imigrante em termos de grau de correspondência entre actividades exercidas e as habilitações ou profissões, de modo a identificar discrepâncias perante a variável nacionalidade.

Partimos do pressuposto que a análise do resultado destes cruzamentos pode ser expressiva quanto à capacidade de integração da mão-de-obra imigrante, e do seu acesso relativo aos diferentes sectores e ramos de actividade económica em função das suas qualificações. Por outro lado, a análise da distribuição da população activa por sectores, habilitações e profissões, poderá ser útil para elucidar em que situações o contributo da mão-de-obra migrante qualificada está a ser valorizado pelo tecido económico e em que situações, inversamente, o potencial de qualificação dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem não tem reflexo nas actividades exercidas.

Nestes termos, o Quadro 66 estabelece a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem nacionais e imigrantes segundo as habilitações escolares e os ramos de actividade económica. A primeira constatação a registar respeita ao equilíbrio relativo, em 2002 (e à semelhança de 2005,

como assinalámos anteriormente), entre o perfil global de habilitações da mão-de-obra nacional e imigrante, expresso na circunstância de cerca de 73% dos trabalhadores por conta de outrem nacionais (e aproximadamente 75% dos trabalhadores imigrantes), possuírem habilitações escolares relativas ao ensino básico. Da mesma forma, os valores relativos ao ensino superior não se diferenciam substancialmente nas duas situações, situando-se em cerca de 9% no caso dos trabalhadores portugueses e em aproximadamente 7% no caso dos trabalhadores imigrantes.

Quadro 66
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros,
segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
Portugueses											
Valores Absolutos	45 991	723 576	14 008	288 556	476 463	154 003	145 160	285 136	166 931	71 352	2 371 176
Ensino Básico	42 026	611 217	8 512	249 913	329 839	131 147	95 903	129 587	96 403	44 574	1 739 121
Ensino Secundário	2 383	78 898	3 022	23 263	117 415	19 808	33 094	92 595	32 034	16 195	418 707
Ensino Superior	1 582	33 461	2 474	15 380	29 209	3 048	16 163	62 954	38 494	10 583	213 348
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	91,4	84,5	60,8	86,6	69,2	85,2	66,1	45,4	57,8	62,5	73,3
Ensino Secundário	5,2	10,9	21,6	8,1	24,6	12,9	22,8	32,5	19,2	22,7	17,7
Ensino Superior	3,4	4,6	17,7	5,3	6,1	2,0	11,1	22,1	23,1	14,8	9,0
Estrangeiros											
Valores Absolutos	2 730	17 332	24	31 943	11 054	14 174	2 990	21 414	3 474	2 544	107 679
Ensino Básico	2 216	12 586	6	27 624	6 839	10 505	1 894	16 880	1 424	1 619	81 593
Ensino Secundário	370	3 411	6	3 468	3 367	3 192	801	3 137	618	601	18 971
Ensino Superior	144	1 335	12	851	848	477	295	1 397	1 432	324	7 115
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	81,2	72,6	25,0	86,5	61,9	74,1	63,3	78,8	41,0	63,6	75,8
Ensino Secundário	13,6	19,7	25,0	10,9	30,5	22,5	26,8	14,6	17,8	23,6	17,6
Ensino Superior	5,3	7,7	50,0	2,7	7,7	3,4	9,9	6,5	41,2	12,7	6,6

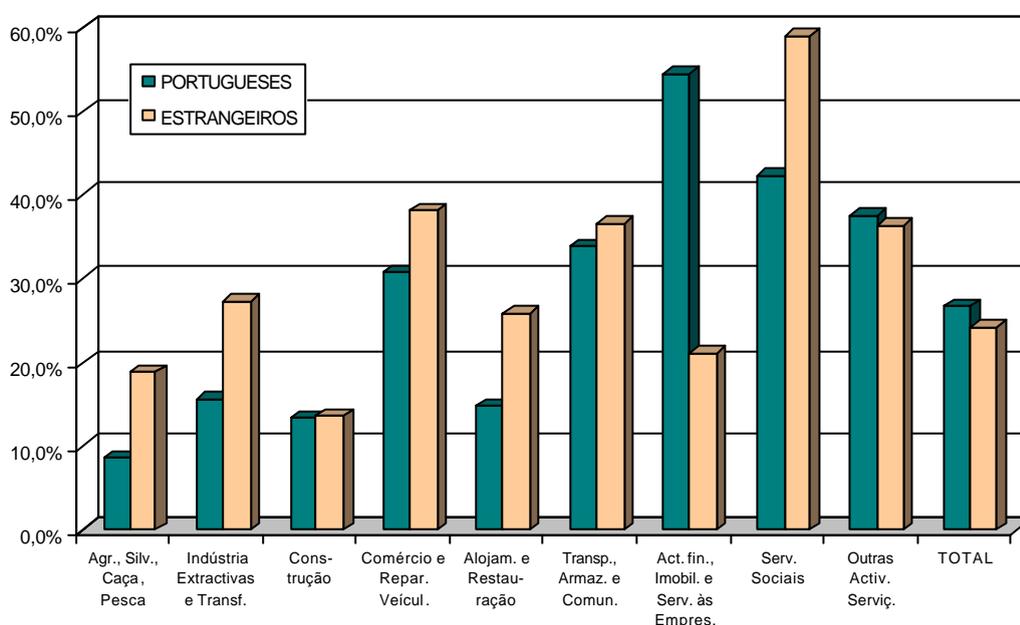
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Ao contabilizar a percentagem de trabalhadores com o ensino secundário e ensino superior por ramos de actividade, constatamos todavia diferenciações significativas. Exceptuando o caso das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, e a categoria “outras actividades dos serviços”, o peso percentual de imigrantes com o ensino secundário e o ensino superior é sempre mais elevado face ao verificado no caso dos trabalhadores nacionais (Gráfico 33). Estas diferenças atingem os 17% a favor da mão-de-obra imigrante no caso dos serviços sociais, sendo igualmente de assinalar o caso da agricultura, silvicultura e pescas (10%), das indústrias extractivas e transformadoras (12%), e do alojamento e restauração (11%)²⁴.

²⁴ O reduzido número de trabalhadores imigrantes (24) a exercer actividade no sector da electricidade, gás e água não nos permite considerar como estatisticamente válidas as percentagens apuradas. É por esta razão, aliás, que se excluiu a representação deste sector nos gráficos apresentados.

Ou seja, sob a capa de uma aparentemente ligeira diferença em termos globais, a favor dos trabalhadores nacionais (27% dos quais possuem habilitações de nível secundário e superior, sendo este valor de aproximadamente 24% no caso dos trabalhadores imigrantes), esconde-se uma realidade que aponta para a existência de uma maior proporção de mão-de-obra imigrante, comparativamente mais escolarizada, a exercer actividade nos diferentes sectores económicos. Não fora a diferença abissal observada no caso das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (de 55 para 21%), que é a excepção da regra, e seríamos induzidos a considerar idênticos os perfis de escolarização por sector, o que efectivamente não se verifica.

Gráfico 33
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros com o Ensino Secundário e o Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Analisando estes dados pelos principais conjuntos de nacionalidades de origem (Europa e Países Lusófonos), encontramos já algumas diferenciações face à realidade que acabámos de descrever. De facto, a proporção de trabalhadores por conta de outrem provenientes de países europeus com habilitações secundárias e superiores, no total de trabalhadores imigrantes europeus por sector, tende a reforçar a diferença positiva destes em relação aos trabalhadores nacionais, ao passo que no caso dos imigrantes provenientes de países lusófonos se observa a tendência para uma maior aproximação aos perfis da mão-de-obra nacional, em termos de habilitações por sectores de actividade (Quadro 67 e Gráfico 34).

Quadro 67
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
Portugueses											
Valores Absolutos	45 991	723 576	14 008	288 556	476 463	154 003	145 160	285 136	166 931	71 352	2 371 176
Ensino Básico	42 026	611 217	8 512	249 913	329 839	131 147	95 903	129 587	96 403	44 574	1 739 121
Ensino Secundário	2 383	78 898	3 022	23 263	117 415	19 808	33 094	92 595	32 034	16 195	418 707
Ensino Superior	1 582	33 461	2 474	15 380	29 209	3 048	16 163	62 954	38 494	10 583	213 348
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	91,4	84,5	60,8	86,6	69,2	85,2	66,1	45,4	57,8	62,5	73,3
Ensino Secundário	5,2	10,9	21,6	8,1	24,6	12,9	22,8	32,5	19,2	22,7	17,7
Ensino Superior	3,4	4,6	17,7	5,3	6,1	2,0	11,1	22,1	23,1	14,8	9,0
Europeus											
Valores Absolutos	2 303	12 880	11	17 837	4 984	5 109	1 772	6 991	1 736	1 086	54 709
Ensino Básico	1 845	9 437	4	14 782	3 081	3 592	1 148	4 783	469	590	39 731
Ensino Secundário	327	2 451	3	2 468	1 338	1 238	477	1 438	250	298	10 288
Ensino Superior	131	992	4	587	565	279	147	770	1 017	198	4 690
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	80,1	73,3	36,4	82,9	61,8	70,3	64,8	68,4	27,0	54,3	72,6
Ensino Secundário	14,2	19,0	27,3	13,8	26,8	24,2	26,9	20,6	14,4	27,4	18,8
Ensino Superior	5,7	7,7	36,4	3,3	11,3	5,5	8,3	11,0	58,6	18,2	8,6
Países Lusófonos											
Valores Absolutos	308	3 698	11	12 609	5 039	7 267	1 120	13 047	1 527	1 171	45 797
Ensino Básico	272	2 683	2	11 492	3 002	5 425	707	11 006	885	838	36 312
Ensino Secundário	28	801	3	885	1 813	1 708	292	1 544	330	255	7 659
Ensino Superior	8	214	6	232	224	134	121	497	312	78	1 826
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	88,3	72,6	18,2	91,1	59,6	74,7	63,1	84,4	58,0	71,6	79,3
Ensino Secundário	9,1	21,7	27,3	7,0	36,0	23,5	26,1	11,8	21,6	21,8	16,7
Ensino Superior	2,6	5,8	54,5	1,8	4,4	1,8	10,8	3,8	20,4	6,7	4,0

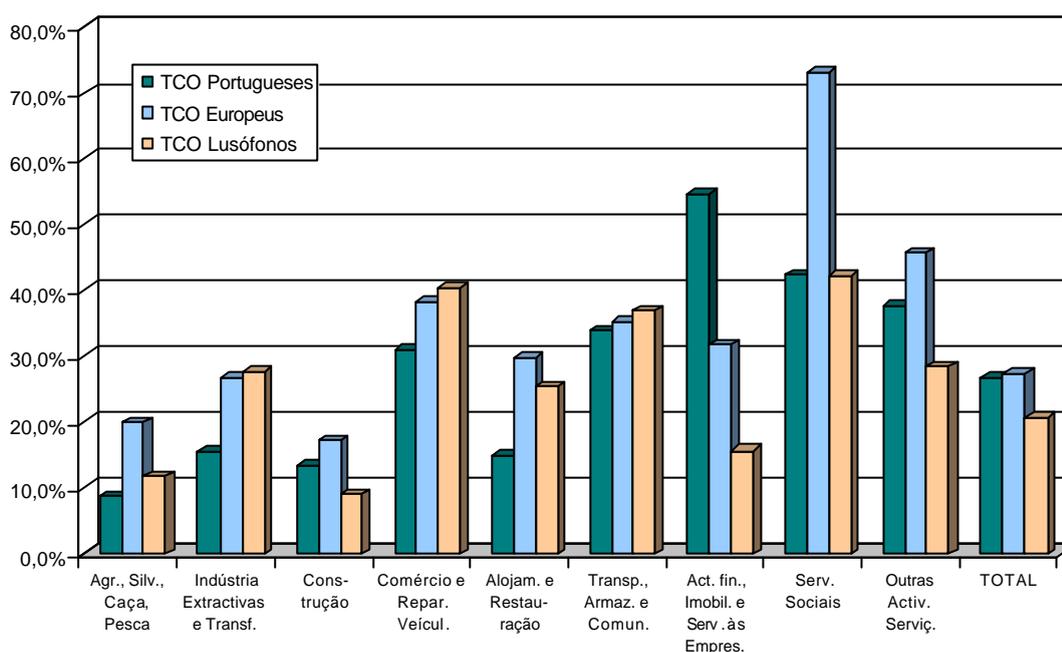
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Relativamente às habilitações escolares, os trabalhadores europeus destacam-se de forma clara nos sectores dos serviços sociais (onde cerca de 70% têm uma escolaridade secundária ou superior, situada portanto cerca de 30% acima dos valores obtidos pelos trabalhadores nacionais e pelos imigrantes dos países lusófonos), e em outras actividades dos serviços (em que cerca de 46% dos trabalhadores europeus têm níveis de escolaridade correspondentes ao ensino secundário e ensino superior). E refira-se igualmente, apesar das menores diferenças em termos comparativos, a vantagem dos imigrantes europeus (em termos de escolarização), nos sectores da agricultura, silvicultura e pescas, construção e alojamento e restauração.

À semelhança do que se verificou anteriormente, na comparação entre a mão-de-obra nacional e a mão-de-obra imigrante considerada globalmente, os trabalhadores portugueses apenas se destacam - pela maior proporção comparativa de escolaridades secundárias e superiores -, nas

actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (em que estes trabalhadores representam cerca de 55% dos trabalhadores nacionais empregues no sector). Nas actividades industriais, e no comércio e reparação de veículos, os imigrantes lusófonos são por sua vez os que evidenciam uma maior qualificação escolar comparativa (correspondente ao peso do ensino secundário e superior), e que é equivalente aos valores registados pelos trabalhadores europeus.

Gráfico 34
Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos com o Ensino Secundário e Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Por principais nacionalidades de origem, os dados revelam que no sector primário há uma maior proporção de trabalhadores brasileiros e da Europa de Leste com níveis de ensino secundário e superior, do que no caso dos trabalhadores portugueses (Quadro 68 e Gráfico 35). Esta situação tende a repetir-se no caso da indústria extractiva e transformadora (embora aqui os imigrantes brasileiros se destaquem, com cerca de 34% possuindo escolaridade secundária e superior), e o mesmo sucedendo com as actividades associadas ao alojamento e à restauração. No comércio e reparação de veículos, bem como no caso dos serviços sociais, os imigrantes brasileiros tendem a destacar-se do ponto de vista das habilitações escolares, relativamente aos imigrantes da Europa de Leste e nacionais, cuja distribuição por habilitações se afigura muito semelhante.

Uma análise da distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por categorias de qualificação profissional (segundo os diferentes sectores de actividade), permite-nos tecer duas considerações particularmente relevantes, e que vão no sentido das conclusões expressas, em termos dos perfis

de integração da mão-de-obra imigrante no tecido económico nacional. A primeira consiste em assinalar que o perfil de qualificações profissionais dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem expressa a tendência para um menor peso percentual dos cargos dirigentes no total de emprego de mão-de-obra imigrante por sector, e - correlativamente - um maior peso comparativo das categorias que correspondem a uma menor qualificação profissional. Ou seja, aos trabalhadores imigrantes que, como vimos anteriormente, tendem a apresentar (por sectores de actividade), níveis de escolaridade mais elevados que os trabalhadores nacionais, não é em regra reconhecido um correspondente acesso a categorias profissionais de mais alto nível.

Quadro 68
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, da Europa de Leste e do Brasil, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Habilitações (2002)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veicul.	Alojam. e Resta- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
Portugueses											
Valores Absolutos	45 991	723 576	14 008	288 556	476 463	154 003	145 160	285 136	166 931	71 352	2 371 176
Ensino Básico	42 026	611 217	8 512	249 913	329 839	131 147	95 903	129 587	96 403	44 574	1 739 121
Ensino Secundário	2 383	78 898	3 022	23 263	117 415	19 808	33 094	92 595	32 034	16 195	418 707
Ensino Superior	1 582	33 461	2 474	15 380	29 209	3 048	16 163	62 954	38 494	10 583	213 348
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	91,4	84,5	60,8	86,6	69,2	85,2	66,1	45,4	57,8	62,5	73,3
Ensino Secundário	5,2	10,9	21,6	8,1	24,6	12,9	22,8	32,5	19,2	22,7	17,7
Ensino Superior	3,4	4,6	17,7	5,3	6,1	2,0	11,1	22,1	23,1	14,8	9,0
Europa de Leste ^(*)											
Valores Absolutos	2 087	11 144	5	17 223	3 606	4 065	1 397	6 013	672	689	46 901
Ensino Básico	1 724	8 596	3	14 404	2 476	3 018	1 000	4 523	385	451	36 580
Ensino Secundário	287	2 043	2	2 348	891	844	335	1 160	126	161	8 197
Ensino Superior	76	505	0	471	239	203	62	330	161	77	2 124
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	82,6	77,1	60,0	83,6	68,7	74,2	71,6	75,2	57,3	65,5	78,0
Ensino Secundário	13,8	18,3	40,0	13,6	24,7	20,8	24,0	19,3	18,8	23,4	17,5
Ensino Superior	3,6	4,5	0,0	2,7	6,6	5,0	4,4	5,5	24,0	11,2	4,5
Brasil											
Valores Absolutos	151	1 776	1	3 885	2 788	4 109	531	3 417	479	614	17 751
Ensino Básico	125	1 170	0	3 363	1 543	2 876	372	2 291	216	403	12 359
Ensino Secundário	23	490	0	397	1 106	1 147	121	894	143	171	4 492
Ensino Superior	3	116	1	125	139	86	38	232	120	40	900
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ensino Básico	82,8	65,9	0,0	86,6	55,3	70,0	70,1	67,0	45,1	65,6	69,6
Ensino Secundário	15,2	27,6	0,0	10,2	39,7	27,9	22,8	26,2	29,9	27,9	25,3
Ensino Superior	2,0	6,5	100,0	3,2	5,0	2,1	7,2	6,8	25,1	6,5	5,1

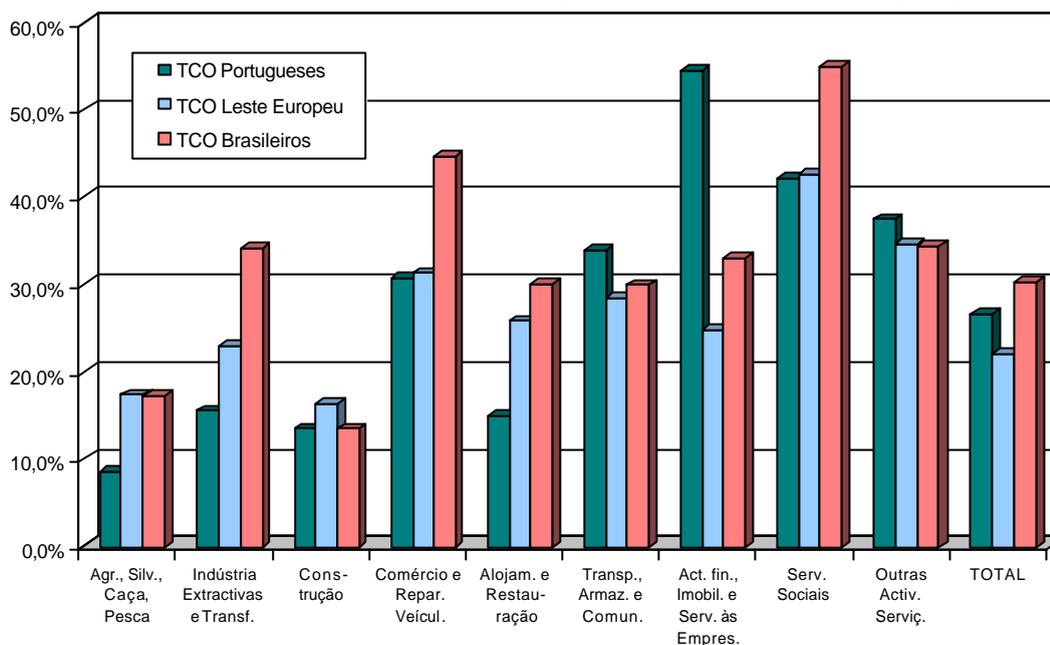
(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

A segunda constatação aponta para o facto de, por sectores, o acesso a níveis de qualificação profissional mais elevadas (quadros dirigentes), ser apesar de tudo menos difícil, no caso da mão-

de-obra imigrante, quando consideramos o emprego nos serviços sociais. O Quadro 69 e o Gráfico 36 dão-nos conta destas diferenças de distribuição, sugerindo assim que a oferta de emprego neste domínio é, em termos de integração de imigrantes (e portanto em matéria de não discriminação com base no factor nacionalidade geográfica), menos desfavorável.

Gráfico 35
Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, da Europa de Leste e do Brasil
com o Ensino Secundário e Superior, por Ramos de Actividade CAE (2002)



(*) Não inclui os países do Leste Europeu que fazem parte da União Europeia (UE 25).
 Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Com efeito, no total da mão-de-obra nacional (e ao contrário nos serviços sociais), cerca de 13% dos trabalhadores ocupam categorias associadas a quadros dirigentes (Quadros Superiores, Quadros Médios e Encarregados)²⁵, enquanto que esse valor se reduz para cerca de 6% ao consideramos o total de mão-de-obra imigrante (como demonstra o Quadro 69 e o Gráfico 36).

A diferença do peso de mão-de-obra afecta a cargos dirigentes, segundo a nacionalidade, é todavia mais expressiva, no caso dos trabalhadores portugueses, em sectores como o da construção (13% na mão-de-obra nacional e cerca de 2% no caso da mão-de-obra imigrante); dos transportes, armazenagem e comunicações (16 contra 7%, respectivamente); e das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (22 contra 6%). Já no caso dos serviços sociais, como referimos, esta situação inverte-se muito significativamente, com os trabalhadores imigrantes empregues neste sector a evidenciarem um peso percentual (cerca de 34%) de

²⁵ Nestes cruzamentos não são consideradas as situações ignoradas de categoria de qualificação profissional, sendo igualmente desconsiderada (em termos estatísticos), a informação relativa ao sector da electricidade, gás e água (pelas razões anteriormente referidas).

quadros dirigentes, que é superior ao peso observado quando consideramos os trabalhadores por conta de outrem nacionais (cerca de 22% ocupam neste sector categorias profissionais relativas a Quadros Superiores, Quadros Médios e Encarregados).

Quadro 69
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Qualificações Profissionais (2002)

	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér- cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
Portugueses											
Valores Absolutos	46 623	724 165	13 204	297 162	485 388	157 309	143 328	274 319	166 700	66 667	2 374 865
1) Quadros Superiores	1 177	23 574	1 809	11 920	19 791	3 435	10 664	31 407	16 200	5 865	125 842
2) Quadros Médios	585	14 669	397	7 344	11 732	3 776	5 969	23 821	18 307	4 761	91 361
3) Encarregados	1 743	32 337	683	19 229	19 518	4 112	5 566	5 525	2 642	1 749	93 104
4) Prof. Altam. Qualific.	677	33 740	2 718	5 613	27 631	9 500	22 305	33 983	17 052	7 044	160 263
5) Prof. Qualificados	11 231	326 851	6 210	172 136	256 185	67 907	73 621	93 932	33 780	21 061	1 062 914
6) Prof. Semi-qualificados	7 397	173 723	1 073	19 045	57 106	37 925	17 497	13 793	50 368	11 941	389 868
7) Prof. Não-Qualificados	23 138	56 243	258	46 522	51 871	17 062	5 538	62 035	25 688	7 104	295 459
8) Praticantes e Aprend.	675	63 028	56	15 353	41 554	13 592	2 168	9 823	2 663	7 142	156 054
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1) Quadros Superiores	2,5	3,3	13,7	4,0	4,1	2,2	7,4	11,4	9,7	8,8	5,3
2) Quadros Médios	1,3	2,0	3,0	2,5	2,4	2,4	4,2	8,7	11,0	7,1	3,8
3) Encarregados	3,7	4,5	5,2	6,5	4,0	2,6	3,9	2,0	1,6	2,6	3,9
4) Prof. Altam. Qualific.	1,5	4,7	20,6	1,9	5,7	6,0	15,6	12,4	10,2	10,6	6,7
5) Prof. Qualificados	24,1	45,1	47,0	57,9	52,8	43,2	51,4	34,2	20,3	31,6	44,8
6) Prof. Semi-qualificados	15,9	24,0	8,1	6,4	11,8	24,1	12,2	5,0	30,2	17,9	16,4
7) Prof. Não-Qualificados	49,6	7,8	2,0	15,7	10,7	10,8	3,9	22,6	15,4	10,7	12,4
8) Praticantes e Aprend.	1,4	8,7	0,4	5,2	8,6	8,6	1,5	3,6	1,6	10,7	6,6
Estrangeiros											
Valores Absolutos	2 986	18 511	11	35 568	11 994	15 317	3 174	17 861	3 587	2 390	111 399
1) Quadros Superiores	39	591	6	241	392	194	129	689	386	127	2 794
2) Quadros Médios	14	266	1	159	192	194	63	308	816	157	2 170
3) Encarregados	44	295	0	356	249	134	36	110	31	28	1 283
4) Prof. Altam. Qualific.	9	345	3	128	267	527	196	413	339	225	2 452
5) Prof. Qualificados	438	5 218	1	15 903	4 381	5 453	2 156	3 116	457	660	37 783
6) Prof. Semi-qualificados	583	3 724	0	1 904	2 236	4 216	270	1 132	912	572	15 549
7) Prof. Não-Qualificados	1 809	4 343	0	15 697	2 827	2 458	253	11 851	585	393	40 216
8) Praticantes e Aprend.	50	3 729	0	1 180	1 450	2 141	71	242	61	228	9 152
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1) Quadros Superiores	1,3	3,2	54,5	0,7	3,3	1,3	4,1	3,9	10,8	5,3	2,5
2) Quadros Médios	0,5	1,4	9,1	0,4	1,6	1,3	2,0	1,7	22,7	6,6	1,9
3) Encarregados	1,5	1,6	0,0	1,0	2,1	0,9	1,1	0,6	0,9	1,2	1,2
4) Prof. Altam. Qualific.	0,3	1,9	27,3	0,4	2,2	3,4	6,2	2,3	9,5	9,4	2,2
5) Prof. Qualificados	14,7	28,2	9,1	44,7	36,5	35,6	67,9	17,4	12,7	27,6	33,9
6) Prof. Semi-qualificados	19,5	20,1	0,0	5,4	18,6	27,5	8,5	6,3	25,4	23,9	14,0
7) Prof. Não-Qualificados	60,6	23,5	0,0	44,1	23,6	16,0	8,0	66,4	16,3	16,4	36,1
8) Praticantes e Aprend.	1,7	20,1	0,0	3,3	12,1	14,0	2,2	1,4	1,7	9,5	8,2

(1) - Quadros Superiores

(2) - Quadros Médios

(3) - Encarregados

(4) - Profissionais Altamente Qualificados

(5) - Profissionais Qualificados

(6) - Profissionais Semi-qualificados

(7) - Profissionais Não Qualificados

(8) - Praticantes e Aprendizizes

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

No que respeita às actividades da agricultura, silvicultura e pescas, predominam no conjunto os

profissionais não qualificados (que são cerca de 50% do total de trabalhadores portugueses empregues neste sector e cerca de 62% dos trabalhadores imigrantes), sendo as categorias de qualificação profissional dominantes nas actividades industriais as que se referem aos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados e praticantes e aprendizes.

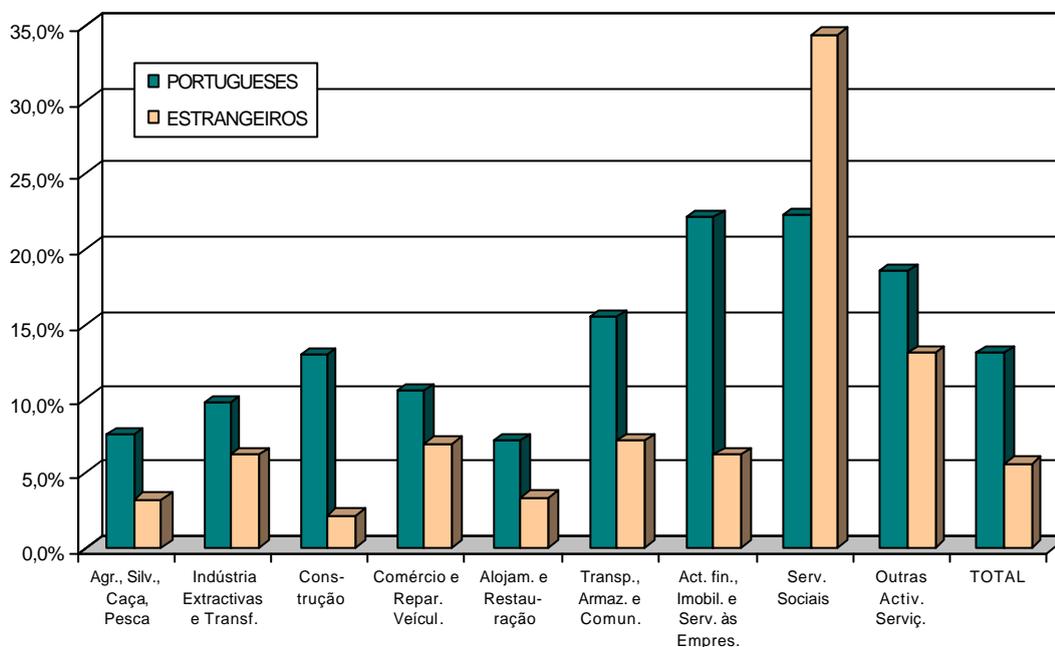
Nestes sectores, e no caso dos trabalhadores portugueses por conta de outrem, trata-se sobretudo de profissionais qualificados (45%) e semi-qualificados (24%), que perfazem assim um total de quase 70% da mão-de-obra nacional, sendo que no volume de emprego de imigrantes nas actividades ligadas à indústria, as categorias prevaletentes abrangem os trabalhadores qualificados (28%), semi-qualificados (20%), não qualificados (24%) e praticantes e aprendizes (cerca de 20%). Ou seja, perante níveis de qualificação profissional que expressam um menor peso comparativo da categoria relativa aos profissionais qualificados da indústria (45% no caso da mão-de-obra nacional contra 28% no caso da mão-de-obra imigrante), e um maior peso nas categorias de menor qualificação profissional (os praticantes e aprendizes imigrantes representam 20% do total de imigrantes empregues em actividades industriais, sendo esse valor de apenas 9% no caso da mão-de-obra nacional), a distribuição dos imigrantes pelas categorias profissionais mais representativas releva-se mais equilibrada do que a distribuição observada no caso da mão-de-obra nacional afecta ao sector industrial.

Esta tendência para um maior equilíbrio na distribuição por categorias de qualificação profissional, mas igualmente para menores níveis de qualificação, verifica-se também noutros sectores. É o caso do sector da construção (onde cerca de 58% da mão-de-obra nacional empregue é considerada qualificada, sendo de 45% a mão-de-obra imigrante classificada nesta categoria, a par de um peso igualmente relevante da mão-de-obra imigrante não qualificada, de 44%). Como é o caso do sector do comércio e reparação de veículos, em que os profissionais qualificados portugueses representam 53% do total de trabalhadores por conta de outrem empregues neste sector, sendo a distribuição da mão-de-obra estrangeira mais dispersa (37% são profissionais qualificados e cerca de 24% não qualificados).

Por último, refira-se a situação semelhante que se encontra no sector do alojamento e restauração, onde os trabalhadores nacionais qualificados representam cerca de 43%, valor aproximadamente superior em 10% ao registado pela mão-de-obra imigrante empregue. Neste sector, à semelhança dos anteriores, o peso das categorias profissionais que denotam uma menor qualificação é tendencialmente superior, como demonstra o peso percentual de imigrantes por conta de outrem nas categorias “profissionais não qualificados” e “praticantes e aprendizes”. Representam 47% na construção (situando-se o peso da mão-de-obra nacional em 20%); 36% no comércio (19% no caso da mão de obra portuguesa); e 30% no sector do alojamento e

restauração (onde os trabalhadores portugueses inseridos nas categorias “não qualificados” e praticantes e aprendizes representam cerca de 20%).

Gráfico 36
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e estrangeiros, a ocupar Categorias Profissionais Dirigentes, por Ramos de Actividade CAE (2002)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Analisando a relação entre categorias de qualificação profissional e os sectores de actividade, mas procedendo agora a uma distinção entre os trabalhadores nacionais por conta de outrem e os trabalhadores imigrantes provenientes de países europeus e dos países lusófonos (Quadro 70 e Gráfico 37), constatamos existir uma certa diferenciação face aos resultados obtidos quando procedemos à análise da mão-de-obra imigrante na sua totalidade, segundo a distribuição por categorias de qualificação profissional.

Assim, em termos de categorias de qualificação profissional relativas a quadros dirigentes (Quadros Superiores, Quadros Médios e Encarregados), constatamos que o maior peso da mão-de-obra imigrante empregue nos serviços sociais decorre sobretudo do trabalho imigrante proveniente de países europeus (do total de imigrantes europeus empregues neste sector, cerca de 47% encontram-se afectos a quadros dirigentes, valor que no caso dos trabalhadores nacionais se restringe a um peso percentual de aproximadamente 22%). Com efeito, ao considerarmos a mão-de-obra imigrante lusófona empregue nesta área de actividade, o peso percentual de quadros dirigentes é já inferior ao valor nacional, situando-se em cerca de 19% (sendo todavia este o sector em que a representatividade de trabalhadores lusófonos por conta de outrem nas categorias correspondentes aos quadros dirigentes é superior, o que reforça a tese de

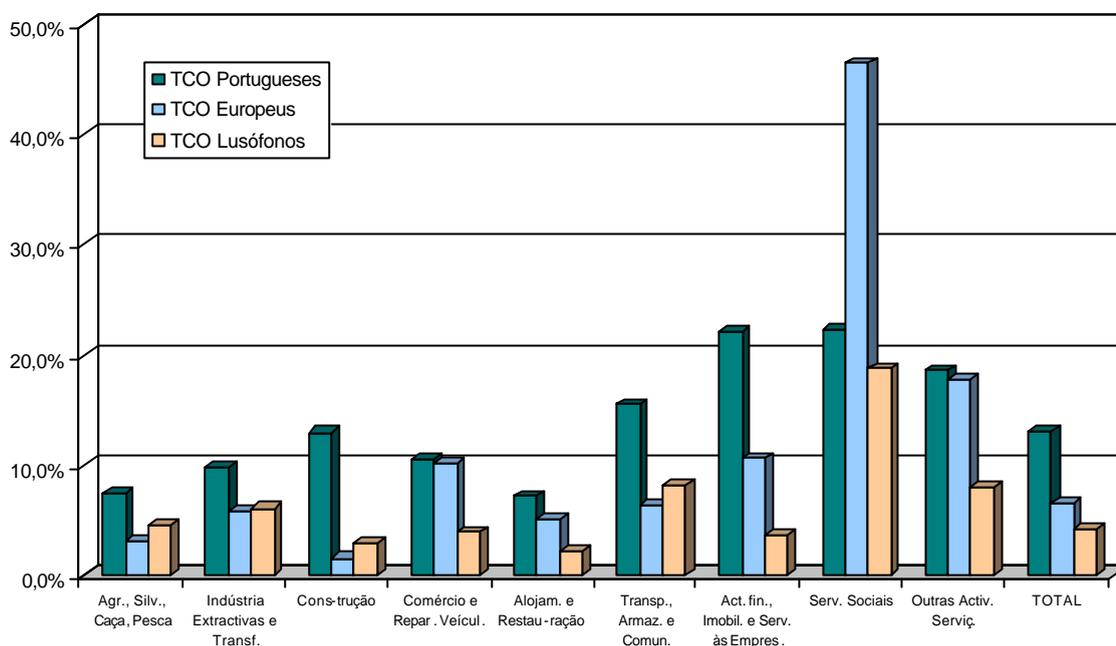
uma maior acessibilidade do sector Estado à integração de mão-de-obra imigrante).

Quadro 70
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, segundo os Ramos de Actividade CAE e as Qualificações Profissionais (2002)

	Agríc., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comércio e Repar. veícul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A e B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
Portugueses											
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1) Quadros Superiores	2,5	3,3	13,7	4,0	4,1	2,2	7,4	11,4	9,7	8,8	5,3
2) Quadros Médios	1,3	2,0	3,0	2,5	2,4	2,4	4,2	8,7	11,0	7,1	3,8
3) Encarregados	3,7	4,5	5,2	6,5	4,0	2,6	3,9	2,0	1,6	2,6	3,9
4) Prof. Altam. Qualific.	1,5	4,7	20,6	1,9	5,7	6,0	15,6	12,4	10,2	10,6	6,7
5) Prof. Qualificados	24,1	45,1	47,0	57,9	52,8	43,2	51,4	34,2	20,3	31,6	44,8
6) Prof. Semi-qualificados	15,9	24,0	8,1	6,4	11,8	24,1	12,2	5,0	30,2	17,9	16,4
7) Prof. Não-Qualificados	49,6	7,8	2,0	15,7	10,7	10,8	3,9	22,6	15,4	10,7	12,4
8) Praticantes e Aprend.	1,4	8,7	0,4	5,2	8,6	8,6	1,5	3,6	1,6	10,7	6,6
Europeus											
Valores Absolutos	2 530	13 979	5	20 301	5 445	5 584	1 922	5 896	1 822	1 051	58 535
1) Quadros Superiores	31	435	2	108	291	104	68	414	190	76	1 719
2) Quadros Médios	11	171	0	97	142	105	29	164	641	89	1 449
3) Encarregados	35	201	0	110	120	74	24	47	16	21	648
4) Prof. Altam. Qualific.	8	213	2	47	130	213	67	189	223	115	1 207
5) Prof. Qualificados	342	3 692	1	7 751	1 828	1 561	1 394	1 445	162	267	18 443
6) Prof. Semi-qualificados	495	2 718	0	1 098	1 094	1 783	160	397	317	236	8 298
7) Prof. Não-Qualificados	1 561	3 516	0	10 294	1 266	1 099	149	3 122	238	151	21 396
8) Praticantes e Aprend.	47	3 033	0	796	574	645	31	118	35	96	5 375
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1) Quadros Superiores	1,2	3,1	40,0	0,5	5,3	1,9	3,5	7,0	10,4	7,2	2,9
2) Quadros Médios	0,4	1,2	0,0	0,5	2,6	1,9	1,5	2,8	35,2	8,5	2,5
3) Encarregados	1,4	1,4	0,0	0,5	2,2	1,3	1,2	0,8	0,9	2,0	1,1
4) Prof. Altam. Qualific.	0,3	1,5	40,0	0,2	2,4	3,8	3,5	3,2	12,2	10,9	2,1
5) Prof. Qualificados	13,5	26,4	20,0	38,2	33,6	28,0	72,5	24,5	8,9	25,4	31,5
6) Prof. Semi-qualificados	19,6	19,4	0,0	5,4	20,1	31,9	8,3	6,7	17,4	22,5	14,2
7) Prof. Não-Qualificados	61,7	25,2	0,0	50,7	23,3	19,7	7,8	53,0	13,1	14,4	36,6
8) Praticantes e Aprend.	1,9	21,7	0,0	3,9	10,5	11,6	1,6	2,0	1,9	9,1	9,2
Países Lusófonos											
Valores Absolutos	327	3 754	5	13 631	5 394	7 711	1 150	10 953	1 547	1 099	45 571
1) Quadros Superiores	5	97	3	120	68	48	56	219	160	36	812
2) Quadros Médios	1	60	1	52	41	70	27	112	118	46	528
3) Encarregados	9	72	0	230	99	52	10	58	12	6	548
4) Prof. Altam. Qualific.	1	99	1	67	114	216	107	184	92	76	957
5) Prof. Qualificados	73	1 295	0	7 518	2 032	3 028	714	1 447	277	341	16 725
6) Prof. Semi-qualificados	74	874	0	734	877	1 881	103	671	543	282	6 039
7) Prof. Não-Qualificados	161	683	0	4 562	1 403	1 185	100	8 153	321	184	16 752
8) Praticantes e Aprend.	3	574	0	348	760	1 231	33	109	24	128	3 210
Percentagens	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1) Quadros Superiores	1,5	2,6	60,0	0,9	1,3	0,6	4,9	2,0	10,3	3,3	1,8
2) Quadros Médios	0,3	1,6	20,0	0,4	0,8	0,9	2,3	1,0	7,6	4,2	1,2
3) Encarregados	2,8	1,9	0,0	1,7	1,8	0,7	0,9	0,5	0,8	0,5	1,2
4) Prof. Altam. Qualific.	0,3	2,6	20,0	0,5	2,1	2,8	9,3	1,7	5,9	6,9	2,1
5) Prof. Qualificados	22,3	34,5	0,0	55,2	37,7	39,3	62,1	13,2	17,9	31,0	36,7
6) Prof. Semi-qualificados	22,6	23,3	0,0	5,4	16,3	24,4	9,0	6,1	35,1	25,7	13,3
7) Prof. Não-Qualificados	49,2	18,2	0,0	33,5	26,0	15,4	8,7	74,4	20,7	16,7	36,8
8) Praticantes e Aprend.	0,9	15,3	0,0	2,6	14,1	16,0	2,9	1,0	1,6	11,6	7,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Gráfico 37
Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos,
Categorias Profissionais Dirigentes, por Ramos de Actividade CAE (2002)

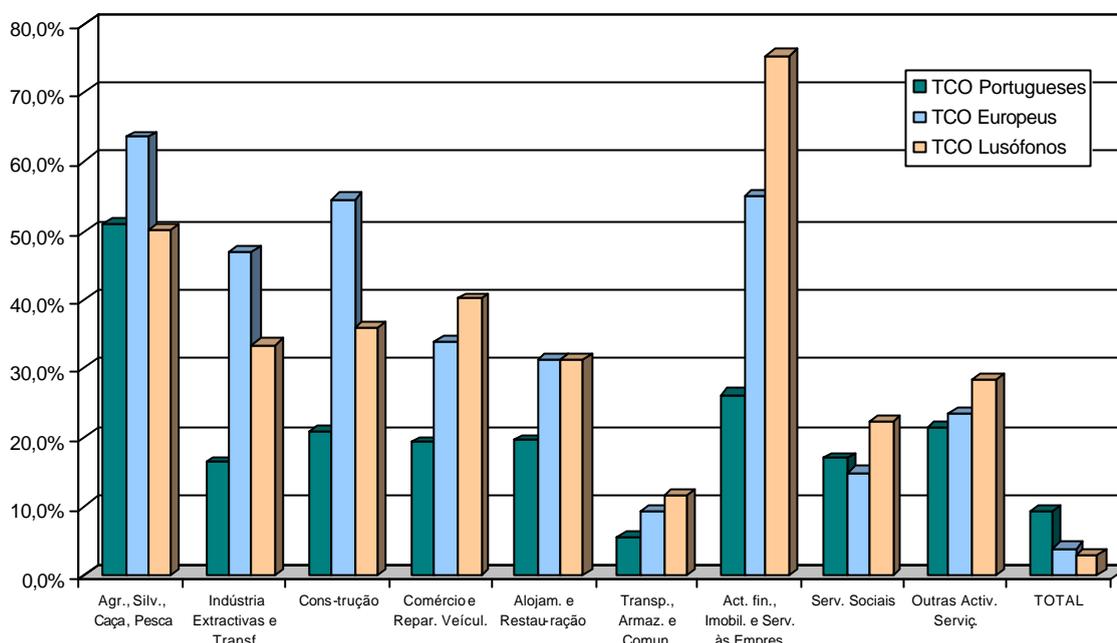


Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

Curiosamente, em sectores como o da agricultura, silvicultura e pescas; actividades industriais, construção e transportes, os imigrantes lusófonos apresentam percentagens de quadros dirigentes superiores aos observados no caso dos imigrantes provenientes de países europeus (Gráfico 37). A explicação deste facto, atendendo a que os trabalhadores imigrantes por conta de outrem provenientes de países lusófonos apresentam menores níveis de qualificação escolar, poderá advir do facto de, pela circunstância de se tratar de uma imigração menos recente, nestes sectores o tempo ter favorecido alguma progressão em termos profissionais. No caso de sectores ligados aos serviços, todavia, esta diferenciação já não se verifica, sendo por isso de admitir que nestes casos a receptividade a um reconhecimento mais imediato da qualificação do trabalho imigrante proveniente da Europa tenha sido mais imediata. Ao que acresce, importa sublinhar, que é nas actividades terciárias que encontramos também um maior peso dos imigrantes da União Europeia, cujos níveis de qualificação escolar e profissionais são em regra mais rapidamente reconhecidos pelos diferentes domínios de actividade e emprego relativos a este sector.

Considere-se por último a distribuição do peso percentual, por grandes grupos de nacionalidades, das categorias profissionais correspondentes a menores níveis de qualificação (profissionais não qualificados e praticantes e aprendizes), que o Gráfico 38 ilustra.

Gráfico 38
Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, europeus e dos países lusófonos, que ocupam categorias de menor qualificação profissional, por Ramos de Actividade CAE (2002)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2002

A primeira constatação é, desde logo, o peso em regra muito significativo das categorias de baixa qualificação por sector de actividade, embora com algumas diferenciações segundo os grupos de nacionalidades considerados. No sector primário, é em qualquer dos casos muito expressivo o peso percentual de profissionais não qualificados e de praticantes e aprendizes (que perfazem cerca mais de 60% dos trabalhadores europeus empregues por conta de outrem na agricultura, silvicultura e pescas, e que representam cerca de 50% no caso da mão-de-obra nacional e da mão-de-obra proveniente de países lusófonos).

Nas actividades ligadas à indústria e construção, a mão-de-obra europeia é novamente a que apresenta uma maior proporção de trabalhadores com baixos níveis de qualificação (entre 40 e 60%), quando comparada com os valores observados no caso da mão-de-obra nacional (entre 10 e 20%), e dos países lusófonos (que oscilam entre 30 e 40%). Estes sectores, que são por natureza os mais extensivos em termos de mercado de trabalho, são assim aqueles onde a mão-de-obra imigrante europeia (em primeiro grau) e a mão-de-obra proveniente de países lusófonos (num segundo grau), ocupa patamares baixos de qualificação profissional.

Nas actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, os imigrantes lusófonos destacam-se de modo muito significativo nas categorias de menor qualificação (dos imigrantes lusófonos empregues neste sector, mais de 70% são enquadrados no grupo dos não qualificados e praticantes e aprendizes), sendo igualmente relevante o peso percentual que os imigrantes

Europeus registam (cerca de 55%). No caso da mão-de-obra nacional, este valor é inferior a 30%.

Com percentagens iguais ou inferiores a 30% de profissionais não qualificados e praticantes e aprendizes, face ao total de imigrantes segundo a nacionalidade e por sector, encontramos os trabalhadores por conta de outrem europeus e lusófonos nas actividades ligadas ao alojamento e restauração, transportes, armazenagem e comunicações, e serviços sociais, ou seja, actividades do sector terciário. Nestas, o peso das categorias que correspondem a menores níveis de qualificação, tende a ser mais elevado no caso dos imigrantes lusófono do que no caso dos imigrantes europeus.

4. Conclusão

Mesmo quando se considera informação que gera alguma "opacidade" relativamente às habilitações dos imigrantes, temos de concluir que a imigração em Portugal segue relativamente de perto, pelo menos, as habilitações da população nacional. Embora só uma desagregação por origens permita conclusões mais sólidas, a verdade é que a hipótese de que estes trabalhadores dispõem de um capital escolar importante é defensável. O Índice de escolaridade que construímos permite destacar o significado, neste plano, da imigração proveniente da União Europeia a 25 países e a brasileira,

No entanto, os trabalhadores estrangeiros mantêm, apesar da evolução registada, um posição subalterna no exercício profissional. O Índice de qualificações que elaborámos demonstra isso, assim como o demonstra a distribuição por níveis de qualificação. Por isso, apesar da evolução que constatámos no sentido de a mão-de-obra imigrante tender a distribuir-se por ramos de actividade de uma forma mais "normal", não sendo aceitável dizer-se que os imigrantes se "acantonam" num ou dois sectores da economia, a verdade é que há actividades que baseiam a sua expansão num recurso mais acentuado ao trabalho estrangeiro. Isto também quer significar que esta mão-de-obra está especialmente associada às lógicas de mudança da economia, em termos sectoriais. Para além do que é conhecido no sector da construção, o caso da restauração e da terciarização, em geral, da economia, evidencia isso, visto que a percentagem de trabalhadores imigrantes no total da mão-de-obra de cada ramo é cerca do dobro do peso que os estrangeiros têm no conjunto da economia. Mas é o facto de quase 1/3 dos imigrantes serem profissionalmente designados com trabalhadores não qualificados (quando com os portugueses isso acontece apenas a 13%) que deve continuar a ser sublinhado.

Os imigrantes qualificados existem, na economia portuguesa: é a escolarização que os qualifica. Quase ¼ da mão-de-obra estrangeira tem o ensino secundário ou o superior. No caso dos imigrantes que provêm da União Europeia este são bem mais de metade. Entre os brasileiros isso

é verdade para 27%. Já não é assim, segundo a fonte estatística que estamos a usar, para os do leste europeu (podendo admitir-se que estamos perante uma omissão estatística). Em sete dos dez ramos de actividade que estudamos, a percentagem de trabalhadores estrangeiros com habilitações secundárias ou superiores é superior à mesma percentagem entre os trabalhadores portugueses: só não é assim nas actividades imobiliárias e de serviço às empresas e nos serviços sociais. Mas, segundo as profissões ou os níveis de qualificação, os estrangeiros só superam os portugueses nos estratos não qualificados.

Capítulo VI

Imigração e Território

Uma das finalidades principais deste projecto consiste, como já se disse, em apreciar a inserção dos imigrantes no trabalho. Neste capítulo aprofunda-se esse objectivo através de uma análise que desenvolve em dois planos principais a constatação feita anteriormente de que o impacto quantitativo dos imigrantes no mercado de trabalho ultrapassa os 5% a nível nacional. Veremos agora que, regionalmente, aquele impacto chega a atingir valores superiores a 15%. Por isso procuraremos, no plano territorial, captar os efeitos produzidos pela imigração nos espaços de acolhimento, dando particular atenção às diferenciações espaciais. Finalmente, dá-se relevo espacial às habilitações e qualificações dos imigrantes enquanto medida desses impactos.

1. A distribuição e a *intensidade* territorial da mão-de-obra imigrante

Um dos dados mais característicos da imigração quando ela se tornou massiva foi de facto a sua difusão espacial. Essa é, aliás, uma das originalidades do fenómeno imigratório recente. Os trabalhadores imigrantes distribuem-se territorialmente de forma expressiva, e nessa medida contrastante com o que se passou anteriormente, quando a mão-de-obra era essencialmente proveniente dos países CPLP e se concentrava na área metropolitana de Lisboa.

O modelo de difusão territorial da mão-de-obra imigrante tem, contudo, um perfil bem definido. Como se vê (Quadro 71), a distribuição regional da mão-de-obra imigrante (NUTS II) evidencia uma relativa concentração nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, que acolhem conjuntamente cerca de 65% do total de trabalhadores estrangeiros. Como se trata de territórios cujo peso global no mercado de trabalho é cerca de 35%, ou seja praticamente metade do valor encontrado, facilmente se constata como estamos perante espaços de especial aglomeração da imigração. A esta escala, temos uma primeira aproximação à incidência territorial do trabalho imigrante por conta de outrem. De facto, as outras NUTS II têm um peso percentual no volume nacional de trabalhadores imigrantes inferior ao peso que têm no total da mão-de-obra, embora

deva ser assinalada a posição do Alentejo, em que as duas medidas quase se aproximam.

Quadro 71
Distribuição territorial dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a nacionalidade,
e Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante, por NUTS II e III (2005)

	Total de Trabalhadores		Trabalhadores Estrangeiros		Imigrantes no Total de trabalhadores (%)	Índice Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante
	Nº	%	Nº	%		
NORTE	994 988	34,9	20 610	13,5	2,1	0,4
Minho-Lima	54 170	1,9	1 190	0,8	2,2	0,4
Cávado	114 047	4,0	2 416	1,6	2,1	0,4
Ave	162 934	5,7	2 366	1,6	1,5	0,3
Grande Porto	369 002	12,9	9 086	6,0	2,5	0,5
Tâmega	138 459	4,9	1 573	1,0	1,1	0,2
Entre Douro e Vouga	90 335	3,2	1 753	1,2	1,9	0,4
Douro	37 693	1,3	1 047	0,7	2,8	0,5
Alto Trás-os-Montes	28 348	1,0	1 179	0,8	4,2	0,8
CENTRO	581 139	20,4	21 169	13,9	3,6	0,7
Baixo Vouga	111 256	3,9	3 245	2,1	2,9	0,5
Baixo Mondego	78 759	2,8	2 644	1,7	3,4	0,6
Pinhal Litoral	84 637	3,0	3 997	2,6	4,7	0,9
Pinhal Interior Norte	26 493	0,9	459	0,3	1,7	0,3
Dão-Lafões	63 387	2,2	1 431	0,9	2,3	0,4
Pinhal Interior Sul	7 008	0,2	204	0,1	2,9	0,5
Serra da Estrela	8 857	0,3	148	0,1	1,7	0,3
Beira Interior Norte	21 444	0,8	395	0,3	1,8	0,3
Beira Interior Sul	15 593	0,5	476	0,3	3,1	0,6
Cova da Beira	19 488	0,7	286	0,2	1,5	0,3
Oeste	88 764	3,1	5 846	3,8	6,6	1,2
Médio Tejo	55 453	1,9	2 038	1,3	3,7	0,7
LISBOA VALE TEJO	870 406	30,5	79 382	52,1	9,1	1,7
Grande Lisboa	720 930	25,3	68 007	44,6	9,4	1,8
Península de Setúbal	149 476	5,2	11 375	7,5	7,6	1,4
ALENTEJO	166 031	5,8	8 554	5,6	5,2	1,0
Alentejo Litoral	20 674	0,7	1 513	1,0	7,3	1,4
Alto Alentejo	23 495	0,8	926	0,6	3,9	0,7
Alentejo Central	38 759	1,4	1 728	1,1	4,5	0,8
Baixo Alentejo	22 502	0,8	781	0,5	3,5	0,7
Lezíria do Tejo	60 601	2,1	3 606	2,4	6,0	1,1
ALGARVE	126 175	4,4	19 359	12,7	15,3	2,9
Madeira	50 312	1,8	1 009	0,7	2,0	0,4
Açores	65 246	2,3	2 252	1,5	3,5	0,6
TOTAL	2 854 297	100	152 335	100	5,3	1,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Questão complementar é a do peso da imigração no interior dos mercados de trabalho de cada região. Também aqui se continuam a destacar os casos de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (com respectivamente 9,1 e 15,3%), valores que se destacam da média nacional, de 5,3%. Também com algum relevo, surge o Alentejo, onde de 5,2% dos trabalhadores por conta de outrem são estrangeiros.

A uma escala territorial mais fina, correspondente às NUTS III, vamos encontrar expressões

percentuais de distribuição territorial do trabalho imigrante bem mais significativas que as registadas ao nível das NUTS II. É na Grande Lisboa (44,6%) que se encontra a grande parte da imigração em Lisboa e Vale do Tejo, visto que a Península de Setúbal só representa 7,5%. Com o Algarve (12,7%) e o Grande Porto (6%) atinge-se, no conjunto, 70% da mão-de-obra imigrante por conta de outrem do país.

Observando o peso da imigração nos mercados de trabalho regionais, são seis as NUTS III com percentagens de trabalhadores imigrantes face ao total de trabalhadores por conta de outrem superiores à média nacional (5,3%): Algarve (onde 15 em cada 100 trabalhadores são imigrantes); Grande Lisboa (9% de trabalhadores imigrantes); Península de Setúbal (onde 6% da mão-de-obra por conta de outrem é imigrante); e Alentejo Litoral, Oeste e Lezíria do Tejo, onde o peso do trabalho imigrante oscila entre 6 e 6,6%.

Para além da distribuição, interessa-nos observar com detalhe, o que podemos chamar a *intensidade* espacial da imigração. Recorremos ao *Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante*²⁶, Este índice (Quadro 71) pode ser encarado como uma medida da polarização que um dado território exerce sobre o universo de mão-de-obra imigrante chegada ao país. De forma simples, os valores superiores à unidade mostram se uma unidade espacial tem maior ou menor atracção relativa de imigrantes do que o país no seu conjunto. Desta forma, combinando *distribuição* com *capacidade de atracção*, podemos ver melhor a geografia da imigração.

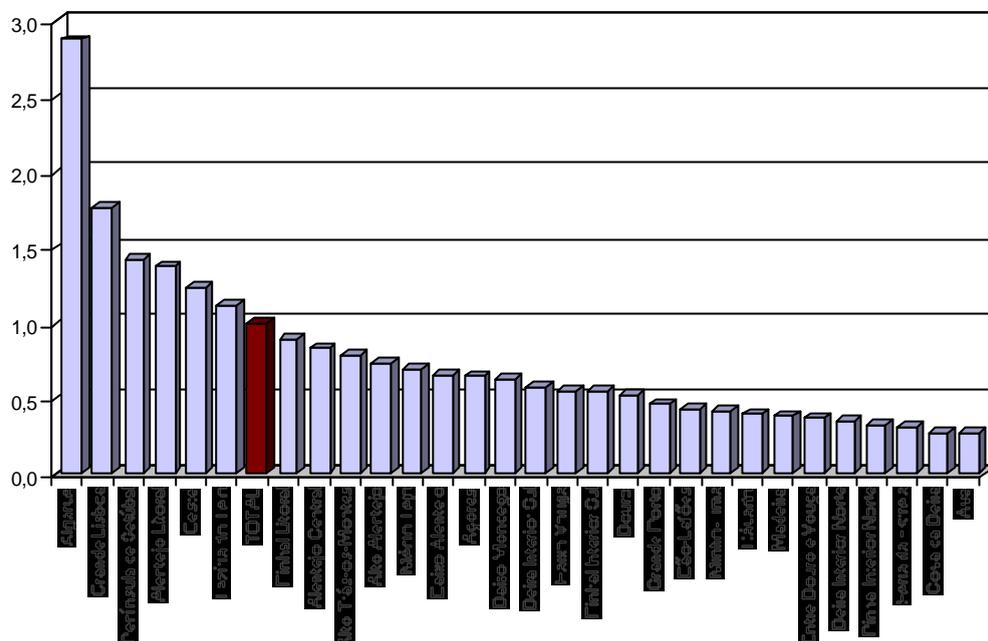
A análise do *Índice* (cf. também Gráfico 39) mostra-nos agora que há seis NUTS III que se destacam do ponto de vista da sua intensidade de atracção. Trata-se da Grande Lisboa e da Península de Setúbal (com valores de 1,8 e 1,4, respectivamente), do Alentejo Litoral, Oeste e Lezíria do Tejo (com valores entre 1,1 a 1,4) e particularmente do caso do Algarve, onde o peso da mão-de-obra imigrante quase triplica, nesta NUT III, o peso dos imigrantes no total de trabalhadores por conta de outrem à escala nacional. Estes são, pois, os territórios do país onde a *intensidade* da imigração é maior.

Este último exercício convida a que se veja a questão também à escala concelhia. Se o peso do trabalho imigrante no volume global da mão-de-obra por conta de outrem se situa, em 2005, em cerca de 5,3% (existindo como vimos um total de seis NUTS III que registam valores superiores a esta média), a análise por concelhos permite-nos encontrar valores percentuais ainda mais expressivos da inserção territorial do trabalho imigrante. Com efeito, 76 concelhos apresentam um peso de trabalhadores imigrantes superior a 5,3%, o que significa que cerca de um em cada quatro concelhos do país tem uma percentagem de imigrantes no total da mão-de-obra por conta

²⁶ Este índice obtém-se dividindo a percentagem de imigrantes no total dos trabalhadores de cada área geográfica (NUTS III) pela percentagem de imigrantes no total de trabalhadores a nível nacional.

de outrem superior ao valor obtido à escala nacional.

Gráfico 39
Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Nas Regiões Norte e Centro (Quadro 72), mas sobretudo na Região Centro, encontramos 19 concelhos (em 186) nesta situação, cabendo sublinhar os casos de Tarouca, onde em quase cada cinco trabalhadores por conta de outrem um é imigrante, mas igualmente o caso de Arruda dos Vinhos (com cerca de 12% de mão-de-obra imigrante no total de mão-de-obra por conta de outrem), e de Alenquer e de Condeixa-a-Nova (concelhos em que o peso percentual de imigrantes ronda os 9%).

De um modo geral, estes concelhos, com maior relevância de mão-de-obra imigrante no total da mão-de-obra por conta de outrem, localizam-se na região de Trás-os-Montes, a Norte, e em zonas contíguas à Área Metropolitana de Lisboa e ao Oeste, na Região Centro. Trata-se, aliás, de uma distribuição que permite antever a situação que se verifica na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, pólos incontornáveis de atracção da mão-de-obra imigrante (Quadro 73).

As regiões a Sul do país denotam efectivamente, em termos comparativos, uma maior incidência do peso da mão-de-obra imigrante no total de trabalhadores por conta de outrem. Em Lisboa e Vale do Tejo, todos os concelhos apresentam valores percentuais superiores à média nacional (e que superam os 10% em Sintra, Odivelas, Cascais, Amadora e Mafra, ou seja em concelhos da periferia urbana da cidade de Lisboa) e no Algarve apenas 2 concelhos (em 16) não atingem um

peso de mão-de-obra imigrante superior à média do país, de 5,3%. No Alentejo, 17 concelhos em 58 registam um peso de trabalhadores imigrantes no total de mão-de-obra por conta de outrem superior a este valor de referência, o que significa que em cerca de 1 em cada 3 concelhos o peso do trabalho imigrante é superior à média nacional.

Quadro 72
Concelhos da Região Norte e Centro com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)

	Total de Trabalhadores		Trabalhadores Estrangeiros		Imigrantes no Total de trabalhadores (%)	Índice Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante
	Nº	%	Nº	%		
NORTE	994 988	34,9	20 610	13,5	2,1	0,4
Tarouca	1 985	0,1	354	0,2	17,8	3,3
Montalegre	1 057	0,0	75	0,0	7,1	1,3
Chaves	6 551	0,2	368	0,2	5,6	1,1
Bragança	6 076	0,2	333	0,2	5,5	1,0
Valença	3 490	0,1	185	0,1	5,3	1,0
CENTRO	581 139	20,4	21 169	13,9	3,6	0,7
Arruda dos Vinhos	2 853	0,1	335	0,2	11,7	2,2
Alenquer	13 476	0,5	1 332	0,9	9,9	1,9
Condeixa-a-Nova	2 467	0,1	226	0,1	9,2	1,7
Sobral Monte Agraço	1 814	0,1	147	0,1	8,1	1,5
Idanha-a-Nova	1 822	0,1	143	0,1	7,8	1,5
Lourinhã	5 100	0,2	352	0,2	6,9	1,3
Torres Vedras	18 844	0,7	1 280	0,8	6,8	1,3
Caldas da Rainha	13 313	0,5	866	0,6	6,5	1,2
Porto de Mós	7 010	0,2	438	0,3	6,2	1,2
Óbidos	2 523	0,1	156	0,1	6,2	1,2
Pombal	15 596	0,5	929	0,6	6,0	1,1
Ourém	14 651	0,5	813	0,5	5,5	1,0
Cadaval	2 517	0,1	138	0,1	5,5	1,0
Oliveira de Frades	3 259	0,1	176	0,1	5,4	1,0
TOTAL PAÍS	2 854 297	100	152 335	100	5,3	1,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Os valores de inserção de trabalho imigrante atingidos pelos concelhos da Região do Algarve são os que claramente se destacam no panorama nacional. Lagos, Albufeira, Lagoa, Loulé, Silves e Portimão atingem valores percentuais entre 15 e 20%, e com a exceção de Vila Real de Santo António (9,5%) - no conjunto de concelhos com índices de mão-de-obra imigrante acima da média nacional - todos os restantes assumem valores entre 10 e 15%. No Alentejo, destacam-se os concelhos de Sousel, Reguengos de Monsaraz e Odemira, com valores acima de 10% de mão-de-obra imigrante, sendo sobretudo na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral que vamos encontrar uma maior incidência de trabalho imigrante.

Nos Açores e na Madeira, os concelhos com peso de imigrantes na mão-de-obra por conta de outrem não assumem em regra valores tão expressivos como os concelhos do continente, oscilando entre os 6 e os 7% (Quadro 74).

Quadro 73

Concelhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)

	Total de Trabalhadores		Trabalhadores Estrangeiros		Imigrantes no Total de trabalhadores (%)	Índice Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante
	Nº	%	Nº	%		
LISBOA VALE TEJO	870 406	30,5	79 382	52,1	9,1	1,7
Sintra	76 326	2,7	9 154	6,0	12,0	2,2
Odivelas	19 911	0,7	2 228	1,5	11,2	2,1
Cascais	42 805	1,5	4 690	3,1	11,0	2,1
Amadora	35 707	1,3	3 808	2,5	10,7	2,0
Mafra	18 593	0,7	1 936	1,3	10,4	2,0
Oeiras	73 643	2,6	7 124	4,7	9,7	1,8
Vila Franca de Xira	33 932	1,2	3 038	2,0	9,0	1,7
Lisboa	373 510	13,1	32 514	21,3	8,7	1,6
Almada	30 591	1,1	2 629	1,7	8,6	1,6
Moita	6 847	0,2	587	0,4	8,6	1,6
Seixal	22 334	0,8	1 881	1,2	8,4	1,6
Sesimbra	7 647	0,3	643	0,4	8,4	1,6
Montijo	12 997	0,5	1 042	0,7	8,0	1,5
Loures	46 503	1,6	3 515	2,3	7,6	1,4
Setúbal	28 769	1,0	2 164	1,4	7,5	1,4
Barreiro	12 941	0,5	833	0,5	6,4	1,2
Alcochete	4 736	0,2	290	0,2	6,1	1,1
Palmela	22 614	0,8	1 306	0,9	5,8	1,1
ALENTEJO	166 031	5,8	8 554	5,6	5,2	1,0
Sousel	1 148	0,0	186	0,1	16,2	3,0
Reguengos Monsaraz	2 123	0,1	247	0,2	11,6	2,2
Odemira	4 824	0,2	490	0,3	10,2	1,9
Sines	5 971	0,2	584	0,4	9,8	1,8
Cuba	473	0,0	46	0,0	9,7	1,8
Vidigueira	977	0,0	92	0,1	9,4	1,8
Benavente	9 016	0,3	722	0,5	8,0	1,5
Santarém	16 982	0,6	1 157	0,8	6,8	1,3
Portel	1 358	0,0	90	0,1	6,6	1,2
Ourique	938	0,0	62	0,0	6,6	1,2
Cartaxo	4 593	0,2	303	0,2	6,6	1,2
Azambuja	7 816	0,3	505	0,3	6,5	1,2
Alter do Chão	572	0,0	36	0,0	6,3	1,2
Santiago do Cacém	4 996	0,2	309	0,2	6,2	1,2
Crato	587	0,0	36	0,0	6,1	1,1
Salvaterra de Magos	3 815	0,1	221	0,1	5,8	1,1
Fronteira	650	0,0	35	0,0	5,4	1,0
ALGARVE	126 175	4,4	19 359	12,7	15,3	2,9
Lagos	8 488	0,3	1 672	1,1	19,7	3,7
Albufeira	18 397	0,6	3 530	2,3	19,2	3,6
Lagoa	7 136	0,3	1 335	0,9	18,7	3,5
Loulé	23 966	0,8	4 310	2,8	18,0	3,4
Silves	6 833	0,2	1 127	0,7	16,5	3,1
Portimão	15 819	0,6	2 553	1,7	16,1	3,0
Vila do Bispo	1 397	0,0	187	0,1	13,4	2,5
S.Braz de Alportel	1 827	0,1	240	0,2	13,1	2,5
Castro Marim	1 192	0,0	151	0,1	12,7	2,4
Aljezur	701	0,0	86	0,1	12,3	2,3
Tavira	5 343	0,2	634	0,4	11,9	2,2
Faro	21 973	0,8	2 315	1,5	10,5	2,0
Olhão	7 475	0,3	747	0,5	10,0	1,9
Vila R. Sto Antonio	4 344	0,2	414	0,3	9,5	1,8
TOTAL	2 854 297	100	152 335	100	5,3	1,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

No conjunto de concelhos em que o peso de mão-de-obra imigrante é superior ao valor médio nacional, destacam-se algumas situações em que o Índice de Distribuição Territorial do Trabalho

imigrante é particularmente elevado. No Norte e Centro, é o caso os concelhos de Tarouca e Arruda dos Vinhos, onde o peso relativo de imigrantes é respectivamente cerca de 3 vezes e 2 vezes superior ao valor médio nacional (Quadro 72), situando-se os restantes concelhos em valores próximos da unidade.

Em Lisboa e Vale do Tejo, os cinco concelhos anteriormente referidos (Sintra, Odivelas, Cascais, Amadora e Mafra) duplicam o peso de imigrantes no total de trabalhadores por conta de outrem no concelho, face ao peso nacional de mão-de-obra imigrante (Quadro 73).

No Alentejo, Sousel e Odemira atingem respectivamente, valores de 3 e 2,2 na razão subjacente ao Índice de Distribuição do Trabalho Imigrante; e no Algarve encontramos os valores mais expressivos. Dos 14 concelhos considerados, 6 assumem valores que triplicam a média nacional em termos de peso relativos de trabalhadores imigrantes, e outros 6 concelhos duplicam aquele valor. Nas ilhas, o Índice de Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante tende a rondar a unidade nos concelhos considerados (Quadro 74).

Quadro 74
Concelhos das Regiões Autónomas com percentagens de mão-de-obra imigrante superiores à média nacional (2005)

	Total de Trabalhadores		Trabalhadores Estrangeiros		Imigrantes no Total de trabalhadores (%)	Índice Distribuição Territorial do Trabalho Imigrante
	Nº	%	Nº	%		
AÇORES	50 312	1,8	1 009	0,7	2,0	0,4
Corvo	58	0,0	4	0,0	6,9	1,3
Horta	3 393	0,1	225	0,1	6,6	1,2
Madalena	1 593	0,1	86	0,1	5,4	1,0
São Roque do Pico	605	0,0	42	0,0	6,9	1,3
São Roque do Pico	605	0,0	42	0,0	6,9	1,3
MADEIRA	65 246	2,3	2 252	1,5	3,5	0,6
Machico	4 006	0,1	234	0,2	5,8	1,1
Porto Santo	1 539	0,1	139	0,1	9,0	1,7
TOTAL	2 854 297	100	152 335	100	5,3	1,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Em síntese, a distribuição do trabalho imigrante no território nacional permite identificar um núcleo central de localização constituído pelo Algarve, pela Grande Lisboa e pela Península de Setúbal. Este núcleo, conjuntamente com o Oeste, o Alentejo Litoral, a Lezíria do Tejo e, em menor escala, a região de Trás-os-Montes, formam o arquipélago das "ilhas" que se erguem acima da média nacional. O Baixo Mondego, o Pinhal Litoral, a Beira Interior Sul e o Médio Tejo (ao Centro), bem como o Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo (a Sul), constituem zonas intermédias, na medida em que registam um índice de polarização acima de 60% do valor de referência nacional (mas inferior a ele). O que, face à distribuição existente, é significativo.

Isto significa que há segmentos concretos e diferenciados do mercado do trabalho que tem maior

poder de polarização de imigrantes. E nesse sentido pode, pois, formular-se a hipótese de que existe uma significativa plasticidade territorial da mão-de-obra imigrante e que ela segue os sistemas territoriais de organização do emprego no país.

A apreciação do grau de “calibragem” dos mercados locais de trabalho decorrente do acolhimento de imigrantes (através da avaliação do peso percentual da mão-de-obra imigrante no total de trabalhadores de cada NUT), é particularmente expressivo no caso do Algarve, onde um em cada dez trabalhadores é estrangeiro.

2. Polarização territorial do trabalho imigrante segundo a nacionalidade

A nacionalidade constitui um factor de significativa relevância na distribuição espacial do trabalho imigrante por conta de outrem. Na verdade, encontramos padrões muito distintos de polarização territorial da mão-de-obra estrangeira, consoante a nacionalidade de origem (Quadro 75).

Face à distribuição global do trabalho imigrante, observa-se efectivamente uma tendência para que os trabalhadores europeus se distribuam territorialmente de modo mais amplo, ao contrário dos imigrantes provenientes de países lusófonos, que tendem a concentrar-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo. A distribuição dos trabalhadores europeus revela -se muito equilibrada por regiões, repartindo-se por Lisboa e Vale do Tejo (31%), Região Centro (20%) e Região Norte e Algarve (com cerca de 19%). A sua presença no Alentejo situa-se nos 8%, sendo praticamente irrelevante nas Regiões Autónomas (entre 0,5 e 2% do total de mão-de-obra com nacionalidade europeia).

Mas relativamente aos trabalhadores lusófonos, a concentração na Região de Lisboa e Vale do Tejo é de facto incontornável, sendo aliás responsável por - em termos globais -, a percentagem de mão-de-obra imigrante rondar os 52% nesta região. Com efeito, cerca de 7 em cada 10 trabalhadores lusófonos encontram-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo por conseguinte pouco expressivos os dados de distribuição espacial desta mão-de-obra na Região Norte e Centro (em redor dos 8%), Algarve (7%), e - com ainda menor expressão -, nas Regiões Autónomas (valores inferiores a 1% do total de trabalhadores lusófonos).

Comparando, no conjunto de trabalhadores europeus, os padrões de distribuição da mão-de-obra proveniente dos países membros da União (UE25), com a mão-de-obra do Leste Europeu, não se verificam disparidades assinaláveis face ao padrão global encontrado para a imigração europeia. Refira-se apenas que o peso dos trabalhadores de Leste é ligeiramente mais elevado na Região Centro, relativamente à Região Norte, passando-se o inverso em relação aos trabalhadores da UE25. E que no Algarve os trabalhadores da UE25 assumem um peso percentual ligeiramente

superior ao que se observa no caso dos imigrantes de Leste.

Quadro 75
Distribuição territorial dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, por NUTS II e III (2005)

	Total Trabalhadores Imigrantes		Trabalhadores Europeus						Trabalhadores Lusófonos					
			Nº	%	UE 25		Leste		Nº	%	PALOP		Brasil	
	Nº	%			Nº	%	Nº	%			Nº	%		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
NORTE	20 610	13,5	12 469	18,9	2 554	22,1	9 876	18,2	6 206	8,3	2 503	5,7	3 700	11,8
Minho-Lima	1 190	0,8	829	1,3	326	2,8	502	0,9	264	0,4	64	0,1	200	0,6
Cávado	2 416	1,6	1 451	2,2	236	2,0	1 209	2,2	793	1,1	334	0,8	459	1,5
Ave	2 366	1,6	1 863	2,8	278	2,4	1 575	2,9	356	0,5	89	0,2	267	0,9
Grande Porto	9 086	6,0	4 658	7,0	1 106	9,6	3 533	6,5	3 374	4,5	1 545	3,5	1 826	5,8
Tâmega	1 573	1,0	899	1,4	172	1,5	726	1,3	564	0,8	162	0,4	402	1,3
Entre Douro e Vouga	1 753	1,2	1 218	1,8	241	2,1	975	1,8	343	0,5	98	0,2	245	0,8
Douro	1 047	0,7	603	0,9	107	0,9	496	0,9	341	0,5	139	0,3	202	0,6
Alto Trás-os-Montes	1 179	0,8	948	1,4	88	0,8	860	1,6	171	0,2	72	0,2	99	0,3
CENTRO	21 169	13,9	13 425	20,3	1 693	14,7	11 694	21,5	6 084	8,1	2 260	5,2	3 818	12,2
Baixo Vouga	3 245	2,1	1 973	3,0	276	2,4	1 689	3,1	887	1,2	357	0,8	529	1,7
Baixo Mondego	2 644	1,7	1 441	2,2	185	1,6	1 250	2,3	964	1,3	501	1,1	462	1,5
Pinhal Litoral	3 997	2,6	2 691	4,1	443	3,8	2 243	4,1	1 029	1,4	285	0,7	744	2,4
Pinhal Interior Norte	459	0,3	294	0,4	44	0,4	249	0,5	134	0,2	57	0,1	77	0,2
Dão-Lafões	1 431	0,9	967	1,5	164	1,4	799	1,5	365	0,5	158	0,4	207	0,7
Pinhal Interior Sul	204	0,1	161	0,2	15	0,1	145	0,3	37	0,0	15	0,0	22	0,1
Serra da Estrela	148	0,1	91	0,1	29	0,3	59	0,1	34	0,0	15	0,0	18	0,1
Beira Interior Norte	395	0,3	274	0,4	48	0,4	225	0,4	68	0,1	18	0,0	50	0,2
Beira Interior Sul	476	0,3	269	0,4	35	0,3	234	0,4	105	0,1	60	0,1	45	0,1
Cova da Beira	286	0,2	200	0,3	89	0,8	111	0,2	65	0,1	31	0,1	34	0,1
Oeste	5 846	3,8	3 658	5,5	239	2,1	3 414	6,3	1 869	2,5	564	1,3	1 303	4,2
Médio Tejo	2 038	1,3	1 406	2,1	126	1,1	1 276	2,3	527	0,7	199	0,5	327	1,0
LISBOA VALE TEJO	79 382	52,1	20 509	31,0	3 786	32,8	16 637	30,6	53 466	71,3	35 084	80,3	18 359	58,8
Grande Lisboa	68 007	44,6	16 708	25,3	3 366	29,2	13 266	24,4	46 551	62,1	31 215	71,4	15 315	49,0
Península de Setúbal	11 375	7,5	3 801	5,7	420	3,6	3 371	6,2	6 915	9,2	3 869	8,9	3 044	9,7
ALENTEJO	8 554	5,6	5 352	8,1	638	5,5	4 706	8,7	2 704	3,6	1 059	2,4	1 642	5,3
Alentejo Litoral	1 513	1,0	988	1,5	180	1,6	807	1,5	419	0,6	166	0,4	253	0,8
Alto Alentejo	926	0,6	715	1,1	97	0,8	618	1,1	178	0,2	30	0,1	148	0,5
Alentejo Central	1 728	1,1	1 166	1,8	112	1,0	1 051	1,9	493	0,7	114	0,3	379	1,2
Baixo Alentejo	781	0,5	527	0,8	98	0,8	426	0,8	199	0,3	56	0,1	141	0,5
Lezíria do Tejo	3 606	2,4	1 956	3,0	151	1,3	1 804	3,3	1 415	1,9	693	1,6	721	2,3
ALGARVE	19 359	12,7	12 813	19,4	2 500	21,7	10 266	18,9	5 381	7,2	2 262	5,2	3 117	10,0
Açores	1 009	0,7	331	0,5	34	0,3	296	0,5	516	0,7	264	0,6	252	0,8
Madeira	2 252	1,5	1 237	1,9	331	2,9	890	1,6	623	0,8	263	0,6	360	1,2
TOTAL	152 335	100	66 136	100	11 536	100	54 365	100	74 980	100	43 695	100	31 248	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Já em relação aos imigrantes lusófonos, os padrões de distribuição territorial da mão-de-obra proveniente de países africanos e da mão-de-obra brasileira são muito distintos. Os imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa concentram-se massivamente na Região de Lisboa e Vale do Tejo (82% do total de imigrantes provenientes deste continente de origem), enquanto os imigrantes brasileiros se distribuem (apesar de cerca de 60% se encontrar na Região de Lisboa e Vale do Tejo), de modo mais significativo pelo território português. Na Região Norte encontra-se cerca de 12% da mão-de-obra imigrante brasileira (o dobro do peso da mão-de-obra lusófona africana), sendo idêntica a distribuição observada no caso da Região Centro e do

Algarve (Quadro 75). Tanto num como noutro caso, ou seja, quer em relação à imigração de países lusófonos africanos, como no que concerne à imigração brasileira, os valores percentuais alcançados na Região do Alentejo são inferiores (2,5% e 5,3%, respectivamente), e também tanto num como noutro caso praticamente sem significado percentual nas Regiões Autónomas.

Observando a distribuição territorial do trabalho imigrante por NUTS III, confirmamos - a uma escala mais fina -, as tendências que constatámos em relação à polarização espacial segundo a nacionalidade. No caso dos imigrantes europeus, apenas na Grande Lisboa, Península de Setúbal e Região Autónoma da Madeira se verificam percentagens de distribuição inferiores aos valores obtidos quando consideramos a distribuição global do trabalho imigrante. Esta diferença é particularmente assinalável no Algarve (quase 7% acima do valor global), situando-se numa diferença até 1% na maior parte das restantes NUTS III.

Já no que concerne à imigração lusófona, a relação é exactamente a contrária. Apenas na Grande Lisboa e Península de Setúbal registamos valores de distribuição percentual acima daqueles que correspondem à distribuição territorial da imigração global (numa diferença próxima dos 20%), sendo ainda de salientar a diferença (comparativamente negativa para a imigração lusófona), do peso percentual verificado no Minho-Lima, Baixo Vouga e Região Autónoma da Madeira (onde os imigrantes lusófonos são em cerca de 5% menos relevantes que o peso verificado em relação ao total de imigrantes nestas unidades territoriais).

Um outro modo de analisar os padrões de polarização territorial do trabalho imigrante segundo a nacionalidade consiste na apreciação da composição da imigração em cada unidade espacial relativa às NUTS II e III (Quadro 76). Os universos que estamos aqui a considerar correspondem, recorde-se, às origens mais relevantes em termos de nacionalidade, isto é, a imigração europeia e a imigração proveniente de países lusófonos (que representam - em termos globais -, cerca de 93% do total de mão-de-obra estrangeira a trabalhar em Portugal). E, nestes dois subconjuntos, as duas origens de mão-de-obra estrangeira mais relevantes: no caso da imigração europeia, os imigrantes que provêm de países da UE25 e do Leste Europeu (e que representam 99,6% do total de imigração europeia); e, no caso da imigração lusófona, os imigrantes dos PALOP e os imigrantes brasileiros (que praticamente perfazem os 100% deste subconjunto).

Deste ponto de vista, o mosaico territorial da imigração permite-se constatar três realidades bem distintas (Gráfico 40), que apenas o retrato global do fenómeno migratório, dado o seu contingente, não deixa perceber com a mesma clareza. A primeira configuração, que molda pela razão quantitativa o retrato do país, corresponde à da Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde a imigração lusófona é claramente dominante (67% da mão-de-obra imigrante com esta origem geográfica encontra-se nesta região). O segundo padrão territorial da imigração segundo a

nacionalidade corresponde à configuração que encontramos na Região Norte, Centro, Alentejo e Algarve. Nestes universos territoriais, a imigração de Leste é claramente prevalecente, atingindo valores ligeiramente acima ou abaixo dos 50%, confirmando assim que o padrão de polarização territorial do trabalho imigrante, decorrente da vaga mais recente de imigração, altera de modo significativo o retrato da distribuição territorial das vagas de imigração anteriores (Gráfico 40).

Quadro 76
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, por NUTS II e III (2005)

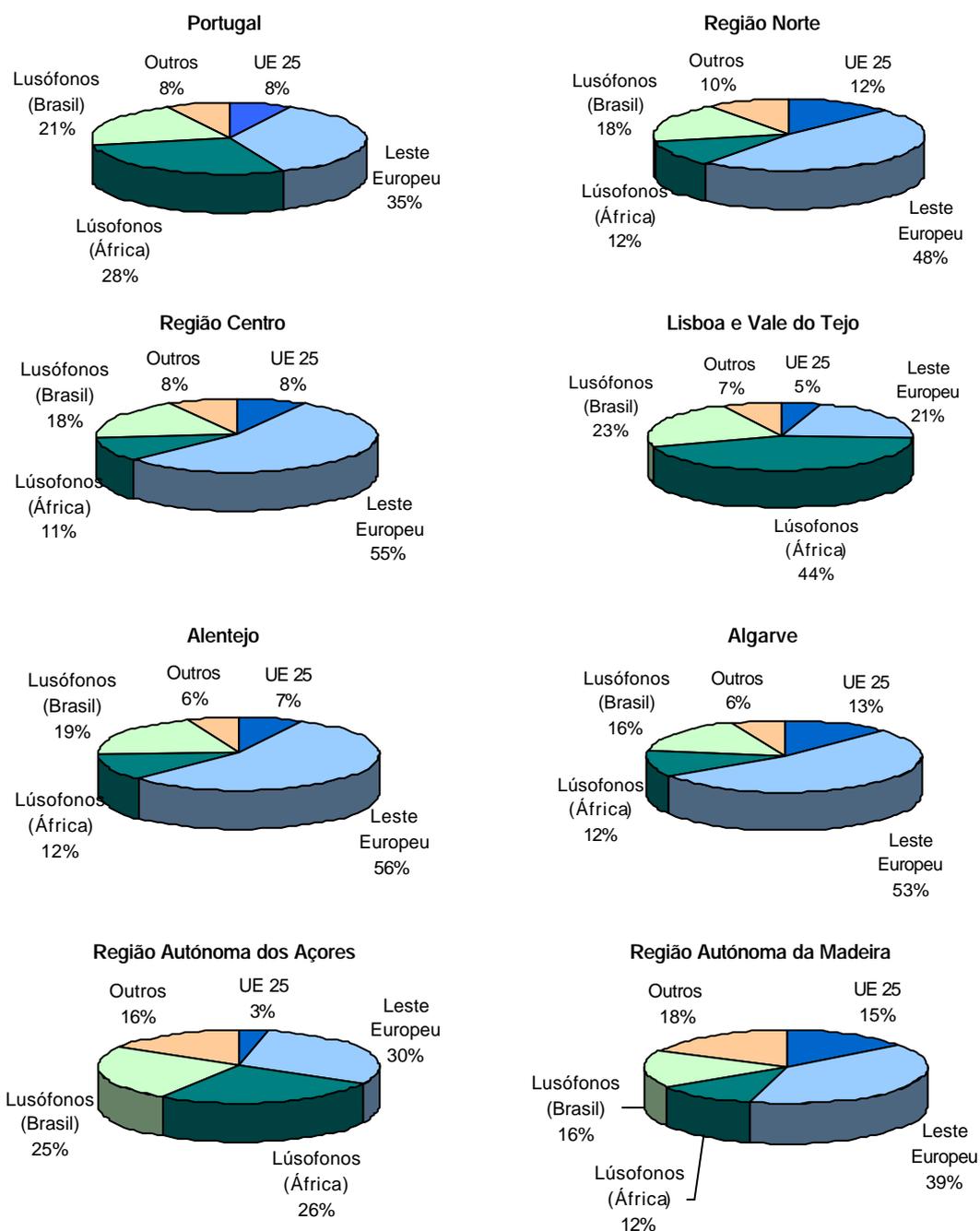
	Total Trabalhad. Imigrantes		Trabalhadores Europeus						Trabalhadores Lusófonos					
			Nº	%	UE 25		Leste		Nº	%	PALOP		Brasil	
	Nº	%			Nº	%	Nº	%			Nº	%		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
NORTE	20 610	90,6	12 469	60,5	2 554	12,4	9 876	47,9	6 206	30,1	2 503	12,1	3 700	18,0
Minho-Lima	1 190	91,8	829	69,7	326	27,4	502	42,2	264	22,2	64	5,4	200	16,8
Cávado	2 416	92,9	1 451	60,1	236	9,8	1 209	50,0	793	32,8	334	13,8	459	19,0
Ave	2 366	93,8	1 863	78,7	278	11,7	1 575	66,6	356	15,0	89	3,8	267	11,3
Grande Porto	9 086	88,4	4 658	51,3	1 106	12,2	3 533	38,9	3 374	37,1	1 545	17,0	1 826	20,1
Tâmega	1 573	93,0	899	57,2	172	10,9	726	46,2	564	35,9	162	10,3	402	25,6
Entre Douro e Vouga	1 753	89,0	1 218	69,5	241	13,7	975	55,6	343	19,6	98	5,6	245	14,0
Douro	1 047	90,2	603	57,6	107	10,2	496	47,4	341	32,6	139	13,3	202	19,3
Alto Trás-os-Montes	1 179	94,9	948	80,4	88	7,5	860	72,9	171	14,5	72	6,1	99	8,4
CENTRO	21 169	92,2	13 425	63,4	1 693	8,0	11 694	55,2	6 084	28,7	2 260	10,7	3 818	18,0
Baixo Vouga	3 245	88,1	1 973	60,8	276	8,5	1 689	52,0	887	27,3	357	11,0	529	16,3
Baixo Mondego	2 644	91,0	1 441	54,5	185	7,0	1 250	47,3	964	36,5	501	18,9	462	17,5
Pinhal Litoral	3 997	93,1	2 691	67,3	443	11,1	2 243	56,1	1 029	25,7	285	7,1	744	18,6
Pinhal Interior Norte	459	93,2	294	64,1	44	9,6	249	54,2	134	29,2	57	12,4	77	16,8
Dão-Lafões	1 431	93,1	967	67,6	164	11,5	799	55,8	365	25,5	158	11,0	207	14,5
Pinhal Interior Sul	204	97,1	161	78,9	15	7,4	145	71,1	37	18,1	15	7,4	22	10,8
Serra da Estrela	148	84,5	91	61,5	29	19,6	59	39,9	34	23,0	15	10,1	18	12,2
Beira Interior Norte	395	86,6	274	69,4	48	12,2	225	57,0	68	17,2	18	4,6	50	12,7
Beira Interior Sul	476	78,6	269	56,5	35	7,4	234	49,2	105	22,1	60	12,6	45	9,5
Cova da Beira	286	92,7	200	69,9	89	31,1	111	38,8	65	22,7	31	10,8	34	11,9
Oeste	5 846	94,5	3 658	62,6	239	4,1	3 414	58,4	1 869	32,0	564	9,6	1 303	22,3
Médio Tejo	2 038	94,8	1 406	69,0	126	6,2	1 276	62,6	527	25,9	199	9,8	327	16,0
LISBOA VALE TEJO	79 382	93,2	20 509	25,8	3 786	4,8	16 637	21,0	53 466	67,4	35 084	44,2	18 359	23,1
Grande Lisboa	68 007	93,0	16 708	24,6	3 366	4,9	13 266	19,5	46 551	68,5	31 215	45,9	15 315	22,5
Península de Setúbal	11 375	94,2	3 801	33,4	420	3,7	3 371	29,6	6 915	60,8	3 869	34,0	3 044	26,8
ALENTEJO	8 554	94,2	5 352	62,6	638	7,5	4 706	55,0	2 704	31,6	1 059	12,4	1 642	19,2
Alentejo Litoral	1 513	93,0	988	65,3	180	11,9	807	53,3	419	27,7	166	11,0	253	16,7
Alto Alentejo	926	96,4	715	77,2	97	10,5	618	66,7	178	19,2	30	3,2	148	16,0
Alentejo Central	1 728	96,0	1 166	67,5	112	6,5	1 051	60,8	493	28,5	114	6,6	379	21,9
Baixo Alentejo	781	93,0	527	67,5	98	12,5	426	54,5	199	25,5	56	7,2	141	18,1
Lezíria do Tejo	3 606	93,5	1 956	54,2	151	4,2	1 804	50,0	1 415	39,2	693	19,2	721	20,0
ALGARVE	19 359	94,0	12 813	66,2	2 500	12,9	10 266	53,0	5 381	27,8	2 262	11,7	3 117	16,1
Açores	1 009	83,9	331	32,8	34	3,4	296	29,3	516	51,1	264	26,2	252	25,0
Madeira	2 252	82,6	1 237	54,9	331	14,7	890	39,5	623	27,7	263	11,7	360	16,0
TOTAL	152 335	92,6	66 136	43,4	11 536	7,6	54 365	35,7	74 980	49,2	43 695	28,7	31 248	20,5

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Nestas regiões (Norte, Centro, Alentejo e Algarve), o peso dos imigrantes provenientes do Brasil oscila entre os 16% registados a Norte e os 19% no Alentejo, reduzindo-se consideravelmente o significado percentual da imigração lusófona proveniente de países africanos em qualquer uma destas regiões, quando tomamos como termo de referência a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

De facto, de um peso que nesta região se situava em 44%, passamos para valores percentuais entre 11 e 12%. Por último, a imigração de países membros da União Europeia (UE25), oscila entre uma representatividade de 12 e 13% (na Região Norte e no Algarve, respectivamente) e entre 5 e 7% no caso das regiões Centro, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 40
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, segundo as principais nacionalidades, nas NUTS II (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, encontramos a terceira forma de composição territorial do trabalho imigrante segundo a nacionalidade, em 2005. Este retrato espacial da imigração traduz, antes de mais, um maior equilíbrio das diferentes origens geográficas. Sendo os imigrantes do Leste Europeu o subconjunto com maior peso no total, a sua representatividade nunca ultrapassa todavia os 40% observados na Região Autónoma da Madeira. Por outro lado, enquanto que nos Açores a imigração lusófona representa cerca de 50% do total, na Madeira a mão-de-obra imigrante europeia é dominante (54%). Um terceiro elemento distintivo para as regiões autónomas reside na circunstância de a categoria “outros” (que inclui portanto mão-de-obra imigrante que não provém da Europa nem do universo dos países lusófonos, ou que tendo esta proveniência não se enquadra nas principais origens: UE25, Leste Europeu, PALOPs e Brasil), atingir nestes espaços os valores percentuais mais significativos de todas as regiões. Com efeito, os imigrantes integrados nesta categoria representam 16 e 18% da imigração laboral total da Madeira e dos Açores, respectivamente, representatividade essa que nas regiões do continente nunca vai além dos 10% observados na Região Norte, e sendo que nas restantes o peso percentual destes imigrantes oscila entre os 6 e os 8%.

As realidades regionais da imigração, de acordo com a análise das nacionalidades de origem, permitem-nos desde já estabelecer algumas hipóteses relativamente ao impacto da imigração nos tecidos económicos locais. A maior difusão espacial da recente vaga imigratória transporta consigo a diferenciação de habilitações e qualificações que se lhe associa, como retivemos no Capítulo V. O seu contributo para a transformação e qualificação dos mercados de trabalho locais dependerá, deste ponto de vista, de dois elementos essenciais: o volume e representatividade da mão-de-obra imigrante e a sua diferenciação relativa em termos de qualificação, quer em termos globais, quer em termos de sectores de actividade específicos.

3. Calibragem dos mercados locais de trabalho: distribuição da mão-de-obra imigrante por ramos e sectores de actividade

Estabelecemos, no Capítulo II do presente relatório, uma diferenciação regional das dinâmicas económicas sectoriais, a partir do grau de especialização das diferentes actividades e da sua composição nas distintas unidades espaciais. É nestes tecidos económicos locais que se insere o trabalho imigrante, não sendo indiferente nesse processo nem a estrutura produtiva de cada contexto territorial, nem o volume de mão-de-obra mobilizada, que exerce em alguns casos um relevante papel na calibragem dos mercados de trabalho.

3.1- A inserção do trabalho imigrante por ramos de actividade nos territórios do país

Os quadros seguintes dão conta da distribuição do trabalho por conta de outrem à escala das

NUTS II e III, aquilatando da importância que a mão-de-obra imigrante assume em cada uma das unidades territoriais consideradas. Para um peso relativo que à escala nacional, como vimos, se situa em 5,3%, identificamos todavia sectores e contextos espaciais onde esta importância se revela bem mais expressiva, denotando portanto - em termos quantitativos - um significado não despreciable da imigração para as economias locais e regionais.

Quadro 77
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Total) segundo os Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)

Trabalhadores por Conta de Outrem (TOTAL)	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comércio e Repar. veicul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
NORTE	17 532	385 459	3 862	128 232	172 850	42 666	35 682	99 279	82 639	26 787	994 988
Minho-Lima	1 966	16 996	183	9 937	9 343	3 078	1 888	2 997	6 078	1 704	54 170
Cávado	1 810	46 595	355	20 887	18 892	4 610	2 275	7 187	8 213	3 223	114 047
Ave	1 119	99 228	512	14 218	20 957	3 890	2 670	7 308	9 880	3 152	162 934
Grande Porto	2 927	91 749	1 779	34 908	82 422	21 753	21 570	66 047	33 218	12 629	369 002
Tâmega	3 238	66 312	356	30 495	17 144	3 086	2 617	4 868	8 187	2 156	138 459
Entre Douro e Vouga	646	55 034	140	7 280	11 006	2 010	2 177	5 315	5 710	1 017	90 335
Douro	5 293	5 172	345	5 480	6 717	2 124	1 507	3 553	6 271	1 231	37 693
Alto Trás-os-Montes	533	4 373	192	5 027	6 369	2 115	978	2 004	5 082	1 675	28 348
CENTRO	15 716	190 981	2 508	77 887	110 051	30 192	28 699	46 899	61 409	16 797	581 139
Baixo Vouga	2 197	52 625	237	8 180	18 931	5 055	4 020	8 056	9 735	2 220	111 256
Baixo Mondego	1 296	16 740	478	9 200	16 914	4 969	4 999	11 129	10 236	2 798	78 759
Pinhal Litoral	1 157	31 354	163	13 710	15 807	3 319	3 865	7 214	5 980	2 068	84 637
Pinhal Interior Norte	664	9 390	126	5 201	3 598	915	1 063	1 081	3 614	841	26 493
Dão-Lafões	1 760	19 040	160	11 003	11 657	3 402	3 153	3 889	7 060	2 263	63 387
Pinhal Interior Sul	231	2 124	37	1 357	1 018	316	393	342	1 023	167	7 008
Serra da Estrela	185	2 972	79	1 541	1 403	408	263	373	1 399	234	8 857
Beira Interior Norte	485	5 630	154	3 153	3 844	1 365	1 293	1 347	3 313	860	21 444
Beira Interior Sul	1 215	4 079	116	2 141	2 967	1 061	616	1 057	1 621	720	15 593
Cova da Beira	479	6 760	100	2 252	3 646	1 080	581	1 059	2 854	677	19 488
Oeste	4 477	25 086	427	12 016	19 372	4 785	5 431	6 926	8 082	2 162	88 764
Médio Tejo	1 570	15 181	431	8 133	10 894	3 517	3 022	4 426	6 492	1 787	55 453
LISBOA VALE TEJO	5 682	113 465	3 874	81 349	178 202	65 924	68 142	242 595	73 174	37 999	870 406
Grande Lisboa	2 566	82 395	3 192	62 288	146 060	55 301	60 476	218 226	57 710	32 716	720 930
Península de Setúbal	3 116	31 070	682	19 061	32 142	10 623	7 666	24 369	15 464	5 283	149 476
ALENTEJO	17 746	38 574	942	20 586	32 005	10 521	7 119	13 933	19 587	5 018	166 031
Alentejo Litoral	2 459	3 455	290	2 623	3 107	1 974	866	2 425	2 853	622	20 674
Alto Alentejo	2 747	5 370	112	2 682	4 598	1 549	824	1 621	3 304	688	23 495
Alentejo Central	4 605	9 702	148	4 979	6 694	2 566	1 215	2 959	4 541	1 350	38 759
Baixo Alentejo	3 544	2 831	181	2 633	4 674	1 395	611	1 801	4 102	730	22 502
Lezíria do Tejo	4 391	17 216	211	7 669	12 932	3 037	3 603	5 127	4 787	1 628	60 601
ALGARVE	3 848	7 423	695	21 401	27 278	29 306	6 046	15 072	10 019	5 087	126 175
Açores	2 123	7 226	758	8 458	12 272	4 294	3 617	4 851	5 097	1 616	50 312
Madeira	387	5 866	1 016	13 686	13 833	12 002	4 635	6 758	4 578	2 483	65 246
TOTAL	63 034	748 996	13 655	351 599	546 491	194 905	153 940	429 387	256 503	95 787	2 854 297

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Nas actividades ligadas ao sector primário, por exemplo, o peso relativo de imigrantes no total de trabalhadores por conta de outrem (Quadro 78) é particularmente significativo (isto é, com valores superiores à média nacional, situada nos 6,6%), nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo (15,2%), Alentejo (7,6%) e Algarve (onde quase 20% do total de trabalhadores por conta de outrem neste

sector são imigrantes), sendo todavia igualmente expressivas as percentagens encontradas para algumas NUTS II da Região Centro, como o Pinhal Litoral (6,7%), a Beira Interior Sul (14,4%) e o Oeste (8,4%). A afectação da mão-de-obra imigrante ao sector primário tende assim a ser mais relevante no sul do país, sendo particularmente reduzida no Norte e nas Regiões Autónomas²⁷

Quadro 78
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Imigrantes segundo Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)

Trabalhadores por Conta de Outrem (IMIGRANTES)	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comércio e Repar. veícul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
NORTE	279	5 231	17	4 432	2 711	2 415	905	2 859	1 231	530	20 610
Minho-Lima	15	325	0	221	111	125	135	129	114	15	1 190
Cávado	13	649	0	925	229	217	84	156	85	58	2 416
Ave	9	1 390	4	332	275	99	12	96	73	76	2 366
Grande Porto	85	1 449	11	1 206	1 443	1 660	479	1 917	563	273	9 086
Tâmega	14	314	2	815	199	67	34	52	29	47	1 573
Entre Douro e Vouga	17	840	0	315	151	73	52	88	191	26	1 753
Douro	124	102	0	247	69	43	31	368	57	6	1 047
Alto Trás-os-Montes	2	162	0	371	234	131	78	53	119	29	1 179
CENTRO	891	6 228	17	5 284	2 422	1 957	1 619	1 592	739	420	21 169
Baixo Vouga	74	1 566	3	422	350	298	51	267	120	94	3 245
Baixo Mondego	40	524	0	776	293	422	101	292	114	82	2 644
Pinhal Litoral	78	1 293	0	1 130	486	307	204	317	88	94	3 997
Pinhal Interior Norte	6	130	0	173	57	16	29	20	25	3	459
Dão-Lafões	29	453	2	258	132	100	309	73	65	10	1 431
Pinhal Interior Sul	3	44	2	26	44	8	50	1	23	3	204
Serra da Estrela	3	33	0	30	15	12	18	2	30	5	148
Beira Interior Norte	19	57	1	88	43	14	120	29	21	3	395
Beira Interior Sul	175	89	2	69	41	54	13	21	8	4	476
Cova da Beira	13	70	1	69	23	38	8	16	44	4	286
Oeste	377	1 408	2	1 676	737	443	603	389	128	83	5 846
Médio Tejo	74	561	4	567	201	245	113	165	73	35	2 038
LISBOA VALE TEJO	865	5 248	28	16 566	8 494	10 983	2 094	29 174	3 587	2 343	79 382
Grande Lisboa	441	4 057	28	12 777	7 296	9 635	1 812	26 760	3 135	2 066	68 007
Península de Setúbal	424	1 191		3 789	1 198	1 348	282	2 414	452	277	11 375
ALENTEJO	1 347	1 729	8	1 888	877	712	424	1 134	341	94	8 554
Alentejo Litoral	365	92	8	358	96	137	16	394	40	7	1 513
Alto Alentejo	170	200		150	87	62	120	95	34	8	926
Alentejo Central	296	432		363	131	154	42	144	144	22	1 728
Baixo Alentejo	199	66		262	86	96	8	34	18	12	781
Lezíria do Tejo	317	939		755	477	263	238	467	105	45	3 606
ALGARVE	742	805	81	6 436	1 910	5 950	451	1 634	637	713	19 359
Açores	23	72	1	572	130	103	19	15	37	37	1 009
Madeira	10	143	1	866	211	509	72	205	116	119	2 252
TOTAL	4 157	19 456	153	36 044	16 755	22 629	5 584	36 613	6 688	4 256	152 335

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

No sector da indústria o peso da mão-de-obra imigrante no total dos trabalhadores do sector por conta de outrem supera a média nacional (de 2,6%) nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo,

²⁷ Estimando uma média por regiões (a partir dos valores percentuais obtidos pelas respectivas NUTS II), encontramos um valor de 1,4% para a Região Norte, sendo de 1,1 e 2,6% as percentagens obtidas, respectivamente, pelos Açores e pela Madeira. A Região Centro atinge já um valor médio de 4,4% de trabalhadores imigrantes no total de trabalhadores do sector primário, sendo todavia na Região de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve que este indicador assume maior significado (de 15,4; 8,1 e 19,3%, respectivamente).

Alentejo, Centro e Algarve, atingindo-se neste último caso o maior peso percentual comparativo (cerca de 11%). E a relevância da mão-de-obra imigrante é igualmente significativa, em termos comparativos, em certos espaços sub-regionais, como sejam a zona do Baixo Vouga e Baixo Mondego (valores em torno dos 3%) ou - mais a sul -, a zona do Oeste, Médio Tejo e Pinhal Litoral (onde o peso da mão-de-obra imigrante a laborar nestes sectores oscila entre 3,7 e 5,6%). No Alentejo, a afectação de trabalho imigrante ao sector da indústria apenas é inferior à média nacional no Baixo Alentejo, situando-se os valores das restantes NUTS III desta região entre os 2,7 e os 5,5%, registados na Lezíria do Tejo (Quadro 79).

Quadro 79
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem Imigrantes no Total, segundo os
Ramos de Actividade Económica, por NUTS II e III (2005)

Trabalhadores por Conta de Outrem (% IMIGRANTES)	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Cons- trução	Comér-cio e Repar. veicul.	Alojam. e Restau- ração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	J e K	L, M e N	O, P e Q	
NORTE	1,6%	1,4%	0,4%	3,5%	1,6%	5,7%	2,5%	2,9%	1,5%	2,0%	2,1%
Minho-Lima	0,8%	1,9%	0,0%	2,2%	1,2%	4,1%	7,2%	4,3%	1,9%	0,9%	2,2%
Cávado	0,7%	1,4%	0,0%	4,4%	1,2%	4,7%	3,7%	2,2%	1,0%	1,8%	2,1%
Ave	0,8%	1,4%	0,8%	2,3%	1,3%	2,5%	0,4%	1,3%	0,7%	2,4%	1,5%
Grande Porto	2,9%	1,6%	0,6%	3,5%	1,8%	7,6%	2,2%	2,9%	1,7%	2,2%	2,5%
Tâmega	0,4%	0,5%	0,6%	2,7%	1,2%	2,2%	1,3%	1,1%	0,4%	2,2%	1,1%
Entre Douro e Vouga	2,6%	1,5%	0,0%	4,3%	1,4%	3,6%	2,4%	1,7%	3,3%	2,6%	1,9%
Douro	2,3%	2,0%	0,0%	4,5%	1,0%	2,0%	2,1%	10,4%	0,9%	0,5%	2,8%
Alto Trás-os-Montes	0,4%	3,7%	0,0%	7,4%	3,7%	6,2%	8,0%	2,6%	2,3%	1,7%	4,2%
CENTRO	5,7%	3,3%	0,7%	6,8%	2,2%	6,5%	5,6%	3,4%	1,2%	2,5%	3,6%
Baixo Vouga	3,4%	3,0%	1,3%	5,2%	1,8%	5,9%	1,3%	3,3%	1,2%	4,2%	2,9%
Baixo Mondego	3,1%	3,1%	0,0%	8,4%	1,7%	8,5%	2,0%	2,6%	1,1%	2,9%	3,4%
Pinhal Litoral	6,7%	4,1%	0,0%	8,2%	3,1%	9,2%	5,3%	4,4%	1,5%	4,5%	4,7%
Pinhal Interior Norte	0,9%	1,4%	0,0%	3,3%	1,6%	1,7%	2,7%	1,9%	0,7%	0,4%	1,7%
Dão-Lafões	1,6%	2,4%	1,3%	2,3%	1,1%	2,9%	9,8%	1,9%	0,9%	0,4%	2,3%
Pinhal Interior Sul	1,3%	2,1%	5,4%	1,9%	4,3%	2,5%	12,7%	0,3%	2,2%	1,8%	2,9%
Serra da Estrela	1,6%	1,1%	0,0%	1,9%	1,1%	2,9%	6,8%	0,5%	2,1%	2,1%	1,7%
Beira Interior Norte	3,9%	1,0%	0,6%	2,8%	1,1%	1,0%	9,3%	2,2%	0,6%	0,3%	1,8%
Beira Interior Sul	14,4%	2,2%	1,7%	3,2%	1,4%	5,1%	2,1%	2,0%	0,5%	0,6%	3,1%
Cova da Beira	2,7%	1,0%	1,0%	3,1%	0,6%	3,5%	1,4%	1,5%	1,5%	0,6%	1,5%
Oeste	8,4%	5,6%	0,5%	13,9%	3,8%	9,3%	11,1%	5,6%	1,6%	3,8%	6,6%
Médio Tejo	4,7%	3,7%	0,9%	7,0%	1,8%	7,0%	3,7%	3,7%	1,1%	2,0%	3,7%
LISBOA VALE TEJO	15,2%	4,6%	0,7%	20,4%	4,8%	16,7%	3,1%	12,0%	4,9%	6,2%	9,1%
Grande Lisboa	17,2%	4,9%	0,9%	20,5%	5,0%	17,4%	3,0%	12,3%	5,4%	6,3%	9,4%
Península de Setúbal	13,6%	3,8%	0,0%	19,9%	3,7%	12,7%	3,7%	9,9%	2,9%	5,2%	7,6%
ALENTEJO	7,6%	4,5%	0,8%	9,2%	2,7%	6,8%	6,0%	8,1%	1,7%	1,9%	5,2%
Alentejo Litoral	14,8%	2,7%	2,8%	13,6%	3,1%	6,9%	1,8%	16,2%	1,4%	1,1%	7,3%
Alto Alentejo	6,2%	3,7%	0,0%	5,6%	1,9%	4,0%	14,6%	5,9%	1,0%	1,2%	3,9%
Alentejo Central	6,4%	4,5%	0,0%	7,3%	2,0%	6,0%	3,5%	4,9%	3,2%	1,6%	4,5%
Baixo Alentejo	5,6%	2,3%	0,0%	10,0%	1,8%	6,9%	1,3%	1,9%	0,4%	1,6%	3,5%
Lezíria do Tejo	7,2%	5,5%	0,0%	9,8%	3,7%	8,7%	6,6%	9,1%	2,2%	2,8%	6,0%
ALGARVE	19,3%	10,8%	11,7%	30,1%	7,0%	20,3%	7,5%	10,8%	6,4%	14,0%	15,3%
Açores	1,1%	1,0%	0,1%	6,8%	1,1%	2,4%	0,5%	0,3%	0,7%	2,3%	2,0%
Madeira	2,6%	2,4%	0,1%	6,3%	1,5%	4,2%	1,6%	3,0%	2,5%	4,8%	3,5%
TOTAL	6,6%	2,6%	1,1%	10,3%	3,1%	11,6%	3,6%	8,5%	2,6%	4,4%	5,3%

Fonte: DGEOP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

O sector da construção é, como sabemos, um dos sectores que registam, à escala nacional,

valores percentuais de mão-de-obra imigrante por conta de outrem, face ao total, acima dos 10% (tal como sucede com o sector do alojamento e restauração). Regionalmente, contudo, apenas o Algarve e Lisboa e Vale do Tejo registam valores claramente superiores à média nacional (de 10,3%). Em Lisboa, cerca de 2 em cada 10 trabalhadores do sector da construção são imigrantes e, no Algarve, este rácio é de quase 3 trabalhadores em cada 10. No Alentejo, por seu turno, o peso percentual de imigrantes no sector da construção quase atinge 10%, situando-se próximo dos 7% na Região Centro e nas Regiões Autónomas. A Norte, a afectação de mão-de-obra imigrante ao sector da construção é claramente menor, rondando os 3,5%, um valor que é por conseguinte, inferior à percentagem nacional global de imigrantes no total de trabalhadores por conta de outrem. Por NUTS II, encontramos uma vez mais o Oeste (para além da Grande Lisboa e da Península de Setúbal), com um valor expressivo de mão-de-obra imigrante afecta a um sector de actividade, neste caso a construção, e que ronda os 14%.

O alojamento e da restauração constituem, em termos nacionais, o ramo de actividade económica que atinge um peso percentual de trabalho imigrante mais significativo (11,6%). À semelhança da construção, é nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve que a representatividade da mão-de-obra imigrante se situa claramente acima da média (20,3% no Algarve e cerca de 17% em Lisboa). Mas sublinhe-se, todavia, uma elevada dispersão do trabalho imigrante neste sector por todas as NUTS II do país. Na Região Norte, a percentagem de imigrantes no total de trabalhadores por conta de outrem afectos ao sector do alojamento e restauração situa-se, em termos de média dos valores observados nas suas unidades sub-regionais (NUTS III), nos 4,1%, valor que na Região Centro atinge os 5%, e que se situa - no Alentejo - em torno dos 6,6%.

O sector dos transportes, armazenagem e comunicações é um dos que apresenta uma maior difusão territorial em termos de peso relativo do trabalho imigrante, pese embora o facto de o seu significado relativo nacional se situar apenas em 3,6%. Com valores superiores a esta média, encontramos as Regiões do Alentejo e Algarve (com cerca de 6 e 8%, respectivamente), e a Região Centro (com 5,6%). Mas são em número de 14 as NUTS III onde a percentagem de trabalhadores estrangeiros no total de trabalhadores por conta de outrem afectos ao sector supera o valor de referência nacional. A Norte, destacam-se os casos do Minho-Lima, no litoral, e de Trás-os-Montes, no interior (com valores entre 7 e 8%). E na Região Centro, os casos do Pinhal Interior Norte e Sul, Oeste, Dão-Lafões e a zona do interior relativa à Beira Interior Norte e Serra da Estrela, com valores percentuais superiores a 5% e que atingem os 12,7% no Pinhal Interior Sul.

No sector das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, é no Algarve e na Região de Lisboa e Vale do Tejo que o peso percentual de mão-de-obra imigrante face ao total de

trabalhadores por conta de outrem supera o valor médio nacional (de 8,5%). Com a excepção do Douro (onde cerca de 10% que trabalham neste sector são imigrantes), a Norte, e da Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral (9,1 e 16,2%, respectivamente), nenhuma NUT III do Norte, do Centro e do Alentejo atinge valores relevantes, superiores a 8,5%.

Esta diferenciação na capacidade de polarização sectorial do emprego é semelhante no caso dos Serviços Sociais, onde a representatividade da mão-de-obra imigrante atinge em regra valores muito reduzidos. Apenas nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve o peso percentual do trabalho imigrante supera a média nacional (2,6%), registando valores entre os 5 e os 6,4%. Por NUTS III, e excluindo as unidades territoriais das duas regiões referidas, são todavia comparativamente relevantes (embora diminutos) os valores alcançados pelo Alentejo Central e em Entre Douro e Vouga, a rondar os 3%.

Esta análise dos pesos percentuais da mão-de-obra imigrante sectores económicos, face ao total de trabalhadores por conta de outrem, revela essencialmente a capacidade de inserção em determinados ramos de actividade. Deste ponto de vista, os sectores da construção e do alojamento e restauração são aqueles onde o peso relativo de imigrantes é mais expressivo (acima de 10%), seguindo-se o sector das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (8,5%), bem como da agricultura, silvicultura e pescas (com 6,6%). Em qualquer um destes sectores, é na Região do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo que se atingem níveis de inserção profissional de mão-de-obra imigrante mais significativos, devendo considerar-se também a relevância comparativa do Alentejo no caso do sector primário.

Mas em sectores que são relevantes em termos de volume de emprego global, como é o caso das actividades industriais ou dos Serviços Sociais, a capacidade de inserção da mão-de-obra imigrante parece ser ainda bastante limitada, o que não quer dizer que o trabalho imigrante seja, quantitativamente, pouco expressivo.

3.2- A inserção territorial do trabalho imigrante por ramos de actividade

Os quadros seguintes procuram dar conta do modo como se distribuem territorialmente, pelos diferentes ramos de actividade económica, os trabalhadores por conta de outrem. O Quadro 80 reflecte, nestes termos, a distribuição percentual da mão-de-obra nacional e o Quadro 81 a distribuição da mão-de-obra imigrante. A comparação destas distribuições permite-nos confrontar de um ponto de vista espacial os perfis do trabalho nacional e do trabalho imigrante por sectores e, em segundo plano, analisar o modo como esses perfis de distribuição se relacionam com a composição territorial das economias, ou seja, com a especialização económica das diferentes regiões e NUTS III.

Na Região Norte, a indústria e o comércio e reparação de veículos absorvem cerca de 57% dos trabalhadores por conta de outrem portugueses. Se somarmos a estes sectores a construção e as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, obtemos naquela região um valor de afectação da mão-de-obra nacional na ordem dos 80%. Já no caso da mão-de-obra imigrante, a indústria sobressai igualmente enquanto principal sector de actividade (ocupando 1 em cada 4 trabalhadores imigrantes), seguindo-se-lhe a construção (22%), as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (14%), o comércio e reparação de veículos (13%), e o alojamento e a restauração (12%). No conjunto, estas actividades ocupam cerca de 35% da mão-de-obra imigrante (Quadro 81 e Gráfico 41).

Quadro 80
Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem portugueses, por Ramos de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)

Trabalhadores por Conta de Outrem (PORTUGUESES)	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comércio e Repar. veicul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	Je K	L, Me N	O, P e Q	
NORTE	1,8%	39,0%	0,4%	12,7%	17,5%	4,1%	3,6%	9,9%	8,4%	2,7%	100%
Minho-Lima	3,7%	31,5%	0,3%	18,3%	17,4%	5,6%	3,3%	5,4%	11,3%	3,2%	100%
Cávado	1,6%	41,2%	0,3%	17,9%	16,7%	3,9%	2,0%	6,3%	7,3%	2,8%	100%
Ave	0,7%	60,9%	0,3%	8,6%	12,9%	2,4%	1,7%	4,5%	6,1%	1,9%	100%
Grande Porto	0,8%	25,1%	0,5%	9,4%	22,5%	5,6%	5,9%	17,8%	9,1%	3,4%	100%
Tâmega	2,4%	48,2%	0,3%	21,7%	12,4%	2,2%	1,9%	3,5%	6,0%	1,5%	100%
Entre Douro e Vouga	0,7%	61,2%	0,2%	7,9%	12,3%	2,2%	2,4%	5,9%	6,2%	1,1%	100%
Douro	14,1%	13,8%	0,9%	14,3%	18,1%	5,7%	4,0%	8,7%	17,0%	3,3%	100%
Alto Trás-os-Montes	2,0%	15,5%	0,7%	17,1%	22,6%	7,3%	3,3%	7,2%	18,3%	6,1%	100%
CENTRO	2,6%	33,0%	0,4%	13,0%	19,2%	5,0%	4,8%	8,1%	10,8%	2,9%	100%
Baixo Vouga	2,0%	47,3%	0,2%	7,2%	17,2%	4,4%	3,7%	7,2%	8,9%	2,0%	100%
Baixo Mondego	1,7%	21,3%	0,6%	11,1%	21,8%	6,0%	6,4%	14,2%	13,3%	3,6%	100%
Pinhal Litoral	1,3%	37,3%	0,2%	15,6%	19,0%	3,7%	4,5%	8,6%	7,3%	2,4%	100%
Pinhal Interior Norte	2,5%	35,6%	0,5%	19,3%	13,6%	3,5%	4,0%	4,1%	13,8%	3,2%	100%
Dão-Lafões	2,8%	30,0%	0,3%	17,3%	18,6%	5,3%	4,6%	6,2%	11,3%	3,6%	100%
Pinhal Interior Sul	3,4%	30,6%	0,5%	19,6%	14,3%	4,5%	5,0%	5,0%	14,7%	2,4%	100%
Serra da Estrela	2,1%	33,7%	0,9%	17,3%	15,9%	4,5%	2,8%	4,3%	15,7%	2,6%	100%
Beira Interior Norte	2,2%	26,5%	0,7%	14,6%	18,1%	6,4%	5,6%	6,3%	15,6%	4,1%	100%
Beira Interior Sul	6,9%	26,4%	0,8%	13,7%	19,4%	6,7%	4,0%	6,9%	10,7%	4,7%	100%
Cova da Beira	2,4%	34,8%	0,5%	11,4%	18,9%	5,4%	3,0%	5,4%	14,6%	3,5%	100%
Oeste	4,9%	28,6%	0,5%	12,5%	22,5%	5,2%	5,8%	7,9%	9,6%	2,5%	100%
Médio Tejo	2,8%	27,4%	0,8%	14,2%	20,0%	6,1%	5,4%	8,0%	12,0%	3,3%	100%
LISBOA VALE TEJO	0,6%	13,7%	0,5%	8,2%	21,5%	6,9%	8,3%	27,0%	8,8%	4,5%	100%
Grande Lisboa	0,3%	12,0%	0,5%	7,6%	21,3%	7,0%	9,0%	29,3%	8,4%	4,7%	100%
Península de Setúbal	1,9%	21,6%	0,5%	11,1%	22,4%	6,7%	5,3%	15,9%	10,9%	3,6%	100%
ALENTEJO	10,4%	23,4%	0,6%	11,9%	19,8%	6,2%	4,3%	8,1%	12,2%	3,1%	100%
Alentejo Litoral	10,9%	17,6%	1,5%	11,8%	15,7%	9,6%	4,4%	10,6%	14,7%	3,2%	100%
Alto Alentejo	11,4%	22,9%	0,5%	11,2%	20,0%	6,6%	3,1%	6,8%	14,5%	3,0%	100%
Alentejo Central	11,6%	25,0%	0,4%	12,5%	17,7%	6,5%	3,2%	7,6%	11,9%	3,6%	100%
Baixo Alentejo	15,4%	12,7%	0,8%	10,9%	21,1%	6,0%	2,8%	8,1%	18,8%	3,3%	100%
Lezíria do Tejo	7,1%	28,6%	0,4%	12,1%	21,9%	4,9%	5,9%	8,2%	8,2%	2,8%	100%
ALGARVE	2,9%	6,2%	0,6%	14,0%	23,7%	21,9%	5,2%	12,6%	8,8%	4,1%	100%
Açores	4,3%	14,5%	1,5%	16,0%	24,6%	8,5%	7,3%	9,8%	10,3%	3,2%	100%
Madeira	0,6%	9,1%	1,6%	20,4%	21,6%	18,2%	7,2%	10,4%	7,1%	3,8%	100%
TOTAL	2,2%	27,0%	0,5%	11,7%	19,6%	6,4%	5,5%	14,5%	9,2%	3,4%	100%

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Ou seja, o trabalho imigrante encontra-se por um lado menos concentrado, na Região Norte, nas actividades industriais, e assume pesos relativos superiores aos observados no universo da mão-de-obra nacional nos sectores da construção, alojamento e restauração e actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas.

Quadro 81
Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)

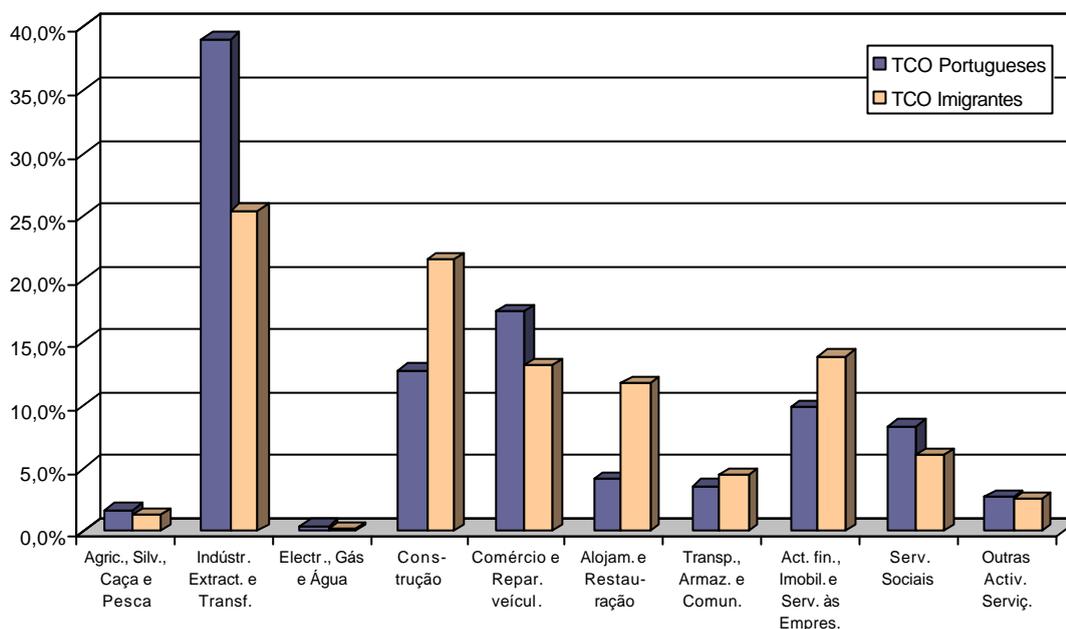
Trabalhadores por Conta de Outrem (IMIGRANTES)	Agric., Silv., Caça e Pesca	Indústr. Extract. e Transf.	Electr., Gás e Água	Construção	Comér-cio e Repar. veícul.	Alojam. e Restauração	Transp., Armaz. e Comun.	Act. fin., Imobil. e Serv. às Empres.	Serv. Sociais	Outras Activ. Serviç.	TOTAL
	A + B	C e D	E	F	G	H	I	Je K	L, Me N	O, P e Q	
NORTE	1,4%	25,4%	0,1%	21,5%	13,2%	11,7%	4,4%	13,9%	6,0%	2,6%	100%
Minho-Lima	1,3%	27,3%	0,0%	18,6%	9,3%	10,5%	11,3%	10,8%	9,6%	1,3%	100%
Cávado	0,5%	26,9%	0,0%	38,3%	9,5%	9,0%	3,5%	6,5%	3,5%	2,4%	100%
Ave	0,4%	58,7%	0,2%	14,0%	11,6%	4,2%	0,5%	4,1%	3,1%	3,2%	100%
Grande Porto	0,9%	15,9%	0,1%	13,3%	15,9%	18,3%	5,3%	21,1%	6,2%	3,0%	100%
Tâmega	0,9%	20,0%	0,1%	51,8%	12,7%	4,3%	2,2%	3,3%	1,8%	3,0%	100%
Entre Douro e Vouga	1,0%	47,9%	0,0%	18,0%	8,6%	4,2%	3,0%	5,0%	10,9%	1,5%	100%
Douro	11,8%	9,7%	0,0%	23,6%	6,6%	4,1%	3,0%	35,1%	5,4%	0,6%	100%
Alto Trás-os-Montes	0,2%	13,7%	0,0%	31,5%	19,8%	11,1%	6,6%	4,5%	10,1%	2,5%	100%
CENTRO	4,2%	29,4%	0,1%	25,0%	11,4%	9,2%	7,6%	7,5%	3,5%	2,0%	100%
Baixo Vouga	2,3%	48,3%	0,1%	13,0%	10,8%	9,2%	1,6%	8,2%	3,7%	2,9%	100%
Baixo Mondego	1,5%	19,8%	0,0%	29,3%	11,1%	16,0%	3,8%	11,0%	4,3%	3,1%	100%
Pinhal Litoral	2,0%	32,3%	0,0%	28,3%	12,2%	7,7%	5,1%	7,9%	2,2%	2,4%	100%
Pinhal Interior Norte	1,3%	28,3%	0,0%	37,7%	12,4%	3,5%	6,3%	4,4%	5,4%	0,7%	100%
Dão-Lafões	2,0%	31,7%	0,1%	18,0%	9,2%	7,0%	21,6%	5,1%	4,5%	0,7%	100%
Pinhal Interior Sul	1,5%	21,6%	1,0%	12,7%	21,6%	3,9%	24,5%	0,5%	11,3%	1,5%	100%
Serra da Estrela	2,0%	22,3%	0,0%	20,3%	10,1%	8,1%	12,2%	1,4%	20,3%	3,4%	100%
Beira Interior Norte	4,8%	14,4%	0,3%	22,3%	10,9%	3,5%	30,4%	7,3%	5,3%	0,8%	100%
Beira Interior Sul	36,8%	18,7%	0,4%	14,5%	8,6%	11,3%	2,7%	4,4%	1,7%	0,8%	100%
Cova da Beira	4,5%	24,5%	0,3%	24,1%	8,0%	13,3%	2,8%	5,6%	15,4%	1,4%	100%
Oeste	6,4%	24,1%	0,0%	28,7%	12,6%	7,6%	10,3%	6,7%	2,2%	1,4%	100%
Médio Tejo	3,6%	27,5%	0,2%	27,8%	9,9%	12,0%	5,5%	8,1%	3,6%	1,7%	100%
LISBOA VALE TEJO	1,1%	6,6%	0,0%	20,9%	10,7%	13,8%	2,6%	36,8%	4,5%	3,0%	100%
Grande Lisboa	0,6%	6,0%	0,0%	18,8%	10,7%	14,2%	2,7%	39,3%	4,6%	3,0%	100%
Península de Setúbal	3,7%	10,5%	0,0%	33,3%	10,5%	11,9%	2,5%	21,2%	4,0%	2,4%	100%
ALENTEJO	15,7%	20,2%	0,1%	22,1%	10,3%	8,3%	5,0%	13,3%	4,0%	1,1%	100%
Alentejo Litoral	24,1%	6,1%	0,5%	23,7%	6,3%	9,1%	1,1%	26,0%	2,6%	0,5%	100%
Alto Alentejo	18,4%	21,6%	0,0%	16,2%	9,4%	6,7%	13,0%	10,3%	3,7%	0,9%	100%
Alentejo Central	17,1%	25,0%	0,0%	21,0%	7,6%	8,9%	2,4%	8,3%	8,3%	1,3%	100%
Baixo Alentejo	25,5%	8,5%	0,0%	33,5%	11,0%	12,3%	1,0%	4,4%	2,3%	1,5%	100%
Lezíria do Tejo	8,8%	26,0%	0,0%	20,9%	13,2%	7,3%	6,6%	13,0%	2,9%	1,2%	100%
ALGARVE	3,8%	4,2%	0,4%	33,2%	9,9%	30,7%	2,3%	8,4%	3,3%	3,7%	100%
Açores	2,3%	7,1%	0,1%	56,7%	12,9%	10,2%	1,9%	1,5%	3,7%	3,7%	100%
Madeira	0,4%	6,3%	0,0%	38,5%	9,4%	22,6%	3,2%	9,1%	5,2%	5,3%	100%
TOTAL	2,7%	12,8%	0,1%	23,7%	11,0%	14,9%	3,7%	24,0%	4,4%	2,8%	100%

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Por NUTS III, na Região Norte, em muitos casos o emprego da mão-de-obra imigrante acompanha as especificidades dos mercados de trabalho locais, o que não deixa de ser revelador do seu grau de adaptabilidade. No Douro, por exemplo, onde cerca de 14% da mão-de-obra nacional está afectada ao sector primário (o valor mais elevado que se observa em todas as NUTS III desta região), vamos encontrar também o maior peso percentual de trabalhadores imigrantes

afectos a este sector (12%). Uma relação de correspondência idêntica é também observável nas actividades industriais do Ave e de Entre Douro e Vouga, ou no caso do comércio e reparação de veículos, nas NUTS do Grande Porto e de Trás-os-Montes (Quadros 80 e 81). Já no sector da construção, a mão-de-obra imigrante apresenta um peso relativo considerável no Tâmega (51%), Cávado (38,3%) e Trás-os-Montes (31,5%), que é claramente superior aos valores observados para a mão-de-obra nacional (situados nestas NUTS entre 17 e 22%).

Gráfico 41
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Norte (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

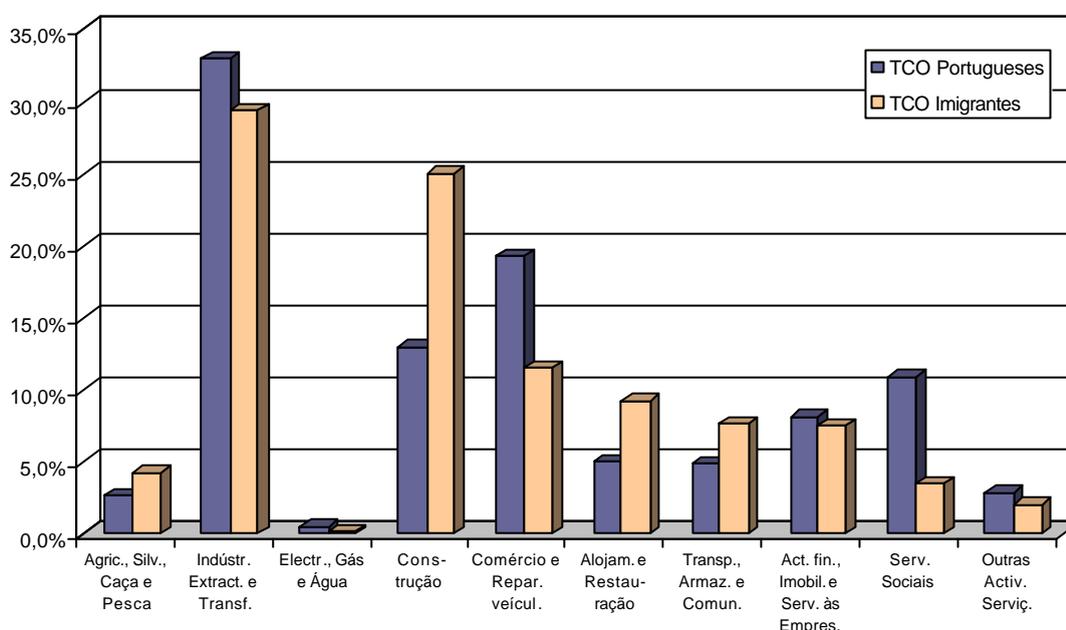
Na Região Centro encontramos uma situação em muito semelhante à que se observou no caso anterior, da Região Norte. O emprego da mão-de-obra nacional concentra-se em três sectores, o das actividades industriais (onde um em cada três trabalhadores por conta de outrem nacionais trabalha), o comércio e reparação de veículos (cerca de 20% da mão-de-obra nacional) e a construção (13%). Já o trabalho imigrante, seguindo relativamente de perto este perfil de emprego, dispersa-se todavia por um leque mais alargado de actividades, que incluem as indústrias extractiva e transformadora, a construção, as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, o comércio e, por último, o alojamento e restauração. Em qualquer destes casos, a percentagem de afectação de mão-de-obra imigrante é superior a 10% (Gráfico 42).

Tal como sucede na Região Norte, as percentagens de afectação de mão-de-obra estrangeira aos sectores da construção, alojamento e restauração, transportes armazenagem e comunicações, e actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, superam os valores observados

no universo dos trabalhadores por conta de outrem portugueses, sendo as diferenças mais expressivas no caso da construção e do alojamento e restauração. Para além destes sectores, também no caso da agricultura, silvicultura e pescas, o peso relativo da mão-de-obra imigrante no universo que lhe corresponde supera o peso registado pela mão-de-obra nacional.

Em todas as NUTS III da Região Centro, as actividades da indústria assumem sempre a maior percentagem de afectação de trabalhadores portugueses, com valores que oscilam entre 21% (no Baixo Mondego) e cerca de 47% (no Baixo Vouga). E apenas no caso do Baixo Mondego, Oeste e Médio Tejo, as actividades relacionadas com o comércio e a reparação de veículos conseguem ombrear - em termos de captação de mão-de-obra nacional -, com a indústria (Quadro 80).

Gráfico 42
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Centro (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

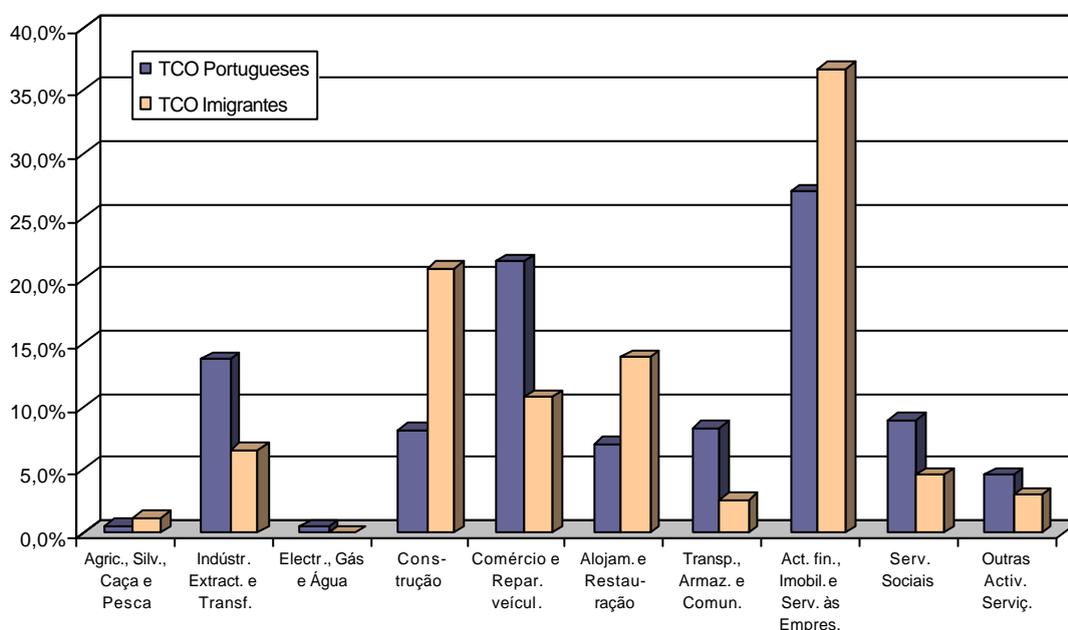
Já a distribuição do emprego nas NUTS III desta região, relativamente à mão-de-obra imigrante, apresenta uma variabilidade bastante mais ampla. Na Beira Interior Sul, por exemplo, é na agricultura, silvicultura e pescas que se concentra quase 40% dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem. E, somando à Beira Interior Sul a excepção do Baixo Vouga, onde a indústria concentra um peso assinalável de mão-de-obra imigrante (48%), em regra os trabalhadores estrangeiros distribuem-se, nas restantes NUTS, por dois ou três ramos de actividade mais relevantes (a indústria, a construção, e os transportes, armazenagem e comunicações).

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo verifica-se contudo uma situação contrária à verificada no Norte e Centro, relativamente à polarização do trabalho imigrante por sectores (Quadros 80 e 81).

Com efeito, se na Grande Lisboa são as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas que obtêm o valor percentual mais elevado de afectação de mão-de-obra imigrante (40% deste universo), na Península de Setúbal prevalece o sector da construção (onde encontra emprego cerca de um em cada três trabalhadores imigrantes por conta de outrem). Esta relativa concentração de mão-de-obra estrangeira contrasta com o perfil de polarização dos trabalhadores nacionais, que se distribuem por um leque mais alargado de ramos de actividade económica. O comércio e reparação de veículos, por um lado, e as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, por outro, detêm - no caso da Grande Lisboa - 21 e 29% da mão-de-obra por conta de outrem portuguesa. Na península de Setúbal, os trabalhadores nacionais atingem os mais significativos valores percentuais também em dois sectores: o das actividades industriais (22%) e o do comércio e reparação de veículos (22%).

Mas à semelhança da Região Norte, e sobretudo da Região Centro, voltamos a encontrar na Região de Lisboa e Vale do Tejo valores percentuais de afectação de mão-de-obra imigrante nos sectores da agricultura, construção, alojamento e restauração, bem como nas actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas, que são superiores aos que se verificam no caso dos trabalhadores portugueses por conta de outrem (Gráfico 43).

Gráfico 43
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região de Lisboa e Vale do Tejo (2005)

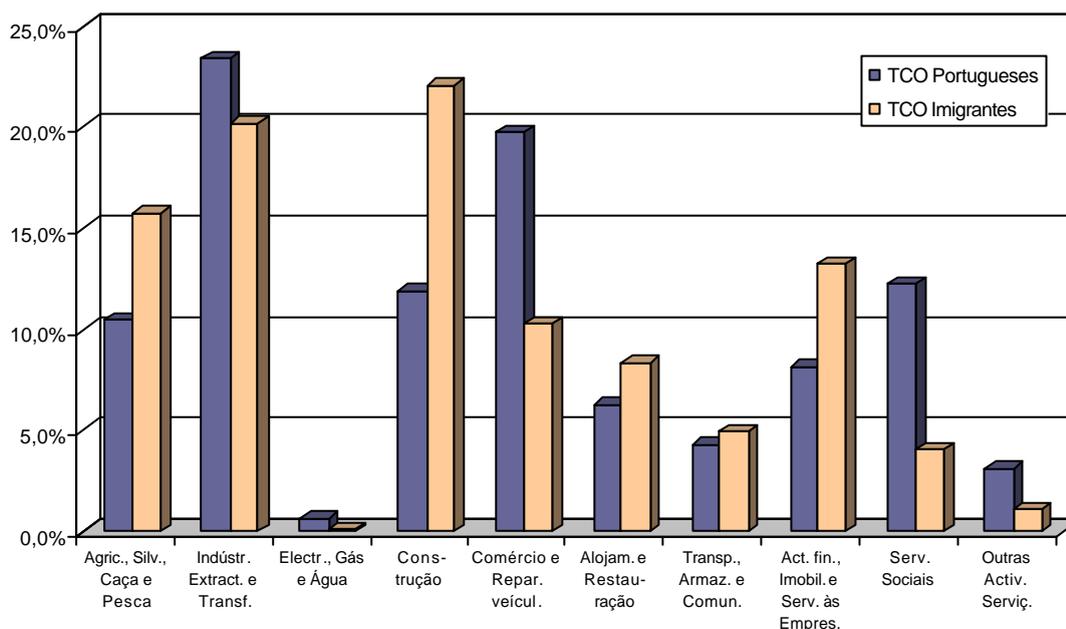


Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

O Alentejo caracteriza-se por uma significativa dispersão sectorial do emprego por conta de outrem. Nenhum ramo de actividade ultrapassa valores superiores a 25%, quer consideremos a

mão-de-obra nacional, quer consideremos a mão-de-obra estrangeira. A agricultura assume, nesta região, um peso comparativamente assinalável (10,7%) considerando a sua importância relativa à escala nacional (2,2%), e constitui um dos sectores onde a afectação de mão-de-obra imigrante (15,7%) supera o valor registado no universo da mão-de-obra nacional. Os outros sectores onde esta prevalência comparativa também se verifica são a construção, o alojamento e restauração, e as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (Gráfico 44). E se os trabalhadores por conta de outrem portugueses se distribuem significativamente num conjunto de sectores (agricultura, silvicultura e pescas; indústrias extractivas e transformadoras; construção; comércio e reparação de veículos e serviços sociais), a mão-de-obra imigrante tende a acompanhar esta distribuição, denotando assim - uma vez mais - uma elevada capacidade de adaptação à composição sectorial dos diferentes territórios.

Gráfico 44
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região do Alentejo (2005)



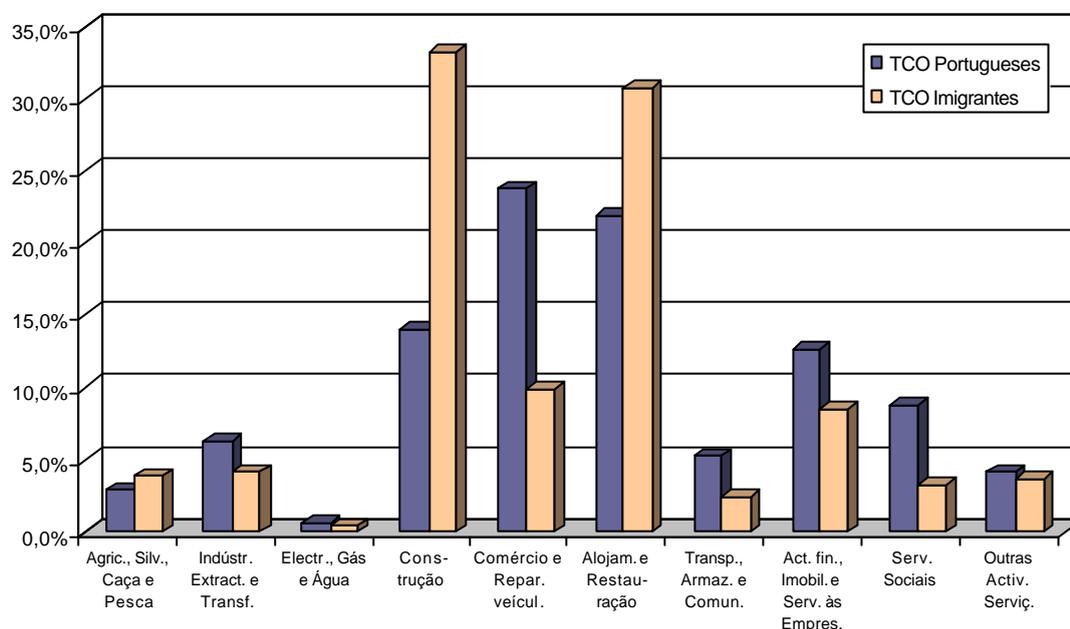
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

A importância da mão-de-obra estrangeira nas actividades do sector primário assume uma relevância particular no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo (onde cerca de um em cada quatro imigrantes estão afectos a este sector), e nas restantes NUTS III desta região, a mão-de-obra imigrante apresenta pesos relativos assinaláveis nos sectores da indústria e da construção (enquanto que, no universo dos trabalhadores portugueses, os dois sectores que se distinguem são a indústria e o comércio e reparação de veículos).

No Algarve, em virtude do significado que aqui assumem as actividades ligadas ao turismo, os

sectores da construção e do alojamento e restauração assumem uma importância muito expressiva no emprego de mão-de-obra estrangeira por conta de outrem (absorvendo 64% do total de trabalhadores imigrantes). Nesta Região, encontramos de facto uma maior polarização do trabalho imigrante, em comparação com o modo como se distribuem os trabalhadores por conta de outrem portugueses, cujo emprego é mais significativo nos sectores do comércio e reparação de veículos (24%) e no alojamento e restauração (22%). Na agricultura, o peso de mão-de-obra imigrante face ao total de trabalhadores imigrantes por conta de outrem é ligeiramente superior ao observado no universo dos trabalhadores nacionais (Gráfico 45).

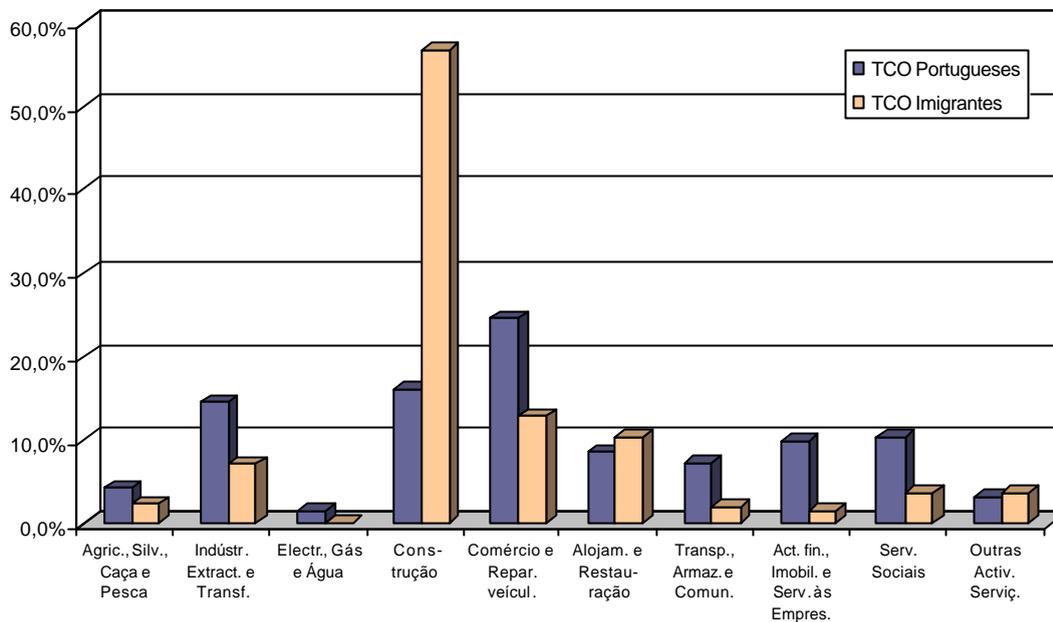
Gráfico 45
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, no Algarve (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

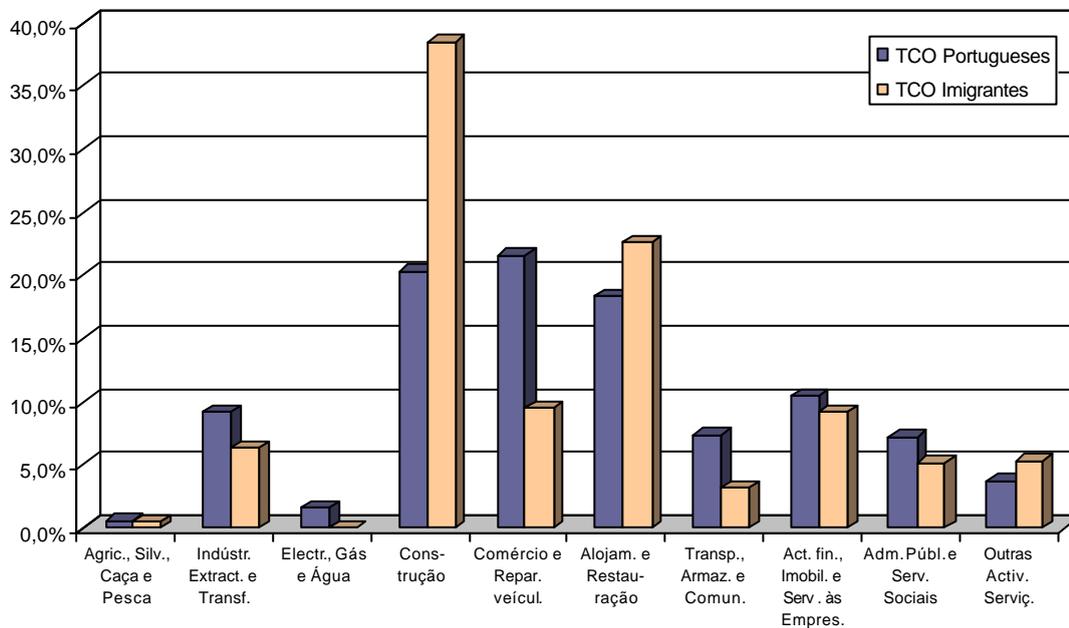
As regiões autónomas dos Açores e da Madeira caracterizam-se por uma forte polarização sectorial do trabalho imigrante no sector da construção. Nos Açores esta concentração significa que quase 6 em cada 10 imigrantes estão afectos ao sector, valor que no caso da Madeira se aproxima do rácio de 4 imigrante em cada 10. Nesta última região, o alojamento e a restauração constituem o segundo sector mais relevante de emprego de mão-de-obra estrangeira, absorvendo cerca de 23% da força de trabalho estrangeira por conta de outrem (Gráficos 46 e 47). O que significa que, perante contextos económicos onde as dinâmicas turísticas são relevantes, se verifica uma tendência para que o emprego de trabalho imigrante seja expressivo nos sectores da construção e do alojamento e restauração (como sucedia no Algarve).

Gráfico 46
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Autónoma dos Açores (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 47
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Ramos de Actividade Económica, na Região Autónoma da Madeira (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Esta circunstância não coloca em causa, todavia, uma característica que temos vindo a identificar no fenómeno imigratório português recente, na esfera do trabalho, e que se refere à plasticidade e

adaptabilidade sectorial da mão-de-obra estrangeira. Sendo os sectores da construção e das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas (num primeiro plano), e os sectores da indústria e do alojamento e restauração (num segundo plano), aqueles que revelam maior capacidade de absorver mão-de-obra por conta de outrem imigrante, nos contextos territoriais onde, por exemplo, o sector primário assume algum significado, o trabalho imigrante responde igualmente de modo favorável às necessidades de mão-de-obra.

Por outro lado, torna-se muito clara a diferenciação regional do uso da mão-de-obra imigrante. Assim, ao contrário do que é comum pensar-se, não é só num sector de actividade (a construção e obras públicas) que o seu peso é expressivo. Cada sistema de emprego, de acordo com a sua expressão territorial, tende a atrair trabalho imigrante.

O que significa, por seu turno, que há segmentos concretos e diferenciados do mercado do trabalho que tem maior poder de polarização de imigrantes, evidenciando não só a já referida plasticidade territorial da mão-de-obra imigrante, mas igualmente a sua capacidade para seguir os sistemas territoriais de organização do emprego no país.

3.3- A terciarização e a necessidade de trabalho na economia portuguesa

Procedendo a uma análise do trabalho imigrante por sectores, agregando a distribuição registada por ramos de actividade (Quadro 81), torna-se claro que é o uso intensivo do trabalho e a terciarização da economia portuguesa que têm de ser associados à imigração e à sua inserção nos mercados do emprego. De facto, pese embora o significado de domínios como a indústria e a construção, no universo dos ramos de actividade, o sector dos serviços é o que mais acolhe a mão-de-obra imigrante. É assim no conjunto do país e é assim em 21 das 30 NUTS III, onde este sector é o predominante, sendo que - em alguns casos - o é largamente. De certo modo, pode dizer-se que isso acontece em todos os territórios onde a atracção de pessoas é relevante, das áreas metropolitanas ao Douro e à Serra da Estrela.

Com efeito, apenas em 5 das 30 NUTS III do país é que, efectivamente, a construção é o sector de actividade principal dos imigrantes inscritos nos Quadros de Pessoal em 2005, o que contraria, como vimos na análise anterior, a ideia corrente acerca do papel deste sector na imigração.

A atracção de mão-de-obra imigrante nos segmentos da indústria, por seu turno, é especialmente evidente em regiões com grande densidade de PME's e com sistemas locais de especialização produtiva. Destacam-se a Norte o Vale do Ave e a NUT de Entre Douro e Vouga, e na Região Centro o Baixo Vouga e o Pinhal litoral (onde o peso dos imigrantes na mão-de-obra imigrante total local chega a ser quatro vezes a média nacional).

O papel da agricultura é especialmente exemplificado pela Beira Interior Sul, na Região Centro, e pelo Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Central (Quadro 82).

Ora, o que estes indicadores revelam é que há, também na óptica dos sectores de actividade económica, uma grande plasticidade da imigração perante a diferenciação das economias regionais, aos seus tipos de economia e especialização. A imigração é uma mão-de-obra disponível: para a indústria quando os sistemas são industriais, para a agricultura quando esta predomina, para os serviços, em todo o país, para a construção civil, quando o ciclo de negócios a torna necessária.

Quadro 82
Distribuição percentual dos Trabalhadores Imigrantes por Conta de Outrem por Sectores de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)

	Sector Primário		Indústria		Construção		Serviços		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%
NORTE	279	1,4	5 231	25,4	4 432	21,5	10 668	51,8	20 610	100
Minho-Lima	15	1,3	325	27,3	221	18,6	629	52,9	1 190	100
Cávado	13	0,5	649	26,9	925	38,3	829	34,3	2 416	100
Ave	9	0,4	1 390	58,7	332	14,0	635	26,8	2 366	100
Grande Porto	85	0,9	1 449	15,9	1 206	13,3	6 346	69,8	9 086	100
Tâmega	14	0,9	314	20,0	815	51,8	430	27,3	1 573	100
Entre Douro e Vouga	17	1,0	840	47,9	315	18,0	581	33,1	1 753	100
Douro	124	11,8	102	9,7	247	23,6	574	54,8	1 047	100
Alto Trás-os-Montes	2	0,2	162	13,7	371	31,5	644	54,6	1 179	100
CENTRO	891	4,2	6 228	29,4	5 284	25,0	8 766	41,4	21 169	100
Baixo Vouga	74	2,3	1 566	48,3	422	13,0	1 183	36,5	3 245	100
Baixo Mondego	40	1,5	524	19,8	776	29,3	1 304	49,3	2 644	100
Pinhal Litoral	78	2,0	1 293	32,3	1 130	28,3	1 496	37,4	3 997	100
Pinhal Interior Norte	6	1,3	130	28,3	173	37,7	150	32,7	459	100
Dão-Lafões	29	2,0	453	31,7	258	18,0	691	48,3	1 431	100
Pinhal Interior Sul	3	1,5	44	21,6	26	12,7	131	64,2	204	100
Serra da Estrela	3	2,0	33	22,3	30	20,3	82	55,4	148	100
Beira Interior Norte	19	4,8	57	14,4	88	22,3	231	58,5	395	100
Beira Interior Sul	175	36,8	89	18,7	69	14,5	143	30,0	476	100
Cova da Beira	13	4,5	70	24,5	69	24,1	134	46,9	286	100
Oeste	377	6,4	1 408	24,1	1 676	28,7	2 385	40,8	5 846	100
Médio Tejo	74	3,6	561	27,5	567	27,8	836	41,0	2 038	100
LISBOA VALE TEJO	865	1,1	5 248	6,6	16 566	20,9	56 703	71,4	79 382	100
Grande Lisboa	441	0,6	4 057	6,0	12 777	18,8	50 732	74,6	68 007	100
Península de Setúbal	424	3,7	1 191	10,5	3 789	33,3	5 971	52,5	11 375	100
ALENTEJO	1 347	15,7	1 729	20,2	1 888	22,1	3 590	42,0	8 554	100
Alentejo Litoral	365	24,1	92	6,1	358	23,7	698	46,1	1 513	100
Alto Alentejo	170	18,4	200	21,6	150	16,2	406	43,8	926	100
Alentejo Central	296	17,1	432	25,0	363	21,0	637	36,9	1 728	100
Baixo Alentejo	199	25,5	66	8,5	262	33,5	254	32,5	781	100
Lezíria do Tejo	317	8,8	939	26,0	755	20,9	1 595	44,2	3 606	100
ALGARVE	742	3,8	805	4,2	6 436	33,2	11 376	58,8	19 359	100
Açores	23	2,3	72	7,1	572	56,7	342	33,9	1 009	100
Madeira	10	0,4	143	6,3	866	38,5	1 233	54,8	2 252	100
TOTAL	4 157	2,7	19 456	12,8	36 044	23,7	92 678	60,8	152 335	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Outra constatação, decorrente da análise dos dados, resulta da descoincidência entre as actividades a que estão afectos mais trabalhadores estrangeiros e o número de regiões onde os imigrantes se dedicam a essas actividades. A indústria e os serviços são casos emblemáticos, e opostos, disso mesmo. Assim, embora mais de 50% dos imigrantes trabalhem nos serviços em 2005, apenas em 3 NUTS III (Grande Porto, Pinhal Interior Sul e Grande Lisboa) essa percentagem é superior à média nacional (de 60,8%), atingindo o seu máximo na Grande Lisboa, com 74,6%. De facto, e com excepção do Pinhal Interior Sul, verifica-se que as maiores concentrações de trabalhadores estrangeiros empregues no sector terciário ocorrem, sem surpresa, nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Gráfico 48).

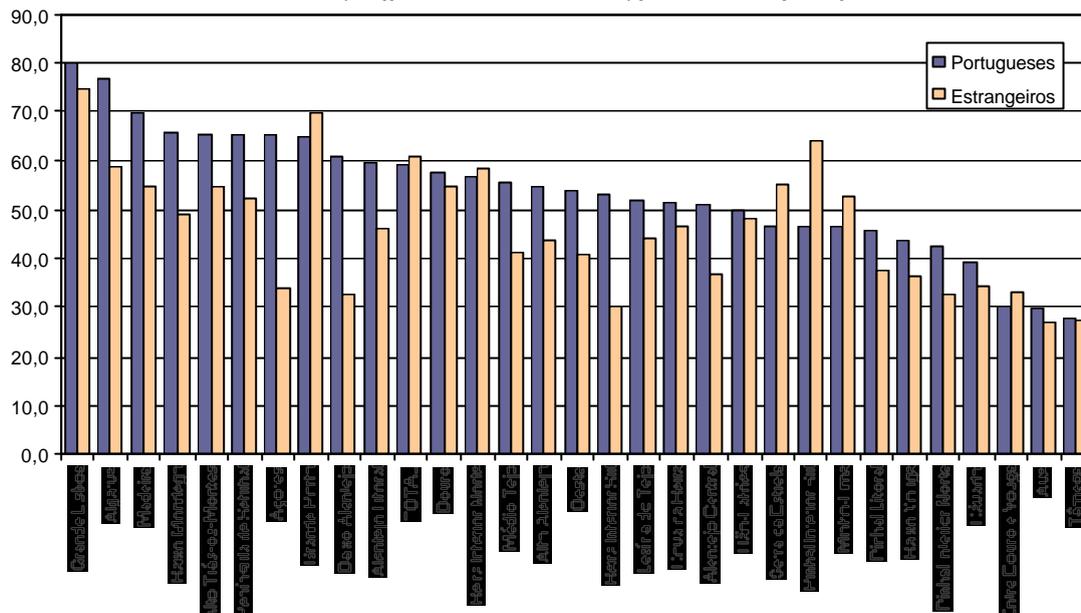
Quadro 83
Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Total) por Sectores de
Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)

	Sector Primário		Indústria		Construção		Serviços		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%
NORTE	17 532	1,8	385 459	38,7	128 232	12,9	463 765	46,6	994 988	100
Minho-Lima	1 966	3,6	16 996	31,4	9 937	18,3	25 271	46,7	54 170	100
Cávado	1 810	1,6	46 595	40,9	20 887	18,3	44 755	39,2	114 047	100
Ave	1 119	0,7	99 228	60,9	14 218	8,7	48 369	29,7	162 934	100
Grande Porto	2 927	0,8	91 749	24,9	34 908	9,5	239 418	64,9	369 002	100
Tâmega	3 238	2,3	66 312	47,9	30 495	22,0	38 414	27,7	138 459	100
Entre Douro e Vouga	646	0,7	55 034	60,9	7 280	8,1	27 375	30,3	90 335	100
Douro	5 293	14,0	5 172	13,7	5 480	14,5	21 748	57,7	37 693	100
Alto Trás-os-Montes	533	1,9	4 373	15,4	5 027	17,7	18 415	65,0	28 348	100
CENTRO	15 716	2,7	190 981	32,9	77 887	13,4	296 555	51,0	581 139	100
Baixo Vouga	2 197	2,0	52 625	47,3	8 180	7,4	48 254	43,4	111 256	100
Baixo Mondego	1 296	1,6	16 740	21,3	9 200	11,7	51 523	65,4	78 759	100
Pinhal Litoral	1 157	1,4	31 354	37,0	13 710	16,2	38 416	45,4	84 637	100
Pinhal Interior Norte	664	2,5	9 390	35,4	5 201	19,6	11 238	42,4	26 493	100
Dão-Lafões	1 760	2,8	19 040	30,0	11 003	17,4	31 584	49,8	63 387	100
Pinhal Interior Sul	231	3,3	2 124	30,3	1 357	19,4	3 296	47,0	7 008	100
Serra da Estrela	185	2,1	2 972	33,6	1 541	17,4	4 159	47,0	8 857	100
Beira Interior Norte	485	2,3	5 630	26,3	3 153	14,7	12 176	56,8	21 444	100
Beira Interior Sul	1 215	7,8	4 079	26,2	2 141	13,7	8 158	52,3	15 593	100
Cova da Beira	479	2,5	6 760	34,7	2 252	11,6	9 997	51,3	19 488	100
Oeste	4 477	5,0	25 086	28,3	12 016	13,5	47 185	53,2	88 764	100
Médio Tejo	1 570	2,8	15 181	27,4	8 133	14,7	30 569	55,1	55 453	100
LISBOA VALE TEJO	5 682	0,7	113 465	13,0	81 349	9,3	669 910	77,0	870 406	100
Grande Lisboa	2 566	0,4	82 395	11,4	62 288	8,6	573 681	79,6	720 930	100
Península de Setúbal	3 116	2,1	31 070	20,8	19 061	12,8	96 229	64,4	149 476	100
ALENTEJO	17 746	10,7	38 574	23,2	20 586	12,4	89 125	53,7	166 031	100
Alentejo Litoral	2 459	11,9	3 455	16,7	2 623	12,7	12 137	58,7	20 674	100
Alto Alentejo	2 747	11,7	5 370	22,9	2 682	11,4	12 696	54,0	23 495	100
Alentejo Central	4 605	11,9	9 702	25,0	4 979	12,8	19 473	50,2	38 759	100
Baixo Alentejo	3 544	15,7	2 831	12,6	2 633	11,7	13 494	60,0	22 502	100
Lezíria do Tejo	4 391	7,2	17 216	28,4	7 669	12,7	31 325	51,7	60 601	100
ALGARVE	3 848	3,0	7 423	5,9	21 401	17,0	93 503	74,1	126 175	100
Açores	2 123	4,2	7 226	14,4	8 458	16,8	32 505	64,6	50 312	100
Madeira	387	0,6	5 868	9,0	13 686	21,0	45 305	69,4	65 246	100
TOTAL	63 034	2,2	748 996	26,2	351 599	12,3	1 690 668	59,2	2 854 297	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

De modo semelhante, aliás, verificamos que mesmo quando consideramos o volume total de mão-de-obra (nacional e estrangeira), apenas 9 NUTS III superam o valor percentual de emprego no sector terciário registado à escala do país (59,2%). Estas NUTS correspondem à Grande Lisboa e à Península de Setúbal, ao Grande Porto, regiões autónomas dos Açores e da Madeira, Baixo Mondego, no interior norte Trás-os-Montes e, no interior sul, o Baixo Alentejo (Quadro 83).

Gráfico 48
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Terciário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Inversamente, encontramos, na generalidade das NUTS III, percentagens relativamente elevadas de trabalhadores estrangeiros na indústria, mas, precisamente por ser nas regiões onde há mais imigrantes que eles menos estão presentes nesta actividade, a percentagem nacional é de apenas 12,8%, um valor inferior ao da construção (23,7%) e dos serviços (Quadro 82). Em termos relativos, e a nível nacional, os estrangeiros trabalham menos na indústria que os portugueses (27,0%). Esta situação só não se verifica nas NUTS III do Baixo Vouga, Dão-Lafões e Médio Tejo (Quadros 82 e 84, e Gráfico 49).

No caso da construção, sector em que trabalham 23,7% dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem, os valores por NUTS III são quase sempre próximos da média, com tendência para a superarem, destacando-se todavia a Região Autónoma dos Açores (56,7%) e o Tâmega (51,8%), pelos seus elevados valores. O dado mais significativo no caso da Construção é, no entanto, a sobre-representação dos imigrantes (que se verifica em todas as NUTS, com a excepção do Pinhal Interior Sul) face aos portugueses, dos quais, no conjunto, apenas 11,7% trabalham neste sector (Gráfico 50).

As percentagens de trabalhadores portugueses e estrangeiros a trabalhar em 2005 na agricultura, pescas e silvicultura são bastante semelhantes à escala nacional (2,2% contra 2,7%, respectivamente). Mas há dois casos que se destacam pela importância que estas actividades têm no emprego dos imigrantes. São eles o Alentejo, onde 15.7% dos imigrantes trabalha nestas actividades, e o Algarve, onde esta discrepância é de 3,8% (imigrantes) contra 2,9% (portugueses). Por NUTS III, e considerando não só o diferencial de emprego no sector primário, mas igualmente o seu volume, destaca-se claramente o Pinhal Interior Sul, o Baixo Alentejo, o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Alentejo Central (Gráfico 51).

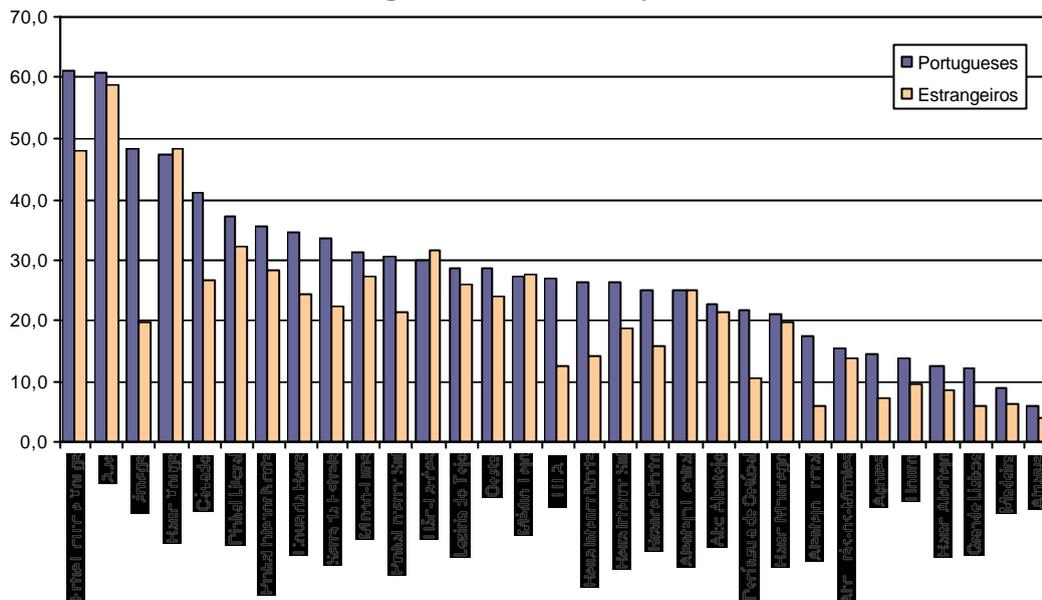
Quadro 84
Distribuição percentual dos Trabalhadores Portugueses por Conta de Outrem por
Sectores de Actividade Económica, segundo as NUTS II e III (2005)

	Sector Primário		Indústria		Construção		Serviços		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
NORTE	17 253	1,8	380 228	39,0	123 800	12,7	453 097	46,5	974 378	100
Minho-Lima	1 951	3,7	16 671	31,5	9 716	18,3	24 642	46,5	52 980	100
Cávado	1 797	1,6	45 946	41,2	19 962	17,9	43 926	39,3	111 631	100
Ave	1 110	0,7	97 838	60,9	13 886	8,6	47 734	29,7	160 568	100
Grande Porto	2 842	0,8	90 300	25,1	33 702	9,4	233 072	64,8	359 916	100
Tâmega	3 224	2,4	65 998	48,2	29 680	21,7	37 984	27,7	136 886	100
Entre Douro e Vouga	629	0,7	54 194	61,2	6 965	7,9	26 794	30,2	88 582	100
Douro	5 169	14,1	5 070	13,8	5 233	14,3	21 174	57,8	36 646	100
Alto Trás-os-Montes	531	2,0	4 211	15,5	4 656	17,1	17 771	65,4	27 169	100
CENTRO	14 825	2,6	184 753	33,0	72 603	13,0	287 789	51,4	559 970	100
Baixo Vouga	2 123	2,0	51 059	47,3	7 758	7,2	47 071	43,6	108 011	100
Baixo Mondego	1 256	1,7	16 216	21,3	8 424	11,1	50 219	66,0	76 115	100
Pinhal Litoral	1 079	1,3	30 061	37,3	12 580	15,6	36 920	45,8	80 640	100
Pinhal Interior Norte	658	2,5	9 260	35,6	5 028	19,3	11 088	42,6	26 034	100
Dão-Lafões	1 731	2,8	18 587	30,0	10 745	17,3	30 893	49,9	61 956	100
Pinhal Interior Sul	228	3,4	2 080	30,6	1 331	19,6	3 165	46,5	6 804	100
Serra da Estrela	182	2,1	2 939	33,7	1 511	17,3	4 077	46,8	8 709	100
Beira Interior Norte	466	2,2	5 573	26,5	3 065	14,6	11 945	56,7	21 049	100
Beira Interior Sul	1 040	6,9	3 990	26,4	2 072	13,7	8 015	53,0	15 117	100
Cova da Beira	466	2,4	6 690	34,8	2 183	11,4	9 863	51,4	19 202	100
Oeste	4 100	4,9	23 678	28,6	10 340	12,5	44 800	54,0	82 918	100
Médio Tejo	1 496	2,8	14 620	27,4	7 566	14,2	29 733	55,7	53 415	100
LISBOA VALE TEJO	4 817	0,6	108 217	13,7	64 783	8,2	613 207	77,5	791 024	100
Grande Lisboa	2 125	0,3	78 338	12,0	49 511	7,6	522 949	80,1	652 923	100
Península de Setúbal	2 692	1,9	29 879	21,6	15 272	11,1	90 258	65,4	138 101	100
ALENTEJO	16 399	10,4	36 845	23,4	18 698	11,9	85 535	54,3	157 477	100
Alentejo Litoral	2 094	10,9	3 363	17,6	2 265	11,8	11 439	59,7	19 161	100
Alto Alentejo	2 577	11,4	5 170	22,9	2 532	11,2	12 290	54,5	22 569	100
Alentejo Central	4 309	11,6	9 270	25,0	4 616	12,5	18 836	50,9	37 031	100
Baixo Alentejo	3 345	15,4	2 765	12,7	2 371	10,9	13 240	61,0	21 721	100
Lezíria do Tejo	4 074	7,1	16 277	28,6	6 914	12,1	29 730	52,2	56 995	100
ALGARVE	3 106	2,9	6 618	6,2	14 965	14,0	82 127	76,9	106 816	100
Açores	2 100	4,3	7 154	14,5	7 886	16,0	32 163	65,2	49 303	100
Madeira	377	0,6	5 725	9,1	12 820	20,4	44 072	70,0	62 994	100
TOTAL	58 877	2,2	729 540	27,0	315 555	11,7	1 597 990	59,1	2 701 962	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

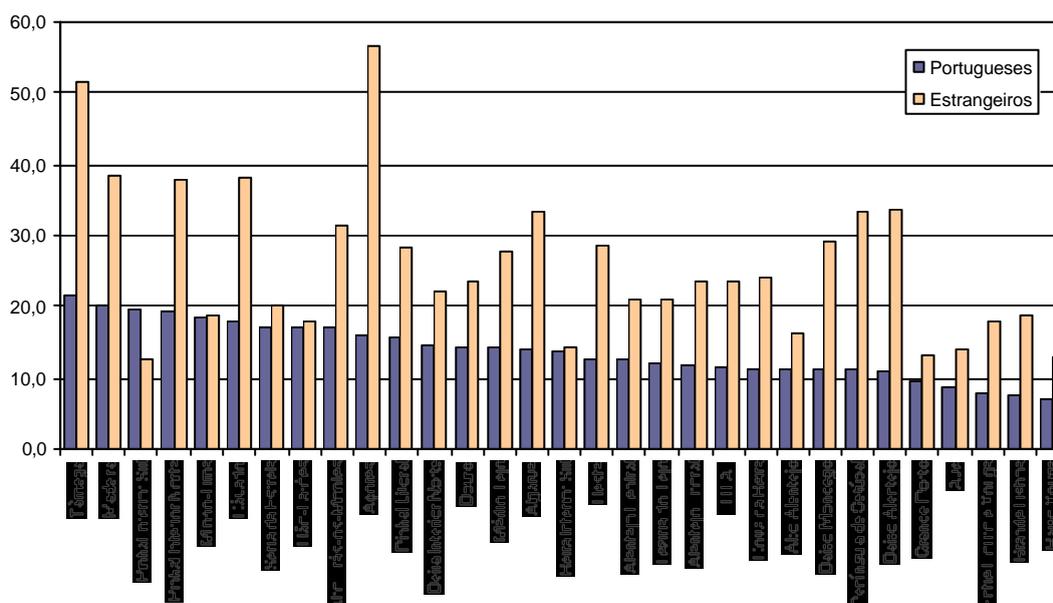
Quando analisamos a distribuição do trabalho imigrante por sectores e segundo a nacionalidade, as diferenças são também bastante notórias, como se pode ver no Quadro 8. Com efeito, e correspondendo em larga medida às percepções mais vulgarizadas, os imigrantes provenientes da Europa de Leste concentram-se principalmente na construção (cerca de 1 em cada 3 trabalha neste sector) e são, a par dos imigrantes comunitários, os que se ocupam mais na indústria.

Gráfico 49
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Secundário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

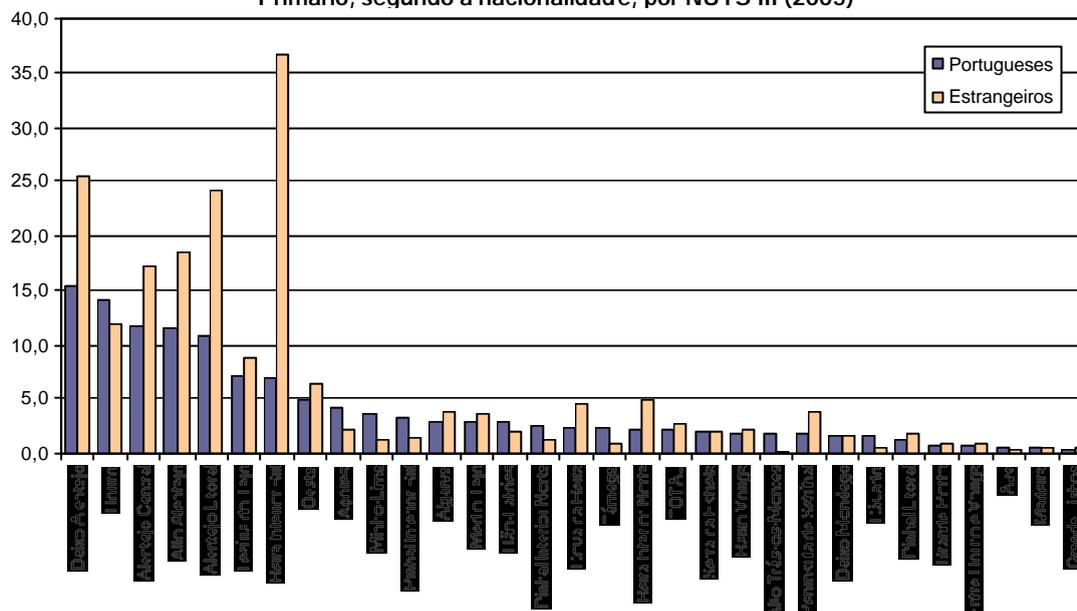
Gráfico 50
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector da Construção, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Os imigrantes dos PALOP, embora mais presentes nos serviços (quase 70% trabalham neste sector), apresentam todavia um valor bastante alto também na construção (25% do total de imigrantes provenientes destes países africanos), isto à custa de praticamente não estarem presentes na agricultura (apenas 199, de um total de quase 44 mil imigrantes desta proveniência). Nos trabalhadores brasileiros, a preponderância nos serviços é evidente (70,7%), com as percentagens relativas aos outros sectores de actividade a apresentarem valores relativamente baixos.

Gráfico 51
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem empregues no Sector Primário, segundo a nacionalidade, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Quadro 85
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Nacionalidade, por Sectores de Actividade Económica (2005)

	Sector Primário		Indústria		Construção		Serviços		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%
PORTUGUESES	58 877	2,2	729 540	27,0	315 555	11,7	1 597 990	59,1	2 701 962	100
ESTRANGEIROS	4 157	2,7	19 456	12,8	36 044	23,7	92 678	60,8	152 335	100
Europeus	3 194	4,8	13 674	20,7	17 409	26,3	31 859	48,2	66 136	100
União Europeia (UE 25)	280	2,4	2 202	19,1	905	7,8	8 149	70,6	11 536	100
Leste Europeu (*)	2 913	5,4	11 425	21,0	16 487	30,3	23 540	43,3	54 365	100
Outros	1	0,4	47	20,0	17	7,2	170	72,3	235	100
Países Lusófonos	685	0,9	4 747	6,3	17 003	22,7	52 545	70,1	74 980	100
Brasil	484	1,5	2 593	8,3	6 065	19,4	22 106	70,7	31 248	100
Países Africanos	199	0,5	2 148	4,9	10 935	25,0	30 413	69,6	43 695	100
Outros	2	5,4	6	16,2	3	8,1	26	70,3	37	100
Outros	278	2,5	1 035	9,2	1 632	14,5	8 274	73,7	11 219	100
TOTAL	63 034	2,2	748 996	26,2	351 599	12,3	1 690 668	59,2	2 854 297	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Se confrontarmos a distribuição dos trabalhadores portugueses e brasileiros face a outros trabalhadores imigrantes no domínio do Turismo, designadamente no que concerne à hotelaria e restauração (Quadro 86), podemos chegar a algumas conclusões complementares.

Quadro 86
Importância do Emprego no Sector do Turismo (Alojamento e Restauração), no volume de Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e Brasileiros, face a outros imigrantes estrangeiros (2005)

	Trab. Portugueses			Trab. Brasileiros			Outros Estrangeiros		
	Total Serviços	Turismo	Serviços (Outros)	Total Serviços	Turismo	Serviços (Outros)	Total Serviços	Turismo	Serviços (Outros)
Região Norte	453 097	8,9	91,1	3 700	23,8	76,2	6 968	22,0	78,0
Região Centro	287 789	9,8	90,2	3 818	18,0	82,0	4 948	25,7	74,3
Lisboa Vale Tejo	613 207	9,0	91,0	18 359	23,7	76,3	38 344	17,3	82,7
Alentejo	85 535	11,5	88,5	1 642	14,9	85,1	1 948	24,0	76,0
Algarve	82 127	28,4	71,6	3 117	41,6	58,4	8 259	56,3	43,7
Açores	32 163	13,0	87,0	252	15,9	84,1	90	70,0	30,0
Madeira	44 072	26,1	73,9	360	17,5	82,5	873	51,1	48,9
TOTAL	1 597 990	10,8	89,2	31 248	24,2	75,8	61 430	24,5	75,5

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

A primeira evidência é a da assinalável importância dos trabalhadores imigrantes para o sector do Turismo, de modo particular no Algarve, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Nestes três espaços regionais, a mão-de-obra estrangeira não brasileira emprega nos serviços trabalha maioritariamente na hotelaria e restauração (56 contra 44% nos restantes serviços para o caso do Algarve; 70 para 30% nos Açores e 51 contra 49% na Madeira).

Contrariamente, o peso dos trabalhadores portugueses dos serviços que estão empregues na hotelaria e restauração apenas atinge os 28% no Algarve e os 26% na Madeira, situando-se a média nacional num valor que é cerca de metade (11%) da percentagem obtida no caso dos imigrantes não brasileiros. Quanto a estes, é sobretudo na Região de Lisboa e Vale do Tejo que se destacam pela afectação às actividades turísticas, com cerca de 4 em cada 10 brasileiros a trabalhar na hotelaria e restauração, sendo contudo a percentagem nacional próxima da registada no caso da mão-de-obra imigrante de outras nacionalidades que não a brasileira.

3.4- Análise territorial das classes tecnológicas da indústria e dos serviços

Recorremos, designadamente na caracterização das estruturas regionais da economia (Capítulo II), e na análise comparativa dos perfis da mão-de-obra nacional e imigrante (Capítulo V), à distribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo as diferentes classes tecnológicas, definidas a partir do grau de mobilização de I&D, sob a forma de tecnologia no caso das actividades industriais, e da intensidade informacional, no caso das actividades terciárias.

Encontrámos nestas análises, por um lado a expressão da terciarização da economia portuguesa, para a qual a mão-de-obra imigrante contribui de forma assinalável, e por outro alguns matizes de diferenciação, no modo como o trabalho por conta de outrem se distribui pelas classes tecnológicas consideradas, em função da nacionalidade. Importa, pois, avaliar neste momento se existem diferenciações regionais relevantes no que concerne aos perfis anteriormente encontrados (Quadros 87 e 88).

Quadro 87
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses segundo as Classes Tecnológicas, por NUTS II e III (2005)

	Sector Primário	Baixa Tecnologia	Média Baixa Tecnol.	Média Alta Tecnol.	Alta Tecnologia	Infra-estruturas	Baixa Intens. Inform.	Alta Intens. Informac.	TOTAL
NORTE	2,3	27,2	6,6	4,1	0,7	13,1	37,7	8,4	100
Minho-Lima	4,5	16,6	8,9	5,2	0,0	18,7	39,7	6,5	100
Cávado	2,0	29,7	6,2	2,4	2,5	18,2	33,2	5,8	100
Ave	1,0	49,3	7,5	3,3	0,5	9,0	25,3	4,1	100
Grande Porto	0,9	13,1	6,2	5,1	0,6	9,9	50,4	13,9	100
Tâmega	3,7	41,1	3,9	1,6	0,4	21,9	23,8	3,7	100
Entre Douro e Vouga	0,9	39,6	12,3	9,0	0,1	8,0	24,9	5,2	100
Douro	15,3	9,2	2,1	1,3	0,0	15,2	47,6	9,2	100
Alto Trás-os-Montes	4,4	8,0	4,8	0,3	0,0	17,8	55,4	9,3	100
CENTRO	3,3	14,7	11,7	5,7	0,4	13,4	43,2	7,7	100
Baixo Vouga	2,2	14,4	21,0	10,9	0,7	7,4	36,1	7,3	100
Baixo Mondego	2,0	10,9	6,5	2,9	0,6	11,7	53,9	11,5	100
Pinhal Litoral	2,5	10,8	18,4	6,9	0,0	15,8	37,4	8,1	100
Pinhal Interior Norte	2,8	26,4	7,0	1,9	0,0	19,8	36,2	5,9	100
Dão-Lafões	3,7	15,6	7,3	5,3	0,9	17,6	43,1	6,5	100
Pinhal Interior Sul	3,4	21,0	8,3	1,2	0,0	20,1	40,7	5,3	100
Serra da Estrela	2,8	29,4	3,6	0,1	0,0	18,3	40,8	5,1	100
Beira Interior Norte	2,9	14,4	2,9	8,5	0,0	15,3	48,7	7,3	100
Beira Interior Sul	6,9	15,6	2,6	8,1	0,0	14,5	45,4	6,9	100
Cova da Beira	4,2	29,0	3,2	0,8	0,0	11,9	44,6	6,2	100
Oeste	5,9	11,7	11,3	4,4	0,2	13,0	46,0	7,5	100
Médio Tejo	3,0	15,4	8,9	2,8	0,0	15,0	47,7	7,1	100
LISBOA VALE TEJO	0,7	5,5	3,3	3,2	1,6	8,7	54,3	22,7	100
Grande Lisboa	0,4	5,3	2,6	2,5	1,5	8,1	54,8	24,8	100
Península de Setúbal	2,2	6,3	6,6	6,7	1,8	11,6	52,0	12,8	100
ALENTEJO	12,1	11,3	5,2	4,8	0,4	12,5	46,8	6,9	100
Alentejo Litoral	11,1	5,8	7,6	3,9	0,0	13,3	48,8	9,4	100
Alto Alentejo	11,8	12,9	5,3	4,0	0,3	11,7	47,7	6,2	100
Alentejo Central	14,3	9,5	5,7	5,7	1,5	12,9	43,5	7,0	100
Baixo Alentejo	19,5	6,6	1,5	0,5	0,0	11,7	53,1	7,0	100
Lezíria do Tejo	8,3	15,6	5,3	6,5	0,1	12,5	45,6	6,2	100
ALGARVE	3,4	3,2	2,1	0,5	0,0	14,6	67,1	9,2	100
Açores	5,1	10,5	3,0	0,1	0,0	17,5	54,9	8,8	100
Madeira	0,9	5,7	2,7	0,4	0,0	22,0	60,1	8,2	100
TOTAL	2,6	15,6	6,3	3,9	0,8	12,2	46,2	12,4	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Uma primeira constatação resulta de reconhecer que as regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo se destacam pela concentração de mão-de-obra nas classes tecnológicas do terciário,

designadamente nos sectores de baixa intensidade informacional, ao contrário de situações como a da Região Centro e da Região Norte, onde se verifica um equilíbrio relativamente maior entre as classes tecnológicas da indústria e dos serviços, ou do caso da Região Autónoma dos Açores onde o sector das infra-estruturas se aproxima - em volume -; da classe de baixa intensidade informacional dos serviços (Gráficos 52 a 58).

Quadro 88
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Estrangeiros por Classes Tecnológicas, nas NUTS II e III (2005)

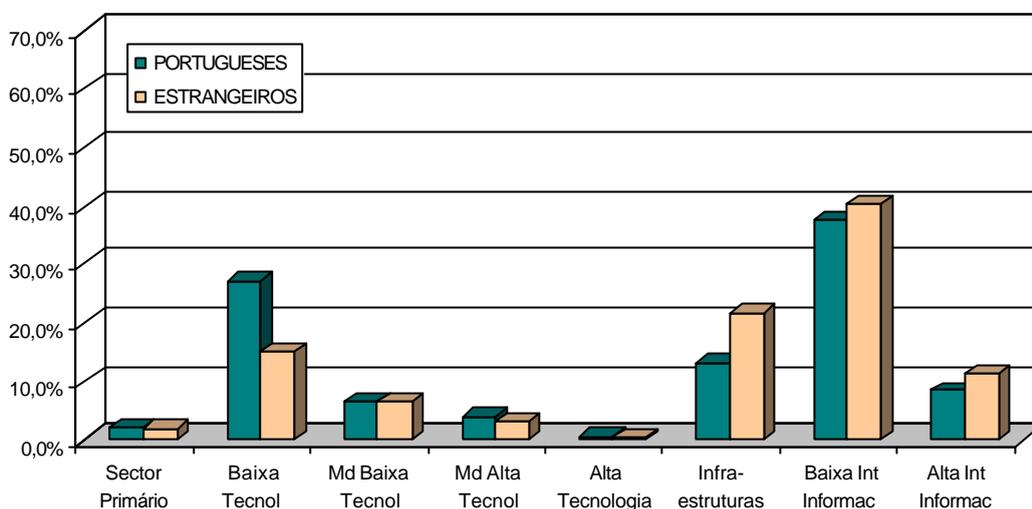
	Sector Primário	Baixa Tecnologia	Média Baixa Tecnol.	Média Alta Tecnol.	Alta Tecnologia	Infra-estruturas	Baixa Intens. Inform.	Alta Intens. Informac.	TOTAL
NORTE	1,9	15,1	6,4	2,9	0,3	21,6	40,3	11,4	100
Minho-Lima	2,2	10,4	12,9	3,1	0,0	18,6	42,6	10,3	100
Cávado	1,0	16,0	7,4	1,7	1,4	38,3	29,4	4,9	100
Ave	1,3	48,2	6,9	2,4	0,3	14,2	23,8	2,9	100
Grande Porto	1,0	7,9	4,2	3,4	0,3	13,4	53,6	16,1	100
Tâmega	2,7	13,2	3,4	1,5	0,0	51,9	23,1	4,1	100
Entre Douro e Vouga	1,0	22,3	17,7	7,8	0,1	18,0	29,8	3,3	100
Douro	13,0	5,8	2,6	0,2	0,0	23,6	20,5	34,3	100
Alto Trás-os-Montes	2,6	6,3	5,0	0,0	0,0	31,5	46,6	8,0	100
CENTRO	5,1	11,0	13,3	4,1	0,1	25,0	35,0	6,3	100
Baixo Vouga	2,6	11,0	25,2	11,6	0,1	13,1	28,9	7,5	100
Baixo Mondego	2,9	12,8	3,9	1,6	0,2	29,3	39,6	9,7	100
Pinhal Litoral	3,2	11,8	15,4	3,9	0,0	28,3	30,6	6,9	100
Pinhal Interior Norte	1,5	15,5	12,0	0,7	0,0	37,7	29,8	2,8	100
Dão-Lafões	3,3	13,1	13,7	3,4	0,2	18,2	44,3	3,8	100
Pinhal Interior Sul	1,5	10,3	10,8	0,5	0,0	13,7	61,8	1,5	100
Serra da Estrela	4,1	16,2	4,1	0,0	0,0	20,3	54,7	0,7	100
Beira Interior Norte	6,3	6,8	3,8	2,3	0,0	22,5	51,9	6,3	100
Beira Interior Sul	36,8	9,9	1,5	7,4	0,0	14,9	25,8	3,8	100
Cova da Beira	7,7	15,4	5,2	0,7	0,0	24,5	42,3	4,2	100
Oeste	7,4	8,2	12,4	2,5	0,0	28,7	36,1	4,7	100
Médio Tejo	3,9	13,2	11,9	2,2	0,0	28,0	33,1	7,8	100
LISBOA VALE TEJO	1,2	2,8	2,3	1,2	0,3	20,9	49,7	21,7	100
Grande Lisboa	0,7	2,6	1,9	1,0	0,3	18,8	51,4	23,1	100
Península de Setúbal	3,9	3,7	4,3	1,9	0,4	33,3	39,0	13,5	100
ALENTEJO	17,1	10,7	4,5	3,4	0,3	22,2	34,4	7,5	100
Alentejo Litoral	24,3	3,4	1,4	1,1	0,0	24,2	21,9	23,7	100
Alto Alentejo	19,1	11,1	9,1	0,4	0,2	16,2	34,7	9,2	100
Alentejo Central	18,3	16,4	2,8	3,4	1,2	21,0	32,3	4,5	100
Baixo Alentejo	26,6	6,9	0,4	0,0	0,0	33,5	30,1	2,4	100
Lezíria do Tejo	10,9	11,7	6,4	5,8	0,0	20,9	41,4	2,9	100
ALGARVE	4,1	2,0	1,4	0,4	0,0	33,7	54,4	4,0	100
Açores	4,0	3,4	1,9	0,1	0,1	56,8	29,6	4,2	100
Madeira	1,1	2,8	2,5	0,4	0,0	38,5	40,9	13,9	100
TOTAL	3,1	5,9	4,4	1,8	0,2	23,8	45,8	14,9	100

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Em segundo lugar, há sectores onde o peso percentual de mão-de-obra estrangeira tende a prevalecer face à mão-de-obra nacional, como é o caso das infra-estruturas, que atinge o seu auge de diferenciação nos Açores, onde estão percentualmente afectos quase 60% do total de

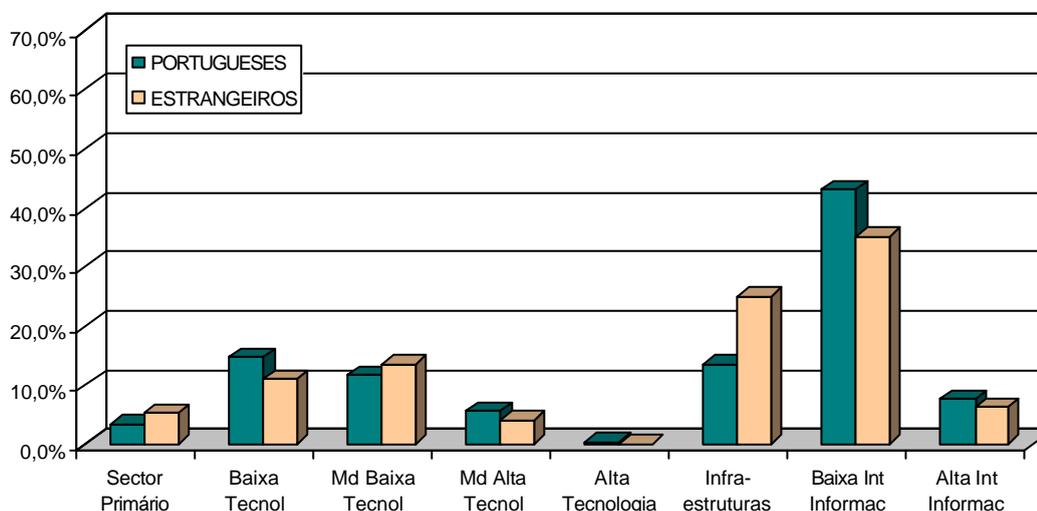
trabalhadores estrangeiros (valor que desce para cerca de 18% no caso dos trabalhadores nacionais).

Gráfico 52
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Norte (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

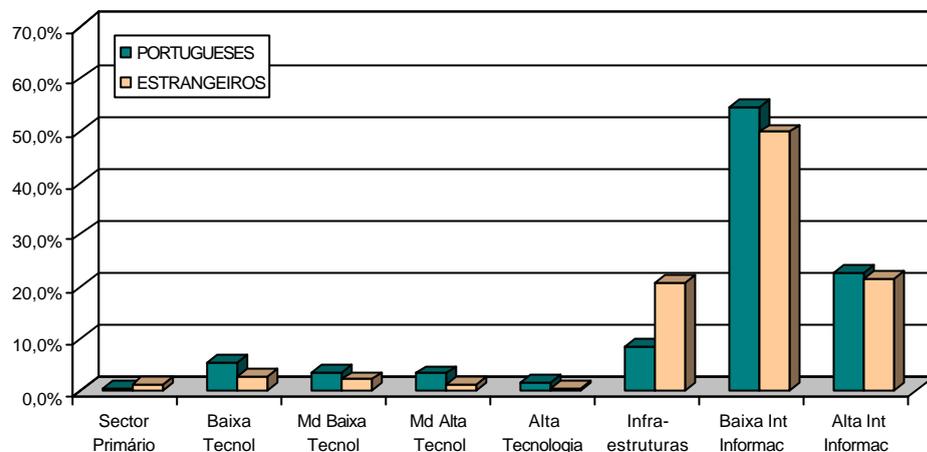
Gráfico 53
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Centro (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

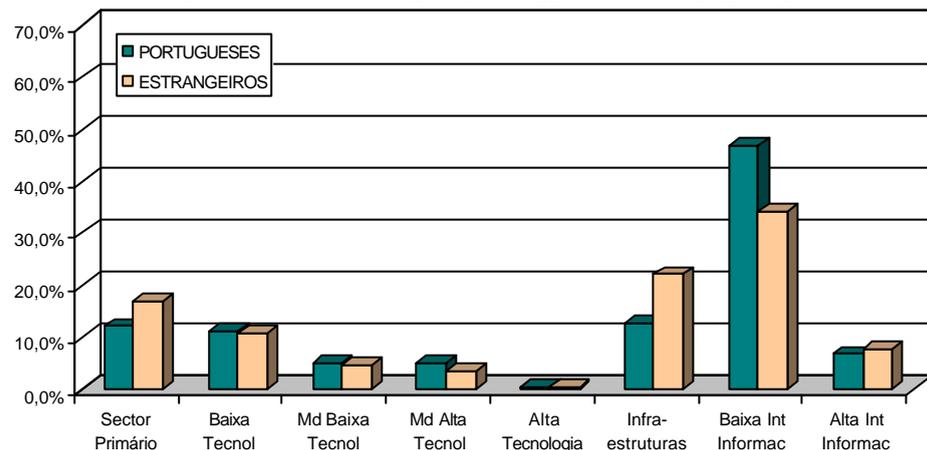
Já no caso das actividades industriais de baixa tecnologia, os trabalhadores portugueses assumem valores de peso percentual superiores aos dos trabalhadores estrangeiros, como de resto - tendencialmente -, nas restantes classes tecnológicas deste sector, exceptuando a situação da Região Centro, onde o peso percentual da população imigrante na baixa tecnologia supera o valor obtido pela mão-de-obra nacional.

Gráfico 54
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros
por Classes Tecnológicas, em Lisboa e Vale do Tejo (2005)



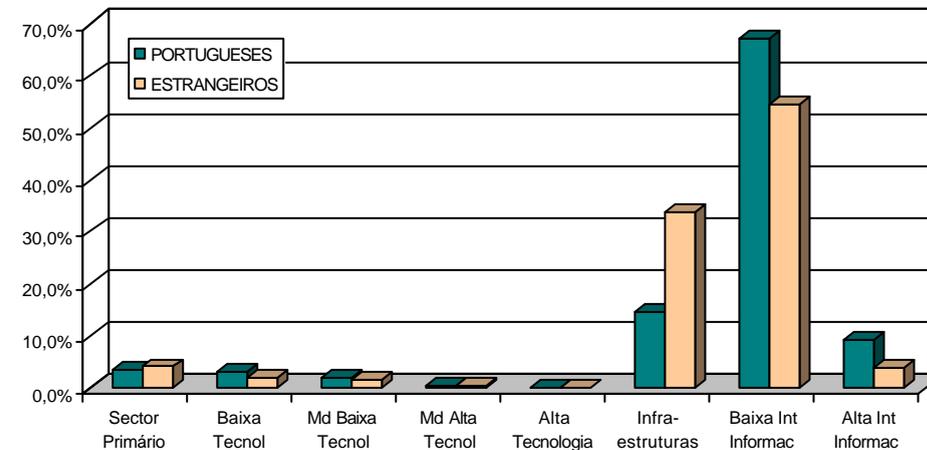
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 55
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros
por Classes Tecnológicas, na Região do Alentejo (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

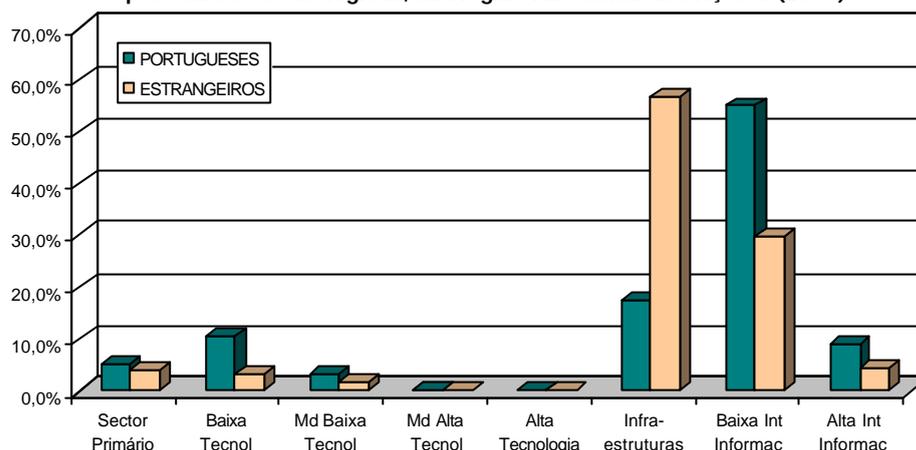
Gráfico 56
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros
por Classes Tecnológicas, na Região do Algarve (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

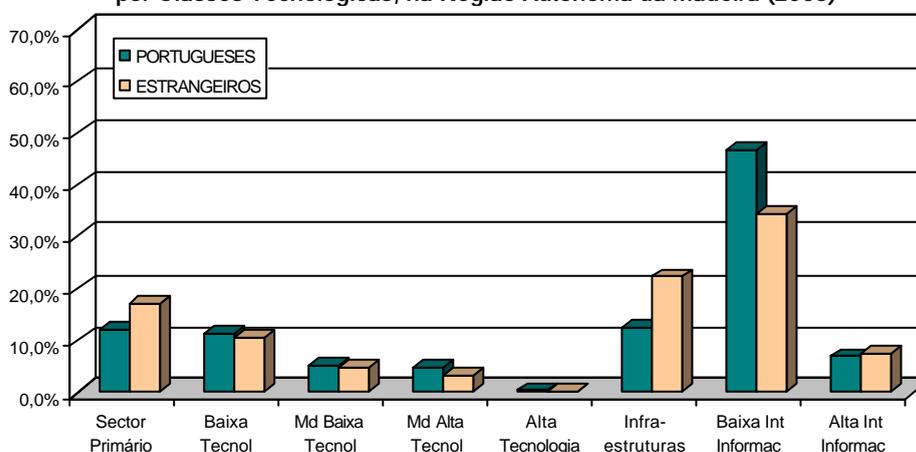
Em dois sectores que curiosamente se situam no extremo das classes tecnológicas consideradas, ou seja, no sector primário e no sector dos serviços que usa uma alta intensidade informacional, vamos encontrar uma situação comparativa entre o trabalho por conta de outrem nacional e imigrante que em determinadas regiões confere ligeira vantagem à mão-de-obra imigrante.

Gráfico 57
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Autónoma dos Açores (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Gráfico 58
Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem Nacionais e Estrangeiros por Classes Tecnológicas, na Região Autónoma da Madeira (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Assim, exceptuando a Região Norte e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o peso de trabalhadores imigrantes nas actividades subjacentes ao sector primário tende a ser superior ao observado no caso dos trabalhadores nacionais. E quanto aos domínios dos serviços que usam elevada intensidade informacional, destacam-se as regiões do Norte, do Alentejo e da Madeira como aquelas onde o trabalho por conta de outrem assume um peso percentual comparativo superior ao dos trabalhadores nacionais.

Por NUTS III, destaquem-se alguns casos onde a vantagem comparativa da mão-de-obra estrangeira, em determinadas classes tecnológicas merece ser assinalada. Nas actividades dos serviços com alta intensidade informacional, essa vantagem ronda os 30% pontos percentuais no Douro e quase 15% no Alentejo Litoral. Mas é sobretudo no sector das infra-estruturas que as diferenças relativas são mais constante e, em alguns casos, muito relevantes. No Cávado e no Tâmega, por exemplo, o peso de estrangeiros afectos a este sector é respectivamente de 20 e 30%, situando-se em torno dos 22% na Península de Setúbal e no Baixo Alentejo, e atingindo os 39% nos Açores.

4. Imigração e capacitação dos espaços de acolhimento: as habilitações dos imigrantes e dos portugueses

Um dos pressupostos deste projecto consiste em considerar que a imigração, pelo facto de apresentar volumes significativos de força de trabalho (respondendo assim às necessidades de mão-de-obra da economia portuguesa), pode acrescidamente comportar uma qualificação dos recursos humanos activos ou empregues, em virtude de integrar, sobretudo na sua vaga mais recente, trabalhadores provenientes de países com elevados padrões de escolarização.

Embora tenhamos consciência de que a fiabilidade da informação pode neste domínio não estar garantida²⁸, ensaiou-se uma exploração dos dados partindo da ideia de que há matéria que justifica aquele pressuposto.

O primeiro ponto a observar é, nestes termos, o que respeita ao peso percentual das habilitações superiores. De um ponto de vista nacional, como vimos anteriormente, o universo dos trabalhadores portugueses compara positivamente com o universo dos trabalhadores estrangeiros abrangidos pelos Quadros de Pessoal. Contudo, esta conclusão global tem muitas variações no plano regional. Em 14 das 30 NUTS III, a percentagem de trabalhadores imigrantes com o ensino superior é mais elevada que a percentagem verificada em relação aos trabalhadores por conta de outrem portugueses, com diferenças em alguns casos superiores a três pontos percentuais, como mostra o Quadro 89.

As NUTS III da Região Norte, com a excepção de Trás-os-Montes, e sejam elas de natureza industrial, metropolitana ou periférica, registam um benefício relativo das habilitações da mão-de-obra pelo facto de terem recebido imigrantes, pois estes são mais habilitados que os nacionais, em termos de formação superior. O mesmo acontece, com significado, no Pinhal Interior Norte, na

²⁸ Como assinalámos no Capítulo 5, as Bases de Dados do MTSS, relativas a 2005, comportam no apuramento das habilitações escolares uma percentagem muito significativa (13%) de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem cujo nível de escolaridade não é conhecido. A informação utilizada neste capítulo, à semelhança do Capítulo 5, não considera os casos de habilitação escolar ignorada.

Serra da Estrela e na Cova da Beira (na Região Centro); assim como na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo Central.

Quadro 89
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes com o Ensino Superior e Índices de Habilitações (2005)

	Trab. Portugueses			Trab. Estrangeiros			Índice Escolaridade	
	Total	Ens. Superior	%	Total	Ens. Superior	%	Portugueses	Estrangeiros
NORTE	972 051	86 294	8,9	18 556	2 158	11,6	7,8	8,5
Minho-Lima	52 735	4 108	7,8	1 120	126	11,3	7,9	8,9
Cávado	111 360	7 621	6,8	2 343	211	9,0	7,7	8,5
Ave	160 340	9 434	5,9	2 307	190	8,2	7,3	7,9
Grande Porto	359 241	46 787	13,0	8 055	1 092	13,6	8,7	8,9
Tâmega	136 518	6 006	4,4	1 391	102	7,3	6,7	7,3
Entre Douro e Vouga	88 465	6 548	7,4	1 502	247	16,4	7,4	9,0
Douro	36 366	3 285	9,0	712	91	12,8	7,6	7,7
Alto Trás-os-Montes	27 026	2 505	9,3	1 126	99	8,8	8,0	7,9
CENTRO	558 904	49 970	8,9	17 093	1 286	7,5	8,0	8,4
Baixo Vouga	107 932	10 803	10,0	3 042	312	10,3	8,0	8,7
Baixo Mondego	75 879	8 456	11,1	2 223	196	8,8	8,5	8,5
Pinhal Litoral	80 454	7 386	9,2	3 151	171	5,4	8,1	8,3
Pinhal Interior Norte	25 934	1 543	5,9	379	32	8,4	7,2	7,9
Dão-Lafões	61 894	5 487	8,9	1 179	107	9,1	7,9	8,6
Pinhal Interior Sul	6 800	364	5,4	105	6	5,7	7,2	7,8
Serra da Estrela	8 687	583	6,7	129	16	12,4	7,0	8,9
Beira Interior Norte	20 991	1 947	9,3	306	20	6,5	7,8	8,2
Beira Interior Sul	15 099	1 188	7,9	282	15	5,3	7,7	7,4
Cova da Beira	19 175	1 677	8,7	241	61	25,3	7,8	9,9
Oeste	82 713	5 862	7,1	4 345	205	4,7	7,9	8,0
Médio Tejo	53 346	4 674	8,8	1 711	145	8,5	8,2	8,3
LISBOA VALE TEJO	789 912	142 287	18,0	70 856	4 902	6,9	9,7	7,8
Grande Lisboa	652 161	129 145	19,8	61 109	4 409	7,2	9,9	7,8
Península de Setúbal	137 751	13 142	9,5	9 747	493	5,1	8,7	7,6
ALENTEJO	157 173	11 645	7,4	7 075	465	6,6	7,8	8,0
Alentejo Litoral	19 113	1 475	7,7	1 301	79	6,1	7,9	8,5
Alto Alentejo	22 512	1 538	6,8	813	52	6,4	7,5	7,7
Alentejo Central	36 998	2 560	6,9	1564	138	8,8	7,8	8,3
Baixo Alentejo	21 653	1 696	7,8	613	42	6,9	7,8	7,7
Lezíria do Tejo	56 897	4 376	7,7	2784	154	5,5	7,9	7,8
ALGARVE	106 575	8 330	7,8	16 461	877	5,3	8,3	8,2
Madeira	49 166	2 747	5,6	999	56	5,6	7,7	7,4
Açores	62 963	4 216	6,7	2 153	192	8,9	8,0	8,7
TOTAL	2 696 744	305 489	11,3	133 193	9 936	7,5	8,4	8,0

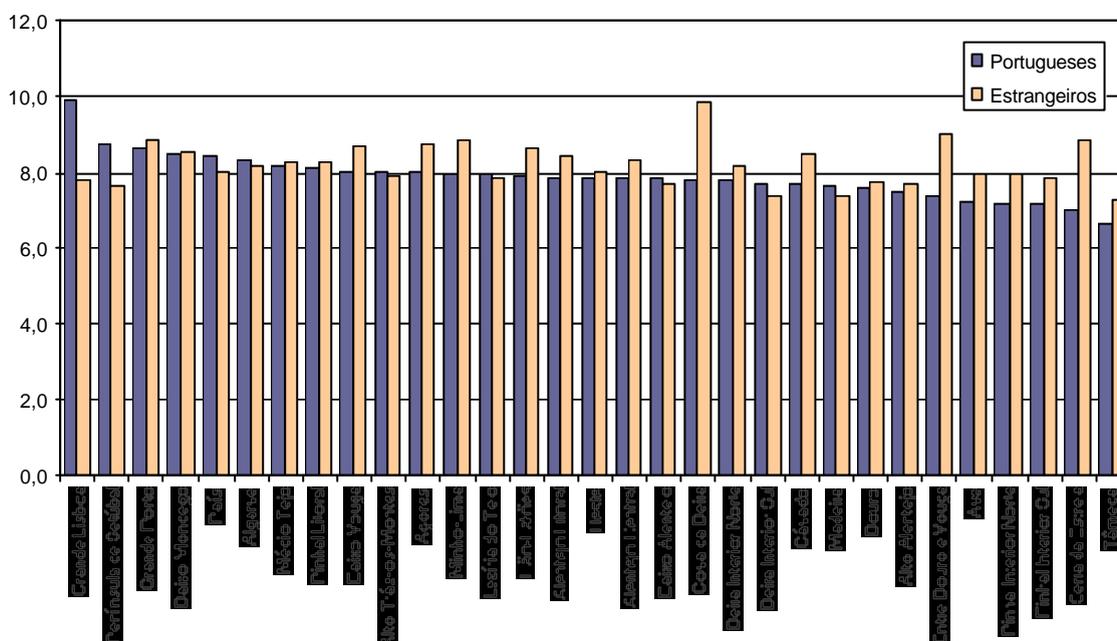
Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

É certo que estas situações em que se regista um diferencial de habilitações, favorável aos trabalhadores imigrantes, apenas correspondem a cerca de 19% do total de imigrantes registado em 2005. No Algarve e na Grande Lisboa, bem como na Península de Setúbal, por exemplo, esta situação favorável ao trabalho imigrante não se verifica, sendo se assinalar que se trata de unidades territoriais com significativos volumes de imigrantes (66% do total nacional).

Esta análise pode contudo ser aprofundada, considerando o modo como se manifesta territorialmente o Índice de Habilitações, já utilizado no capítulo anterior. O que está em causa, neste sentido, é saber se - para além dos graus superiores -, os territórios do país ficam potencialmente mais capacitados pelo facto de receberem imigrantes. Isto é, se a imigração capacita os territórios.

No Quadro 89 e no Gráfico 59 comparam-se justamente as variações territoriais deste índice, tornando-se possível constatar que em 20 das 30 NUTS III do país, o nível médio de habilitações dos imigrantes é superior ao dos portugueses que aí trabalham. Em três delas (Cova da Beira, Entre Douro e Vouga, e Serra da Estrela), o diferencial é superior a um ano de escolaridade.

Gráfico 59
Comparação do Índice de Habilitações, por NUTS III, dos Trabalhadores por Conta de Outrem Portugueses e Estrangeiros (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Considerando este indicador, verifica-se de novo que, no Norte, a capacitação dos territórios através dos imigrantes é apreciável: em sete das suas oito NUTS III (incluindo o Grande Porto e os sistemas industriais mais dinâmicos), verifica-se um diferencial positivo. Na Região Centro, a situação é idêntica, com dez das suas doze NUTS III a registarem períodos médios de escolaridade mais elevados no caso da mão-de-obra imigrante, e no Alentejo o resultado favorece igualmente o trabalho imigrante, em três das suas cinco NUTS III.

É certo que são sobretudo os imigrantes provenientes da União Europeia que mais se destacam nas habilitações, com índices bastante superiores (quase 12 anos de escolaridade, em média) aos

dos portugueses a aos das restantes nacionalidades em todas as NUTS III (Quadro 90).

Quadro 90
Índices de Habilitações, segundo a Nacionalidade, por NUTS II e III (2005)

	TOTAL	Portu- gueses	Estrangeiros						
			Total	Países Europeus			Países Lusófonos		
				Total	UE 25	Leste Europeu	Total	Brasil	Países Africanos
NORTE	7,8	7,8	8,4	8,6	11,3	7,8	8,3	8,6	7,8
Minho-Lima	7,9	7,9	8,8	9,0	10,6	8,0	8,3	8,5	7,6
Cávado	7,7	7,7	8,4	8,6	11,3	8,1	8,3	8,8	7,7
Ave	7,2	7,2	7,9	7,8	10,1	7,3	8,4	8,0	9,5
Grande Porto	8,6	8,6	8,8	9,3	11,8	8,4	8,5	9,1	7,9
Tâmega	6,7	6,7	7,2	7,6	9,3	7,1	6,6	6,2	7,7
Entre Douro e Vouga	7,4	7,4	8,9	8,9	12,3	7,9	9,0	9,1	8,7
Douro	7,6	7,6	7,5	7,9	12,6	6,5	7,0	8,0	6,2
Alto Trás-os-Montes	8,0	8,0	7,8	7,9	10,3	7,7	7,7	8,1	7,0
CENTRO	8,0	8,0	8,3	8,3	10,5	8,0	8,1	8,2	7,9
Baixo Vouga	8,0	8,0	8,6	8,4	10,7	8,1	8,7	9,0	8,3
Baixo Mondego	8,5	8,5	8,5	8,5	11,5	8,0	8,6	8,6	8,6
Pinhal Litoral	8,1	8,1	8,2	8,2	9,5	8,0	8,0	8,0	7,8
Pinhal Interior Norte	7,2	7,2	7,8	7,7	10,8	7,2	7,9	7,2	8,7
Dão-Lafões	7,9	7,9	8,6	8,7	10,8	8,2	8,6	9,1	7,8
Pinhal Interior Sul	7,2	7,2	7,7	7,2	10,0	6,7	9,2	8,5	10,0
Serra da Estrela	7,0	7,0	8,8	8,6	11,1	6,8	9,7	8,5	10,9
Beira Interior Norte	7,8	7,8	8,1	8,2	9,1	7,9	8,2	7,3	9,9
Beira Interior Sul	7,7	7,7	7,3	7,9	9,3	7,5	8,3	8,1	8,4
Cova da Beira	7,8	7,8	9,8	10,4	13,0	8,6	7,8	7,8	7,9
Oeste	7,8	7,8	7,9	8,2	10,3	8,0	7,5	7,9	6,7
Médio Tejo	8,2	8,2	8,1	8,2	11,5	7,9	7,6	7,8	7,2
LISBOA VALE TEJO	9,5	9,7	7,7	9,1	12,8	8,2	7,2	8,5	6,5
Grande Lisboa	9,7	9,9	7,7	9,2	12,9	8,2	7,2	8,7	6,5
Península de Setúbal	8,6	8,7	7,5	8,4	11,5	8,0	7,1	7,9	6,4
ALENTEJO	7,8	7,8	7,9	8,1	10,2	7,8	7,6	7,7	7,4
Alentejo Litoral	7,9	7,8	8,4	8,9	9,9	8,6	7,2	7,7	6,5
Alto Alentejo	7,5	7,5	7,6	7,5	9,4	7,2	7,9	7,9	7,8
Alentejo Central	7,8	7,8	8,2	8,4	11,3	8,1	7,7	7,3	8,9
Baixo Alentejo	7,8	7,8	7,6	7,6	8,7	7,3	7,6	7,4	8,1
Lezíria do Tejo	7,9	7,9	7,7	7,8	11,2	7,5	7,7	8,0	7,3
ALGARVE	8,3	8,3	8,0	8,3	10,6	7,7	7,6	8,2	6,8
Açores	7,6	7,6	7,3	7,6	10,3	7,3	6,8	7,8	5,9
Madeira	8,0	8,0	8,6	9,1	11,7	8,1	7,3	8,0	6,3
TOTAL	8,4	8,4	7,9	8,6	11,5	7,9	7,4	8,4	6,6

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Mas isto mostra-nos justamente o carácter complexo e multifacetado da imigração em Portugal. Trata-se, como já se viu, de um volume de trabalhadores apenas equivalente a 0,4% do total de trabalhadores por conta de outrem (e a 7,6% no universo da imigração), mas o seu papel “qualificante” é geral no país.

Os imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são, regra geral, os menos habilitados (a sua escolaridade é, em média, de 6,6 anos). Mas apresentam, contudo, índices de

habilitações superiores aos dos portugueses em catorze NUTS III, embora se trate de espaços onde estes imigrantes assumem contingentes bastante reduzidos. De facto, sobretudo em algumas NUTS III do Centro do país (como o Pinhal Interior Sul, a Serra da Estrela, a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul e a Cova da Beira), onde o número total de estrangeiros provenientes dos países lusófonos africanos com habilitações conhecidas é de apenas 109 (num total de quase 40 mil), estes imigrantes apresentam índices de habilitações que tendem a revelar-se ligeiramente superiores aos dos portugueses dessas regiões.

Os imigrantes provenientes dos países da Europa de Leste são, em termos médios, menos habilitados, mas em doze NUTS III o seu nível de escolarização é igual ou superior ao dos portugueses. Trata-se sobretudo de territórios do interior, onde o volume destes imigrantes tem, apesar de tudo, algum significado (cerca de 10 mil, ou seja, aproximadamente 22 % do total de estrangeiros daquela proveniência).

Quanto aos imigrantes brasileiros, eles apresentam índices de habilitações a nível local em média não muito diferentes dos trabalhadores portugueses, excepto em cinco casos: as NUTS III do Cávado e Entre Douro e Vouga (a Norte), e no Dão Lafões, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela (na Região Centro), onde os trabalhadores brasileiros têm entre um a dois anos de escolaridade a mais do que os trabalhadores portugueses. Nestes casos, estamos a falar de um universo de 1339, verificando-se portanto uma situação idêntica à que assinalámos no caso dos imigrantes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

À escala regional, ou seja, das NUTS II, não devem contudo deixar de sublinhar-se as diferenças entre os níveis de habilitações da mão-de-obra imigrante e da mão-de-obra nacional. Na Região Norte, apenas os imigrantes dos PALOP's e da Europa de Leste se situam ao nível dos portugueses (cerca de 7,8 anos de escolaridade, em média), revelando todas as outras origens geográficas um número médio de anos de escolaridade superior. O mesmo tende a verificar-se na Região Centro e, tanto no Alentejo como no Algarve, os brasileiros juntam-se ao conjunto de nacionalidades com menores níveis de escolaridade, no qual se incluem os trabalhadores portugueses. Apenas na Região de Lisboa e Vale do Tejo o índice de habilitações dos trabalhadores portugueses supera as diferentes origens geográficas do trabalho imigrante, com excepção para os trabalhadores da União Europeia.

5. As qualificações dos imigrantes: o uso desqualificado da mão-de-obra

As qualificações profissionais, tal como sucede com as habilitações escolares, colocam em muitos casos, e sobretudo no universo da imigração, importantes questões na esfera do reconhecimento social das competências. No caso das habilitações, por exemplo, foram registados em 2005, na

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), do Ministério da Educação²⁹, cerca de 6 mil pedidos de concessão de equivalência, que foram na sua quase totalidade (99,8%) solicitados por cidadãos estrangeiros, visando- em 40% dos casos-, fins profissionais.

Neste universo, destacam-se particularmente os requerimentos de concessão de equivalências apresentados por cidadãos brasileiros (24%), ucranianos (11%) e franceses (11%), sendo que 36% do total de equivalências concedidas se referem ao 12º ano de escolaridade, e 15% ao 9º ano, evidenciando assim a existência de um padrão relativamente elevado das habilitações de origem dos imigrantes.

Mas a questão do reconhecimento de competências é mais complexa no âmbito da qualificação profissional, quer em termos processuais, quer pelo facto de os próprios imigrantes não tentarem fazer reconhecer as suas habilitações profissionais. Em matéria de imigração, há de facto uma distância enorme entre encarar o universo a partir das habilitações (ou seja, dos níveis de escolarização) e encará-lo do ponto de vista das qualificações profissionais (sobretudo na medida em que esta tem que ver com as formas de desempenho no local de trabalho)³⁰. Trata-se, afinal, de constatar que uma coisa é o capital humano dos imigrantes, e outra - distinta -, é a sua utilização pela economia e pela sociedade. Ora, esta última é claramente inferior ao primeiro.

Basta, neste sentido, analisar alguns dos dados do Quadro 91. Globalmente, no conjunto do país, os desempenhos inferiores, correspondentes aos “trabalhadores não qualificados, praticantes e aprendizes”, têm um peso mais do que duplo entre os imigrantes (38,2%) do que entre os portugueses (18,5%), quando, recorde-se, os respectivos perfis de habilitações escolares se equiparam, ou até se destacam favoravelmente no caso da mão-de-obra imigrante. O que significa, acrescidamente, que mais de 1/3 do volume de imigrantes que trabalham em Portugal está neste patamar de “desqualificação”.

Para se encontrar alguma aproximação entre os níveis de desqualificação da mão-de-obra portuguesa e estrangeira a trabalhar em Portugal, tem de se fazer o exercício de encontrar os casos em que a desqualificação dos imigrantes (avaliada pelo peso percentual dos que são “não qualificados, praticantes e aprendizes”) é menos do que o dobro da dos portugueses. Verifica-se então que é nas NUTS III do Alentejo interior, em toda a Região Norte, e em algumas NUTS III do Centro interior, para além da Madeira, dos Açores e do Algarve, que os imigrantes atenuam a sua

²⁹ Estes dados referem-se apenas aos pedidos registados no sistema de informação da DGIDC (e referidos no Relatório “*Concessão de Equivalências Estrangeiras*”, de 2005), não incluindo portanto - à data -, muitos dos pedidos de concessão apresentados (e resolvidos) nos estabelecimentos de ensino básico e secundário da área de residência dos requerentes.

³⁰ Como assinalámos anteriormente, o número de “qualificações ignoradas” nas Bases de Dados tem algum significado, decorrendo de um deficiente preenchimento do instrumento de notação. Para minimizar este constrangimento, a informação aqui mobilizada, à semelhança das habilitações, considera apenas os trabalhadores cujas qualificações profissionais estão identificadas.

“inserção desqualificada” no mercado de trabalho. Por oposição, e com uma ligeira incidência no litoral a sul do Douro, é sobretudo em espaços como a Área Metropolitana de Lisboa e o Alentejo Litoral, que os níveis de “desqualificação” tendem a revelar-se mais acentuados (Gráfico 60).

Quadro 91
Trabalhadores por Conta de Outrem nacionais e imigrantes, por Categorias Profissionais
relativas a Quadros Dirigentes e Pessoal não Qualificado, segundo as NUTS II e III (2005)

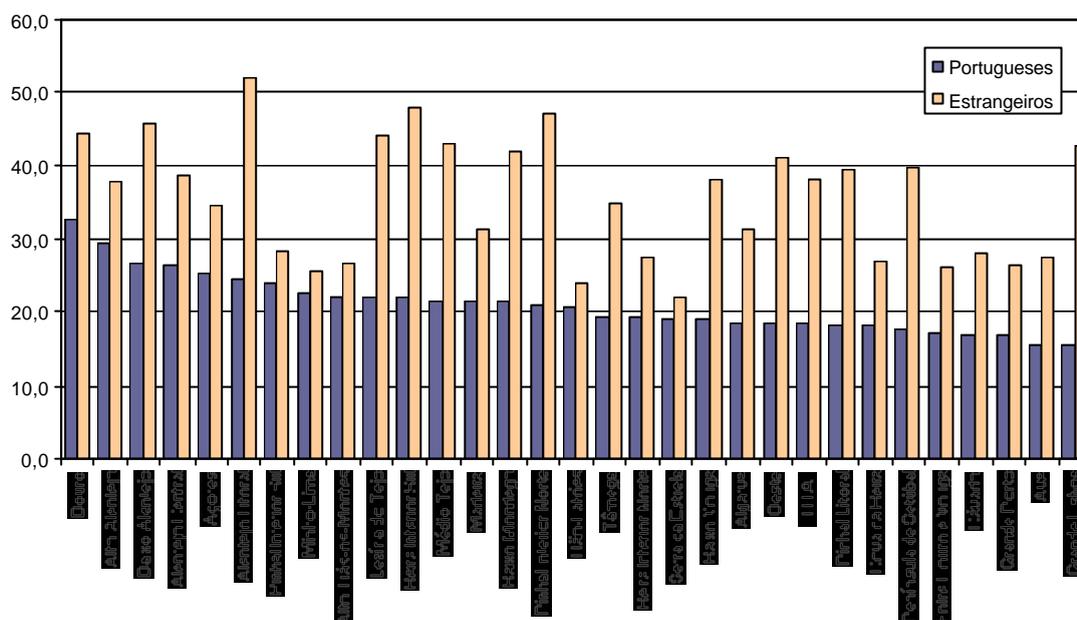
	Trabalhadores Nacionais					Trabalhadores Estrangeiros				
	Total	Quadros Médios e Superiores		Trab. Não Qualific., Pratic. e Aprendizizes		Total	Quadros Médios e Superiores		Trab. Não Qualific., Pratic. e Aprendizizes	
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%
NORTE	932 394	83 485	9,0	168 954	18,1	19 228	1 679	8,7	5 410	28,1
Minho-Lima	50 894	3 972	7,8	11 536	22,7	1 106	106	9,6	285	25,8
Cávado	107 442	7 628	7,1	18 285	17,0	2 346	146	6,2	659	28,1
Ave	154 714	10 432	6,7	24 088	15,6	2 311	153	6,6	631	27,3
Grande Porto	341 130	41 800	12,3	57 699	16,9	8 291	831	10,0	2 186	26,4
Tâmega	131 737	7 467	5,7	25 501	19,4	1 538	64	4,2	539	35,0
Entre Douro e Vouga	85 702	6 703	7,8	14 698	17,2	1 642	186	11,3	430	26,2
Douro	34 784	3 152	9,1	11 358	32,7	839	88	10,5	372	44,3
Alto Trás-os-Montes	25 991	2 331	9,0	5 789	22,3	1 155	105	9,1	308	26,7
CENTRO	534 615	48 783	9,1	106 000	19,8	20 092	810	4,0	7 841	39,0
Baixo Vouga	103 593	9 893	9,5	19 819	19,1	3 062	161	5,3	1 166	38,1
Baixo Mondego	71 741	7 648	10,7	15 365	21,4	2 470	125	5,1	1 036	41,9
Pinhal Litoral	76 742	7 669	10,0	13 982	18,2	3 722	118	3,2	1 465	39,4
Pinhal Interior Norte	24 871	1 847	7,4	5 215	21,0	429	26	6,1	203	47,3
Dão-Lafões	59 096	5 056	8,6	12 307	20,8	1 392	78	5,6	335	24,1
Pinhal Interior Sul	6 544	475	7,3	1 576	24,1	201	14	7,0	57	28,4
Serra da Estrela	8 425	841	10,0	1 617	19,2	141	19	13,5	31	22,0
Beira Interior Norte	20 273	1 777	8,8	3 911	19,3	386	18	4,7	106	27,5
Beira Interior Sul	14 778	986	6,7	3 235	21,9	466	16	3,4	224	48,1
Cova da Beira	18 560	1 552	8,4	3 380	18,2	276	53	19,2	74	26,8
Oeste	79 267	6 445	8,1	14 663	18,5	5 592	109	1,9	2 305	41,2
Médio Tejo	50 725	4 594	9,1	10 930	21,5	1 955	73	3,7	839	42,9
LISBOA VALE TEJO	739 764	119 721	16,2	117 640	15,9	69 703	3 211	4,6	29 407	42,2
Grande Lisboa	610 292	106 663	17,5	94 550	15,5	59 015	2 924	5,0	25 171	42,7
Península de Setúbal	129 472	13 058	10,1	23 090	17,8	10 688	287	2,7	4 236	39,6
ALENTEJO	150 520	11 923	7,9	37 772	25,1	8 119	237	2,9	3 548	43,7
Alentejo Litoral	17 942	1 700	9,5	4 391	24,5	1 319	44	3,3	684	51,9
Alto Alentejo	21 709	1 614	7,4	6 431	29,6	907	32	3,5	342	37,7
Alentejo Central	35 961	2 691	7,5	9 540	26,5	1 675	75	4,5	647	38,6
Baixo Alentejo	21 042	1 588	7,5	5 597	26,6	772	12	1,6	353	45,7
Lezíria do Tejo	53 866	4 330	8,0	11 813	21,9	3 446	74	2,1	1 522	44,2
ALGARVE	102 360	8 652	8,5	18 971	18,5	18 614	750	4,0	5 860	31,5
Açores	46 685	3 062	6,6	11 789	25,3	975	36	3,7	337	34,6
Madeira	61 079	4 974	8,1	13 103	21,5	2 180	205	9,4	685	31,4
TOTAL	2 567 417	280 600	10,9	474 229	18,5	138 911	6 928	5,0	53 088	38,2

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Concomitantemente, quando procedemos a uma análise comparativa do peso percentual de quadros médios e superiores no universo do trabalho por conta de outrem nacional e imigrante (Quadro 91 e Gráfico 61), constatamos que o diferencial, favorável à mão-de-obra portuguesa, duplica ou mais que duplica tendencialmente nas regiões onde a desqualificação se revela mais pronunciada. Destaca-se assim uma vez mais a Área Metropolitana de Lisboa e algumas NUTS

que a envolvem, todo o Alentejo (com a excepção relativa do Alentejo Central), o Algarve e as NUTS III da Beira Interior Norte e Sul, bem como o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral. Já na Região Norte, e na maior parte das NUTS III da Região Centro, a diferença observada no peso de quadros médios e superiores entre a mão-de-obra nacional e a mão-de-obra imigrante, tende a esbater-se, sendo mesmo - em alguns casos - equivalente.

Gráfico 60
Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem integrados na categoria “Não qualificados, praticantes e aprendizes”, por NUTS III (2005)



Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

Pontualmente, como sucede na Cova da Beira, Serra da Estrela, Entre Douro e Vouga, Minho-Lima e Madeira, o peso percentual de quadros médios e superiores, no total de mão-de-obra imigrante, chega mesmo a superar os valores obtidos pelos trabalhadores portugueses. E se no caso da Cova da Beira e da Serra da Estrela, o contingente de imigrantes não é significativo (276 e 141, respectivamente), já nas restantes NUTS III mencionadas os respectivos contingentes não suscitam reservas à relevância estatística dos resultados obtidos.

Tal como no caso das habilitações escolares, podemos igualmente analisar as qualificações profissionais através de um *Índice de Qualificação* (a que já recorremos no Capítulo V do presente relatório de investigação), e que permite uma rápida comparação entre nacionalidades e unidades geográficas (Quadro 92)³¹.

Gráfico 61

³¹ Recorde-se que a ponderação a que corresponde o Índice de Qualificação foi calculada através da atribuição de valores crescentes, entre 1 (praticantes e aprendizes) e 8 (quadros superiores), reflectindo assim a progressão das categorias de qualificação profissional.

portugueses assume a nível local, e num número significativo de casos, valores muito relevantes. Vejam-se, na Região Norte, os exemplos do Grande Porto, Douro e de Entre Douro e Vouga (NUTS III com índices superiores a 5, valor nunca atingido pelos trabalhadores portugueses, nem por imigrantes de outra origem geográfica que não a comunitária); situação equivalente à do Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Serra da Estrela e Beira Interior Sul (na Região Centro); às NUTS III de Lisboa e Vale do Tejo; e ao Alentejo Central.

Quadro 92
Índices de Qualificação, segundo a Nacionalidade, por NUTS II e III (2005)

	TOTAL	Portu- gueses	Estrangeiros						
			Total	Países Europeus			Países Lusófonos		
				Total	UE 25	Leste Europeu	Total	Brasil	Países Africanos
NORTE	3,8	3,8	3,6	3,6	5,0	3,3	3,5	3,6	3,5
Minho-Lima	3,7	3,7	3,7	3,8	4,8	3,2	3,5	3,5	3,6
Cávado	3,8	3,8	3,5	3,5	4,9	3,2	3,6	3,6	3,5
Ave	3,8	3,8	3,5	3,5	4,4	3,3	3,4	3,3	3,9
Grande Porto	4,0	4,1	3,6	3,7	5,2	3,3	3,5	3,6	3,4
Tâmega	3,7	3,7	3,3	3,2	4,0	3,0	3,5	3,4	3,7
Entre Douro e Vouga	3,7	3,7	3,7	3,7	5,5	3,2	3,8	3,7	3,9
Douro	3,6	3,6	3,4	3,4	5,9	2,8	3,4	3,4	3,3
Alto Trás-os-Montes	3,8	3,8	3,7	3,8	4,4	3,7	3,5	3,5	3,5
CENTRO	3,8	3,8	3,2	3,1	4,5	2,9	3,3	3,2	3,4
Baixo Vouga	3,8	3,8	3,2	3,0	4,4	2,8	3,5	3,4	3,6
Baixo Mondego	3,9	3,9	3,2	3,2	5,0	3,0	3,1	3,1	3,1
Pinhal Litoral	3,9	3,9	3,1	3,1	4,3	2,8	3,4	3,3	3,5
Pinhal Interior Norte	3,7	3,7	3,1	3,0	5,1	2,7	3,1	2,9	3,5
Dão-Lafões	3,8	3,8	3,6	3,5	4,5	3,4	3,7	3,7	3,8
Pinhal Interior Sul	3,6	3,7	3,5	3,5	4,0	3,5	3,7	3,4	4,2
Serra da Estrela	3,8	3,8	3,9	4,0	5,1	3,4	4,1	4,0	4,2
Beira Interior Norte	3,7	3,7	3,5	3,5	4,1	3,3	3,6	3,5	3,7
Beira Interior Sul	3,7	3,7	2,9	2,8	3,5	2,7	3,5	3,1	3,8
Cova da Beira	3,8	3,8	4,1	4,2	5,5	3,2	3,8	3,4	4,3
Oeste	3,8	3,8	3,0	2,9	4,1	2,8	3,1	3,0	3,3
Médio Tejo	3,8	3,8	3,1	3,0	4,7	2,8	3,2	3,2	3,2
LISBOA VALE TEJO	4,2	4,3	3,2	3,6	5,6	3,1	3,0	3,2	2,9
Grande Lisboa	4,3	4,4	3,2	3,6	5,6	3,1	3,0	3,2	2,9
Península de Setúbal	3,9	4,0	3,1	3,3	5,2	3,0	3,1	3,1	3,1
ALENTEJO	3,7	3,7	3,0	3,0	4,3	2,8	3,1	3,1	3,0
Alentejo Litoral	3,7	3,8	3,0	2,9	4,1	2,6	3,0	2,9	3,2
Alto Alentejo	3,6	3,6	3,2	3,2	4,3	3,0	3,2	3,1	3,7
Alentejo Central	3,6	3,6	3,2	3,2	5,1	3,0	3,2	3,1	3,6
Baixo Alentejo	3,6	3,6	3,0	2,9	3,3	2,8	3,2	3,2	3,4
Lezíria do Tejo	3,7	3,8	3,0	2,9	4,4	2,8	3,0	3,1	2,8
ALGARVE	3,8	3,9	3,3	3,3	4,6	3,0	3,2	3,1	3,3
Açores	3,6	3,6	3,3	3,2	4,9	3,0	3,3	3,4	3,3
Madeira	3,8	3,8	3,6	3,6	4,9	3,1	3,4	3,4	3,4
TOTAL	3,9	4,0	3,2	3,4	5,0	3,0	3,1	3,2	3,0

Fonte: DGEEP-MTSS, Quadros de Pessoal, 2005

No entanto, em virtude dos baixos resultados de todas as outras nacionalidades a este nível, e devido também ao facto de os imigrantes comunitários representarem uma parcela pequena do

total de trabalhadores estrangeiros em Portugal, não há - no caso das qualificações -, nenhuma região estatisticamente relevante em que os estrangeiros, no seu todo, apresentem qualificações superiores às dos portugueses, situação que se verificava quando se tratava das habilitações, como vimos anteriormente.

Esta situação de qualificações mais elevadas que as dos portugueses apenas se verifica no caso dos imigrantes dos PALOP (sendo que em algumas das situações de vantagem comparativa destes imigrantes, face aos portugueses, resulta de valores absolutos muito reduzidos). E é nos imigrantes da Europa de Leste que se verifica uma maior discrepância entre habilitações e qualificações, com prejuízo para estas. O que nos leva a considerar, atendendo a que a questão da qualificação profissional é não só uma questão de reconhecimento de competências formais (que explicará em parte, certamente, o acesso rápido de trabalhadores da União Europeia a categorias profissionais mais relevantes), mas igualmente o resultado do tempo, da permanência e do percurso profissional. Ou seja, o reconhecimento de competências e qualificações progressivamente adquiridas com a experiência, que ajuda a explicar, em parte, o posicionamento dos imigrantes lusófonos provenientes do continente africano, que em regra residem e trabalham há mais tempo no nosso país.

6. Conclusão

São três as conclusões que se querem destacar neste capítulo. A primeira é a que se relaciona com a complexidade da geografia da imigração em Portugal. Ela é composta de *aglomerações* (a imigração concentra-se fortemente na Grande Lisboa e no Algarve), de *impactos* locais fortes nas estruturas de territoriais de acolhimento (poucos imigrantes em zonas demograficamente rarefeitas têm um peso relativo elevado) e de diferentes capacidades de *atração* (há meios quantitativamente pouco relevantes no país que atraem proporcionalmente mais imigrantes do que o conjunto nacional). Uma análise de impactos como a que procurámos fazer deve ter isto em conta.

De facto, o território é uma variável-chave para a percepção da influência da imigração. Por isso, o impacto económico e social da imigração no conjunto da economia precisa de ser confrontado com o impacto diferenciado que tem nos diferentes territórios regionais que compõem o país. E é neste último plano que podemos ganhar noções particularmente fortes sobre os seus significados positivos. A imigração tornou-se, pois, relevante em espaços desenvolvidos mas também em concelhos de pequena dimensão ou de economia pouco desenvolvida.

É aliás em espaços intermédios, isto é, em contextos territoriais de média dimensão, onde o volume da imigração assume níveis apreciáveis e, simultaneamente, comporta contributos

positivos relativamente ao nível de habilitações e qualificações, que os impactos da imigração se podem tornar mais perceptíveis.

A segunda conclusão a sublinhar é que a forma de distribuição dos imigrantes no território está muito associada a certas nacionalidades (ou, porventura, ao momento da chegada a Portugal). Claramente, os imigrantes dos países do leste europeu e os brasileiros difundem-se mais no país do que outras nacionalidades, especialmente as dos PALOP.

A terceira conclusão global é que o padrão de inserção dos imigrantes nos ramos e sectores de actividade tem a ver com a estrutura da economia da região que os acolhe, mais do que com o facto de serem imigrantes. O que pode dizer muito não só sobre a plasticidade e adaptabilidade da mão-de-obra imigrante, mas igualmente da disponibilidade da sociedade portuguesa para acolher o trabalho imigrante, nos diferentes contextos territoriais que constituem o país.

Capítulo VII

A imigração enquanto mobilidade: Portugal numa plataforma global de 'circulação de investigadores'?

Entre os trabalhadores altamente qualificados, os investigadores surgem como um grupo em que a mobilidade internacional - uma entre várias formas de internacionalização particularmente características da actividade científica - é particularmente incentivada, fazendo parte das suas trajectórias profissionais. Na verdade, a própria substituição do conceito de migração pelo de mobilidade científica, para além de um eventual processo de diferenciação social entre classes de trabalhadores que esta distinção implicitamente pressupõe, pretende salientar a permanência de fluxos temporários na actividade científica face à ênfase na permanência das estadias a que o conceito de migração está mais frequentemente associado.

Para além da própria prática científica, a nível político global tem havido uma crescente ênfase na mobilidade internacional dos investigadores, como é disso exemplo a comunicação da Comissão Europeia "A *Mobility Strategy for the European Research Area*"³². A nova Lei da Imigração (Lei nº 23/2007 de 4 de Julho) já reflecte a atenção que tem vindo a ser dada não só às necessidades deste grupo de profissionais, como aos interesses dos próprios países em acolhê-lo. Por isso se transpõe a Directiva Europeia 2005/71/CE de 12 de Outubro de 2005, relativa a um procedimento específico de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica.

Esta ênfase das políticas públicas baseia-se, por um lado, no contributo da mobilidade científica para a produção de novo conhecimento e para a circulação e fertilização de conhecimento e de práticas através dos investigadores em movimento. Mas, por outro lado, é claro que quando os recursos humanos qualificados adquirem um papel central no modelo actual de crescimento económico, em que o conhecimento é um recurso central, a capacidade dos países e das regiões para atraírem recursos humanos qualificados é de importância fulcral para a sua capacidade de emergirem como competitivos no mapa global actual. Novas mobilidades e novas circulações de

³² COM(2001)331, de 20.06.2001.

peças são assim fenómenos de criação de competitividade regional neste novo mapa global, como sublinha Saxenian (2006) na sua análise dos ‘novos argonautas’.

Neste contexto, da prática e da política, a análise das migrações científicas tem uma particular relevância, juntando-se à análise apresentada em capítulos anteriores, nomeadamente a relativa às qualificações dos trabalhadores e à base tecnológica e informacional dos sectores industriais e dos serviços. Este Capítulo irá assim debruçar-se especificamente sobre este grupo de trabalhadores científicos. Parte-se de uma primeira caracterização desta população, seguindo o inquérito oficial às actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), que permite caracterizar a população de investigadores estrangeiros³³ em Portugal e aferir da sua relevância nas dinâmicas do sector. Numa segunda etapa, irão analisar-se os processos de inserção com base em dados de um inquérito realizado a investigadores estrangeiros em Portugal.

1. Dimensão internacional do sistema de investigação

Tem sido dada particular importância, no sistema de investigação nacional, à mobilidade científica no que se refere à emigração de investigadores portugueses para o estrangeiro. Este movimento, em grande parte baseado em fluxos temporários associados a formação pós-graduada, tem-se vindo no entanto a sedimentar através de estadias mais prolongadas no estrangeiro, tipicamente associada ao não retorno após o período de formação externa. Não sendo este necessariamente o modo exclusivo de emigração científica, é sem dúvida o modo principal, desde logo devido à significativa importância da formação pós-graduada no estrangeiro, no contexto português.

Na verdade, durante os três Quadros Comunitários de Apoio (1989-2006), que incluíram na área da investigação os Programas CIENCIA, PRAXIS XXI e POCTI, mais de 50% de bolsas de doutoramento atribuídas foram no estrangeiro ou mistas (incluindo trabalhos em Portugal e no estrangeiro), de entre um total de 9108 bolsas de doutoramento entre 1990 e 2005, segundo dados recentemente publicados pelo GPEARI³⁴ (Quadro 93). Não é assim de estranhar que seja dada particular importância em Portugal ao fluxo de investigadores portugueses para o exterior face ao fluxo de investigadores estrangeiros para o país.

Vejamos agora o fluxo inverso. Para além de uma consideração geral do contributo de investigadores estrangeiros para a economia nacional, uma primeira questão a colocar é

³³ Ao longo deste Capítulo serão utilizados indistintamente os termos de migração ou mobilidade, bem como de trabalhadores/imigrantes científicos ou de investigadores estrangeiros, por via do diálogo quer com a terminologia típica dos sistemas de investigação quer com a perspectiva de base do projecto em torno dos mercados de trabalho.

³⁴ O Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES) foi recentemente renomeado de Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), mantendo as competências aqui relevantes relativas à recolha estatística no sector da ciência, tecnologia e ensino superior, a que foram acrescentadas outras competências. Para mais fácil referência utilizamos neste relatório apenas a designação GPEARI.

precisamente se tal fluxo imigratório no sector da investigação é ou não relevante. Para este efeito os dados estatísticos sobre I&D, resultantes do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, realizado bienalmente pelo GPEARI, apresentam-se como a melhor fonte. Não estando estes dados disponíveis publicamente, e não sendo assim possível analisar tendências globais como as apresentadas no Capítulo III, foram adquiridos os dados relativos a investigadores estrangeiros em Portugal, nos anos de 2001 e de 2003³⁵, que se apresentam no Quadro 94.

Quadro 93
Bolsas atribuídas em Portugal (QCA I, II e III - 1990-2005)

LOCALIZAÇÃO DA BOLSA			Total
Portugal	Estrangeiro	Mistas	
1 371	414	318	2 103
4 413	3 232	1 463	9 108

Fonte: GPEARI

Quadro 94
Investigadores Estrangeiros no Sistema de Investigação Português (2001-2003)

Total	Total de Investigadores	Investigadores Estrangeiros	
		Nº	% no Total
2001	31 146	1 338	4,3%
2003	35 855	1 761	4,9%

Fonte: IPCTN/GPEARI (dados trabalhados pelos autores)

Como se vê pelos dados apresentados, o número de investigadores estrangeiros em Portugal mostra ser relevantes para o sistema de investigação nacional, correspondendo a cerca de 5% do total de investigadores no país, parcela aliás semelhante à do total de imigrantes nos quadros de pessoal do tecido empresarial (tal como se mostrou em capítulos anteriores). É claro que estes valores não são muito significativos no contexto geral da população imigrante, mas não é essa a questão que aqui mais importa. Acresce ainda que o número de investigadores estrangeiros aumentou neste período a uma taxa superior à taxa de crescimento do total de investigadores, estando a juntar-se mais de 200 novos investigadores estrangeiros anualmente. Cabe ainda acrescentar que, tendo por referência os valores apresentados no Quadro 93, nomeadamente as 3232 bolsas de doutoramento no estrangeiro atribuídas durante os 16 anos indicados, se pode concluir que também nesta perspectiva do saldo migratório de investigadores o número de investigadores estrangeiros em Portugal não é negligenciável, tendo em conta que apenas uma pequena parcela dos beneficiários destas bolsas efectivamente se terá tornado emigrante, não

³⁵ Foram posteriormente publicados dados do Inquérito relativo ao ano de 2005, mas não incluem dados relativos aos investigadores estrangeiros, não tendo por isso sido possível incluí-los.

regressando ao país após o período de formação³⁶, É certo que na investigação é também importante melhor aferir a qualificação e o contributo destas diferentes populações migrantes, para além da sua simples quantificação. Mas todas estas conclusões relativas à relevância do fenómeno de imigração científica justificam que se conheça melhor esta população de investigadores estrangeiros em Portugal, ainda pouco analisada, e o seu contributo para a qualificação da economia portuguesa.

2. Distribuição da imigração científica em Portugal

A análise mais detalhada da distribuição da imigração científica no sistema de investigação nacional, e a sua comparação com os principais padrões de distribuição de recursos humanos em C&T em Portugal permite identificar a especificidades destes fluxos.

Analisando a distribuição de investigadores estrangeiros por sectores de execução (Quadro 95) verifica-se que é no Sector Estado que se encontram menos investigadores estrangeiros, o que não é necessariamente surpresa. Para isso contribuem a natureza específica da missão dos Laboratórios do Estado, inseridos na Administração Pública portuguesa, a estabilidade recente dos seus quadros, a reduzida abertura a acolhimento de novos investigadores de um modo genérico, sendo de esperar que os investigadores estrangeiros residentes em Portugal se tenham inserido em grande parte em fluxos mais recentes.

Quadro 95
Distribuição de Investigadores (Estrangeiros e Nº Total) por Sector de Execução (2001-2003)

	Total Investigadores		Investigadores Estrangeiros			% Estrangeiros/Total	
	2001	2003	2001	2003	Varição	2001	2003
Empresas	4 625	6 102	143	229	60,1%	3,1%	3,8%
Ensino Superior	17 276	19 906	876	1 168	33,3%	5,1%	5,9%
Estado	5 211	5 027	74	72	-2,7%	1,4%	1,4%
IPSFL	4 034	4 820	245	292	19,2%	6,1%	6,1%
Total	31 146	35 855	1 338	1 761	31,6%	4,3%	4,9%

Fonte: GPEARI (dados trabalhados pelos autores)

As empresas têm também comparativamente menos estrangeiros entre os seus investigadores, totalizando apenas 3,1% de investigadores estrangeiros em 2001 e 3,8% em 2003. No entanto, é

³⁶ Dados de inquéritos a ex-bolseiros de doutoramento da FCT, realizados anualmente entre 1999 e 2001 indicam que cerca de 15% dos 2676 ex-bolseiros que responderam se encontravam no estrangeiro (cf. OCES, Inquérito à Inserção Profissional dos ex-Bolseiros de Doutoramento da FCT - 1999, 2000, 2001 e 2002), o que sugere que o número de investigadores estrangeiros aqui referenciados é comparável àquele, se a taxa de não retorno para todos os bolseiros no total deste período fosse aquela. Os dados relativos à distribuição desta população migrante por grau académico (em baixo) sugerem que o saldo migratório de doutorandos será possivelmente positivo no sentido da imigração. Ao referir tal facto pretende-se aqui salientar apenas mais uma vez a relevância do fenómeno da imigração e não reduzir a importância de outras questões relevantes em torno da emigração científica.

de referir que os valores absolutos para 2003 representam uma subida muito significativa de cerca de 60% neste curto período de tempo, passando dos 143 investigadores estrangeiros em 2001 para os 229 em 2003. É possível que este crescimento esteja também associado a investimento directo estrangeiro em actividades de investigação, que tem vindo a crescer em anos mais recentes e que tipicamente tem associado o fluxo de quadros da empresa na respectiva área departamental, neste caso da I&D. Mas é também provável que este aumento corresponda a uma maior oferta de mão-de-obra estrangeira qualificada em investigação, também ao nível das actividades das empresas. Adiante analisaremos o perfil dos investigadores imigrantes a trabalhar em empresas, para melhor caracterizar este grupo específico.

Os sectores do Ensino Superior e das Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) são aqueles onde os investigadores imigrantes representam uma maior parcela do corpo de investigadores, atingindo já no sector do Ensino Superior um número superior a 1100 investigadores estrangeiros, com um crescimento significativo. É de notar que estes dados reflectem não apenas investigadores com contrato de trabalho, mas também bolseiros de investigação envolvidos em projectos de investigação ou em pós-doutoramentos, como se pode ver nos dados apresentados no Quadro 96.

Quadro 96
Carreira e situação profissional (2001-2003)

<i>Situação profissional</i>	2001		2003	
<i>Sector</i>				
Bolseiro de Investigação	546	40,8%	729	41,4%
Empresas	6	1,1%	9	1,2%
Ensino Superior	366	67,0%	510	70,0%
Estado	30	5,5%	33	4,5%
IPSFL	144	26,4%	177	24,3%
Integrado em Carreira	549	41,0%	679	38,6%
Ensino Superior	434	79,1%	553	81,4%
Estado	34	6,2%	32	4,7%
IPSFL	81	14,8%	94	13,8%
Integrado em carreira da Administração Pública	1	100,0%	12	100,0%
Empresas	1	100,0%	12	100,0%
Integrado nos quadros de pessoal da Empresa	122	100,0%	189	100,0%
Empresas	122	100,0%	189	100,0%
Integrado nos quadros de pessoal de outra empresa	4	100,0%	11	100,0%
Empresas	4	100,0%	11	100,0%
Outra situação profissional	116	8,7%	141	8,0%
Empresas	10	8,6%	8	5,7%
Ensino Superior	76	65,5%	105	74,5%
Estado	10	8,6%	7	5,0%
IPSFL	20	17,2%	21	14,9%
Total	1 338	100,0%	1 761	100,0%

Fonte: GPEARI (dados trabalhados pelos autores)

Cerca de 40% dos investigadores estrangeiros em Portugal trabalham ao abrigo de bolsas de investigação científica, podendo-se desse modo considerar um trabalho de carácter temporário (eventualmente associado a formação). Esta modalidade tem um maior peso nas IPSFL, onde chega a atingir 60% dos casos, e é previsivelmente menor nas empresas, onde os investigadores imigrantes estão nos quadros das respectivas empresas em 82,5% dos casos, em 2003. Este peso das bolsas não parece particularmente anormal para esta população. Ele será o resultado da prática em vigor e das oportunidades existentes, sendo que, por exemplo no ensino superior, cerca de 50% dos investigadores estrangeiros estão integrados na carreira.

Esta efectiva integração e qualificação do sistema por imigrantes altamente qualificados é salientada pela análise das suas qualificações. Conforme os dados apresentados no Quadro 97, verificamos que a maioria destes investigadores apresentam como grau académico mais elevado o doutoramento (52,2%), ao contrário da média geral, que é de apenas 37,2% (dados de 2005; n.d. para 2001 ou 2003), demonstrando assim o seu contributo claro para a qualificação do sistema.

Quadro 97
Distribuição geográfica dos Investigadores Estrangeiros (2001-2003)

	Total Investigadores		Investigadores Estrangeiros	
	2001	2003	2001	2003
Norte	21,6%	24,7%	19,9%	23,2%
Centro	16,5%	17,2%	25,7%	23,3%
Lisboa e Vale do Tejo	52,8%	50,1%	45,1%	44,3%
Alentejo	4,2%	3,9%	3,7%	4,1%
Algarve	1,8%	1,8%	3,0%	3,1%
Açores	1,7%	1,3%	1,0%	0,8%
Madeira	1,3%	0,9%	1,6%	1,2%
Total	31 146	35 855	1 338	1 761

Fonte: GPEARI (dados trabalhados pelos autores)

É precisamente no grupo dos licenciados que os imigrantes são comparativamente menos significativos, demonstrando assim tratar-se essencialmente de mobilidade baseada nas qualificações mais elevadas. No entanto, pode-se identificar um padrão diverso entre o sector empresarial e os restantes sectores (conhecidos como sector público de investigação), visto que naquele os doutorados representam uma pequena parcela (10%), sendo a grande maioria dos investigadores imigrantes licenciados. Se por um lado tal facto sugere a existência de diferentes mercados (académico e empresarial - ou público e privado, como também por vezes se diferencia -, com diferentes padrões de incentivos), cabe também salientar que não obstante este diferente padrão, comparativamente as empresas contratam mais facilmente os investigadores estrangeiros

com doutoramento do que outros investigadores estrangeiros (cerca de 15% dos investigadores em empresas, com doutoramento, face a uma média inferior a 4% dos investigadores em empresas, que são estrangeiros), demonstrando também aqui um contributo relevante da imigração para a qualificação da economia nacional.

A nível da distribuição territorial, os dados relativos à imigração científica reflectem mais a organização do sistema de investigação nacional do que tendências específicas da imigração. No entanto há a assinalar alguns aspectos em particular. Há a referir em especial que investigadores estrangeiros se distribuem por todos os distritos do país, sem excepção (no entanto em Portalegre contabiliza-se apenas um investigador estrangeiro), em grande parte devido à cobertura geográfica da rede de ensino superior.

Ao nível das regiões NUTS II, a comparação da distribuição geográfica (Quadro 97) dos investigadores estrangeiros com a de todos os investigadores é particularmente alterada pelo peso do sector Estado na concentração de recursos humanos na região de Lisboa, e pela menor inserção de investigadores estrangeiros neste sector, apresentando-se pelo contrário a região Centro como de maior atractividade para investigadores estrangeiros. É também de notar, apesar dos números reduzidos, uma ligeiramente maior atractividade do Algarve face à restante média, eventualmente sugerindo também a relevância de factores externos nos processos de atracção da imigração científica.

Resta apresentar dados relativos à distribuição por sexo dos investigadores estrangeiros em Portugal. Os dados apresentados no Quadro 98 revelam uma preponderância muito significativa (cerca de 2/3) de investigadores do sexo masculino entre os investigadores estrangeiros, valor superior à distribuição a nível nacional, que é mais equitativa (cerca de 55% do sexo masculino e 45% do sexo feminino), reflectindo possivelmente algumas das barreiras associadas à mobilidade científica, nomeadamente no que se refere à mobilidade das investigadoras, mais dificultada por razões familiares.

Quadro 98
Distribuição dos Investigadores Estrangeiros por Sexo (2001-2003)

	2001		2003	
	Nº	%	Nº	%
Feminino	394	29,8%	572	32,9%
Masculino	929	70,2%	1 166	67,1%
Total	1 323	100	1 738	100

Fonte: GPEARl (dados trabalhados pelos autores)

Finalmente, passando de uma óptica de inserção para uma óptica de origens, apresenta-se no Quadro 99 a distribuição dos investigadores estrangeiros em Portugal de acordo com a sua

nacionalidade.

Quadro 99
Nacionalidade dos Investigadores Estrangeiros em Portugal

	Empresas		Ens. Superior		Estado		IPSFL		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
América Central e do Sul	9	3,9	44	3,8	2	2,8	10	3,4	65	3,7
América do Norte (3)	4	1,7	49	4,2	1	1,4	13	4,5	67	3,8
Brasil	21	9,2	153	13,1	6	8,3	36	12,3	216	12,3
Outro	0	0,0	4	0,3	0	0,0	2	0,7	6	0,3
Outros Países Africanos	12	5,2	29	2,5	0	0,0	8	2,7	49	2,8
Outros Países Asiáticos não-OCDE	2	0,9	95	8,1	1	1,4	30	10,3	128	7,3
Outros Países Europeus da OCDE	3	1,3	4	0,3	1	1,4	2	0,7	10	0,6
Outros Países Europeus não-OCDE	16	7,0	170	14,6	4	5,6	35	12,0	225	12,8
Países Africanos Língua Oficial Portug.	44	19,2	120	10,3	16	22,2	31	10,6	211	12,0
Países Asiáticos da OCDE	1	0,4	4	0,3	1	1,4	0	0,0	6	0,3
Países da Oceânia da OCDE	1	0,4	3	0,3	0	0,0	1	0,3	5	0,3
União Europeia (EU-25)	116	50,7	493	42,2	40	55,6	124	42,5	773	43,9
Total	229	100	1 168	100	72	100	292	100	1 761	100

Fonte: GPEARl (dados trabalhados pelos autores)

Os dados acima revelam uma interessante posição de Portugal na semi-periféria da ciência. Na verdade, a origem geográfica dos investigadores estrangeiros em Portugal mostra um equilíbrio entre padrões associados aos fluxos migratórios gerais do mercado de trabalho (como apresentados no Capítulo IV), e uma 'aproximação científica' à União Europeia. Se os países africanos, em particular da África Lusófona, e o Brasil se apresentam como importantes países de origem de investigadores estrangeiros em Portugal, tal como dos trabalhadores estrangeiros de um modo mais genérico, a União Europeia apresenta-se aqui, no que se refere à investigação, como a principal região de origem da imigração científica. Parece assim, por um lado, que o Espaço Europeu de Investigação demonstra já importantes avanços na sua construção, tendo em conta que mesmo que os fluxos de investigadores estrangeiros de origem europeia sejam ainda reduzidos se mostram já como de grande importância nas dinâmicas de mobilidade científica em Portugal. Por outro lado Portugal pode ter um importante papel, também a nível científico, na ligação da Europa com os países lusófonos, em África e na América Latina. Resta apenas acrescentar que os fluxos de investigadores dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa se encontram possivelmente associados a processos de formação, visto que é o grupo de origem com qualificações académicas significativamente inferiores à média de cerca de 50% de investigadores estrangeiros com doutoramento, apresentando apenas cerca de 20% com doutoramento.

Os dados aqui apresentados mostram assim que a imigração científica é já relevante no

panorama nacional e tem vindo a aumentar. Deste modo, não se pode assumir que Portugal seja um palco da chamada 'fuga de cérebros', de onde maioritariamente saem para o estrangeiro investigadores, mas antes sendo mais adequadamente visto como uma plataforma de circulação de investigadores. É particularmente de notar que, neste panorama, Portugal tem não só capacidade de atrair um número significativo de investigadores de outros países europeus, como todos estes investigadores se distribuem pelos vários sectores de execução, tendo vindo a ganhar importância junto das empresas, nomeadamente ao nível do pessoal mais qualificado, e pelas diferentes regiões.

Na secção seguinte procuraremos compreender melhor as trajetórias que levaram estes investigadores a escolher Portugal como destino e de que modo analisam o seu processo de inserção.

3. Inquérito a investigadores estrangeiros em Portugal

Com vista a obter-se uma melhor compreensão das condições em torno da emigração científica para Portugal, foi realizado um inquérito a investigadores estrangeiros em Portugal. Tendo em conta não só a maior facilidade de acesso a moradas de correio electrónico, como também a elevada intensidade de utilização da internet por investigadores, decidiu-se desenvolver um inquérito em página web, através do serviço 'Survey Console', o qual permite diversos tipos de funcionalidades, quer na construção do inquérito, quer na sua distribuição e na recolha automática de respostas.

O inquérito foi organizado em torno de cinco secções: 'Informações Pessoais', 'Educação', 'Situação Profissional', 'Mobilidade Internacional' e 'Carreira'. Para além de se obterem informações de base sobre os inquiridos, as questões consistiram essencialmente em identificar aspectos centrais das trajetórias dos investigadores e o modo como a imigração e estadia em Portugal se insere nessa trajetória, bem como em identificar factores que terão contribuído para que essa estadia se prolongasse por um período maior ou menor.

Tendo em vista o objectivo da identificação do maior número de investigadores estrangeiros em Portugal, e não sendo possível ter acesso aos dados do IPCTN que haviam sido analisados de forma agregada, identificou-se como fonte pública para essa informação a base de dados de investigadores em Unidades de Investigação registadas junto da FCT.³⁷ Numa fase inicial tentou-se recolher as moradas directamente através da informação disponível no site da FCT, mas mais

³⁷ Deste modo este inquérito incide em particular sobre os investigadores em instituições do sector público de investigação, não estando orientado para investigadores no sector privado (apenas 8 investigadores identificados ter realizado investigação em Portugal no sector privado empresarial).

tarde foi possível obter directamente essa informação após um pedido de acesso ter sido aprovado, tendo assim sido facilitada a informação relevante disponível publicamente nessa base de dados. Apesar de se ter acesso a uma identificação dos investigadores e à sua ligação com a morada de email para efeitos de distribuição de convites ao preenchimento do inquérito, garantiu-se a devida confidencialidade das respostas, não se recolhendo qualquer informação pessoal sobre os respondentes³⁸.

Foram enviados convites de preenchimento do inquérito a 1808 investigadores estrangeiros constantes da base. Recorde-se que este número é sensivelmente idêntico à população de investigadores estrangeiros identificados no IPCTN de 2003 (1761), pelo que mesmo tendo em conta o crescimento previsível do número de investigadores estrangeiros, se pode considerar que a quase totalidade da população de investigadores estrangeiros em Portugal foi convidada a preencher o inquérito.

Em resultado de uma maior duração de algumas das tarefas de preparação do lançamento do inquérito, não inicialmente previstas, nomeadamente na recolha de contactos para lançamento do inquérito e na fase de desenvolvimento do inquérito, da sua implementação na plataforma online e de um período de teste, só foi possível iniciar o lançamento do inquérito a 16 de Julho de 2007, tendo sido lançado faseadamente ao longo de uma semana para limitar eventuais concentrações de acesso ao servidor. 105 mensagens não foram entregues ao destinatário, tendo sido recebida uma mensagem do servidor nesse sentido. Num pequeno número de casos os investigadores responderam prontamente, quer inquirindo sobre a sua elegibilidade para os objectivos do questionário (por exemplo face a não terem estado em Portugal senão enquanto estudantes de doutoramento) quer para se auto-excluírem (nomeadamente por não terem nacionalidade estrangeira). A recolha de dados terminou no início do mês de Setembro.

Sendo um inquérito online a recolha de respostas é feita instantaneamente, não sendo assim coincidentes o número de inquéritos completados com o número de respostas a questões intercalares, visto que um número limitado destes não terminou o inquérito.³⁹ Os inquéritos que não foram dados por terminados foram analisados para verificar da sua validade e extensão, tendo sido finalmente seleccionados um total de 404 inquéritos para análise, correspondendo a uma taxa de resposta de 22,3%. Adicionalmente, a primeira pergunta do inquérito, para além de esclarecer a situação actual dos inquiridos, se estabelecidos em Portugal se no estrangeiro, questionava também se os inquiridos não haviam mesmo realizado investigação em Portugal

³⁸ Não se podendo identificar os respondentes, tal impediu o envio de lembretes aos inquiridos que ainda não haviam respondido.

³⁹ É de notar que a plataforma de inquérito não permite duas respostas do mesmo computador, limitando assim a resposta em duplicado.

(podendo constar da base de dados por associação aos centros de investigação), o que de facto se passava em 36 casos, que não foram considerados. Assim, as respostas ao inquérito podem ser sintetizadas da seguinte forma:

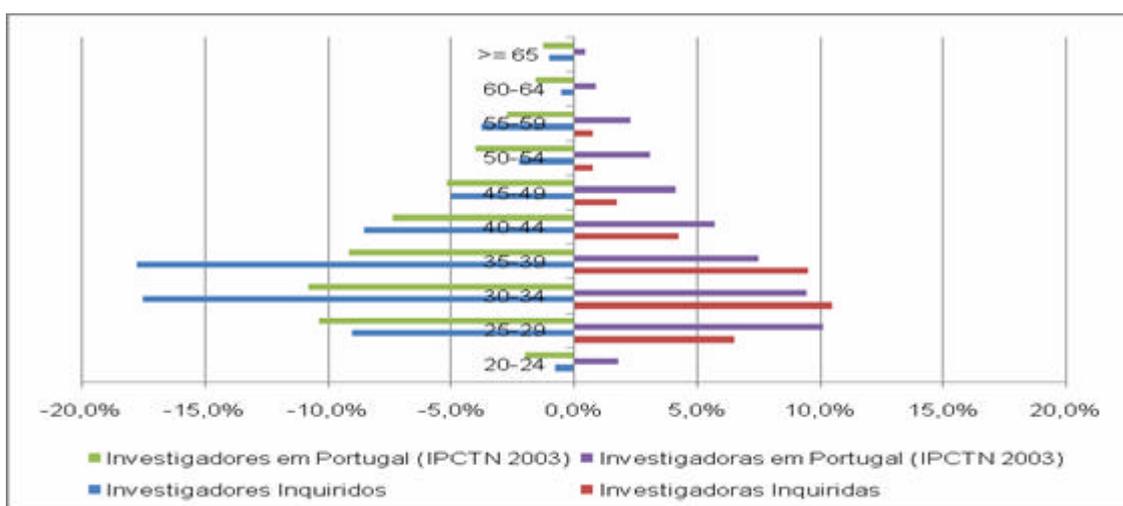
Quadro 100
Distribuição do número de inquéritos enviados e respostas

	Nº
Email convite	1 808
Emails devolvidos	105
Inquéritos iniciados	545
Respostas à primeira pergunta	489
Inquéritos completados	362
Inquéritos validados	404
Taxa de resposta	22,3%

3.1- Caracterização da amostra

Os quadros seguintes apresentam as principais características dos inquiridos que responderam ao inquérito. O Gráfico 62 apresenta a distribuição etária e por sexo dos inquiridos, comparando-a com a mesma distribuição para toda a população de investigadores em Portugal, de acordo com os dados do IPCTN 2003.⁴⁰ Em primeiro lugar, é de notar que a população aqui inquirida está proporcionalmente mais representada por investigadores do sexo masculino face à população de investigadores em Portugal. Não há razões para crer que seja um enviesamento específico destas respostas, mas sim que reflecta a estrutura da população de imigrantes científicos, com um maior peso de homens.

Gráfico 62
Distribuição etária e por sexo dos investigadores estrangeiros residentes (IPCTN) e inquiridos



Fonte: IPCTN/GPEARl

⁴⁰ Não estão disponíveis dados equivalentes apenas para os investigadores estrangeiros identificados pelo mesmo inquérito (IPCTN 2003).

Em segundo lugar, identifica-se um maior peso na população estrangeira aqui inquirida dos investigadores no escalão etário entre os 30 e os 39 anos, particularmente significativo entre os homens mas não só, sendo que a restante distribuição se apresenta aproximadamente semelhante. É de esperar que este facto resulte, por um lado, de este tipo de emigração ser de maior dinâmica recente e por outro lado de estar associada a um período particularmente produtivo da investigação, na idade dos trinta anos, idade em que os investigadores teriam assim maiores incentivos para procurar oportunidades no estrangeiro.

A maioria dos investigadores estrangeiros que responderam têm o doutoramento (68%), e 3% têm também a agregação. 22% têm o Mestrado e 8% dos inquiridos apenas têm a licenciatura. Relativamente à área científica, 38% obtiveram o seu último grau académico na área das ciências naturais, 30% nas engenharias e tecnologias, 11% cada obtiveram o doutoramento na área das ciências sociais e das humanidades, cerca de 7% em ciências médicas e da saúde e finalmente um pouco mais de 2% obtiveram este grau nas ciências agrárias. Estes dados são bastante próximos dos dados da população de investigadores em Portugal, em 2003, sendo apenas de notar uma pequena maior representação das ciências sociais e humanas (19% no total) e, pelo contrário, menor das ciências médicas e da saúde (13% no total).

Tal como anteriormente referido, os inquiridos incluem apenas um pequeno número de investigadores (pouco mais de 2%) a desenvolver ou que desenvolveram o seu trabalho de investigação em empresas em Portugal, o que é significativamente inferior à população de investigadores estrangeiros em Portugal a trabalharem em empresas em 2003 (13%). Tal facto será devido à fonte de informação utilizada para o lançamento do inquérito. As IPSFLs estão também comparativamente menos representadas (apenas 7% comparando-se com cerca de 17% na população total de investigadores estrangeiros), mas é de esperar que este facto se deva a que uma parcela dos investigadores inseridos em IPSFLs do sector universitário tenha identificado a pertença ao sector do Ensino Superior e não àquele. O sector do Estado está pelo contrário comparativamente mais representado (10% contra 4% na população de investigadores estrangeiros) o que é algo inesperado.

Reflectindo em parte a preponderância do sector do ensino superior, a maioria dos investigadores inquiridos está ou esteve inserido no sistema de investigação em Portugal através de uma bolsa de investigação (56,6%) o que é superior ao valor para a população (41,4%), mas resulta em parte da não inclusão do sector empresarial, mas também de uma menor representação entre os aqui inquiridos dos investigadores integrados em carreiras, docente ou de investigação (33,1% vs. 38,6% no IPCTN).

A distribuição geográfica dos inquiridos é muito semelhante à da população de investigadores

estrangeiros identificada no IPCTN, em 2003, conforme se apresenta no Quadro 101.

Quadro 101
Distribuição geográfica dos investigadores estrangeiros inquiridos, e da população de investigadores estrangeiros e total (2003)

	% Inquiridos	% Investigadores Estrangeiros	% Total Investigadores
Norte	26,8%	23,2%	24,7%
Centro	18,8%	23,3%	17,2%
Lisboa e Vale do Tejo	41,9%	44,3%	50,1%
Alentejo	1,5%	3,1%	3,9%
Algarve	7,7%	3,1%	1,8%
Açores	1,8%	0,8%	1,3%
Madeira	1,5%	1,2%	0,9%

Assim, o maior número de respostas neste inquérito oriundas de investigadores da região Centro (23,3%) face à população total (17,2%) deve-se em específico a uma menor representação de investigadores da região de Lisboa (44,3% vs. 50,1%), sendo as restantes regiões representadas de modo muito semelhante à sua população total.

Tendo analisado onde se localizam os imigrantes científicos, para uma melhor caracterização dos inquiridos no presente inquérito resta ainda analisar a sua origem, nomeadamente através da sua nacionalidade. A distribuição dos inquiridos por grandes grupos geográficos é apresentada de seguida no Quadro 102.

Quadro 102
Origem geográfica por via da nacionalidade dos investigadores inquiridos em comparação com a população de estrangeiros

Nacionalidades de Origem dos Investigadores Inquiridos	Número de Inquiridos	% Inquiridos	% População de Investigadores Estrangeiros em Portugal (2003)
América Central e do Sul	21	5,2%	3,7%
América do Norte	9	2,2%	3,8%
Brasil	67	16,5%	12,3%
Outros Países Africanos	11	2,7%	2,8%
Outros Países Asiáticos não-OCDE	32	7,9%	7,3%
Outros Países Europeus não-OCDE	45	11,1%	12,8%
Outros Países Europeus da OCDE	6	1,5%	0,6%
Países da África Lusófona	17	4,2%	12,0%
Países da Oceânia da OCDE	2	0,5%	0,3%
União Europeia (EU-25)	191	47,2%	43,9%
Outros Países	4	1,0%	0,7%
Total	404	100	1 761

Como se pode ver pelos dados apresentados no Quadro 102, os inquiridos reflectem de forma

muito próxima a população de investigadores estrangeiros em Portugal. As diferenças mais relevantes são a menor representação de investigadores oriundos dos países da África Lusófona, aqui sub-representados (4,2%) face à população (12,0%), e a maior representação de investigadores do Brasil (deve-se no entanto ter em conta que os dados para a população de imigrantes científicos se refere a 2003).

3.2- Portugal nas trajectórias de mobilidade internacionais

Apesar de a mobilidade científica crescentemente fazer parte do discurso político a diversos níveis, tendo sido particularmente enfatizado a nível europeu, continua latente o debate em torno da 'fuga de cérebros' e de uma economia global dos recursos humanos altamente qualificados, dos quais os investigadores são um expoente principal. É precisamente neste contexto que é relevante analisar-se o modo como Portugal emerge como destino nas trajectórias científicas de alguns investigadores. Será possível identificar o perfil semi-periférico do sistema de investigação nacional nas trajectórias dos investigadores que escolhem Portugal como destino ou, pelo contrário, Portugal revela-se como parte integrante de um sistema global de 'circulação de cérebros', em que esta não é uma opção necessariamente secundarizada?

Num primeiro plano podemos analisar, para além da nacionalidade de origem dos investigadores, acima analisada, o local onde obtiveram a sua formação (relativamente ao seu último grau). Esta análise revela uma enorme diversidade de instituições de origem dos investigadores estrangeiros em Portugal. Por um lado, inclui um número alargado de universidades menos conhecidas, fora dos rankings centrais e em que a migração para Portugal poderá resultar de um posicionamento intermédio das instituições portuguesas numa hierarquia científica global. Mas, por outro lado, inclui também universidades no centro científico, como Princeton, Brown, Oxford, Cambridge ou a Sorbonne. Nestes casos esta trajectória não se enquadra naquele modelo mas antes revela os diversos sentidos destes fluxos e uma lógica de circulação. Se analisarmos os países de formação, já é interessante verificar que a inserção no sistema de investigação português privilegia padrões de formação científica semelhantes, sendo que os países de formação dos investigadores estrangeiros se situam maioritariamente na União Europeia (62,4%). Inclui-se neste caso Portugal que foi o país onde cerca de 20% dos investigadores estrangeiros obtiveram o seu último grau de formação, conforme os dados apresentados no Quadro 103.

Deste modo torna-se claro que Portugal tem um papel de relevância numa hierarquia científica global ao nível da formação, sendo que ao nível da circulação de investigadores Portugal demonstra alguma capacidade de atracção para além do seu posicionamento no mapa global. Se excluirmos os investigadores com formação em Portugal, a atractividade é mais significativa

precisamente para investigadores com formação nos países de maior centralidade científica (UE, EUA, mas também Brasil). De referir ainda que os países mais representados são o Brasil (44 formandos) e a Espanha (41), seguidos de França (28), Reino Unido (27) e Alemanha (20). É de notar que a Índia aparece logo a seguir com 18 respostas mas apenas 5 investigadores da China responderam a este inquérito. Refira-se ainda que os EUA apresentam 11 respostas, a seguir à Itália com 17. Se a proximidade cultural e geográfica do Brasil e de Espanha explicam a sua posição central, mostram também o interessante posicionamento português entre a Europa e as suas ligações históricas fora da Europa. É igualmente de notar a importância dos países centrais europeus nesta dinâmica de mobilidade científica, mas também a efectiva inserção de Portugal em plataformas globais, não só com a chegada de investigadores de países emergentes, como o é a Índia, mas também do ‘velho’ centro científico como é o caso os EUA.

Quadro 103
Países de Formação e de Nacionalidade dos Investigadores Estrangeiros em Portugal

	Países de Formação			Países de Nacionalidade
	Incluindo Portugal		Excluindo Portugal	
América Central e do Sul	11	2,9%	3,7%	5,2%
América do Norte	14	3,7%	4,7%	2,2%
Brasil	44	11,6%	14,6%	16,5%
Outros Países Africanos	5	1,3%	1,7%	2,7%
Outros Países Asiáticos não-OCDE	23	6,1%	7,6%	7,9%
Outros Países Europeus não-OCDE	30	7,9%	10,0%	11,1%
Outros Países Europeus da OCDE	1	0,3%	0,3%	1,5%
Países da África Lusófona	-	-	-	4,2%
Portugal	79	20,8%	-	-
Outra União Europeia (EU-25)	173	45,5%	57,5%	47,2%
Outros	-	-	-	1,5%

Para além da análise da imigração para Portugal nesta lógica global, é também relevante analisá-la na perspectiva da carreira individual, nomeadamente quando se trata de uma primeira opção, de ser resultado de uma oportunidade que surge ou quando, pelo contrário, é uma opção já inserida de outro modo na trajectória individual.

Para 32% dos inquiridos o seu primeiro emprego foi em Portugal, reflectindo eventualmente a continuação de uma inserção anterior durante o período de formação. No entanto, para 68% dos inquiridos, a sua estadia em Portugal não resulta de tal processo mas antes da inserção numa trajectória com uma experiência mais alargada. A análise das trajectórias de mobilidade revela que um número significativo dos investigadores ‘circulou’ anteriormente por outros países. Neste panorama emergem os países centrais como principais locais de passagem anterior dos investigadores que desenvolvem a sua actividade em Portugal, nomeadamente o Reino Unido, a

França, a Alemanha e os EUA.

Já no caso daqueles que explicitam o seu desejo de deixar Portugal, temporária ou permanentemente (22% e 27%, respectivamente, dos investigadores actualmente em Portugal), ou que efectivamente já deixaram (16% dos inquiridos), os países de destino são maioritariamente os países de origem e não os centros científicos, sendo a Espanha (21 casos) e o Brasil (18) os países mais mencionados como destino, seguidos pelo Reino Unido (12).

Estes cerca de 50% de potenciais novos migrantes demonstram a circulação desta população e a ênfase na mobilidade científica. Como podemos ver de seguida no Quadro 104 a maioria dos imigrantes científicos em Portugal já anteriormente tiveram estadias noutros países, por períodos de pelo menos 6 meses, tendo 3 deles indicado já ter tido estadias prolongadas em pelo menos 6 ocasiões anteriores.

Quadro 104
Mobilidade anterior dos imigrantes científicos (mínimo de 6 meses)

Estadia anterior	Inquiridos que indicaram ter realizado estadia anterior	% Inquiridos	Duração média da estadia	Mediana	Principais países de destino
1ª	250	62%	14 anos	3 anos e 9 meses	França, Alemanha, Reino Unido, Espanha, EUA
2ª	167	41%	8 anos e 2 meses	2 anos e 8 meses	Portugal, Reino Unido, França, Espanha, EUA
3ª	93	23%	8 anos e 3 meses	2 anos e 3 meses	Portugal, EUA, Alemanha, França, Austrália
4ª	33	8%	2 anos e 11 meses	1 ano e 8 meses	Portugal, Holanda, Reino Unido, EUA, Itália
5ª	13	3%	6 anos e 11 meses	1 ano e 6 meses	Portugal, Suécia, Argentina
6ª	3	1%	1 ano e 3 meses	1 ano e 3 meses	Austrália, Portugal e EUA

De notar, relativamente aos países de destino anteriores, a importância dos EUA enquanto destino científico, bem como o facto de grande parte dos investigadores estrangeiros actualmente em Portugal serem 'reincidentes', i.e., já anteriormente estiveram por um período relevante em Portugal. Este último facto sugere também a importância das redes informais de investigadores nestes processos, criando ligações que subsistem por períodos prolongados e que potencialmente se constituem como redes de troca de conhecimento.

Curiosamente, ao contrário do normalmente indicado como sendo uma das principais barreiras à mobilidade científica, não se verifica aqui que a família seja um factor que afecte a mobilidade, já que os padrões de mobilidade não revelam dependência da dimensão do agregado familiar, sendo os investigadores com 3 filhos quem apresenta um nível de mobilidade médio, indicado

pelo número de estadias anteriores, mais elevado. É certo que nos casos concretos existirão claras implicações para a mobilidade associadas a opções familiares mas que não se reflectem aqui em diferenças a um nível agregado.

3.3- *Experiências e motivações de migração*

Neste contexto de experiências várias, é relevante compreender por um lado as razões que levam estes investigadores a optar por estadias em Portugal, e a terminá-las, se for esse o caso, e, por outro lado, o nível de satisfação destes imigrantes com a situação profissional em Portugal, no que se refere a diversos aspectos do trabalho científico.

O que leva então estes investigadores estrangeiros a imigrarem para Portugal? O Quadro 105 apresenta as respostas dos investigadores quando inquiridos sobre se as razões apresentadas (e identificadas no Quadro) foram determinantes para a sua decisão de migração, quer relativamente à imigração para Portugal, quer relativamente à emigração após a estadia em Portugal (emigração já concretizada ou de intenção declarada).

Quadro 105
Razões para a migração

	Razões para migrar para Portugal	Razões para migrar de Portugal
Terminou os estudos	36,6%	33,8%
Terminou um pós-doutoramento ou contrato de trabalho	28,0%	43,9%
Oferta de um emprego, pós-doutoramento ou melhor lugar	55,6%	64,6%
Factores académicos (e.g. publicação; área específica; desenvolvimento de carreira)	59,5%	54,5%
Factores pessoais	71,0%	75,0%
Factores económicos ou políticos	25,6%	37,9%

As respostas tornam clara a importância dos factores pessoais no desenvolvimento de trajectórias científicas, sendo este claramente o factor mais enunciado pelos investigadores em ambas as situações. O nível de detalhe de um inquérito desta natureza não permite especificar que tipo de factores pessoais estarão em causa no caso concreto destes inquiridos, mas tenderão a incluir questões relacionadas com a conjugação do binómio trabalho-família, e o modo como a opção por Portugal poderá facilitar ou permitir a mobilidade científica em contexto familiar (um caso específico descrito no final por uma investigadora confirma esta situação), com a afinidade socio-cultural (por exemplo no caso de investigadores espanhóis ou brasileiros é de esperar que tal seja

relevante) ou devido a outras redes sociais existentes.

É também de notar que em relação à migração para Portugal os factores académicos aparecem como segundo factor de importância na decisão. No entanto, no caso das razões para sair de Portugal o contexto do mercado de trabalho científico tem maior preponderância. Ou seja, apesar de anteriormente termos concluído que, a partir de uma análise quantitativa dos fluxos de investigadores de e para Portugal, a perspectiva da ‘fuga de cérebros’ deve ser substituída por uma visão mais alargada de circulação, é também evidente que existe um constrangimento no sistema que conduz a uma opção da emigração por razões conjunturais, não apenas de opção pessoal, também no caso dos investigadores estrangeiros que vêm a desenvolver investigação em Portugal. Tal facto é também consubstanciado através de opiniões específicas neste sentido, expressadas no final do inquérito pelos inquiridos, num espaço que convidava ao comentário livre⁴¹. São disso exemplo os seguintes comentários⁴²:

“Acho que o obstáculo principal para o desenvolvimento dos investigadores estrangeiros (e portugueses) em Portugal é a incerteza com respeito ao futuro. Muitos investigadores com vários anos de experiência pós-doutoral no estrangeiro voltam para Portugal com um contrato de bolseiro (sem os direitos de um trabalhador), a falta de outras possibilidades de contratação. Isso significa rebaixar o estatuto social alcançado anteriormente e pelo tanto faz com que seja difícil voltar para Portugal a não ser por motivos pessoais.” (Investigadora de Espanha)

“ [...] I feel like an overqualified researcher underpaid because after 5 yrs of experience and good productivity I have to continue on bolsa de pós-doutoramento because nothing else is available. For people like me who adapt and start liking this country and city very much, I find Portugal has no opportunities where I can think of making a stable career and life.” (Investigador da Índia)

Até que ponto se reflecte esta distinção entre os aspectos académicos e as condições laborais na experiência efectivamente vivida pelos investigadores? Para analisar esta questão inquiriu-se os investigadores sobre a sua satisfação com diversos factores profissionais, numa escala de 1 a 4, correspondendo 1 a ‘Muito satisfeito’ e 4 a ‘Muito pouco satisfeito’. A média das respostas é apresentada no Quadro 106.

⁴¹ Para além de outros comentários a referir adiante, cabe aqui indicar que vários investigadores demonstraram satisfação pela existência de um inquérito sobre esta matéria, que consideraram de grande importância, e por vezes negligenciada, e de poderem expressar a sua opinião pessoal, demonstrando interesse em tomar conhecimento dos resultados. Outros juntaram comentários positivos sobre os conteúdos do inquérito. Houve também investigadores que expressaram comentários críticos (num caso particularmente crítico) ao modelo de questionário ou aos seus conteúdos, sugerindo outras matérias não incluídas, à versão em língua inglesa, ou à dimensão do questionário (ainda que uma investigadora tenha indicado ter demorado exactamente o tempo indicado).

⁴² Os comentários (aqui e mais adiante) são apresentados na língua em foram introduzidos pelos investigadores (português ou inglês, tendo em conta que o questionário podia ser respondido em ambas as línguas). São apresentados tal como introduzidos, nem sempre de forma gramaticamente correcta, o que é perfeitamente compreensível tendo em conta não só não estarem a utilizar a língua materna, como também devido ao tempo escasso que haviam já atribuído ao preenchimento do questionário. Foram no entanto introduzidas pequenas correcções, essencialmente de natureza ortográfica.

Quadro 106
Satisfação dos investigadores estrangeiros com a situação profissional em Portugal

Satisfação com situação profissional em Portugal relativamente a:	Média (1 - muito satisfeito a 4 - muito pouco satisfeito)
Salário	2,43
Benefícios	2,75
Segurança laboral	2,72
Condições de trabalho	2,18
Oportunidades de progressão	2,71
Desafio intelectual	1,78
Nível de responsabilidade	1,94
Grau de independência	1,82
Contributo para a sociedade	2,04
Estatuto social	2,22
Inserção em redes locais	2,41
Inserção em redes internacionais	2,10
Ligações universidade-empresa	2,76

Como se pode ver, a opinião dos investigadores estrangeiros é genericamente positiva (inferior a 2,5) sobre as suas condições de trabalho em Portugal. As áreas onde essa opinião é menos positiva são relacionadas com condições laborais da carreira (benefícios, segurança laboral ou oportunidades de progressão), bem como com um aspecto conjuntural do sistema de inovação nacional, no que se refere às ligações universidade-empresa. Pelo contrário, questões relacionadas com a prática científica têm uma avaliação particularmente positiva, em particular o desafio intelectual, o grau de independência ou o nível de responsabilidade de que beneficiam ou beneficiaram no seu trabalho em Portugal.

De certo modo poder-se-ia esperar esta distinção, que não difere de uma visão clássica dos cientistas largamente caracterizada, no modo como separam a dimensão científica, valorizada, da dimensão administrativa, vista negativamente. É aqui relevante questionar até que ponto estas opiniões reflectem alguma benevolência de uma população migrante para com o seu país de acolhimento. Nesse sentido os investigadores com outra experiência de trabalho internacional foram inquiridos relativamente à sua opinião sobre os mesmos factores no seu anterior trabalho, noutro país, ou naquele em que actualmente se encontram (para os investigadores que já tinham deixado Portugal). O Quadro 107 apresenta a diferença entre as médias atribuídas para cada um destes factores por estes investigadores relativamente à sua experiência no estrangeiro (última ou presente). Uma diferença média positiva indica uma apreciação mais positiva da sua experiência

em Portugal. Uma diferença média negativa indica, pelo contrário, uma maior valorização da sua experiência no estrangeiro. Adicionalmente, são também apresentados neste quadro valores para a mesma comparação para os investigadores com maior ou menor mobilidade internacional, para aferir se existem diferenças entre estes dois grupos, reflectindo diferentes níveis de experiência internacional.

Quadro 107
Comparação da satisfação dos investigadores estrangeiros com a situação profissional em Portugal e no estrangeiro

Factores	Diferença média		
	Total	Investigadores com 1 ou 2 outras estadias	Investigadores com 3 ou mais outras estadias
Salário	-0,12	0,12	-0,65 (*)
Benefícios	-0,47 (*)	-0,32	-0,83 (*)
Segurança laboral	-0,62 (*)	-0,61	-0,64
Condições de trabalho	-0,21 (*)	0,01	-0,70 (*)
Oportunidades de progressão	-0,30 (*)	-0,14	-0,68 (*)
Desafio intelectual	0,22 (*)	0,33	-0,02 (*)
Nível de responsabilidade	-0,03	0,05	-0,22
Grau de independência	0,08	0,10	0,05
Contributo para a sociedade	-0,10	-0,06	-0,20
Estatuto social	-0,07	0,01	-0,25
Inserção em redes locais	-0,08	-0,01	-0,25
Inserção em redes internacionais	0,28 (*)	0,47	-0,14 (*)
Ligações universidade-empresa	0,01	0,07	-0,15

(*) Indica diferença estatisticamente significativa (5%). A notação de (*) na coluna relativa aos 'Investigadores com 3 ou mais outras estadias' indica diferença estatisticamente significativa entre a média das respostas deste grupo e média das respostas do grupo de investigadores com menor mobilidade internacional.

Os dados comparativos apresentam interessantes resultados que desde logo atenuam a visão apresentada meramente pela opinião da experiência em Portugal ao apresentarem genericamente uma opinião mais favorável à mais próxima experiência no estrangeiro. Estas diferenças são particularmente acentuadas (e estatisticamente significativas) no caso das condições estruturais do exercício do trabalho científico, tais como a segurança laboral, os benefícios associados, as oportunidades de progressão, ou as condições de trabalho. No entanto, é importante referir que a distinção entre dimensão científica e administrativa é agora ainda mais acentuada tendo em conta que factores como a inserção em redes internacionais ou o desafio intelectual são aqueles particularmente valorizados comparativamente a favor da experiência portuguesa (e estatisticamente significativos).

Apesar disso, a distinção entre os investigadores inquiridos com maior ou menor mobilidade

científica internacional apresenta uma clara distinção entre estes dois grupos. Os investigadores com experiência de trabalho num maior número de países tem uma opinião claramente menos positiva da experiência portuguesa do que os restantes investigadores, para todos os factores (a diferença entre estes dois grupos é estatisticamente significativa para diversos factores). É de salientar que para os investigadores com maior mobilidade internacional mesmo em aspectos mais valorizados globalmente (como a inserção em redes internacionais e o desafio intelectual) a opinião negativa é estatisticamente distinta da opinião do restante grupo de investigadores.

Podem-se assim salientar dois aspectos em particular. Por um lado, estes dados apresentam uma visão genericamente positiva da experiência científica deste grupo de imigrantes, a qual não é, no entanto, complementada por uma mesma opinião relativa às questões administrativas associadas (de carácter científico ou não). Este facto torna-se particularmente importante quando a imigração científica se apresenta frequentemente associada a elevada mobilidade. Deste modo, as dificuldades administrativas, a insatisfação assim gerada e a eventual lentidão processual, tanto mais acentuada quanto mais curtas estas estadias o podem ser, tornam-se claramente um factor que pode ser decisivo, negativamente, no processo de atracção de investigadores estrangeiros, face à atracção através da qualidade do trabalho científico.

Tal facto é tanto mais relevante quanto vários investigadores demonstraram preocupação especial com estas questões, sendo disso exemplo os seguintes comentários:

“A emissão de vistos para estadas temporárias em Portugal tem de ser renovada ano a ano. É uma dor de cabeça. Deveria ser emitido por três ou cinco anos e prorrogável, como nos Estados Unidos. Assim também, a mobilidade no espaço Schengen é limitada para mim por quanto tenho um visto só válido para Portugal. Deveriam dar-nos um visto válido para todos os países Schengen.” (Investigador do Perú)

“O apoio a investigadores a nível de mobilidade de curta duração deve ser amplamente revisto e facilitado, para comodidade do investigador e, para o atempado resultado por parte da instituição a que ele está ligado.” (Investigador de Cabo Verde)

“One very difficult thing in Portugal has been dealing with the various government bureaucracies on many issues, which takes a great deal of time and can be extremely frustrating.” (Investigador do Reino Unido)

“This survey does not reflect in any way the main problem for non-EU aliens in this country: huge and very slow bureaucracy (especially concerning visas).” (Investigador da Ucrânia)

Torna-se assim claro que deve ser dada uma particular atenção aos imigrantes científicos, que apresentam necessidades específicas tendo em conta a importância intrínseca da mobilidade para a sua actividade científica. Como veremos adiante, se existem iniciativas a ter em conta necessariamente a nível do Estado, e das suas políticas de imigração, existe também espaço para

iniciativas de apoio ao processo de inserção pelas próprias instituições de acolhimento. Resta referir aqui que a nova Lei da Imigração (Lei nº 23/2007 de 4 de Julho), que entretanto entrou em vigor, diferencia este grupo de imigrantes, criando procedimentos específicos para as diferentes modalidades de entrada e/ou estadia no país, transpondo a Directiva Europeia 2005/71/CE de 12 de Outubro de 2005, relativa a um procedimento específico de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica.

Um segundo aspecto a reter da presente análise da experiência de trabalho em Portugal, é a diferenciação da opinião entre os investigadores com trajectórias de trabalho em diversos países e aqueles com um perfil mais local. Se uma breve leitura dos dados poderá simplesmente inferir a menor satisfação dos primeiros, demonstrando assim uma condição periférica do sistema de investigação nacional, poderá ser feita outra leitura. A diferente apreciação daqueles com uma experiência alargada de mobilidade enfatiza também a importância de pensar o sistema de investigação nacional como parte de uma plataforma alargada de circulação de investigadores, ultrapassando assim a simples visão comparativa ou de ênfase em 'fugas de cérebros', em que o contributo crítico dos investigadores com múltiplas experiências de trabalho internacional (desde os estrangeiros que imigram para Portugal aos portugueses que circulam no estrangeiro) é central para se poder ultrapassar visões excessivamente locais do modo de fazer ciência ou da ciência que se faz.

Sendo esta a opinião expressa relativamente à experiência nos países de acolhimento, nomeadamente Portugal, passamos a apresentar os principais factores que os investigadores estrangeiros consideraram ter tido um maior impacto, quer positivo quer negativo, na sua experiência em Portugal. O Quadro 108 apresenta estes resultados,

Se, de novo, os aspectos científicos emergem como prioritários nos processos de inserção dos trabalhadores científicos, factores complementares mostram ser de particular importância para o sucesso da sua inserção. Assim, as questões culturais, o conhecimento da língua, as iniciativas das instituições de acolhimento, as condições de trabalho, ou as questões familiares têm contributos particularmente positivos, e superiores a questões mais concretamente relacionadas com o trabalho como o são as estratégias científicas da instituição, questões económicas ou as políticas de investigação. Tal como anteriormente concluído, a política de imigração em Portugal é vista como uma barreira mais do que como um apoio ao processo de inserção.

Salientem-se aqui alguns aspectos. Em primeiro lugar a questão da língua. Quando inquiridos sobre o seu conhecimento da língua portuguesa antes de chegarem a Portugal, perto de 50% dos investigadores inquiridos indicaram não ter nenhum conhecimento da língua portuguesa, enquanto que 22% indicaram ser fluentes em português (essencialmente os investigadores

oriundos de países lusófonos, mas também um número reduzido de outras origens). Já quando inquiridos sobre o seu conhecimento da língua no momento da resposta ao questionário, o número de investigadores que se consideraram fluentes tinha aumentado para perto de 50% e era residual o número de investigadores sem qualquer conhecimento (possivelmente recém-chegados). Sendo esta questão classificada numa escala de 1 (nenhum conhecimento) a 5 (fluente), a média das respostas relativas ao momento da chegada e ao momento da resposta subiu significativamente de 2,35 (ou seja, abaixo do valor médio de 2,5) para 3,99 (conhecimento avançado), demonstrando o esforço efectivo dos investigadores neste aspecto, e a importância que é atribuída à língua como elemento de inserção.

Quadro 108
Factores de influência da inserção em Portugal

	Influência		
	Positiva	Indiferente	Negativa
Desafios científicos e intelectuais	71,3%	22,4%	6,2%
Questões culturais	66,4%	25,0%	8,6%
Conhecimento da língua	57,2%	38,1%	4,7%
Iniciativas da instituição de acolhimento	54,4%	35,9%	9,7%
Condições de trabalho	51,1%	30,7%	18,2%
Questões familiares	41,1%	39,9%	19,0%
Estratégias científicas da instituição	39,7%	42,3%	18,0%
Questões económicas	32,5%	52,2%	15,3%
Políticas de investigação	28,9%	47,0%	24,1%
Redes de investigadores estrangeiros em Portugal	24,3%	65,9%	9,8%
Distância do país de origem	13,3%	59,4%	27,3%
Política de imigração em Portugal	12,3%	61,0%	26,7%

Cabe ainda acrescentar que os investigadores com conhecimento da língua superior a elementar (valor 2 na escala), no momento da chegada, revelam diferenças significativas na apreciação das políticas de imigração portuguesas, o que sugere que particular atenção deve ser dada à questão do apoio a imigrantes com reduzido conhecimento da língua portuguesa no momento inicial deste processo relativamente a todas as questões processuais associadas.

A importância das questões culturais reflectiu-se também em alguns dos comentários finais. Se vários comentários salientaram o apreço pela experiência em Portugal e pelo país, demonstrando a importância de factores extra-científicos, dois investigadores comentaram a existência de discriminação contra imigrantes, o que não era evidenciado no questionário apesar da sua importância e relevância.

Um outro aspecto a salientar sobre estes factores de inserção está relacionado com o papel

relevante das instituições de acolhimento. Não só é dada maior importância às estratégias científicas das instituições de acolhimento do que às políticas de investigação, como é também atribuída grande importância a iniciativas das instituições de acolhimento no sentido de apoiarem o processo de inserção. Este resultado apenas mostra o que não pode deixar de ser esperado, que as instituições de acolhimento, responsáveis pela contratação dos investigadores estrangeiros, têm também particular responsabilidade no acolhimento proporcionado e no apoio à inserção dos investigadores.

3.4- Redes e resultados

O Quadro anterior indica também que as redes de investigadores estrangeiros em Portugal são relativamente indiferentes ao processo de inserção dos investigadores, o que poderá também derivar de a comunidade de imigrantes científicos não ser ainda muito significativa, apesar de estar em crescimento acentuado, como acima demonstrado, e por isso mesmo ser relativamente indiferente o apoio que possa prestar. De igual modo, quando inquiridos sobre as relações que estes imigrantes científicos mantêm com o seu país de origem, as respostas revelam que essas redes não são particularmente fortes, conforme se pode inferir dos dados apresentados no Quadro seguinte.

Quadro 109
Ligações dos investigadores estrangeiros com o país de origem

	Sim	Não
Mantém contacto com redes formais de "diáspora"	33%	67%
Tem uma rede informal alargada de amigos/conhecidos/colegas do seu país de origem	75%	25%
Mostra disponibilidade para vários mecanismos possíveis de ligação (visitas, formação, projectos em colaboração, supervisão, angariação de financiamentos)	74%	26%
Mantém uma relação de trabalho com o seu país de origem	39%	61%
Colabora com associações profissionais no seu país de origem	38%	62%
Colabora com revistas científicas/académicas do seu país de origem	40%	60%

Como se vê pelos dados apresentados as ligações não são acentuadas e baseiam-se essencialmente numa rede informal, próxima dos investigadores estrangeiros, sendo os aspectos mais formais menos frequentes, ainda que exista uma disponibilidade para um maior envolvimento. A criação destas redes, expandindo redes previamente existentes, é um dos potenciais benefícios mais seguros e concretos das trajectórias de mobilidade dos investigadores,

sendo a base para a troca de conhecimento tácito. Mas há, obviamente, outros impactos científicos que se esperam através do acolhimento de investigadores estrangeiros para além do seu contributo para diversas redes científicas, nomeadamente os característicos dos normais indicadores científicos, relativos a publicações científicas e/ou a patentes.

Os Quadros 110 e 111 apresentam os resultados do trabalho de investigação destes imigrantes científicos no que se refere a indicadores científicos, e à inserção de seu trabalho em Portugal em diversos tipos de redes.

Quadro 110
Publicações e patentes resultantes do trabalho realizado em Portugal pelos investigadores estrangeiros

	Nº Total	Média/ Investigador	Média Investigador/Ano
Artigos em publicação com revisão científica	2 702	8,9	1,6
Livros, monografias ou capítulos de livro	505	1,8	0,3
Patentes	47	0,2	0,1

Sendo estes valores de resultados apenas indicativos (visto não ser possível aferir o tipo de publicações face a indicadores existentes, de bases de dados internacionais), não deixa de ser de referir que estes valores médios se podem considerar relativamente elevados, demonstrando também assim o impacto positivo dos imigrantes científicos no sistema de investigação e na sua visibilidade externa.

Quadro 111
Participação dos investigadores estrangeiros em diversos tipos de redes

	Sim	Não
Colaboração com empresas	23,1%	76,9%
Colaboração com grupos de investigação estrangeiros	74,5%	25,5%
Colaboração com grupos de investigação no país	72,9%	27,1%

Já ao nível da sua inserção em diferentes redes, mais do que a reduzida colaboração com empresas, já indicada pelos próprios como insatisfatória (ver acima) e de resto espelho da experiência geral no sistema de investigação nacional, o que surpreende é a colaboração com grupos de investigação estrangeiros não ser ainda mais elevada. Não só porque os inquiridos são eles próprios estrangeiros, mas porque a experiência de colaboração internacional é semelhante à experiência de colaboração nacional. Sendo de esperar que os investigadores que não colaboraram com grupos de investigação estrangeiros durante o período de estadia em Portugal o não tenham feito quer devido a uma curta estadia no País (ou serem recém-chegados), quer

devido a terem feito a sua formação principal já em Portugal, não tendo assim necessariamente redes internacionais intensas, não deixa de ser também positiva a integração dos imigrantes científicos no sistema de investigação nacional, tal como demonstrado pelo seu elevado nível de colaboração com outros grupos de investigação portugueses.

4. Conclusão

No presente Capítulo pretendeu-se analisar as dinâmicas de um grupo específico de trabalhadores imigrantes altamente qualificados, os imigrantes científicos, não só aferindo a sua importância no sector da investigação nacional e caracterizando os seus padrões de distribuição, como também analisando a integração destas dinâmicas migratórias nas trajectórias individuais dos investigadores.

Retemos aqui quatro pontos principais. Em primeiro lugar os dados de investigadores estrangeiros em Portugal revelam que este é um fenómeno relevante para a análise das dinâmicas do sistema de investigação nacional. Não só a percentagem de investigadores estrangeiros entre o total de investigadores do sistema é semelhante ao peso dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho nacional, de um modo geral, como o seu número absoluto se estima de uma ordem de grandeza semelhante à do número de investigadores portugueses que trabalham no estrangeiro. Assim sendo, deve ser dada particular importância à dinâmica de integração de investigadores estrangeiros no sistema de investigação nacional.

Em segundo lugar, concluiu-se que para esta população migrante, dos investigadores, a mobilidade internacional é um elemento central. Nesse sentido, a inserção no sistema nacional muitas vezes não é mais do que uma etapa em trajectórias que incluem outros países e que revela diferenças resultantes dessas trajectórias. Assim, ressaltam dois aspectos centrais da análise destas trajectórias. Estas dinâmicas de migração devem ser vistas essencialmente numa lógica de circulação internacional, e não numa perspectiva de saldos migratórios, de 'fugas' ou de 'chegadas', enfatizando o seu importante contributo para a integração do sistema em espaços alargados internacionais, europeus e outros, e para a abertura de novos espaços de mudança internos. A centralidade da mobilidade para estes imigrantes, e a sua duração variada, por vezes relativamente curta, requer a existência de políticas e procedimentos específicos para esta população, em que a morosidade ou complexidade processual não funcionem como impeditivas do sucesso destas trajectórias.

Em terceiro lugar, este último aspecto torna claro que o sucesso destas experiências não reside apenas nas dinâmicas científicas mas também, em grande parte, nas diferentes dinâmicas de inserção, profissional, institucional, social, ou cultural. Se as políticas de imigração devem ter em

atenção as necessidades específicas destes trabalhadores (como acima referido, a nova Lei da Imigração recentemente aprovada já confere atenção específica aos investigadores), as instituições de acolhimento têm também uma responsabilidade particular no apoio aos processos de inserção dos investigadores estrangeiros, enfatizando não só as dinâmicas científicas, mas facilitando também as questões processuais e outros factores de integração, tais como o apoio em termos de aprendizagem da língua, factor importante de integração.

Finalmente, as respostas dos investigadores inquiridos não deixam de indicar que a sua participação no sistema de investigação nacional tem, para além de contributos indirectos acima referidos, claros impactos directos através de um número elevado de resultados científicos e da produção de conhecimento que estes representam.

Bibliografia

- ALMEIDA, André (2003), *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, Observatório da Imigração, 1, ACIME, Lisboa.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (2004), "Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Coimbra.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2005), "Política de imigração: A regulação dos fluxos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, Coimbra.
- BASTOS, Susana Pereira; BASTOS, José Gabriel (2006), *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da Religião em Processos de Inserção Social Diferenciada*, Observatório da Imigração, 17, ACIME, Lisboa.
- CÁDIMA, Francisco Rui; FIGUEIREDO Alexandra (Coord.) (2003), *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na Imprensa*, Observatório da Imigração, 3, ACIME, Lisboa.
- CARVALHO, Lourenço Xavier (2004), *Impacto e reflexos do Trabalho Imigrante nas empresas portuguesas. Uma visão qualitativa*, Observatório da Imigração, 9, ACIME, Lisboa.
- DGIDC (2005), *Concessão de Equivalências Estrangeiras - Relatório 2005*, Direcção Geral da Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação, Lisboa.
- FERIN, Isabel Cunha; SANTOS, Clara; SILVEIRINHA, Maria João; PEIXINHO, Ana Teresa (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Observatório da Imigração, 6, ACIME, Lisboa.
- FERIN, Isabel; SANTOS (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Observatório da Imigração, 19, ACIME, Lisboa.
- FERREIRA, Eduardo Sousa; RATO, Helena; MORTÁGUA, Maria João (2004), *Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Observatório da Imigração, 6, ACIME, Lisboa.
- FONSECA, Lucinda; (2003), *Imigrantes de Leste nas Áreas Rurais Portuguesas: o caso do Alentejo Central*, Comunicação apresentada na Conferência Imigração de Leste - Uma nova Realidade: Oportunidades e Desafios, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- FONSECA, Lucinda; MALHEIROS, Jorge; ESTEVES, Alina; CALDEIRA, Maria José (2002), "Immigrants in Lisbon. Routes of integration"; *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, 56, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

- FONSECA, Lucinda; ORMOND, Meghann, MALHEIROS, Jorge; MARTINS, Filipa (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Observatório da Imigração, 15, ACIME, Lisboa.
- FONSECA, Lucinda; MALHEIROS, Jorge (Coord.) (2005), "Social integration & Mobility: Education, Housing and Health", *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, 67, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- FONSECA, Lucinda (2007), "Inserção Territorial, Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção", in: Vitorino, António (Coord.); *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos (2007), *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, Observatório da Imigração, 24, ACIDI, Lisboa.
- LAJES, Mário; POLICARPO, Verónica (2002), *Análise preliminar de duas sondagens sobre os Imigrantes em Portugal*, Observatório da Imigração, 2, ACIME, Lisboa.
- MALHEIROS, Jorge; MENDES, Manuela (Coord.) (2007), *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Observatório da Imigração, 22, ACIME, Lisboa.
- MARQUES, Maria Margarida; MARTINS, Joana (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola perante a Diversidade*, Observatório da Imigração, 16, ACIME, Lisboa.
- MARQUES, Rui (2003), *Políticas de gestão da diversidade étnico-cultural. Da assimilação ao multiculturalismo*, Observatório da Imigração; ACIME, Lisboa.
- NICO, Magda; GOMES, Natália; ROSADO, Rita; DUARTE, Sara (2007), *Licença para Criar: Imigrantes nas Artes em Portugal*, Observatório da Imigração, 23, ACIME, Lisboa.
- OECD (2007), *The Labour Market Integration of Immigrants in Portugal*.
- OLIVEIRA, Catarina (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Observatório da Imigração, 10, ACIME, Lisboa.
- ÖZDEN, Çaglar; SCHIFF, Maurice (Editors) (2006), *International Migration, Remittances and the Brain Drain*, The World Bank and Palgrave Macmillan, Washington.
- PEIXOTO, João (2004) 'Highly Skilled Migration in Portugal: An Overview', SOCIUS Working Papers, nº3/2004, SOCIUS, ISEG/UTL, Lisboa.
- PEIXOTO, João (Coord.) (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal. Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Observatório da Imigração, 12, ACIME, Lisboa.
- PIRES, Rui Pena (2002), "Mudanças na Imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia Problemas e Práticas*, 39, Lisboa.
- REBELO, Emília; PAIVA, Luís (2006), *Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes*, Observatório da Imigração, 18, ACIME, Lisboa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2005), "As políticas portuguesas de imigração", *Janus* (http://www.janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_2001_3_3_4_c.html).

- ROSA, Maria João Valente; SEABRA, Hugo; SANTOS, Tiago (2003), *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Observatório da Imigração, 4, ACIME, Lisboa.
- SANTOS, Vanda (2004), *O Discursos Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à Actualidade*, Observatório da Imigração, 8, ACIME, Lisboa.
- SASSEN, Saskia (2002), "Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, Coimbra.
- SAXENIAN, AnnaLee (2006) *The New Argonauts: Regional Advantage in a Global Economy*, Harvard, MA: Harvard University Press.
- SEABRA, Hugo Martinez; SANTOS, Tiago (2005), *A criminalidade de Estrangeiros em Portugal. Um inquérito científico*, Observatório da Imigração, 13, ACIME, Lisboa.
- SEABRA, Hugo Martinez; SANTOS, Tiago (2006), *Reclusos Estrangeiros em Portugal. Esteios de uma Problematização*, Observatório da Imigração, 20, ACIME, Lisboa.
- SILVA, Jorge Pereira (2004), *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania*, Observatório da Imigração, 5, ACIME, Lisboa.
- SILVA, Pedro Duarte (2005), *A Protecção Social da População Imigrante. Quadro legal, Estudo comparado e Proposta de reforço*, Observatório da Imigração, 11, ACIME, Lisboa.
- SILVEIRINHA, Maria João; CRISTO, Ana Teresa (2004), "A construção discursiva dos imigrantes na imprensa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Coimbra.
- VITORINO, António (Coord.) (2007); *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

ANEXOS



Anexo I

Integração de imigrantes e aproveitamento de potencialidades produtivas: Análise baseada em entrevistas e inquéritos

1. Entrevistas a trabalhadores e a dirigentes empresariais

Foram entrevistados cinco imigrantes que podem ser, sinteticamente, identificados a partir das seguintes características: originários da Europa do Leste (quatro ucranianos e um moldavo), trabalham em empresas localizadas em Águeda e Marinha Grande, três são do sexo masculino, têm idades compreendidas entre os 38 e os 53 anos, possuem formação de nível superior ou média (quatro têm curso de engenharia e uma teve formação em enfermagem), estão em Portugal há alguns anos (a mais recente chegou em 2004 e o mais antigo em 1999), com excepção de um, que desempenha as funções de engenheiro de manutenção, todos os outros são operadores de máquinas, não têm contactos com associações de imigrantes.

Na sequência da desagregação da União Soviética, estes trabalhadores foram confrontados, nos respectivos espaços de origem, com uma profunda crise no mercado de trabalho e, conseqüentemente, com um subaproveitamento das respectivas qualificações, tendo desempenhado tarefas muito diferentes daquelas para as quais tinham formação específica e num ambiente de enorme precariedade. Como reacção a estas circunstâncias, emigraram para Portugal, seguindo o exemplo de familiares ou amigos que se encontravam no nosso país e que os influenciaram nessa decisão.

Em Portugal, a quase totalidade destes emigrantes têm realizado tarefas com fraco nível tecnológico, cujo desempenho não requer uma formação muito específica, para além de uma aprendizagem elementar do funcionamento básico dos equipamentos com que trabalham. Apenas um dos imigrantes viu a sua situação profissional significativamente melhorada: após ter sido trabalhador directo do departamento de manutenção, passou a desempenhar as funções de engenheiro desse departamento.

Não existe desigualdade nas condições dos trabalhadores portugueses e dos imigrantes que desempenhem as mesmas funções, embora haja um subaproveitamento profissional das competências técnicas destes últimos; este subaproveitamento é vivido com conformismo. A experiência anterior destes trabalhadores nos respectivos países de origem explica, em parte, este conformismo; a informação de que a situação económica desses países continua a ser bastante pior do que a realidade que vivem em Portugal

também alimenta esse sentimento. Para além destes aspectos, outros factores contribuem para que esse sentimento se reforce, como as dificuldades processuais relacionadas com o reconhecimento das respectivas licenciaturas e as diferenças linguísticas. Apesar destes últimos tipos de constrangimentos, não é visível a preocupação, por parte destes trabalhadores, em estabelecerem contactos com associações de imigrantes ou com sindicatos que possam contribuir para resolver tais problemas.

O conformismo perante os conteúdos das tarefas e a ausência de contactos com associações socioprofissionais não deixam de revelar uma precária integração social destes trabalhadores. Uma precária integração social que tem custos de oportunidade significativos, relacionados, no curto prazo, com um subaproveitamento produtivo de competências profissionais, que se vão tornando, ao longo do tempo, cada vez mais esquecidas e obsoletas. Não realizando tarefas mais qualificadas, os imigrantes tendem a cristalizar o seu relacionamento profissional e também existencial, com o espaço de destino, num nível que não ultrapassa a satisfação das necessidades mais elementares da sobrevivência. Em termos mais gerais, o subaproveitamento produtivo das competências dos trabalhadores estrangeiros fragiliza o potencial dinâmico dos efeitos a montante e a jusante do respectivo fluxo migratório, o qual tenderá, assim, a ter as características de uma "imigração de enclave", cuja existência será apenas determinada pela duração da crise dos espaços de origem. Não sendo visíveis iniciativas, por parte dos imigrantes entrevistados, conducentes a um maior aproveitamento das suas potencialidades produtivas, interessa saber em que medida as empresas onde trabalham e outras organizações podem contribuir para alterar essa situação.

Foram, por isso, entrevistados dirigentes de sete empresas, caracterizadas por: se localizarem em Águeda e na Marinha Grande, realizarem actividades produtivas diversas (embora integradas, maioritariamente, no sector da metalomecânica), empregarem, em média, 140 postos de trabalho (10 dos quais são imigrantes, entre os quais predominam os trabalhadores da Europa de Leste), realizarem um volume médio de vendas da ordem dos 10 milhões de euros, 58% das quais correspondem a exportações, e terem uma média de idades de 32 anos.

O número de trabalhadores imigrantes empregues nestas empresas tem vindo a diminuir, como consequência de uma desaceleração da actividade comercial das empresas: o recurso a trabalhadores imigrantes foi mais significativo no final do século XX, para dotar as empresas de capacidades produtivas que permitissem satisfazer a expansão das suas vendas, nomeadamente os fornecimentos ao sector da construção civil. Foi, portanto, uma coincidência, nesse período, de um aumento da oferta de trabalho, induzido pela desagregação da União Soviética, e de um aumento da procura

de trabalho, gerado pela expansão comercial das empresas, que contribuiu para o elevado recurso, destas empresas, a trabalhadores imigrantes.

Os entrevistados consideram que, comparativamente com os trabalhadores portugueses, os imigrantes têm níveis de habilitações mais elevados assim como uma maior e mais versátil capacidade de trabalho. O recurso a imigrantes é, sobretudo, explicado pelo aproveitamento desta maior e mais versátil capacidade produtiva: frequentemente, foram empregues em regimes de produção particularmente intensos, fazendo turnos e horas extraordinárias, para os quais havia maiores resistências da parte dos trabalhadores portugueses.

A intervenção das empresas no sentido de promoverem a integração social dos imigrantes tem-se traduzido, fundamentalmente, no acompanhamento dos processos administrativos relacionados com a legalização destes trabalhadores. Questões como o reconhecimento de habilitações são consideradas como bastante complexas e que saem das competências ou das práticas habituais das empresas.

Embora se reconheça que a permanência dos trabalhadores imigrantes nas empresas é frequentemente temporária, existem casos em que essa permanência se tornou mais estável. Para essa estabilidade contribuiu a persistência da crise nos respectivos países de origem, a vinda, para Portugal, do núcleo familiar de imigrantes mais antigos e a progressiva integração, na sociedade portuguesa, dos filhos desses imigrantes. Assim, a integração dos imigrantes em Portugal parece fazer-se, em grande medida, a partir da educação dos seus descendentes, à semelhança, aliás, do que se verificou com a inserção social da família de muitos dos nossos emigrantes nos respectivos países de destino. O relacionamento dos imigrantes com organizações não empresariais poderá ser, assim, uma base importante para a integração económica e social destes trabalhadores e, conseqüentemente, para um maior aproveitamento das respectivas potencialidades produtivas.

2. Inquéritos e entrevistas a organizações não empresariais

Das 35 Câmaras Municipais a quem foi enviado um inquérito⁴³, responderam 22, localizadas no Sul (11), na Região de Lisboa (9) e no Norte (2). As informações obtidas acrescentam diversos elementos aos captados nas entrevistas com os trabalhadores e com os responsáveis das empresas, permitindo conhecer melhor o processo de integração da generalidade dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Por um lado, a localização dos imigrantes nestes concelhos é explicada pelo dinamismo das economias locais (ou, em termos mais rigorosos, pelo maior dinamismo dessas

⁴³ O critério de selecção utilizado foi o de se enviarem inquéritos às Câmaras dos Concelhos com mais de 100 mil imigrantes ou com um índice global de imigração (quociente entre a importância percentual dos imigrantes no conjunto dos trabalhadores encontrada para o Concelho e para o Continente) não inferior a 2.

economias relativamente à dos espaços de origem desses imigrantes) e pelos contactos com imigrantes já localizados nesses concelhos, registando-se, nos últimos três anos, um aumento do número de imigrantes em tais concelhos. Esta última informação, concordante com o sentido dinâmico identificado através dos dados estatísticos totais, reforça a ideia de que o decrescente recurso, por parte das empresas anteriormente entrevistadas, a mão-de-obra imigrante deve-se apenas a razões relacionadas com a evolução da actividade económica particular dessas empresas ou, no limite, do correspondente sector industrial. Com efeito, a opinião captada através do inquérito às Câmaras expressa sensibilidades a dinâmicas sectoriais mais amplas, em que se inclui a evolução observada no mercado de trabalho de diversos serviços, actividades predominantes na distribuição sectorial dos imigrantes.

Embora se considere que a integração dos imigrantes na vida social dos concelhos é, globalmente, boa (classificação expressa por treze Câmaras, enquanto seis outras a consideram razoável, havendo uma que considera que essa integração é muito boa), o tempo médio da permanência destes trabalhadores nesses concelhos é da ordem dos quatro a cinco anos (as sete respostas dadas a esta última pergunta variam entre um mínimo de dois anos e um máximo de sete anos e meio). As medidas propostas para melhorar/reforçar essa integração incidem, predominantemente, no apoio a projectos interculturais e aos processos de legalização; quatro Câmaras destacam também a organização de cursos de língua portuguesa; mais residualmente, duas Câmaras referem a participação no processo de reconhecimento das habilitações escolares ou académicas e duas outras Câmaras destacam a necessidade de se melhorar o acesso dos imigrantes aos serviços de assistência social.

Por outro lado, o impacto dos imigrantes na actividade económica dos concelhos é, maioritariamente, classificado como sendo bom (opinião de oito Câmaras) ou razoável (opinião expressa também por oito Câmaras), havendo duas Câmaras que consideram que tal impacto é muito bom. No entanto, não se identificam situações particularmente reveladoras de um elevado contributo dos imigrantes para o desenvolvimento económico dos concelhos: as respostas a esta questão são demasiado vagas ou referem a participação dos imigrantes em actividades económicas de baixa intensidade tecnológica, como a construção civil, o comércio e a restauração. Para melhorar o impacto dos imigrantes na actividade económica dos concelhos, sugerem-se medidas que, na sua diversidade, podem ser agregadas em três grupos: a maioria dessas medidas está relacionada com a melhoria da integração social; um segundo grupo de medidas diz respeito ao reforço das acções de formação profissional, sendo, mais particularmente, reconhecida por duas Câmaras a necessidade de se melhorar o processo de reconhecimento das habilitações dos imigrantes; quatro outras Câmaras apontam ainda a necessidade de se apoiar a criação de micro-empresas.

A generalidade das Câmaras tem realizado iniciativas com o objectivo específico de promover a integração económica e social dos imigrantes. Estas iniciativas incidem em aspectos predominantemente sociais e traduzem-se em acções muito diversas que podem ser integradas em três grupos: é generalizada a criação de organismos locais de apoio ao imigrante; é também muito significativo o número de Câmaras que têm dinamizado projectos de integração social, havendo um número mais restrito de iniciativas dirigidas à resolução de problemas de habitação; uma iniciativa com um significado mais particular corresponde à contratação de um imigrante, por parte de uma Câmara. O papel das Câmaras na promoção da integração económica e social dos imigrantes nos respectivos concelhos é, maioritariamente, classificado como sendo bom (opinião de onze Câmaras) ou razoável (opinião de sete Câmaras), havendo duas Câmaras que consideram que esse papel é muito bom.

Esta actividade das Câmaras como promotores da integração dos imigrantes poderá ser complementado com a actuação de outras organizações locais. Entre essas outras organizações, as Câmaras destacam, sobretudo, as empresas privadas e as organizações não empresariais, públicas e privadas. No entanto, consideram que estas organizações, empresariais ou não, têm tido uma actuação que, sendo globalmente positiva, é menos relevante que a das Câmaras na promoção da integração dos imigrantes: em termos mais concretos, essa actuação é classificada como razoável (opinião de onze Câmaras) ou boa (por quatro Câmaras), e, embora apareça classificada como muito boa (por uma Câmara), também aparece como fraca (duas Câmaras) ou má (uma Câmara). Por outro lado, a ausência de resposta, por parte de três Câmaras, a esta pergunta não deixa de transparecer a existência de algum desconhecimento sobre as actividades daquelas organizações.

As entrevistas a dez organizações não empresariais⁴⁴ permitem conhecer melhor o respectivo contributo para a maior integração social e económica dos imigrantes. Assim, constata-se que a intervenção destas organizações incide nas diversas áreas onde também intervêm as Câmaras Municipais: difusão de informações, acompanhamento dos processos de legalização e de reconhecimento das habilitações, promoção do intercâmbio intercultural, nomeadamente entre crianças e jovens na idade escolar, e acções de formação profissional, assim como cursos de língua portuguesa.

Embora haja esta convergência da natureza das iniciativas realizadas por estas organizações e pelas Câmaras Municipais, não parece ser muito expressiva a colaboração entre estes dois actores públicos. Nesse sentido apontam, não só, as já comentadas informações obtidas junto das Câmaras, mas também, o reduzido número das outras organizações não empresariais que referem tal colaboração (o que só

⁴⁴ Nestas dez organizações, incluem-se oito Associações de Desenvolvimento Local, uma Associação Empresarial e a Associação de Apoio ao Imigrante; estas dez organizações distribuem-se pelas regiões Sul (quatro), Centro (quatro) e Norte (duas).

acontece com três casos) e também a natureza muito pontual que, segundo algumas organizações, têm tais iniciativas. No que se refere a este último aspecto, duas destas organizações consideram que aquelas actividades são realizadas de forma dispersa e não têm, frequentemente, continuidade ao longo do tempo, o que limitará o efectivo aproveitamento dos impactos positivos potenciais dessas iniciativas.

Um aspecto apresentado como outro factor limitativo do efectivo alcance das acções relacionadas com a promoção da integração social e económica dos imigrantes é a excessiva introversão das comunidades dos imigrantes. Isto não significa que Portugal coloque barreiras à entrada ou à integração de imigrantes; aliás, a própria Associação de Apoio ao Imigrante considera, à semelhança de organizações internacionais que têm elaborado relatórios sobre esta questão, que Portugal é um dos países que menos obstáculos coloca à entrada de imigrantes.

A reduzida interacção social dos imigrantes decorre mais de um aspecto já referido na análise das entrevistas aos trabalhadores imigrantes: a excessiva concentração das práticas de relacionamento destes trabalhadores no círculo restrito das suas famílias e na satisfação das necessidades mais elementares da sobrevivência. Em face desta "imigração de enclave", são muito reduzidas as energias canalizadas para iniciativas sociais ou associativas, mesmo para aquelas que estão directamente relacionadas com a defesa dos interesses específicos deste grupo social. Um outro indicador da natureza extremamente "insular" desta comunidade está na própria génese da Associação de Apoio ao Imigrante, que foi criada por portugueses e em 2001 (alguns anos, portanto, depois de o fluxo imigratório ter adquirido uma relevância significativa).

Os elementos referidos anteriormente permitem também concluir que a "insularidade" não está presente apenas na comunidade dos imigrantes. Esta característica transparece também no conjunto das organizações empresariais e não empresariais contactadas através das entrevistas e dos inquéritos que foram objecto de análise neste texto.

Estabelecer laços de comunicação e de diálogo, destinados a vencer "insularidades" individuais ou organizacionais, contribuiria, com certeza, para reforçar a eficácia de muitos processos de integração social e económica dos imigrantes. Deste modo, tais processos perderiam, progressivamente, a natureza de acções pontuais e descontínuas que parecem possuir actualmente, criando-se condições favoráveis a um maior aproveitamento das potencialidades produtivas existentes. No fundo, com o estabelecimento desse diálogo colectivo, a actual ausência de barreiras à entrada de imigrantes deixaria de poder ser interpretada como uma hipotética prova de uma atitude cultural negligente para passar a ser entendida como o primeiro indicador de uma sociedade capaz de articular abertura com capacidade de mobilização de diversas culturas num projecto social e económico comum.

Anexo II

Inquérito a Investigadores Estrangeiros (*Survey Console*)

INTRODUÇÃO

O seguinte inquérito faz parte do projecto "Imigração Qualificada" realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este projecto analisa a inserção de imigrantes nos sectores mais dinâmicos e inovadores da economia portuguesa. Inclui, em particular, a análise da inserção em Portugal de investigadores estrangeiros, no contexto da crescente mobilidade internacional de investigadores.

Esperamos com a sua resposta a este inquérito ilustrar formas de inserção de investigadores estrangeiros em Portugal e contribuir para a formulação de políticas públicas que potenciem estas formas de internacionalização do sistema de investigação.

O inquérito é constituído por 5 secções – "Informações pessoais", "Educação", "Situação profissional", "Mobilidade internacional" e "Carreira", cuja resposta não deve demorar mais do que 10 minutos. Todas as perguntas são apresentadas em português e em inglês. A sua participação neste inquérito é completamente voluntária, mas as suas opiniões serão muito úteis para este estudo. As suas respostas serão totalmente confidenciais e os dados serão analisados e apresentados apenas de forma agregada.

Para quaisquer questões sobre este inquérito pode contactar-nos através do email: igualif@ces.uc.pt

Agradecemos a sua colaboração.

INTRODUCTION

The following survey is part of the project "Qualified Immigration", developed at the Centre for Social Studies (CES) of the University of Coimbra and funded by the Foundation for Science and Technology. This project studies the insertion of immigrants in dynamic and innovative sectors of the Portuguese economy. It includes, in particular, an analysis of the hosting of foreign researchers in Portugal, in the context of the increasing international mobility of researchers.

We hope that with your contribution by answering this survey we will be able to contribute to the formulation of public policies that support such forms of internationalisation of the research systems.

The survey includes 5 sections - 'Personal informations', 'Education', 'Employment situation', 'International mobility' and 'Career', which should not take more than 10 minutes to answer. All questions are presented both in Portuguese and in English. Your responses to this survey will remain strictly confidential and will be analysed and presented only on an aggregate basis.

For any questions regarding this survey you can contact igualif@ces.uc.pt

We appreciate your collaboration.

<u>0</u>	
<p>Desenvolve ou desenvolveu recentemente a sua actividade de investigação principal em Portugal? Do you develop or have you recently developed in Portugal your main scientific activity?</p> <p><input type="radio"/> Sim, desenvolvo a minha actividade de investigação em Portugal / Yes, I develop my research activity in Portugal</p> <p><input type="radio"/> Sim, desenvolvi até recentemente a minha actividade de investigação em Portugal / Yes, I have recently developed in Portugal my research activity</p> <p><input type="radio"/> Não / No</p>	
<u>0.1</u>	
<p>Em que ano se estabeleceu em Portugal? In what year did you move to Portugal?</p>	<input type="text"/>
<p>Em que ano saiu de Portugal para se estabelecer noutro país? In what year did you move out of Portugal?</p>	<input type="text"/>
<u>I.1</u>	
<p><u>1 INFORMAÇÕES PESSOAIS</u> <u>1 PERSONAL INFORMATIONS</u></p>	
<p>1.1 É: 1.1 Are you:</p> <p><input type="radio"/> Homem / Male</p> <p><input type="radio"/> Mulher / Female</p>	
<p>1.2 Em que ano nasceu? (yyyy) 1.2 What is your year of birth? (yyyy)</p>	<input type="text"/>
<p>1.3 Qual o seu país de nascimento? 1.3 What is your country of birth?</p>	<input type="text"/>
<p>1.4 Se a sua nacionalidade for diferente do seu país de nascimento, por favor, indique o seu país de nacionalidade: 1.4 If your nationality is different from your country of birth, please indicate your country of nationality:</p>	<input type="text"/>
<p>1.5 Qual é o seu estado civil? 1.5 What is your marital status?</p> <p><input type="radio"/> Casado/a / Married</p> <p><input type="radio"/> Vive em união de facto / Living in a 'marriage-like relationship'</p> <p><input type="radio"/> Separado/a / Separated</p> <p><input type="radio"/> Divorciado/a / Divorced</p> <p><input type="radio"/> Viúvo/a / Widowed</p> <p><input type="radio"/> Solteiro/a / Never married</p>	
<p>1.6 Quantos dependentes tem? 1.6 How many dependents do you have?</p>	<input type="text"/>
<p>(___) De 5 anos ou menos / 5 years or younger</p> <p>(___) De 6 até 18 anos / 6 to 18 years</p> <p>(___) De 19 anos ou mais / 19 years or older</p>	

2 EDUCAÇÃO**2 EDUCATION****2.1 Qual é o seu grau académico?****2.1 What is your higher academic degree?**

- Agregação / *Habilitation*
- Doutoramento / *Doctorate*
- Mestrado / *Master*
- Licenciatura / *First degree*
- Outro / *Other* (_____)

2.1.1 Como classificaria o seu trabalho de doutoramento / tese / dissertação?**2.1.1 In which category would you place your doctoral work / thesis / dissertation?**

- Respondia a um problema fundamental / *Addressed a fundamental problem*
- Desenvolveu ou melhorou uma metodologia / *Made an improvement in methodology*
- Desenvolveu ou melhorou um processo / *Made an improvement in a process*
- Outro / *Other* (_____)

2.1.2 O seu doutoramento incluiu... ?**2.1.2 Did your doctorate degree involve... ?**

- Programa curricular / *Course work*
- Trabalho de laboratório / *Laboratory work*
- Trabalho de campo / *Field work*
- Interface/trabalho com empresas / *Industry interface/ working with industry*
- Outro / *Other* (_____)

2.2 Em que instituição obteve o seu último grau académico?**2.2 In which institution did you complete your last degree?**Universidade / *University*: (_____)País / *Country*: (_____)**2.3 Qual é a grande área científica do seu último grau?****2.3 Which was the field of study of your last degree?**

-- Select --

2.4 Em que ano obteve o seu último grau (yyyy)?**2.4 In which year was your last degree granted (yyyy)?**

3 SITUAÇÃO PROFISSIONAL**3 EMPLOYMENT SITUATION****3.1 Qual a sua situação profissional em Portugal?****3.1 What is your professional position in Portugal?**

- Carreira docente universitária / *University lecturer career*
- Carreira de investigação / *Research career*
- Carreira docente no ensino superior politécnico / *Polytechnic lecturer career*
- Bolseiro de investigação / *Research scholarship holder*
- Outro / *Other* (_____)

3.2 Indique os detalhes da sua actividade actual em Portugal:**3.2 Details of your present activity in Portugal:**Iniciou no ano (yyyy) / *Starting year (yyyy)*: (_____)Cidade / *City*: (_____)Codigo postal (primeiros 4 dígitos) / *Post-code (first 4 digits)* (_____)**3.3 Sector de actividade:****3.3 Sector of activity:**

- Sector empresarial / *Business enterprise sector*
- Sector do Estado / *Governmental sector*
- Ensino Superior / *Higher education*
- Outro sector educativo / *Other education sector*
- Sector privado sem fins lucrativos / *Private non-profit sector*

3.4 A sua actividade actual inclui ensino?**3.4 Does this activity include teaching ?**

- Sim / *Yes*
- Não / *No*

3.5 Considera a sua área principal de investigação como:**3.5 Do you consider your main research as:**

- Investigação básica / *Basic research*
- Investigação aplicada / *Applicated research*

3.6 Este é o seu primeiro emprego?**3.6 Is this your first job?**

- Sim / *Yes*
- Não / *No*

3.6.1 O seu primeiro emprego foi em Portugal?**3.6.1 Was your first job in Portugal?**

- Sim / *Yes*
- Não / *No*

3.6.2 Indique os detalhes da sua actividade anterior à sua estadia em Portugal:
3.6.2 Details of your last position before coming to Portugal:

Iniciou no ano (yyyy) / Starting year (yyyy): (_____)

País / Country: (_____)

3.6.3 Sector de actividade:
3.6.3 Sector of activity:

Sector empresarial / Business enterprise sector

Sector do Estado / Governmental sector

Ensino Superior / Higher education

Outro sector educativo / Other education sector

Sector privado sem fins lucrativos / Private non-profit sector

3.6.4 Esta actividade incluía ensino?
3.6.4 Did this position include teaching activities?

Sim / Yes

Não / No

3.6.5 Considerava a sua principal actividade de investigação então como:
3.6.5 Did you consider your main research activity then as:

Investigação básica / Basic research

Investigação aplicada / Applied research

3.6.6 Indique por favor o seu grau de satisfação com a sua última actividade fora de Portugal:
3.6.6 Please rate your satisfaction with your previous position outside of Portugal:

	Muito satisfeito / Very Satisfied	Satisfeito / Somewhat Satisfied	Pouco satisfeito / Somewhat Dissatisfied	Muito pouco satisfeito / Very Dissatisfied
Salário / Salary	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Benefícios / Benefits	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança laboral / Job security	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de trabalho / Working condition	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidades de progressão / Opportunities of advancement	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desafio intelectual / Intellectual challenge	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de responsabilidade / Level of responsibility	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grau de independência / Degree of independence	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contributo para a sociedade / Contribution to society	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estatuto social / Social status	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inserção em redes locais / Involvement in local networks	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inserção em redes internacionais / Involvement in international networks	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ligações universidade-empresa / University - industry links	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.7 Indique por favor o seu grau de satisfação com a sua actividade actual em Portugal:

3.7 Please rate your satisfaction with your current position in Portugal:

	Muito satisfeito / Very Satisfied	Satisfeito / Somewhat Satisfied	Pouco satisfeito / Somewhat Dissatisfied	Muito pouco satisfeito / Very Dissatisfied
Salário / <i>Salary</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Benefícios / <i>Benefits</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança laboral / <i>Job security</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de trabalho / <i>Working condition</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidades de progressão / <i>Opportunities of advancement</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desafio intelectual / <i>Intellectual challenge</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de responsabilidade / <i>Level of responsibility</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grau de independência / <i>Degree of independence</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contributo para a sociedade / <i>Contribution to society</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estatuto social / <i>Social status</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inserção em redes locais / <i>Involvement in local networks</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inserção em redes internacionais / <i>Involvement in international networks</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ligações universidade-empresa / <i>University - industry links</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

I.4

4 MOBILIDADE INTERNACIONAL

4 INTERNATIONAL MOBILITY

4.1 Indique os países onde já viveu 6 meses ou mais e por quanto tempo lá viveu:

4.1 Indicate the countries where you have lived 6 months or more and how long you lived there:

País / <i>Country</i>	Meses / <i>Months</i>
1. (_____)	(_____)
2. (_____)	(_____)
3. (_____)	(_____)
4. (_____)	(_____)
5. (_____)	(_____)
6. (_____)	(_____)

4.2 Indique as razões que o/a fizeram optar por desenvolver a sua actividade de investigação em Portugal:

4.2 Indicate the reasons for your decision of moving into Portugal:

	Sim / Yes	Não / No
Terminar os estudos / <i>Completion of studies</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fim do pós-doutoramento ou de contrato / <i>End of post-doc or job contract</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta de (ou melhor hipóteses de obter) um emprego ou pós-doutoramento ou de uma posição mais bem paga / <i>Offer (or better chances for) a job/ Post-doc or a better paid job</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores académicos: Melhores oportunidades para publicar, desenvolvimento ou continuação do trabalho de tese, trabalho numa área específica não existente no seu anterior país de residência, possibilidade da criação da sua própria equipa de investigação ou de nova área de investigação / <i>Academic factors: Bigger access to publishing, development or continuity of thesis work, work in a specific area not existent in the country of your previous residence, possibility of creation of own research team or new research area</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores pessoais / <i>Personal factors</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores económicos ou políticos / <i>Economic or political factors</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra - especifique / <i>Other - specify (_____)</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.3 Qual o seu conhecimento da língua portuguesa?

4.3 What is your knowledge of the Portuguese language?

	Nenhum / None	Elementar / Basic	Razoável / Average	Avançado / Advanced	Fluente / Fluent
Antes de se estabelecer em Portugal / <i>Before moving into Portugal</i>	<input type="radio"/>				
Actualmente / <i>At present</i>	<input type="radio"/>				

4.4 De que forma mantém ligações com o seu país de origem?

4.4 How are you still linked to your country?

	Sim / Yes	Não / No
Mantém contacto com redes formais de "diáspora" (i.e. redes de nacionais do seu país de origem que vivem no estrangeiro) / <i>You keep in touch with official "Diaspora" networks (i.e. networks of nationals from your country of origin living abroad)</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem uma rede informal alargada de amigos/conhecidos/colegas do seu país de origem / <i>You have a wide informal network formed by friends/acquaintances/colleagues from your country of origin</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mostra disponibilidade para vários mecanismos possíveis de ligação (visitas, formação, projectos em colaboração, supervisão, angariação de financiamentos) / <i>You are available for various possible linkage mechanism (visits, training, joint projects, mentoring, fundraising)</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mantém uma relação de trabalho com o seu país de origem / <i>You maintain business relationship with your country of origin</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colabora com associações profissionais no seu país de origem / <i>You collaborate with national professional associations in your country of origin</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colabora com revistas científicas/académicas do seu país de origem / <i>You collaborate with scientific/academic journals in your country of origin</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.5 Tenciona sair de Portugal?
4.5 Do you intend to move out of Portugal?

Sim, permanentemente / Yes, permanently
 Sim, temporariamente / Yes, temporarily
 Não / No

4.5.1 Para que país tenciona ir viver?

4.5.1 In what country do you intend to live?

4.5.2 Indique as razões para a sua decisão de sair de Portugal:
4.5.2 Indicate the reasons for your decision of move out of Portugal:

	Sim / Yes	Não / No
Terminou os seus estudos / Completion of studies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Terminou o pós-doutoramento ou contrato de trabalho / End of post-doc or job contract	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta de (ou melhor hipóteses de obter) um emprego ou pós-doutoramento ou de uma posição mais bem paga / Offer (or better chances for) a job/Post-doc or a better paid job	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores académicos: Melhores oportunidades para publicar, desenvolvimento ou continuação do trabalho de tese, trabalho numa área específica não existente no seu anterior país de residência, possibilidade da criação da sua própria equipa de investigação ou de nova área de investigação / Academic factors: Bigger acces to publishing, development or continuity of thesis work, work in a specific area not existent in Portugal, possibility of creation of own research team or new research area	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores pessoais / Personal factors	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Factores económicos ou políticos / Economic or political factors	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro - especifique / Other - specify (_____)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.6 Quais os principais factores que contribuíram positivamente / negativamente para a sua inserção em Portugal:
4.6 What were the main factors that contributed positively/negatively to your stay in Portugal

	Positivamente / Positively	Indiferente / Indifferent	Negativamente / Negatively
Questões culturais / Cultural issues	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento da língua / Knowledge of the language	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questões económicas / Economic issues	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Iniciativas da instituição de acolhimento / Initiatives from the host institution	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes de investigadores estrangeiros em Portugal / Networks of foreign researchers in Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desafios científicos e intelectuais / Scientific and intellectual challenges	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de trabalho / Working conditions	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questões familiares / Family issues	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Distância do país de origem / Distance from the country of origin	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Positivamente / Positively	Indiferente / Indifferent	Negativamente / Negatively
Políticas de investigação / <i>Research policies</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégias científicas da instituição / <i>Scientific strategies of your institution</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de imigração em Portugal / <i>Immigration policy in Portugal</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<u>I.5</u>
<u>5 INVESTIGAÇÃO</u> <u>5 RESEARCH</u>
<p>5.1.a Quantos artigos de que foi (co-)autor publicou ou foram aceites para publicação numa revista científica com revisão, durante a sua estadia em Portugal? <i>5.1.a How many articles (co-)authored by you have been published or accepted for publication in a refereed professional journal during your stay in Portugal?</i></p> <div style="text-align: right;"><input type="text"/></div>
<p>5.1.b Quantos livros, monografias ou capítulos de livros, de sua (co-)autoria foram publicados ou aceites para publicação durante a sua estadia em Portugal? <i>5.1.b How many books, monographs, and book chapters, (co-)authored by you, have been published or accepted for publication during your stay in Portugal?</i></p> <div style="text-align: right;"><input type="text"/></div>
<p>5.1.c De quantos pedidos de patente foi indicado como inventor durante a sua estadia em Portugal? <i>5.1.c On how many Patent applications have you been named as an inventor during your stay in Portugal?</i></p> <div style="text-align: right;"><input type="text"/></div>
<p>5.2 Colaborou com alguma empresa durante a sua estadia em Portugal? <i>5.2 Have you collaborated with a company during your stay in Portugal?</i></p> <p><input type="radio"/> Sim / Yes <input type="radio"/> Não / No</p>
<p>5.3 Desenvolveu investigação em colaboração com grupos de investigação estrangeiros durante a sua estadia em Portugal? <i>5.3 Have you conducted research in cooperation with research groups outside the country during your stay in Portugal?</i></p> <p><input type="radio"/> Sim / Yes <input type="radio"/> Não / No</p>
<p>5.4 Desenvolveu investigação em colaboração com grupos de investigação no país durante a sua estadia em Portugal? <i>5.4 Have you conducted research in cooperation with research groups inside the country during your stay in Portugal?</i></p> <p><input type="radio"/> Sim / Yes <input type="radio"/> Não / No</p>

T.6

6 Tem algumas outras observações a fazer ou quer deixar alguma opinião sobre o inquérito?
6 Have you any other observation or would you like to express your opinion on the survey?

--